

Roberto Mangabeira Unger

A SEGUNDA VIA  
presente e futuro do Brasil

Copyright © 2001, Roberto Mangabeira Unger

*Revisão*

Daniela Jinkings  
Dilma Ratto  
Maria Gutierrez  
Sandra Regina de Souza

*Capa*

Flavio Valverde Garotti

*Editoração eletrônica*

Set-up Time Artes Gráficas

*Produção gráfica*

Sirlei Augusta Chaves

*Fotolitos*

OESP

*Impressão e acabamento*

Geo-gráfica

ISBN 85-85934-59-X

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte  
deste livro pode ser utilizada ou reproduzida  
sem a expressa autorização da editora.

1ª edição: março de 2001

BOITEMPO EDITORIAL  
Jinkings Editores Associados Ltda.  
Avenida Pompéia, 1991 – Perdizes  
05023-001 – São Paulo – SP  
Tel. (11) 3865-6947, 3875-7285  
Fax. (11) 3875-7250  
E-mail boitempo@boitempo.com

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO: DA TERCEIRA VIA PARA A SEGUNDA .....	9
PARTE I: A PRÁTICA TRANSFORMADORA E OS PARADOXOS DO ENGAJAMENTO .....	39
A prática transformadora .....	41
Os paradoxos do engajamento .....	48
PARTE II: SERVOS E CIDADÃOS .....	51
O Brasil às tontas .....	53
<i>A fantasia e o destino</i> .....	53
<i>O despotismo e seus dilemas</i> .....	56
<i>A inteligência e a força</i> .....	60
<i>Privilégio e prosperidade</i> .....	63
<i>As classes e os poderes</i> .....	69
<i>A democracia e o cotidiano</i> .....	79
<i>O país e sua sombra</i> .....	85
PARTE III: O BRASIL SOB A DEMOCRACIA FRUSTRADA: SENTIMENTOS E INSTITUIÇÕES .....	91
Sentimentos: experiências .....	93
<i>Quixote</i> .....	93
<i>Violência e ternura</i> .....	94
<i>A reivenção da ternura</i> .....	95
<i>Covardia e esperança no Brasil</i> .....	97
<i>Uma noite na ópera</i> .....	98
<i>Força</i> .....	99
<i>O pensamento no Brasil</i> .....	100
<i>Realistas?</i> .....	102
<i>O Brasil no dia da eleição</i> .....	103

Sentimentos: agentes .....	105
<i>Rebelião nacional</i> .....	105
<i>Por que não se rebela o Brasil?</i> .....	106
<i>Solução Porto Rico</i> .....	107
<i>Por que dorme o Brasil?</i> .....	109
<i>A opção</i> .....	110
<i>A proposta e a base</i> .....	111
<i>Consenso necessário</i> .....	112
<i>A classe média e o social</i> .....	114
<i>O que falta</i> .....	115
<i>Uma vida</i> .....	116
Intuições: política .....	118
<i>Política prática e incapaz</i> .....	118
<i>Descrença na política</i> .....	119
<i>Liberalismo sem gente livre</i> .....	120
<i>Carreiras abertas aos talentos</i> .....	122
<i>Reforma política</i> .....	123
<i>Presidencialismo e parlamentarismo</i> .....	124
Instituições: economia .....	126
<i>A crise reimaginada</i> .....	126
<i>Saída bloqueada</i> .....	127
<i>Que fazer com o câmbio?</i> .....	128
<i>Reforma tributária</i> .....	130
<i>Impostos e paradoxos</i> .....	131
<i>Desenvolver agora</i> .....	132
<i>E agora, Brasil?</i> .....	133
<i>Caindo na real</i> .....	134
PARTE IV: À BUSCA DE ALTERNATIVAS: PRIMEIRAS FORMULAÇÕES .....	137
A forma de governo que convém ao Brasil .....	139
<i>Os dois grandes problemas estruturais do país: a ameaça ..</i>	139
<i>Os dois grandes problemas estruturais do país: a</i>	
<i>resposta</i> .....	143
<i>Como pensar sobre a reorganização constitucional do</i>	
<i>país</i> .....	147
<i>As falsas soluções</i> .....	150
<i>A verdadeira solução</i> .....	152
<i>A relativa neutralidade da proposta</i> .....	158



A alternativa transformadora .....	160
<i>O problema e a tarefa</i> .....	160
<i>A economia política da transição</i> .....	165
<i>Uma trajetória econômica: primeiro estágio</i> .....	167
<i>Uma trajetória econômica: segundo estágio</i> .....	170
<i>Uma trajetória econômica: a política de conjuntura</i> .....	173
<i>O ideário constitucional: pontos de partida</i> .....	176
<i>O ideário constitucional: o presidencialismo reformado</i> .....	179
<i>O ideário constitucional: a burocracia subordinada</i> .....	182
O funcionalismo irresponsável .....	182
O corporativismo negocista .....	183
A redistribuição às avessas .....	183
<i>O ideário constitucional: a descentralização anti-oligárquica</i> .....	184
<i>O ideário constitucional: o Estado e as organizações populares</i> .....	187
<i>O ideário constitucional: o direito de desestabilizar</i> .....	189
<i>O problema militar</i> .....	192
<i>A política das relações pessoais</i> .....	194
PARTE V: A PROPOSTA DA SEGUNDA VIA .....	197
O salvamento da economia brasileira pelos brasileiros ..	199
A segunda via: presente e futuro do Brasil .....	211
<i>A chamada</i> .....	211
<i>A situação</i> .....	213
<i>O caminho</i> .....	218
<i>A luta</i> .....	231
Política não basta .....	241
PARTE VI: DO NACIONAL AO LOCAL .....	243
Por que sou candidato a Prefeito de São Paulo? .....	245
São Paulo: uma saída .....	247
A prioridade de São Paulo .....	250
Uma experiência de política .....	253

## *Introdução*

### DA TERCEIRA VIA PARA A SEGUNDA

No Brasil, todo o mundo quer o social. Entre os pretensos amigos do social avultam os políticos de todos os partidos. Mesmo os políticos de direita preferem se qualificar como adeptos de um social-liberalismo. A grande maioria das outras forças, do centro para a esquerda, professa ser social-democrata. A social-democracia seria o compromisso com a democracia representativa, com a economia de mercado regulada e com políticas sociais destinadas a moderar as desigualdades e as exclusões. Como a ênfase em tais políticas também faz parte da pregação liberal ou neoliberal, tanto no Brasil quanto em toda a parte, generaliza-se a confusão. O nome desta confusão é “a terceira via”.

Cada líder político contempla-se no espelho, cercado por sua claqué, e pergunta: Não sou eu o mais social de todos, o amigo mais sincero do social, eu que sei reconciliar o realismo nas finanças e a eficiência na produção com a insistência em corrigir as injustiças do mercado, eu que não esqueço os excluídos enquanto luto para que o país siga o exemplo triunfal das democracias ricas do Atlântico Norte?

Este discurso de realismo desenganado e lamentação social é mais do que preponderante na política brasileira atual. É praticamente o único ideário político que sobrevive no Brasil.

Alguns poucos seguem uma tradição intransigente dentro do pensamento liberal, resgatada em décadas recentes pelos partidos conservadores da Europa e dos Estados Unidos. Querem direcionar e restringir severamente o gasto social, aliviando o ônus tributário e regulamentador sobre a produção. Só assim, dizem, poderá o mercado repetir, mais livremente, seu milagre de criar riqueza e oportunidade para um número cada vez maior de pessoas.

A maioria da nação política – a parte educada e politicamente consciente do país – nunca se deixou, contudo, seduzir pela doutrina do “laissez-faire”. Para ela, as desigualdades e exclusões no Brasil são tão avassaladoras, de tal forma restringem a capacidade de participar na vida econômica e política do país, que não dá para adiar o social. Para assegurar o social, seria preciso corrigir e complementar o mercado.

Quase todos no Brasil dizem estar a favor do social. Cadê o social? Se tantos querem, por que continua tão fraco entre nós? Prevalece no país a idéia de que a proposta do social não vai para a frente por causa de uma herança brasileira de interesses, atavismos e incompetências que lhe minam a execução. O compromisso com o social, dentro da aceitação do mercado e da globalização, seria tudo aquilo de que o Brasil precisa. Cumprir este compromisso, porém, enfrentando forças, preconceitos e confusões, seriam outros quinhentos.

Há duas idéias centrais neste livro. A primeira idéia é que o discurso, quase universalmente aceito no Brasil, do social, humanizador do mercado, não presta. Não presta para o mundo este discurso social-democrata ou social-liberal. Particularmente, não presta para o Brasil. O problema maior não é a execução. É o conteúdo. A segunda idéia deste livro é que há uma alternativa prática e melhor. Um dos nomes que lhe dou aqui é a proposta da segunda via.

O mercado precisa ser reorganizado, não apenas regulado em suas operações ou compensado, pelas políticas sociais, em seus efeitos. Para que isto aconteça, a democracia também tem de ser revista e redesenhada.

A segunda via é o desenvolvimento democratizante, a ser conquistado pela renovação das instituições que definem a democracia representativa, a economia de mercado e a sociedade civil livre. Não basta transferir recursos dos mais ricos para os mais pobres; é preciso entrar num caminho de reorganização das instituições políticas, econômicas e sociais. Este caminho não é revolucionário no método: não exige ruptura instantânea e radical com as soluções conhecidas. Pode progredir, passo por passo e parte por parte, embora o avanço realizado numa área condicione o avanço que se possa esperar em outras.

Por que segunda via? Porque é uma alternativa desenvolvimentista e democratizante ao que se oferece, depois do colapso do comunismo, como o caminho único no mundo. Uma premissa da concepção do caminho único é a tese da convergência institucional. O mundo todo estaria convergindo, pouco a pouco, para o mesmo conjunto básico de melhores práticas e instituições, aquelas estabelecidas, com pequenas variações, nos Estados Unidos e na Europa. Fora do mercado e da globalização, não haveria salvamento. O que podemos e precisamos fazer é humanizar as práticas do mercado e as realidades da globalização, com políticas sociais.

A idéia de uma terceira via é apenas a própria doutrina do caminho único, acompanhada do anúncio da intenção de humanizá-lo. A terceira via é a primeira via, açucarada. Políticas sociais reconciliarão a coesão comunitária com a eficiência econômica. Falta a este projeto de humanização do inevitável um conteúdo institucional próprio. Esta falta torna precária a diferença entre a terceira via e a primeira. Basta compreender o contexto histórico da

idéia atual da terceira via para ver que ela representa pouco mais do que o disfarce de uma rendição.

Até recentemente, exercia grande influência a idéia de um contraste entre dois estilos de “capitalismo”. Haveria o capitalismo americano, caracterizado tanto pela flexibilidade e eficiência econômicas quanto pela baixa proteção social. E haveria o capitalismo europeu ou da Renânia – isto é, francês e alemão. Um dos traços deste outro capitalismo seria o esforço para resguardar contra a instabilidade do mercado um conjunto básico de direitos e benefícios sociais. Outra marca seria a capacidade dos governos de negociar, junto com os sindicatos de trabalhadores e as organizações patronais, acordos destinados a reconciliar o progresso salarial com a estabilidade da moeda e a lucratividade das empresas. A história das últimas décadas no Atlântico Norte é a história do enfraquecimento prático e ideológico desta suposta alternativa renã. Suas técnicas de estabilização econômica e social acabaram por ser vistas como sacrifício do interesse coletivo no crescimento e no emprego em favor de uma minoria poderosa de trabalhadores organizados e empresas protegidas. Sua generosidade no gasto social, como incompatível com o realismo e a responsabilidade nas finanças públicas. E sua defesa de direitos trabalhistas adquiridos, como um ônus sobre a inovação e a eficiência que empobrecia muitos para beneficiar alguns.

Com o colapso do comunismo, a crise das economias européias e a chegada ao poder de governos como de Thatcher e Reagan surgiu, nas mãos dos ideólogos dos partidos progressistas em debandada, a idéia da terceira via. Era apenas a mais recente das muitas terceiras vias que apareceram no curso do século vinte. Tratava-se de aceitar a inevitabilidade do modelo econômico dos Estados Unidos, corringindo-se-lhe, por políticas de garantia social e investimento em gente, os aspectos mais selvagens e as conseqüências mais desagregadoras.

Não o sustentava, contudo, qualquer idéia de como ancorar, numa estratégia reformada de crescimento econômico, a capacitação das pessoas e a coesão das comunidades. Aceitava, como fatalidades, a divisão entre vanguardas e retaguardas produtivas e o esfriamento da política num mundo em relativa paz. Por ser vazia de conteúdo institucional, era pobre de resultados práticos. Acabou por ser apenas a própria primeira via, o caminho único, com um pequeno desconto, registrado menos em atos do que em palavras.

Foi esta doutrina a que, sob nomes como social-democracia ou social-liberalismo, se difundiu em países como o Brasil como a única maneira realista e decente de reconciliar o social necessário com o mercado e a globalização inevitáveis. É contra esta doutrina que se insurge a proposta da segunda via, apresentada neste livro como saída para o Brasil.

Quatro compromissos centrais norteiam a proposta da segunda via.

A primeira diretriz é a construção de um Estado atuante, enriquecido e capaz, que conte com um alto nível de receita pública e poupança nacional. Sem receita alta, não se resolvem os problemas do país, já que a iniciativa privada é insuficiente para resolvê-los. Não se asseguram às pessoas os recursos econômicos e culturais necessários para torná-las cidadãos independentes e trabalhadores capacitados.

A única maneira, porém, de obter a curto prazo a receita necessária, sem desincentivar o trabalho, o investimento e a produção, é dar grande peso a uma forma reconhecidamente regressiva de tributação: a tributação indireta do consumo. A progressividade, sacrificada no desenho da arrecadação, pode repor-se em dobro no momento do gasto.

Se a receita alta é necessária para dar ao Estado condições para resolver os problemas práticos da sociedade, a poupança alta representa, num país como o Brasil, base para sustentar um projeto rebelde de desenvolvimento nacional. É verdade que a poupança é mais consequência do que causa do crescimento. Mas também é certo que não se inicia uma estratégia alternativa de crescimento econômico sem tornar a economia nacional menos dependente dos caprichos do mercado internacional de capitais.

A elevação da poupança exige, entre outros instrumentos, a organização de uma poupança privada compulsória. A obrigação de poupar tem de ser progressivamente proporcional à renda dos contribuintes. Deve ser combinada com o seu inverso, que é a garantia de uma renda mínima garantida, sobretudo na forma de complementação ou subsídio aos salários mais baixos e incentivo aos trabalhadores desempregados ou subempregados que se disponham a cursar programas de treinamento profissionalizante. Desta maneira, a idéia da previdência como capitalização se une a mecanismos de redistribuição, evitando a separação entre uma previdência privada para remediados e uma previdência pública para pobres.

Parte do dinheiro produzido por esta poupança privada compulsória pode ser canalizada para fundos públicos, porém administrados de maneira independente e competitiva, que façam o trabalho de um "venture capital" público: investindo, de maneira diversificada, num espectro amplo de empreendimentos emergentes, inclusive nas pequenas e médias empresas de toda a vasta periferia da economia brasileira. Nela continua aprisionada a maioria da população, com fome de acesso ao capital, aos mercados, à tecnologia e ao saber.

Não adianta elevar a poupança sem simultaneamente estreitar a relação entre poupança e produção, impedindo que se dissipe o potencial produtivo da poupança. O esforço para estreitar o vínculo entre a poupança e a produção, entre a finança e a indústria, e, de modo mais geral, entre o dinheiro e a economia real oferece uma oportunidade para democratizar a economia de mercado, reconstruindo-lhe a forma institucional.

A segunda diretriz é a capacitação das pessoas, pela garantia efetiva dos mínimos sociais. Distingue-se a proposta da segunda via pela insistência na reorganização das instituições políticas e econômicas. Não haverá o social em condições como as nossas, diz ela, sem que se aprofunde a democracia e sem que se democratize o mercado. Para isso, temos de organizar a economia de mercado e a democracia representativa de uma maneira diferente dos países ricos do Atlântico Norte, encontrando outro modo de ligar o poder público à iniciativa privada e a democracia representativa à democracia direta.

As políticas sociais, tão faladas no discurso da primeira e da terceira via, passam, portanto, a ser subsidiárias às mudanças de estrutura. Não perdem, porém, importância. Apenas ganham a eficácia que lhes faltava. Mesmo para desempenharem o papel que a proposta da segunda via lhes reserva precisam respaldar-se em inovações institucionais. Um exemplo é a revisão do federalismo.

A responsabilidade mais importante do Estado é a garantia de mínimos sociais, concebidos como condições para a vida ativa do cidadão e do trabalhador. O mercado não cria seus próprios pressupostos. Um desses pressupostos é um homem livre – livre da fraqueza, da insegurança, da enfermidade e da ignorância.

O horizonte da atuação social do Estado é o desenvolvimento da herança social, suplementando e eventualmente substituindo a herança familiar. Todos herdaram da sociedade, por meio do Estado, um pacote básico de direitos e recursos. Pode o pacote revestir, por exemplo, a forma de uma conta social: um conjunto de recursos de que o indivíduo possa dispor para iniciativas importantes como constituir família, comprar casa, cursar escola superior ou abrir negócio. A conta recebe acréscimos de acordo com dois critérios contrapostos: compensações para deficiências especiais, certificadas por regras, ou prêmios para capacidades extraordinárias, demonstradas por concursos. Com isso e com a reconstrução da escola, ganha maior realidade prática a idéia de que qualquer democracia assenta tanto sobre a independência do indivíduo quanto sobre a cooperação entre os cidadãos.

Para nós agora e ainda por muito tempo, a tarefa é velar pelo cumprimento de mínimos sociais, sobretudo dos mínimos que tenham significado capacitador. Nenhum deles é mais importante do que o investimento em educação e em crianças. O mínimo educacional, por exemplo, tem de ser definido tanto pelo critério do investimento por aluno quanto pelo critério do resultado educacional, independentemente avaliado.

Para garantir o duplo mínimo educacional, os governos da União, dos estados e dos municípios precisam associar-se em colegiados transfederais. A primeira responsabilidade pela educação fundamental (assim como para quase todo o sistema básico de saúde) caberia aos municípios. Um colegiado transfederal interviria, para remanejar recursos e quadros e reformar escolas e

currículos, quando qualquer um dos dois mínimos deixasse de ser satisfeito. O judiciário, provocado pela cidadania interessada, ofereceria, por sua vez, remédio contra os malogros do sistema transfederal de supervisão. No exercício desta função, poderia seqüestrar dinheiro público e nomear interventores.

Muda-se, assim, a natureza do federalismo por compromisso com a eficácia da política social. Substituem-se as divisões estanques do federalismo clássico por uma concepção de parceria experimentalista entre as unidades da federação.

A terceira vertente da proposta da segunda via é a democratização do mercado. Democratizá-lo não quer dizer apenas regulá-lo nem compensar, por transferências de recursos, seus efeitos desigualizadores. Democratizar o mercado significa reorganizar as instituições que definem o que seja uma economia de mercado.

Um exemplo tirado da história dos Estados Unidos ajuda a explicar o sentido deste conceito. Os Estados Unidos seriam uma sociedade mais democrática do que são hoje se não tivessem iniciado sua vida independente comprometidos com a escravidão nem abandonado, poucos anos depois do fim da Guerra Civil, a tentativa de combinar a emancipação jurídica dos recém-libertos com sua promoção econômica e cultural. Seriam, porém, ainda menos democráticos do que são hoje se não houvessem descentralizado, no curso do século dezenove, tanto a agricultura quanto o crédito. Estas duas grandes lutas pela extensão das oportunidades econômicas imprimiram rumo à democracia norte-americana.

Organizou-se a agricultura, o êxito mais espetacular da economia norte-americana, à base da parceria entre o fazendeiro de porte familiar e os governos, tanto locais quanto federal. Os fazendeiros competiam e cooperavam ao mesmo tempo. Os governos distribuíam terra. E ajudavam a organizar um sistema descentralizado de ajuda técnica, comercial e financeira. Este sistema resguardava o lavrador contra a mistura de riscos climáticos e econômicos a que se expõe a lavoura.

Mais dura ainda foi a campanha contra a concentração financeira. Esta luta culminou, ainda no século dezenove, na formação de um sistema de bancos locais e cooperativas de crédito. Estreitou os vínculos entre a poupança e a produção, tornando os produtores mais independentes de um mercado de capitais que, no último quarto do século dezenove, era mais internacionalizado do que viria a ser no último quarto do século vinte.

Não são dois exemplos de regulação ou correção do mercado. São dois exemplos de como se reorganiza e se redefine o mercado, para aumentar a variedade dos agentes econômicos e de suas oportunidades de iniciativa. Dois exemplos daquilo que, numa economia tão desigual quanto a nossa, teríamos de fazer de modo mais generalizado e radical do que fizeram os norte-americanos.

As instituições de uma sociedade são seu destino. Uma prática da política que deixa as instituições intocadas e se limita a redistribuir direitos e recursos dentro do marco institucional existente não é capaz de resolver os problemas centrais de um país. Afunda num pragmatismo antipragmático.

As opções institucionais, porém, vivem escondidas pelas abstrações que continuam a dominar o vocabulário do discurso social: categorias como “capitalismo”, “economia de mercado” ou “democracia representativa”. O feiticismo institucional enraizou-se, durante os últimos cento e cinquenta anos, nos fatalismos característicos das formas mais prestigiosas do pensamento social. É por feiticismo institucional que se identificam estas abstrações com formas concretas de organizar, em instituições, a economia, a política e a sociedade civil.

Abrimos o caminho da imaginação programática quando rompemos com este feiticismo. Neste momento, descobrimos que a ordem institucional de cada sociedade é, ao mesmo tempo, decisiva e contingente. Ela é um destino que a política pode refazer. Com isso, a política vira um antidesestino.

A democratização do mercado no Brasil significa ampliar, num grande salto, o acesso aos recursos e às oportunidades da produção. Em favor de quem? Em primeiro lugar, em prol da massa de emergentes: os milhões de pequenos empreendedores ou de gente que quer ser pequeno empreendedor nas grandes e pequenas cidades brasileiras. Para eles, a economia de mercado arrisca ser um rótulo que descreve a ditadura da minoria que tem a chave do mercado sobre a maioria que não a tem. Estão transformando o país por sua iniciativa prática e sua cultura da auto-ajuda.

Por que meios se democratiza o mercado? Por uma transformação pontual, porém direcionada, de políticas, práticas e instituições. Numa primeira etapa, é levantar a mão morta dos interesses privilegiados, que açambarcam os favores do Estado. E construir uma alternativa entre o “laissez-faire” e a rendição às clientelas poderosas. O país suspeita que toda alusão a políticas industriais e comerciais, ou à coordenação estratégica entre o poder público e a iniciativa privada, representa apenas uma maneira velada de justificar a distribuição a apaniguados de reservas de mercado, oligopólios consentidos e dinheiro barato.

A solução é submeter a ajuda a critérios de desempenho, administrados de maneira independente e descentralizada. É exigir que ela se justifique por seu efeito sobre a ampliação social das oportunidades econômicas e sobre a efetivação da concorrência. Com isso, constrói-se uma coordenação estratégica entre o poder público e a iniciativa privada que não se reduza a um conluio entre poderosos e endinheirados.

A segunda etapa da democratização do mercado é estabelecer entre os governos e as empresas um nível intermediário de fundos e centros de apoio. Contariam, de início, com recursos e quadros públicos. Cada vez mais, po-



rém, teriam de se autofinanciar. Identificariam e difundiriam as práticas e tecnologias mais bem-sucedidas. Equipariam os setores da retaguarda produtiva com meios de acesso ao crédito, à tecnologia, ao saber e aos mercados. Estimulariam as vanguardas produtivas a fabricar os materiais e os bens de capital que os setores de retaguarda fossem capazes de aproveitar. Estreitariam, portanto, os vínculos entre os setores mais avançados e mais atrasados da economia. Fomentariam práticas de coordenação estratégica descentralizadas entre governos e grupos de empresas.

Em vez de se impor, do centro, uma só política industrial e comercial, muitas políticas industriais e comerciais coexistiriam experimentalmente. E ajudariam a organizar entre grupos de pequenas e médias empresas as redes de concorrência cooperativa, misturando concorrência com cooperação, que aliam as vantagens da escala aos benefícios da flexibilidade.

O terceiro estágio desta trajetória seria o nascimento de regimes alternativos de propriedade privada e social. Surgiriam dos diferentes tipos de relações desenvolvidas entre os fundos ou centros e as empresas com que lidassem. Num extremo, haveria entre fundos e empresas uma relação distante: o fundo concede recursos e ajuda a quem assegura o retorno mais alto pelo seu uso. Cada participante no processo produtivo tem seu direito de propriedade rigidamente definido. No outro extremo, estaria uma relação íntima: o fundo opera como cerne e cérebro de um conjunto de empreendimentos, ligados pelos vínculos da concorrência cooperativa. Os direitos de propriedade se subdividem e recombinaem de maneira fluida.

O resultado deste experimentalismo institucional na economia é a reinvenção democratizante do mercado. Liberta-se o mercado de práticas e instituições que perpetuam divisões arraigadas entre incluídos e excluídos relativos. Superam-se arranjos que sacrificam as oportunidades da inovação aos dogmas da propriedade.

O quarto eixo da proposta da segunda via é a criação de um regime de partidos fortes. A democratização do mercado tem como contrapartida o aprofundamento da democracia. Não podemos mudar o Brasil dentro de uma democracia sonolenta como aquelas que existem hoje nos países ricos do Atlântico Norte.

Uma democracia de alta energia, servida por um nível elevado de mobilização política dos cidadãos e dotada de mecanismos que resolvam, prontamente, os impasses entre os poderes políticos do Estado, é o que precisamos ter. Como meio para um fim: facilitar a prática freqüente das reformas estruturais que assegurem ao homem e à mulher comuns as condições de sua capacitação. E como fim em si mesmo ou parte integrante de um ideal de sociedade: uma ordem social que diminua a distância entre as atividades que reproduzem a ordem estabelecida e as atividades que a transformam, tornando o indivíduo mais senhor de sua situação.

Algo muito prático e urgente – a construção de um modelo de desenvolvimento democratizante e includente – vincula-se, assim, a algo radical e remoto – a tentativa de dar forma prática e, portanto, institucional a uma civilização que quer reconciliar o engrandecimento do indivíduo com a manifestação social da ternura, e a participação num mundo determinado com a capacidade de transcender todo mundo determinado. Capacidade própria de um ser que é um infinito preso dentro do finito.

As instituições que caracterizam as democracias contemporâneas são produtos de dois conjuntos de práticas e idéias. O primeiro conjunto é um estilo de organização e de pensamento que associa, desnecessariamente, o objetivo liberal de fragmentar o poder ao objetivo conservador de desacelerar a transformação da sociedade pela política. O resultado é facilitar os impedimentos que cada poder do Estado pode opor aos outros poderes. É dificultar, em nome da liberdade, a mobilização do poder público em favor de qualquer projeto constitucional definido e arrojado.

Destas técnicas constitui o exemplo mais conhecido a separação de poderes, reforçada pelo sistema de “freios e contrapesos”, sob o regime presidencialista clássico que copiamos dos americanos.

Conseguem-se, porém, efeitos igualmente inibidores de transformações sob as formas parlamentaristas e mistas tradicionais de governo, graças a um complexo de influências. Entre estas influências estão: a falta de um procedimento legislativo que distinga e privilegie as propostas programáticas em contraste com a legislação episódica; a desmobilização política do eleitorado nos períodos não-eleitorais; a orientação dos legisladores à prestação de serviços a seus representados; o extraordinário poder dos interesses minoritários porém endinheirados, organizados e vigilantes, dentro de uma política abandonada pelas maiorias desorganizadas e descrentes; e o ideário e a prática constitucionais que legitimam, como próprias da democracia, as disputas internas duradouras no aparato do Estado.

A conseqüência genérica deste primeiro grupo de técnicas constitucionais é favorecer e perpetuar os impasses constitucionais, sobretudo aqueles provocados por conflitos sobre propostas de reforma. É estabelecer uma correspondência perversa entre o alcance transformador de um projeto político e a severidade dos obstáculos que se opõem à sua execução.

Compõem o outro elemento desta tradição constitucional as práticas e idéias que perpetuam na sociedade um baixo grau de mobilização política. Não são apenas tradições históricas ou estruturas culturais que produzem este efeito. São também regras específicas como aquelas que negam financiamento público às campanhas eleitorais, estreitam o acesso aos meios de comunicação, rareiam formas de consulta popular e retiram do voto caráter compulsório.

Tais métodos de desmobilização política substituíram um outro grupo de soluções constitucionais. Até a instituição do sufrágio universal e o surgimento de partidos de massa na segunda metade do século dezenove, estas soluções mais antigas integravam, juntamente com os métodos de fragmentação do poder e desaceleração da política, a tradição constitucional reinante. Filtravam a representação popular, restringindo o sufrágio, barrando o caminho de lideranças populares alcunhadas de demagógicas e ajudando a assegurar a condução dos negócios públicos por notáveis, saídos das classes proprietárias e educadas. À medida que se enfraquecia a contestação exercida por movimentos que procuravam representar os trabalhadores, estes filtros da representação popular tornaram-se supérfluos.

Para resolver nossos problemas, temos de substituir tanto as práticas que deixam a política desmobilizada quanto aquelas que perpetuam os impasses. Precisamos de instituições políticas que mantenham a cidadania num nível alto, porém institucionalizado, de mobilização política e que facilitem a resolução pronta dos impasses entre os poderes do Estado. Tanto as soluções mobilizadoras quanto as soluções superadoras de impasse passam pela combinação de traços da democracia representativa com características da democracia direta.

A hipótese que fundamenta tais inovações é que só uma política quente — dependente de engajamento cívico e fecunda em contrastes programáticos — pode ter um conteúdo estrutural. Só ela pode renovar, ainda que parte por parte e passo por passo, as premissas institucionais e ideológicas de uma sociedade.

A política mais calorosa não precisa nem deve, entretanto, ser uma política personalista e extra-institucional. Ela exige a criação de instituições próprias. Ao fortalecer o potencial transformador da política, estas instituições preservam o objetivo liberal de dividir o poder, mas rejeitam o viés conservador de fazer a política andar devagar. Num sentido mais profundo, elas exemplificam o esforço para diminuir a distância entre as ações rotineiras que praticamos dentro da organização existente da sociedade e da cultura e os atos excepcionais com que desafiemos e mudamos este arcabouço.

Tudo isso pode parecer remoto e especulativo. Num país como o Brasil, porém, começa na tentativa prática de construir um regime de partidos fortes. Esta é a porta de entrada tanto para as reformas mobilizadoras da cidadania quanto para as reformas quebradoras dos impasses.

Duas medidas são prioritárias na criação de um regime de partidos fortes no Brasil de nossos dias. Uma é o financiamento público das campanhas eleitorais. A outra é o avanço em direção ao sistema de "listas fechadas": o eleitor vota em partido em vez de votar em candidato e tem de brigar por democracia dentro dos partidos.

A elevação persistente do engajamento cívico institucionalizado passa, também, por uma reforma dos acessos aos meios de comunicação em massa: impedindo a concentração de diferentes meios nas mesmas mãos e nos mesmos mercados, promovendo a diversificação das formas de propriedade dos veículos, inclusive pelas cooperativas de jornalistas e pelas fundações independentes, e impondo, em troca das concessões, o acesso gratuito ampliado à televisão e ao rádio em favor tanto dos partidos políticos quanto dos movimentos sociais organizados.

A melhor maneira de assegurar, no futuro, o rompimento pronto de impasses pode ser um regime parlamentarista, no quadro de uma política mobilizadora, que conte com partidos fortes. Entretanto, a adoção precoce do parlamentarismo concentraria poder na classe política. Suprimiria a pressão plebiscitária a que, em circunstâncias como a nossa, a eleição presidencial ainda pode servir. Não basta entregar o poder aos parlamentos e aos partidos sem quebrar o controle oligárquico do Estado. Não basta parlamentarizar sem dar poder político mais efetivo às maiorias desorganizadas.

A solução é passar por um estágio em que mantemos o regime presidencial, mas o parlamentarizamos de uma maneira específica e incomum, curando-o de seu maior defeito: a vocação para paralisar o poder, perpetuando os impasses. Para isso, temos de dotar o regime de mecanismos que rompem os impasses pelo engajamento direto do eleitorado na sua resolução: ora por plebiscitos e referendos abrangentes e acordados entre o presidente e o Congresso, ora pelo exercício do direito que teriam tanto o presidente quanto o Congresso para convocar, diante de uma paralisia do governo, eleições antecipadas e simultâneas para os dois poderes políticos.

Tão importante quanto o conteúdo destas propostas é a prática de pensamento que elas exemplificam. Trata o efeito das formas constitucionais como dependente de características próprias do meio social em que operam. Não há, por exemplo, lógica inerente e universal aos regimes presidencialista e parlamentar. Ao mesmo tempo, porém, recusa-se a ver estruturas jurídicas e constitucionais como epifenômenos de forças econômicas e sociais. Representam um antedestino que permite aos povos escapar ao destino traçado pela inércia das tradições e das circunstâncias.

A proposta da segunda via, definida por estas quatro diretrizes – mobilização dos recursos nacionais, capacitação dos brasileiros, democratização do mercado e aprofundamento da democracia – não é uma planilha nem uma utopia. É apenas o esboço de um possível próximo passo. Mostra como retomar o desenvolvimento de uma forma que aproveite melhor a energia de todos. Procura lançar as bases institucionais de uma vida em sociedade que reconcilie a pujança com a ternura, como quer o coração brasileiro.

Todo país precisa dizer não às idéias e aos interesses dominantes no mundo e na época em que emerge. Assim fizeram os países que hoje nos esmera-

mos em imitar. Insistimos em fazer o que dizem em vez de fazer o que fizeram. Os governantes do Brasil preferem ver o país premiado pela obediência. Fazer o dever de casa – a metáfora do aluno submisso – virou sua metáfora predileta. É um caminho que, para país grande, nunca deu certo. Só há salvamento nacional pela rebeldia nacional. Não basta, porém, querer rebelar-se. É preciso saber como.

A proposta da segunda via pressupõe uma imagem daquilo que a política transformadora possa e deva ser. Esta imagem entra em conflito com os dois tipos de política que têm dominado a história moderna de todo o mundo. Há uma política revolucionária, de mudanças institucionais rápidas e sistêmicas, conduzidas por lideranças pessoais que mobilizam maiorias desorganizadas, em momentos de crise, como guerras e depressões econômicas. E há uma política de pequenos ajustes, voltada para a redistribuição de benefícios e custos, vantagens e desvantagens, negociada por grupos ou partidos políticos entre minorias organizadas (os interesses poderosos do lugar e da época) e característica dos períodos de normalidade.

Os praticantes desta segunda política se têm na conta de realistas. São, porém, realistas míopes e incapazes. A prática deles costuma soçobrar no esforço frustrado e frustrante de renegociar acordos entre os grandes interesses organizados que dominam a vida pública. Apresentam a pobreza de resultados desta política como justificativa do abandono de compromissos mais transformadores. Se nem este pouco se consegue, dizem, quanto mais um esforço ambicioso de mudar instituições estabelecidas e idéias acatadas. Esquecem que qualquer política que renuncie à tentativa de mudar, ainda que por partes, as premissas institucionais e ideológicas de uma sociedade e de elevar, pela mobilização dos cidadãos e a dialética das propostas, a temperatura da política se condena à impotência.

Daí a necessidade de uma terceira política. Uma política que mude instituições e ideologias, ainda que de maneira pontual e gradativa, que combine a mobilização das maiorias desorganizadas com a negociação entre as minorias organizadas, e que dispense a ruína como parteira da mudança. Esta política não é reformista nem revolucionária. Ela prima pela busca das reformas revolucionárias: aquelas que tocam na estrutura que determina, em cada sociedade, o curso e os limites das atividades rotineiras. Para que esta política transformadora possa prosperar como prática, ela precisa existir, também, como idéia.

Não é brasileira senão universal a necessidade das crises para produzir mudanças. Os teóricos sustentavam que as grandes mudanças viriam como desfecho das contradições internas das sociedades. Erraram. Vieram e vêm com os desastres militares e econômicos.

O que é característico do Brasil é ter elites que, embora estéreis na criação de idéias ou instituições que interessem à humanidade, são fecundas em estratégias de sobrevivência. É ter uma história que, para o bem e para o mal, sempre foi pobre em crises inescapáveis e rupturas decisivas e rica em evasões, concessões e combinações. No Brasil, o sincretismo virou o problema e a solução.

Da humanidade, dizem que prefere a ruína à mudança. Entretanto, não está escrito nos astros que tenhamos que viver catástrofes antes de conseguir transformações. As instituições e as práticas, inclusive as práticas do pensamento, podem ser organizadas para facilitar sua própria revisão. Com isso, afrouxam o vínculo que faz a mudança depender da crise. É um objetivo que devemos perseguir, porque é uma maneira de nos capacitar e de nos engrandecer, individual e coletivamente. E porque nos ajuda a trilhar o caminho em que as condições do progresso material se cruzam com as condições da emancipação do indivíduo. Faz parte do que a política tem de ser para atuar como antidestino.

A quem interessa a proposta da segunda via? Ao operariado, urbano e rural, destituído dos instrumentos básicos da vida econômica e cívica. Aos milhões que estão tentando ascender, pelo esforço e pela auto-ajuda, à vida da pequena burguesia. À classe média tradicional, ansiosa por dignidade econômica e profissional, descrente da política e dos partidos, vergada com o ônus de pagar a escola particular e o plano de saúde e inconformada com o regime do nepotismo e do favor. Aos empresários que querem poder produzir e inovar, sem ter de ver a estabilidade da moeda mantida sob condições que inviabilizam o crescimento da produção, e a política econômica condenada a oscilar entre o "laissez-faire" e a rendição às clientelas.

Dizer que a segunda via serve para todos eles é apenas insistir que cada um desses grupos tem interesses e valores que esta proposta reconhece. É negar que a relação entre projetos e agentes se desdobre de acordo com as regras de teorias, como o marxismo, que vinculam cada grande avanço ao triunfo de uma classe definida.

Para estes grupos todos, mas ainda não por intermédio deles. Servidos os interesses, faltam, ainda, os agentes. Onde estão os homens e as mulheres que podem mais facilmente passar de beneficiários potenciais a agentes decididos desta proposta? As idéias progressistas mais prestigiadas no Brasil hoje sugerem uma resposta a esta pergunta. A realidade do país, porém, impõe outra resposta, bem diferente.

Segundo as idéias em moda, os organizados é que devem estar à frente das lutas democratizantes e redistribuidoras. A sociedade civil brasileira não dispunha até recentemente de instrumentos confiáveis de auto-organização. Tinha as organizações ditas corporativistas que lhe foram legadas pelo regime de Getúlio Vargas: o sistema de sindicatos de trabalhadores, associações

patronais e câmaras de representação e negociação desenhadas sob o Estado Novo. Prestavam-se ora a um tutela governamental dos grupos de que mais diretamente dependiam as iniciativas do regime, ora a acertos entre estes clientes coletivos e o Estado que os havia organizado e favorecido.

Já antes do golpe militar de 1964, algumas áreas do sindicalismo haviam começado a usar o arcabouço corporativista legado pelo período de Getúlio como plataforma de uma militância mais independente. Durante os vinte e um anos da ditadura militar, despontara um sindicalismo independente do Estado. Junto com ele apareceram, em toda a parte, associações comunitárias e religiosas. A sociedade civil começara a sair da tutela do Estado e a falar com sua própria voz. Sob o regime redemocratizado da Constituição de 1988, a tendência persistiu, embora sujeita aos reveses da desilusão política e da queda econômica.

A resposta à pergunta – Quem é o agente? – seria, portanto: os organizados. Atuariam como a vanguarda da maioria ainda desorganizada do país, enquanto ajudassem a organizá-la. Formariam o núcleo de uma esfera pública, porém não estatal, que daria força à cidadania num país ainda desacostumado a ter cidadãos. Surgiu até um partido político – o Partido dos Trabalhadores – fundado sob a influência de tais idéias. Há, contudo, duas objeções à aceitação dos organizados como o agente social e político privilegiado da segunda via. A primeira objeção é que, como tantas outras supostas vanguardas, os organizados se mostram apegados a interesses próprios e parciais. Estes interesses freqüentemente se contrapõem ao bem da maioria desorganizada. E tanto da maioria desorganizada da classe média quanto da maioria desorganizada do operariado.

A segunda objeção contra a agência privilegiada dos organizados é que mesmo os organizados costumam ser representados por pequenos aparelhos de militantes. São os homens e as mulheres das assembléias e das negociações, do “narcisismo das pequenas diferenças” e dos enfrentamentos sectários, dos golpes e contragolpes, levando para a política de suas organizações as atitudes e os estilos da política estudantil em que se formaram. O que seria tédio para os representados vira gozo e oportunidade para os representantes. Quanto mais se deleitam, em conspirações venezianas, com o que Fourier chamou “a paixão cabalística” menos têm em comum com seus supostos representados.

O lugar especial que as novas idéias progressistas reservam aos organizados e a seus líderes, a argumentação deste livro prefere atribuir a um agente bem mais tradicional na história brasileira: a classe média, a maioria dela desorganizada.

No Brasil, hoje, classe média é quem, vivendo de salário, numa carreira profissional, no quadro de uma empresa, no serviço público ou num pequeno negócio, atua, fala e veste de modo a não se deixar confundir com operá-

rio ou popular. Cursou faculdade. Paga, com dificuldade, escola particular e plano de saúde. É tipicamente um operário de mesa de escritório, com uma identidade burguesa. Tem de velar todo dia pela reprodução material das condições que permitam mantê-la. Não tem poder, a não ser sobre empregadas domésticas, nem patrimônio, a não ser o bastante para comprar, aos poucos e a prestação, os indícios de um padrão de vida convencionalmente associado à classe média: o automóvel particular, o pequeno apartamento e, em bons tempos, a viagem de família.

Trata de acompanhar os acontecimentos no país e no mundo. Identifica nos Estados Unidos e na Europa a fonte maior dos padrões de comportamento e consumo – o “primeiro mundo”. Sente, frustrado, que o Brasil, apesar de todas as demonstrações localizadas de energia, engenho e empreendimento, permanece distante deles. Sua religião mais fervorosa tem sido a da palavra dada e cumprida, a da responsabilidade e da auto-ajuda, e sua experiência mais persistente da vida brasileira, a da impunidade, da dependência e do favor.

Esta classe média continua a ser, no Brasil, o centro da nação política: a parte do país que sente possuir o mínimo de informação e independência para ter opiniões definidas sobre o que se passa na vida pública. Ela opera o Estado e reclama contra o Estado. Escreve o jornal e o lê. Raramente, porém, se sente no controle do país, já que tanto do que é feito em seu nome serve a interesses e valores antagônicos aos seus.

O que de mais importante aconteceu na história do Brasil ocorreu nos momentos em que a classe média e seus predecessores produziram, por intermédio de lideranças saídas de seu meio, uma nova maneira de desenvolver e democratizar o Brasil. Assim foi tudo desde o próprio movimento da independência: a abolição da escravatura, a proclamação da república, a agitação jacobina informada sob a vida daquele regime, a luta para construir uma democracia menos fictícia, o desenvolvimentismo da década de 1950 e a resistência contra a ditadura militar, culminando na campanha pelas eleições diretas. Quando pelo contrário, esta classe média marchou junto com a plutocracia, como na rebelião constitucionalista de São Paulo em 1932 ou no golpe de 1964, o resultado dividiu o país, em vez de unificá-lo em torno de uma nova proposta nacional e popular.

Para forjar tais propostas sempre foi necessário combinar uma maneira prática de afrouxar o domínio dos graúdos sobre o Estado com um ato de rebeldia contra os interesses estrangeiros a que eles se aliavam. E assim como era necessário dividir os graúdos para ganhar, assim também era preciso aproveitar alguns interesses estrangeiros para derrotar outros.

O que propõe a classe média nesses dias do discurso da terceira via? Parte da minoria organizada radicaliza, sob a bandeira do PT, na defesa dos resíduos do antigo modelo protecionista e corporativista. A maioria desorga-



nizada oscila entre a cultura da desilusão – a substituição da política pela auto-ajuda – e a busca frustrada de uma maneira de fazer ressurgir a antiga campanha pela democracia e pelo desenvolvimento. Continua a ser uma busca cega, sem rumo nem veículo.

A única idéia disponível, o discurso da terceira via, a humanização do inevitável econômico por meio das boas intenções sociais, nunca bastou, nem pode bastar. Os partidos em que confiaram – supostas entidades de centro-esquerda, como o PMDB e o PSDB – desfiguraram-se e perderam-se na chegada ao poder, vítimas tanto da inconsistência de seu ideário quanto da fragilidade de sua organização.

A classe média, sobretudo sua maioria desorganizada e as lideranças que dela possam surgir, tem de tomar a frente da proposta da segunda via para que ela vingue. Tem de elaborar idéias que associem cada visão do social a uma proposta para reorganizar o país. E tem de construir partidos que não se deixem seduzir pelo poder nem se corromper pela impotência. Partidos que combinem arrojo nos propósitos com moderação nas palavras e nas atitudes.

A classe média, porém, não é o sal da terra nem o grão de mostarda. Não é, em outra linguagem, aquela classe cujos interesses específicos convergem com o interesse geral da sociedade no desenvolvimento das forças produtivas. É apenas o grupo que hoje melhor combina a motivação para construir um projeto desenvolvimentista e democratizante com a oportunidade de fazê-lo.

Milhões de trabalhadores podem vir a seguir um caminho de ascensão e reforma que a classe média abriu. Dirão, ao segui-lo: vamos por aí também, pois nesse caminho reconhecemos uma maneira de resolver os problemas de quem carece de lugar cativo no conluio dos endinheirados e na confederação dos corporativismos. E aí a classe média perderá, pouco a pouco, o papel iniciador. Perdê-lo-á não porque outra classe lhe tomará o lugar, mas porque iniciadores poderão ser todos.

Não é, portanto, a dialética da história que confere agora essa tarefa desbravadora à classe média. Não é o desígnio da providência. É apenas uma circunstância que ainda não conseguimos mudar, porque ainda não conseguimos substituir as instituições que a perpetuam. Tratemos de compreendê-la e aproveitá-la.

Na história do Brasil independente, sempre houve dois grandes partidos de opinião, nunca reunidos em partidos políticos contrapostos. São o partido da onda e o partido da mensagem.

A doutrina do partido da onda é: vamos aderir à onda. A onda é o sistema de forças e práticas, de trocas e subordinações, sustentado no mundo pelas grandes potências da época. Aderir à onda significa aceitar a realidade do

atraso e da fraqueza relativos do Brasil, e assumir, dentro do sistema, o lugar que ele impõe a um país como o nosso. A maneira de melhorar de lugar é aceitar as regras do jogo, aproveitando as oportunidades que elas e as circunstâncias propiciem.

A contrapartida a tal resignação é a disposição de manejar o país como o conjunto de hierarquias, desigualdades e compromissos, de classe e raça, que ele realmente é. Um povo relativamente desprovido de educação e capital, como tem sido o brasileiro, não pode pretender abrir um caminho divergente daquele que lhe é traçado pelo sistema mundial. O progresso persistente dentro deste sistema oferece a melhor perspectiva para a lenta ampliação das oportunidades econômicas e culturais e portanto para a superação gradativa das desigualdades mais extremadas. Um desvio nacional voluntarioso acabará em revés, pois pressupõe capacidades que ainda nos faltam.

No cerne da proposta do partido da onda, há um aparente paradoxo. O objetivo é seguir o exemplo dos países mais ricos e poderosos, nossos modelos do Atlântico Norte. Entretanto, a melhor maneira de segui-lo, segundo o receituário do partido da onda, é reconhecer a impossibilidade de virarmos, de chofre, tão prósperos, tão livres e tão iguais quanto alguns deles já se tornaram. Façamos o que dizem, não o que fazem, para podermos, amanhã, fazer o que fazem. Não adianta fingirmos que, por algumas reviravoltas e canetadas, vamos virar suíços e suecos. Aceitar nossa distância dos países bem-sucedidos e modelares é, para o partido da onda, o começo da sabedoria para um estadista brasileiro.

O partido da onda raramente expôs suas premissas. Prefere sempre embulhar sua mensagem de prudência e pragmatismo nas ideologias prestigiosas da época: liberais ou republicanas, social-liberais ou social-democratas. A idéia da terceira via também pode servir como uma das oportunidades mais recentes para vestir o conveniente e o necessário na roupagem do respeitável. O partido da onda cuidou de não radicalizar na insistência em reproduzir rapidamente no Brasil, em favor dos trabalhadores e da pequena classe média, a mesma forma de vida já desfrutada pelos países modelos. Uma coisa era imitar, sem radicalismos ou ilusões, ideais e instituições americanas ou inglesas; outra coisa, esperar que aqui produzissem, da noite para o dia, realidades americanas ou inglesas.

As teorias sociais evolutivas e deterministas legadas pelo século XIX sempre tiveram relação ambígua com as idéias do partido da onda. A concepção de um roteiro pré-definido de progresso, impiedosa para com desvios e invenções, serve aos propósitos do partido.

Há, contudo, muito em tais teorias que o partido da onda não pode assimilar. Há a idéia de uma superação, às vezes dramática e conflituosa, das estruturas estabelecidas na sociedade contemporânea. E há, às vezes, o recurso a conceitos como imperialismo ou colonialismo, fundados no estudo das relações

de dominação e dependência entre os países, que parecem convites à resistência. Por isso, quem quisesse usar essas grandes narrativas deterministas para sustentar as teses do partido da onda sempre teve que atenuar a esperança sobre o futuro para carregar no fatalismo sobre o presente.

Foi o que fizeram, em nossos dias, os ex-marxistas que aderiram, sob o rótulo de social-democratas, ao partido da onda. O espírito da época forneceu-lhes o machado. Com ele, cortaram o marxismo em dois pedaços. Jogaram fora a parte boa – as aspirações transformadoras – para ficar só com a parte ruim – o fatalismo histórico – mudando-lhe o sentido político. Com isso, facilitaram a convergência com a tradição intelectual vinda das ciências sociais positivas, e sobretudo da teoria econômica, tal como cultivadas na academia americana.

Contra o partido da onda, insurgiu-se sempre, no Brasil, o partido da mensagem. Não se contenta o partido da mensagem em ver o país encaixado na correlação de forças desenhada pelas grandes potências da época. Não lhe basta aderir à onda dos americanos ou ingleses, dos franceses ou alemães, se a maneira de aderir à ordem liderada por eles significa continuar a ser tão diferente deles: tão menos igual, tão menos livre, tão menos capaz do que eles de contar com as garantias do direito contra as práticas do favorecimento e as realidades da subjugação.

O partido da mensagem quer civilização agora. Quer civilização – as formas morais e jurídicas de vida difundidas em nossos países modelos – como condição, não apenas como consequência, de nosso progresso. Rejeita a idéia dialética e conservadora, tão querida do partido da onda, de que para nos civilizarmos precisamos contemporizar com a barbárie. Tem sido, portanto, no Brasil, o partido dos impacientes, intransigentes e inconformados.

Ao partido da mensagem pertenceram os liberais clássicos brasileiros, os positivistas jacobinos e reformadores, os socialistas doutrinários e, em dias mais recentes, tanto os que procuraram reproduzir no Brasil uma nova esquerda forjada na militância sindical e comunitária e na representação dos organizados quanto os radicais sinceros do livre mercado. Ao partido da mensagem pertenceram algumas das figuras que definiram o eixo da nossa cultura política de classe média, como Rui Barbosa. Mas o único presidente da República que se lhe possa atribuir foi o primeiro, Prudente de Moraes.

Os mensageiros – isto é, os membros do partido da mensagem – sempre entenderam que sua dificuldade estava na acumulação de interesses e atavismos que se opunha às reformas civilizadoras. Parecem haver convencido o país disso. Entretanto, o país e os mensageiros estão errados. O problema maior do partido da mensagem sempre foi a mensagem.

O partido da mensagem propõe como mensagem a cópia: reproduzir as instituições, liberais ou socializantes, dos países modelos, para assegurar,

pela imitação institucional, os resultados civilizadores. Nada é tão constante no trabalho do partido da mensagem quanto sua falta de originalidade.

Em nenhuma parte, o espírito imitativo foi mais longe do que nas idéias sobre *como organizar, institucionalmente, o país*. Pouco importava se a linguagem era do voluntarismo autoritário e jacobino, como entre os positivistas gaúchos, ou a da convergência natural aos melhores modelos, como entre os economistas liberais da segunda metade do século. Fosse pelo triunfo da vontade sobre as conseqüências do atraso ou pela rendição da razão aos imperativos do progresso, o resultado era sempre renegar o imperativo da inovação institucional.

Pela maior parte da história brasileira, a idéia da cópia institucional andou no cerne da cultura jurídica, na qual permanece fossilizada até hoje. Pois o resíduo do escolasticismo doutrinário que sempre dominou nossa cultura jurídica é um conjunto de regras e conceitos sobre como se organiza, ponto por ponto, uma sociedade civilizada, quer dizer uma sociedade como aquela que nos esmeramos em imitar. A ciência econômica que, nas últimas décadas do século vinte, substituiu a cultura jurídica como discurso de estado da elite brasileira, forneceu mais uma maneira de ver as instituições então dominantes nas economias do Atlântico Norte como exigências inelutáveis de liberdade e eficiência. A teoria econômica que se transportou nesta época para o Brasil era a síntese do pensamento econômico clássico com o keynesianismo despolitizado que os economistas americanos haviam articulado no pós-guerra sob o rótulo de "síntese neoclássica." Reconciliava a descoberta keynesiana das formas de rigidez capazes de perpetuar recessão e desemprego com as premissas clássicas sobre o auto-equilíbrio dos mercados. Justificava um intervencionismo estatal limitado, no manejo da política fiscal e monetária. E tratava como mais ou menos natural e necessário, já que credenciado pela experiência, o arcabouço institucional em que se desenvolvia a atividade econômica. Só um trauma, como a crise financeira internacional de 1997-1998 deixava patentes, a alguns de seus próprios adeptos, as limitações do pensamento econômico dominante.

Propor como mensagem a cópia institucional foi a raiz de todos os erros e malogros do partido da mensagem. Transplantadas para o Brasil, as instituições vinham desacompanhadas da história de conflito e transformação que as havia produzido. As instituições copiadas regularmente produziram resultados inesperados e desalentadores quando não eram minadas ou pervertidas pelas realidades teimosas do país. Dois exemplos bastam para caracterizar o problema: um, sobre a forma de governo; outro, sobre a economia de mercado.

O presidencialismo americano, copiado desde a Primeira República no Brasil, radicalizou entre nós o contraste, já prenunciado na história dos Estados Unidos, entre expectativas de reforma e regras desenhadas para pro-

longar impasses e dificultar transformações (o sistema clássico de divisão de poderes, os “freios e contrapesos”). Forte para favorecer ou punir, o presidente era, neste regime, fraco para transformar.

O parlamentarismo europeu começou, portanto, a parecer uma alternativa às frustrações, aos impasses e às crises a que o presidencialismo importado condenava o país. Só que, a curto prazo, a adoção do parlamentarismo, nas condições reais do Brasil, concentraria poder numa classe política que ainda precisava da pressão plebiscitária do presidencialismo para formar maiorias que sustentassem um programa como o desta segunda via. Por isso mesmo, a proposta parlamentarista era ressuscitada, a despeito da antipatia com que a recebia a maioria do eleitorado, sempre que parecia haver risco de perda do controle do poder central pelo partido da onda, que passara a governar o país em nome de idéias social-democratas ou social-liberais. Seria preciso manter, por algum tempo, o potencial de pressão popular e desestabilização construtiva, do regime presidencialista, dotando, porém, o regime de meios para a pronta resolução dos impasses. Entre tais meios poderiam figurar o recurso a plebiscitos ou referendos abrangentes e o poder a ser investido, tanto no Congresso quanto no presidente, de convocar eleições antecipadas e simultâneas para os dois poderes. O resultado seria inverter a lógica do regime presidencialista tal como desenhado por Madison, transformando-o em máquina para acelerar a política transformadora.

Tais reformas teriam de fazer parte de uma empreitada mais ampla: a reconstrução institucional da democracia representativa e sua reconciliação com elementos da democracia direta. Dois conjuntos de idéias e arranjos institucionais definem o tipo de democracia que hoje prevalece nos países do Atlântico Norte. Um destes conjuntos ajuda a desacelerar a política transformadora pela maneira como organiza o Estado. O outro conjunto trata de manter a sociedade num nível relativamente baixo de engajamento político.

Do primeiro, o presidencialismo americano constitui o exemplo extremo. Do segundo, o que mais importa é a maneira de organizar a relação da política com o dinheiro e a mídia. As duas vertentes desta tradição convergem para criar uma democracia de baixa energia. E foi a democracia de baixa energia a que o partido da onda pressupôs e o partido da mensagem, inconscientemente, abraçou.

A democracia de baixa energia não presta para o Brasil. Somos um país que precisa refazer suas instituições para renovar seu espírito. Não temos por que nos amarrar ao exemplo de países como os Estados Unidos, que adotaram instituições que fazem as reformas depender das crises econômicas ou militares. O que vale para as instituições políticas, aplica-se, também, às econômicas. O mercado não cria seus próprios pressupostos, entre eles pessoas com o equipamento econômico e cultural necessário para atuar com eficácia. Entre as maneiras de organizar uma economia de mercado há algu-

mas que aumentam o acesso aos recursos e às oportunidades, trabalhando para ampliar o rol dos agentes econômicos. Já outras funcionam para instrumentalizar uma ditadura da minoria que tem a chave do mercado sobre a maioria que não a tem.

A forma característica desta ditadura no mundo contemporâneo é a divisão, dentro de cada economia, entre um setor avançado, caracterizado tanto por recursos superiores quanto por métodos experimentalistas, e uma vasta retaguarda produtiva, esfomeada de acesso a recursos e oportunidades. A ordem econômica mundial organiza-se como uma confederação destes setores avançados, que trocam entre si não só bens, serviços e tecnologias mas também quadros, práticas e idéias.

Para derrubar a ditadura dos que têm a chave do mercado sobre os que não a têm, não basta educar o cidadão e o trabalhador. É preciso descentralizar radicalmente o acesso aos recursos e às oportunidades e generalizar em toda a economia as práticas de coordenação anti-hierárquica, concorrência cooperativa e inovação permanente que caracterizam as vanguardas produtivas. Para isso é preciso desenvolver formas de parceria descentralizada entre o poder público e a iniciativa privada, criando, entre ambos, um nível intermediário de fundos e centros de apoio, independentes e competitivos. Destas entidades intermediárias e dos diferentes tipos de relação que possam manter com as empresas que apóiem surgiram, aos poucos, regimes alternativos de propriedade. Tais regimes viriam a coexistir, experimentalmente, dentro da mesma economia democratizada de mercado.

Seria como que universalizar para a economia como um todo o que, no curso do século dezenove, fizeram os Estados Unidos e muitos países europeus. Organizaram, sobre a base de uma aliança entre o Estado e a pequena propriedade rural, a agricultura de porte familiar. Não há exemplo da generalização desta aliança para toda a economia; o maior desafio montado contra o tipo emergente de "capitalismo" no século dezenove – o desafio pequeno-burguês e cooperativista – não prosperou. Nem podia ou poderá prosperar enquanto ficar atrelada ao regime restritivo e arcaico da pequena propriedade estanque, ainda que envolvida numa teia de relações cooperativistas.

O desenvolvimento, em países como o Brasil, de instituições capazes de democratizar o mercado, superando as divisões entre vanguardas e retaguardas produtivas, resgata e reabre esta tradição derrotada. Só o pode fazer, porém, substituindo o compromisso oneroso com a pequena propriedade pela idéia mais ampla de instituições desconcentradoras do acesso aos recursos e às oportunidades. Quem pensa deste modo compreendeu que mais importante do que regular o mercado, ou corrigir nas políticas sociais seus efeitos distributivos, é reorganizar as instituições que constituem o mercado. Faz parte da tarefa que o partido da mensagem deixou de cumprir no Brasil.

A insistência em ter como mensagem a cópia das instituições dos países modelo tem sido, portanto, o vício fatal do partido da mensagem. Com ele está estreitamente ligado um segundo defeito custoso deste partido: o culto exagerado da respeitabilidade na forma da ação política. Respeitabilidade não quer dizer apenas honestidade, de fato e de aparência, requisito indispensável de qualquer política, sobretudo num país onde se presumem aproveitadores os políticos.

A respeitabilidade é o apego à maneira de falar e atuar que os cultos apreciam porque a identificam com os modelos europeus de civilização política. Como o Brasil continua a ser um país formado, em grande parte, por gente de educação rudimentar e informação reduzida, o culto da respeitabilidade implica falar de cima para baixo quando se tenta falar aos brasileiros comuns.

Do horror do partido da mensagem à barbárie resulta a fraqueza de seu discurso. É um discurso comumente indecifrável. Não costuma chegar aos destinatários. Quando uma agremiação de quadros, como o PSDB, chega a compartilhar o poder, já abandonou as inibições do partido da mensagem, e passou a militar com afinco no partido da onda.

A respeitabilidade é simplesmente a cópia de um padrão de agir e falar, associado, aos olhos de seus praticantes, com a civilização de que se consideram exilados. Como tal, representa um indício da mesma falta de imaginação que marca o hábito da cópia institucional.

A cura da falta de imaginação é a determinação de expor-se às surpresas e aos conflitos da experiência, de sair de si e encontrar o outro. Com isso, aprende-se, pouco a pouco, a ouvir, a falar e a ser entendido em meio às barreiras intimidadoras que as desigualdades brasileiras impõem ao entendimento e à comunicação entre os brasileiros. A tentativa mais bem-sucedida, no século vinte, de superar a escolha entre o partido da onda e o partido da mensagem foi a seqüência dos dois trabalhistas brasileiros: o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), nos anos que antecederam o golpe militar de 1964, e o Partido dos Trabalhadores (PT), no período da luta pela redemocratização e do regime redemocratizado da constituição de 1988. Entretanto, a caminhada do PTB foi cortada pelo golpe, e sua história foi reescrita, para menosprezar suas realizações, pela esquerda que pretendeu substituí-lo – o PT.

Nunca resolveu o PT os problemas que lhe acompanharam desde a nascença e acabaram por lhe comprometer a capacidade de oferecer uma alternativa poderosa e fecunda: a relação privilegiada com os interesses corporativistas e minoritários dentro da maioria assalariada do país, a falta de uma proposta consistente de refinanciamento e reorganização do Estado e reconstrução das instituições e a rendição a uma cultura política, sectária e paralisante, da esquerda estudantil e sindical. Usou as repetidas e cada vez

menos viáveis candidaturas de seu líder nacional para preencher o vazio do projeto que lhe faltava e garantir a coesão que, na ausência deste projeto, lhe ameaçava fugir das mãos.

Este livro demarca um caminho que diverge tanto do partido da onda quanto do partido da mensagem. Rejeita a idéia da integração subordinada à nova ordem do mundo. Repudia, como horizonte de nossos esforços, a cópia das instituições políticas e econômicas dos países do Atlântico Norte. Dá conteúdo programático – desenvolvimentista e democratizante – à rebeldia nacional.

Dos obstáculos ao avanço da proposta da segunda via, alguns têm a ver com a situação do Brasil; outros, com a situação do mundo. Quatro obstáculos merecem atenção especial. O primeiro é a distância que separa a pregação da inovação institucional da preocupação com as carências materiais e morais que atormentam tanto os trabalhadores quanto a classe média. O segundo são os constrangimentos impostos às rebeldias nacionais pela globalização, como realidade e como mito. O terceiro é a impossibilidade de encontrar, na economia política e nas ciências sociais de nossa época, as idéias de que a segunda via precisa. O quarto é a dificuldade que temos, nas circunstâncias atuais do país, para dar seqüência ao ideal da grandeza: o engrandecimento do homem e da mulher comuns, que constitui o cerne e o alvo do experimentalismo democrático.

Oprimida por ansiedades econômicas e deprimida pela descrença na política, a população pode não ter ouvidos para uma proposta centrada na reconstrução das instituições brasileiras. Quem pode culpar o trabalhador ou cidadão de classe média por exigir que lhe ofereçam soluções para os problemas de seu dia-a-dia antes de tratar com ele sobre os futuros alternativos do país?

Não basta tratar da inovação institucional e do refinanciamento e reorganização do Estado se não soubermos, os defensores desta proposta, dar aos brasileiros um sinal em pagamento de nossa promessa. Daí a importância de iniciativas que traduzem a proposta na linguagem das preocupações cotidianas de emprego e segurança, educação e saúde, transporte e habitação. O debate sobre como enfrentar os problemas das grandes cidades brasileiras oferece, hoje, a melhor oportunidade para dar praticidade e credibilidade à segunda via. Todos somos como Tomás – uns mais, outros menos: para crer, queremos tocar a ferida com o dedo. Neste livro, incluo alguns textos escritos no decurso da campanha pela prefeitura de São Paulo em 2000 que exemplificam este esforço de alcançar as pessoas onde de fato e sempre estão, frente a frente com os problemas do dia-a-dia.

Por isso mesmo, antes de traduzir o distante da reconstrução institucional no imediato das soluções cotidianas, temos de nos credenciar como agentes da proposta. Num meio como o nosso ainda caracterizado pela relatividade



das promessas e pelo descasamento generalizado entre as palavras e os atos, o único credenciamento confiável é o sacrifício. Desproteger-se, despojar-se, trocar a comodidade pela renúncia e pelo risco – estes são os indícios que abrem os ouvidos para ouvir.

É condição necessária, porém insuficiente. Para ganhar o poder, e ganhá-lo em nome de uma idéia compreendida e compartilhada, não basta credenciar-se pela clareza e pelo sacrifício. É preciso penetrar o mundo teatral da mídia. Para isso, é necessário produzir as narrativas que lhe interessem, criando e encarnando as parábolas que aquele mundo for capaz de entender, no seu vaivém entre o entretenimento e o esclarecimento, o preconceito e a revelação. Fazê-lo sem perder o rumo, a compostura e a clareza é a tarefa.

Se o distanciamento entre a proposta transformadora e o cotidiano inescapável é o primeiro obstáculo a superar, o segundo é o conjunto de constrangimentos que se costumou rotular de globalização. Virou o alibi para todas as nossas incapacidades. Nesse papel, apenas renova a retórica do partido da onda, que tradicionalmente governa o Brasil em nome da necessidade de submissão a regras e realidades impostas de fora.

A globalização, porém, não é mera retórica. É um fato de significado distorcido.

Distorcido, primeiro, pela supressão de seu contexto histórico. Basta compararmos os dois períodos históricos mais recentes de internacionalização da economia: o de 1870-1945 e o 1945 até hoje, entrecortados pela ruptura desglobalizante dos anos entre as guerras. O episódio atual de globalização foi, em alguns aspectos, mais longe, porém em outros menos, do que anterior. Até hoje, por exemplo, a decantada internacionalização do capital continua proporcionalmente menor do que chegou a ser naquela experiência anterior.

A diferença mais importante, porém, tem a ver com a relação entre o movimento do dinheiro e o movimento das pessoas. O primeiro episódio de globalização foi caracterizado por migração em massa do velho mundo para o novo. A esta migração em massa se deve, hoje sabemos, muito do efeito igualizador da primeira globalização. Nos países de emigração, este efeito foi imediato. Nos países de imigração, sobreveio um impacto desigualizador de curto prazo: o rebaixamento do valor do trabalho desqualificado. Mesmo nestes países, porém, o dinamismo econômico e o esquentamento político, potencializados pela migração em massa, acabou por ter peso maior do que o aumento, transitório e localizado, da desigualdade.

A regra que preside à atual experiência de globalização é a oposta. O capital começou a ganhar foros de liberdade. Apenas crises financeiras repetidas interromperam sua marcha em direção à liberdade irrestrita. O trabalho ficou aprisionado dentro do Estado-nação ou de blocos de nações relativamente homogêneas como a Comunidade Européia.

Diz a teoria que o livre comércio e a livre circulação do capital farão convergir os retornos ao trabalho nos países assim vinculados. A realidade é outra: sem o efeito dissolvente da migração, os interesses – de países, de classes sociais, de frações da força de trabalho – encastelam-se em seus nichos, transformados em privilégios sacramentados e direitos adquiridos.

Temos de mudar o princípio que preside à globalização. Em vez de permitir que o capital ande livremente enquanto a liberdade do trabalho fica adiada para um futuro hipotético, o trabalho e o capital devem ganhar juntos, porém em pequenos passos cumulativos, a liberdade de atravessar as fronteiras. Só acontecerá quando em alguns dos grandes países continentais marginalizados – a China, a Rússia, a Índia, o Brasil e a Indonésia – começarem a se abrir caminhos próprios de desenvolvimento nacional. Caminhos que, segundo a idéia central deste livro, passam pela inovação institucional. Enquanto não ocorrer esta reorientação, precisamos encontrar soluções que sirvam como equivalentes funcionais da migração em massa para diminuir desigualdades entre os países e dentro deles. Daí a importância de instituições que dêem conteúdo prático ao esforço de democratizar a economia de mercado. É o que os Estados Unidos fizeram no século dezenove ao descentralizar tanto a agricultura quanto os bancos. É o que teria de fazer, de maneira mais generalizada e radical, um país tão desigual como o Brasil. Empobrecida a imaginação das alternativas institucionais, ficam as políticas de transferência fiscal e compensação social como os únicos instrumentos para realizar a obra igualizadora. É um papel que elas são incapazes, sozinhas, de desempenhar. Funcionam apenas como acessórias de mudanças na organização da economia e política.

A globalização tem seu significado distorcido também pelo eufemismo a que se presta: descrever a hegemonia dos Estados Unidos. Atrás da referência abstrata estaria o imperativo concreto de curvar-se ao poderio da “Nova Roma”. Poderio ainda mais avassalador no campo das idéias e atitudes do que no plano dos interesses e das exigências. E que incluiria a necessidade de convergir com as instituições, sobretudo econômicas, dos Estados Unidos. À medida que os países europeus identificados com a “social-democracia” abdicam, sob o efeito do compromisso com a “flexibilidade econômica”, de instituições que representariam um outro caminho, o modelo americano, atenuado pelo compromisso social, começa a parecer o caminho único.

É uma concepção que simplifica perigosamente a variedade dos Estados Unidos. Identifica aquele país com a face que os americanos mostram a países que abandonaram veleidades de inconformismo e originalidade. Tratamos com Wall Street, o Departamento do Tesouro e o FMI porque abraçamos, por conta própria, uma estratégia que nos torna dependentes deles. Fomos nós que nos acorrentamos. Basta lembrar que há muitos anos a China continental, praticante inveterada de heresias boas e ruins, ocupa, de longe, o

primeiro lugar na destinação do investimento americano. A ela, os Estados Unidos mostram outra cara. Assim também seria conosco se soubéssemos combinar a mobilização dos recursos nacionais com a democratização do mercado, como pede a proposta da segunda via.

O terceiro e o mais fundamental sentido em que se distorce o significado da globalização é suprimir o caráter recíproco e relativo da relação entre os constrangimentos internacionais e a pressão nacional. Não é preciso menosprezar o peso das limitações impostas pela globalização para reconhecer que seu efeito depende daquilo que lhes sirva de contrapeso.

A experiência de alguns países do nordeste asiático durante a crise de 1997-1999 demonstrou que não bastam, para resguardar heresias nacionais em economia política, nem um alto nível de poupança doméstica nem a conquista de uma igualdade maior de oportunidades. Descobrimos que a passagem de uma forma relativamente centralizada de coordenação estratégica entre o poder público e a iniciativa privada para outra, mais descentralizada e experimentalista, está cheia de riscos. Um pouco do antigo sistema, misturado com outro tanto de rendição incondicional à ortodoxia da abertura, pode levar ao desastre.

Entretanto, tanto o êxito anterior destas economias quanto a rapidez com que se recuperaram quando abatidas pela instabilidade financeira mostram os benefícios da resistência pensada ao caminho único. Toda heresia nacional é defeituosa. Nenhuma merece ser imitada, como se fosse a encarnação da alternativa que nos falta. Em muitas, porém, como nesta dos “tigres asiáticos”, podemos resgatar elementos capazes de serem aproveitados num roteiro que combina o aprofundamento da democracia com a aceleração do desenvolvimento. O que sabemos não dar certo, porque nunca deu, é obedecer às fórmulas e às conveniências das potências dominantes da época.

Ao capacitar sua população, realizar reformas igualizadoras e acertar sua própria estratégia de crescimento econômico, sem se render a “lobbies” nem se aprisionar em dogmas, uma nação canaliza em proveito próprio as forças da globalização. O problema é que não sabemos hoje como traduzir esta idéia numa organização prática da vida política e econômica do país. Faltam-nos tanto o ideário institucional quanto a estratégia econômica. Tentamos em vão preencher o vazio com as políticas sociais compensatórias. Este livro propõe uma maneira de tratar diretamente o mal que nos aflige.

O terceiro obstáculo que a proposta da segunda via tem de transpor é a falta de idéias adequadas para pensar outro caminho. Cada uma das duas formas de pensamento social influentes agora no Brasil – o marxismo truncado e fossilizado e as ciências sociais positivas, de estilo americano – faz, de seu jeito, a apologia do destino.

O pensamento social moderno encontrou duas maneiras de cercar a imaginação do possível sob o pretexto de explicar o surgimento do existente. As grandes teorias evolutivas, funcionalistas e deterministas do século dezanove distinguiram as rotinas de uma sociedade de suas estruturas institucionais e ideológicas. Viram na reconstrução descontínua destas estruturas a diretriz da história. A idéia da mudança estrutural sofreu, porém, um desvio ao ser combinada com fantasias pseudocientíficas que restringiram a imaginação do possível. Uma delas foi a idéia de que as estruturas, tais como os modos de produção feudal, capitalista e socialista no marxismo, constituem sistemas unitários. Ou se reproduzem ou se substituem, de uma só vez. Outra foi a idéia de que tais sistemas fazem parte de um elenco fechado de opções históricas, que se sucedem numa seqüência predeterminada ou que se realizam sempre que satisfeitas certas condições. Outra ainda foi a crença em leis que governariam a sucessão destas estruturas. Estas leis permaneceriam obscuras aos agentes da história até que a ciência, retrospectivamente, as iluminasse.

Precisamos resgatar a idéia da diferença entre rotinas e estruturas de toda esta bagagem de ilusões deterministas. Não para menosprezar o peso dos ônus que pesam sobre a ação política transformadora. Nem para renunciar ao esforço de explicações gerais. O objetivo é radicalizar aquilo que é mais importante nesta tradição do pensamento social moderno: o reconhecimento de que a ordem estabelecida numa sociedade é um produto de luta, uma criação, coletiva e constringida, dos homens, não um dado da natureza. A política, no sentido amplo, não é, portanto, fenômeno de superfície. Chega até o fundo da vida social.

A outra voz do destino estabelecida no Brasil hoje é uma prática de ciência social, sediada na academia dos Estados Unidos, que descarta a idéia das alternativas estruturais. Para ela, as instituições existentes representam o resultado de uma lenta decantação evolutiva: o resíduo de inúmeras reconciliações de interesses contrapostos e soluções de problemas práticos. As disciplinas humanistas oferecem a única resistência a esta concepção da história como o triunfo, lento porém inexorável, da razão prática. Das ciências sociais que dispensam a idéia de alternativas e descontinuidades estruturais, a mais influente é a econômica. Não a teoria econômica, austera e agnóstica, dos livros, senão o ideário, aplicado e intrometido, dos tecnocratas e conselheiros que ensinam como trilhar o caminho único.

Nos países ricos prevalece uma versão desta ciência econômica que estuda pretensas regras e regularidades entre agregados econômicos, como os níveis de poupança, investimento e emprego. Seus praticantes reconhecem que tais regularidades dependem de muitas condições institucionais. Enquanto, porém, a sociedade deixa de sofrer grandes sacudidas, a não ser aquelas provocadas pelos ciclos econômicos e a instabilidade financeira, as institui-

ções podem, na prática, ser tomadas como dadas. Basta qualquer crise, ainda que pequena, para expor limitações e suscitar dúvidas, logo dissipadas quando a crise cede, de novo, à rotina.

As descobertas destas ciências sociais ajudam a liquidar de vez o legado do determinismo estrutural sistemático que marcava teorias como o marxismo. E fornecem, a quem procure, subsídios para explicar os fenômenos históricos e sociais de uma maneira que ilumina nossa capacidade de usar a política para reorganizar a sociedade.

Um fatalismo pode, contudo, suceder a outro. É o que acontecerá se toda esta acuidade empírica e analítica não for enriquecida por aquilo que mais falta a esta prática da ciência social: o reconhecimento dos pressupostos institucionais e conceituais de uma sociedade e a percepção do papel, limitado mas poderoso, que a consciência e a vontade podem desempenhar em sua transformação.

Nossa vida intelectual tem sido marcada pela combinação destas duas práticas reinantes do pensamento social contemporâneo, sem a reforma de que cada uma precisa. A própria retórica dominante, da globalização modernizadora e da sua humanização por meio das políticas sociais, acaba servindo como mais uma oportunidade para casar os dois fatalismos.

A tarefa do pensamento brasileiro hoje é rever a atualidade e as possibilidades do país, reconstruindo estas duas maneiras contemporâneas de entender a sociedade e a história. Separar as idéias que vêm das grandes narrativas transformadoras do século dezenove de sua bagagem determinista. E equipar as ciências sociais consolidadas no curso do século vinte com a visão das rupturas decisivas e das renovações formadoras.

Para forjar os instrumentos com que compreender melhor nossa própria realidade, teríamos de conceber idéias de interesse universal. Nossa originalidade seria, como deve ser, apenas um corolário da execução de uma tarefa premente.

Não é preciso executar esta tarefa através da formulação de teorias abrangentes, como aquelas que os pensadores do século dezenove e da primeira metade do século vinte produziram. Basta desenvolver um conjunto de práticas de crítica e interpretação, explicação e proposta, que façam da razão uma aliada da esperança.

Esta ambição enfrenta tanto a fragilidade das nossas universidades quanto a fraqueza de nossa autoconfiança. Passa por uma mudança de atitudes antes de materializar-se numa reorientação de idéias. Colide com os efeitos de um paradoxo mundial.

Hoje, nos países refestelados, onde existem os recursos acadêmicos exigidos para a execução desta obra reconstrutora, costuma faltar a inspiração dos fatos: o sentimento de viver numa sociedade que precisa reimaginar-se e refazer-se para se tornar tolerável. Já nos países, como o nosso, onde as maio-

rias penam e os ilustrados desesperam e onde a experiência justifica a rebel- dia, rareiam os meios com que combinar a densidade do saber com o arrojo no pensamento.

A imaginação disciplinada do possível nos liberta, ainda que parcial e precariamente, da tirania das circunstâncias. Faz o trabalho das crises que não aconteceram. E tira do não um sim.

O quarto obstáculo enfrentado pela proposta da segunda via entre nós é o desconforto dos brasileiros com a idéia da grandeza: engrandecimento do homem e da mulher comuns como promessa essencial da democracia, engrandecimento do Brasil como nação rebelde. O Brasil, no sonho dos brasi- leiros, é um país misteriosamente predestinado ao casamento da pujança com a ternura. É a forma brasileira de um esforço que sempre renasce na civilização ocidental: reconciliar o ideal pagão da grandeza com o ideal cris- tão do amor.

Não pode haver ambição, pessoal ou política, maior do que essa. Trata da relação entre os dois problemas centrais da existência.

Para sermos grandes, temos de participar de um mundo coletivo, de insti- tuições, práticas e idéias. Precisamos, também, resistir a este mundo, recriá-lo e transcendê-lo. Como organizar a sociedade para que acalente as faculdades de engajamento e transcendência que, juntas, nos tornam humanos?

Para sermos humanos, precisamos vincular-nos a outros indivíduos de carne e osso. Sem estes vínculos, nada somos: nada de entendimento, nada de paixão, nada de capacidade para atuar sobre o mundo ou sobre nós mes- mos. Os vínculos aos outros podem, porém, virar correntes. Ameaçam deixar-nos subjugados e despersonalizados. Como estar junto dos outros, extirpando do estar junto o veneno da subjugação e da despersonalização?

Não é uma tarefa que se realiza só no tempo biográfico e no espaço pessoal. Exige relações entre iguais que se sintam na posse de si mesmos. E que sejam fortes o bastante para aceitar a idéia de que, para cada um de nós, a essência da sabedoria consiste em desproteger-se.

Por isso, os dois problemas existenciais – o do engajamento e transcen- dência e o do eu e os outros – se cruzam. Por isso, o engrandecimento é necessário para abrir o mundo à ternura. Por isso, a história íntima e moral da humanidade passa pela democratização da vida social.

A preocupação com a grandeza como valor central da democracia tinha, em pensadores como Tocqueville ou Weber, o cunho de uma nostalgia e uma acusação. Como recriar, em condições de maior igualdade e, portanto, em proveito de todos, a experiência aristocrática do indivíduo que está na posse de si mesmo? Um indivíduo que constitui um poder entre os poderes e exhibe a originalidade a que todos secretamente aspiramos.

A mudança nas práticas do trabalho e da produção dá novo sentido a esta querela antiga. A riqueza das nações e o êxito dos indivíduos passaram a depender da participação, tanto das pessoas quanto dos países, numa vida em que a única rotina segura é anti-rotina da inovação permanente. Repensar a tarefa ao executá-la e mudar o contexto enquanto se atua dentro dele são hoje condições de entrada num destes setores de vanguarda que, na produção, na administração ou na academia, comandam o mundo. Esta é a nova forma, banalizada, do ideal da grandeza. Quem não se engrandece, neste sentido, não pode mais ser plenamente trabalhador nem cidadão.

Resta saber se será esta uma experiência de engrandecimento disponível a poucos ou disponível a todos.

Se o engrandecimento da pessoa comum é o horizonte da democracia, o sentimento da pequenez, enrustido nos corações de brasileiros de todas as classes, é o maior problema do país. Maior do que a mistura venenosa da estagnação e da desigualdade que nos ronda. Maior do que a fraqueza, entre nós, de quase todos os instrumentos da ação pública. Maior do que a falta de informação e educação, que ajuda a perpetuar esta idéia, vivida e amarga, de apequenamento pessoal e nacional.

Parte da solução está na realização das propostas que compõem a doutrina da segunda via: propostas para assegurar ao indivíduo os recursos e as oportunidades que o capacitem a atuar. E para criar em torno deste indivíduo engrandecido, porque capacitado, um mundo social que multiplique oportunidades para sua própria reconstrução. E um mundo que dispensa a ruína como parteira da mudança.

Não basta, porém, reconstruir instituições. Só há pouco e penosamente está o Brasil deixando de ser um país onde se misturam, nas relações sociais típicas, troca, prepotência e desigualdade e onde a sentimentalização de trocas desiguais é a fórmula social mais corriqueira. Mal saídos deste mundo de mandões e agregados, os brasileiros desesperaram, cedo, da vida pública e de seu potencial para engrandecer o homem comum. Entregaram-se à desilusão antes de haver conquistado a liberdade. Refugiaram-se na auto-ajuda individual ou comunitária, tentando construir pequenos contramodelos de uma sociedade que não mais ousavam reimaginar ou refazer.

Contra este exemplo de resignação e fuga, só vale um exemplo contrário. Muitos brasileiros e brasileiras têm de sair de seus cômodos e expor-se ao vexame e à confusão. Descartando o roteiro que cada um de nós recebe na vida e baixando o escudo que protege cada um de nós contra o desengano e a dor, precisam animar a clareza com o ardor, e credenciar a idéia com o sacrifício.

PARTE

I

A PRÁTICA TRANSFORMADORA  
E OS PARADOXOS DO ENGAJAMENTO



## A PRÁTICA TRANSFORMADORA

Uma concepção de prática transformadora não pode ser programaticamente neutra; ela é parceira de um projeto de mudança. À medida que se revê o programa, reavalia-se também necessariamente a visão da prática política.

Uma primeira característica desse modo de praticar política é a relação que ele estabelece entre a transformação de baixo para cima e a transformação de cima para baixo. Ele não privilegia nem a política orientada ao Estado nem a política voltada à transformação da sociedade civil.

O clima brasileiro de experiências e idéias em que escrevi este livro distinguiu-se pelo aumento marcante do nível de organização popular no país; o novo sindicalismo, as comunidades eclesiais de base e as associações de moradores. Esse fortalecimento da organização popular, que alimenta a esperança de romper o ciclo político, encontra inspiração numa visão chamada basista da política. Segundo essa visão, resolve-se o problema do poder pela lenta e progressiva organização da massa popular. O controle e a organização do Estado podem ser aliados ou relegados a um plano secundário ou pelo menos, a um estágio posterior.

O grande mérito dessa idéia basista da política é reconhecer que o nível de organização popular e de autonomia das organizações populares em relação ao Estado influencia, decisivamente, o que pode acontecer na sociedade. Condiciona inclusive o que se pode e o que não se pode fazer com o aparato do Estado para manter ou mudar as relações sociais. A organização popular autogerida é um meio para pressionar o Estado. Mas é também um fim em si mesmo: a expressão ampliada de uma idéia coletiva de liberdade.

A concepção basista peca, entretanto, por ser de várias maneiras insuficientemente dialética no reconhecer a relação de mútua dependência entre a política centrada no Estado e a política promotora da auto-organização popular. De um lado, o controle do governo influi no curso de lutas entre os grupos sociais. Nunca há um pano de fundo institucional que seja neutro em relação aos conflitos sociais. Há sempre, pelo contrário, uma estrutura definida que ajuda a orientar essa luta numa ou noutra direção. Quem coman-

da o poder do Estado tem como intervir, do modo mais direto, na formação dessa estrutura.

Ademais, o dualismo econômico e social, que exerce influência tão forte sobre a sociedade brasileira, faz com que as organizações populares se afirmem principalmente no setor moderno. Não surpreende, portanto, que essas organizações reflitam as idéias, os preconceitos e os interesses da economia favorecida. Uma parte indispensável da solução está na constituição de um governo apoiado tanto pelas faixas desorganizadas como pelos grupos organizados da massa, tanto pela gente do primeiro Brasil quanto pela gente do segundo, e dedicado a desmantelar as instituições que perpetuam o dualismo econômico e social.

Essa idéia de uma relação de dependência recíproca entre a política através do Estado e a política através das bases pode parecer pouco controversa quando deixada no plano das abstrações. Mas ela logo se torna controversa quando traduzida em idéias estratégicas e programáticas concretas. Das implicações estratégicas tratarei logo adiante. Das programáticas já adiantei dois exemplos: a idéia de um regime sindical que combine a unicidade corporativista com o pluralismo contratualista e o conceito de um sistema de governo que alie os traços populares e plebiscitários do presidencialismo a uma série de mecanismos para a resolução de impasses, inclusive pelo engajamento do eleitorado na resolução de tais impasses, por meio de plebiscitos, referendos e eleições antecipadas. São soluções institucionais que privilegiam, simultaneamente, a mobilização social fora do Estado e o debate nacional sobre o controle e o uso do Estado.

Um segundo traço da prática transformadora que advogo aqui é uma maneira de imaginar e construir o agente coletivo da execução da alternativa transformadora. Esse agente resulta do trabalho conjunto de uma aliança de classes e de uma convergência entre os dois tipos de partidos de esquerda que existem no Brasil de nossos dias, como em outros países marcados pelo dualismo econômico e social.

A aliança de classes e grupos indispensável à execução da alternativa transformadora precisa abranger tanto as massas subempregadas e parte das pequenas burguesias do setor marginalizado como também o operariado organizado e parte das classes médias assalariadas do setor favorecido da economia. Precisa, portanto, ser uma coalizão capaz de unir trabalhadores das duas partes do país: um programa antidualista há de sustentar-se numa aliança antidualista.

Nenhum programa que deixe de ganhar o apoio de parcelas amplas das classes médias – de assalariados ou pequenos proprietários – dos dois Brasis tem condições de êxito, mesmo porque tanto o oficialato militar como a burocracia civil compõem-se, desproporcionalmente, dessa classe. Na nossa experiência histórica, os militares só intervêm na política quando relativa-

mente unidos. E, apesar dos traços de uma corporação hereditária que os marcam, dificilmente se unem quando não se realiza a união maior das classes médias. Por isso, para prevenir a intervenção militar é preciso evitar que as pequenas burguesias, proprietárias ou assalariadas, se unam e se mobilizem contra o governo eleito. (A longo prazo, a resolução do problema da intervenção militar exige a reforma do sistema de recrutamento e de toda a relação entre as Forças Armadas e a Nação, em linhas como as que defendo num dos artigos reunidos na terceira parte deste livro.)

A necessidade de conciliar as classes médias não é apenas um imperativo estratégico, a ser esquecido quando o momento de perigo passar. O programa de reorganização institucional capaz de resolver os problemas estruturais do país reconcilia-se com as ansiedades e as aspirações fundamentais da classe média. A trajetória de reforma institucional que esse programa propõe corresponde uma seqüência de reformas de política, instituições, idéias, vocabulários e estilos de ação política.

Inassimilável pelas classes médias seria um programa meramente estatizante, de expansão do nosso já agigantado setor público. Poucos julgariam tal programa factível ou desejável. Por si só, significaria apenas a transferência de parcelas adicionais de poder de elites empresariais a elites burocráticas e políticas. A inviabilidade dessa reforma estabilizante acaba dando, a muitos que fazem profissão de fé esquerdista, cobertura para praticarem políticas meramente assistencialistas enquanto cumprem as vontades dos que, dentro e fora do país, controlam os movimentos do grande capital.

Se a aliança de classes é o primeiro requisito da formação desse agente transformador, o segundo é a procura de uma convergência política e partidária entre as duas espécies de esquerda que o Brasil conhece. De um lado, há uma esquerda, hoje representada mais claramente pelo Partido dos Trabalhadores, que se baseia nos grupos mais politizados do setor favorecido da economia: partes do operariado organizado da grande indústria e da pequena burguesia radicalizada. Essa esquerda prefere o vocabulário e as práticas das velhas e novas esquerdas da Europa. Reflete as experiências, as preocupações e os interesses dos trabalhadores mais organizados e privilegiados. A consciência e o engajamento podem levar as lideranças dessa esquerda a compromissos que ultrapassem o mero esforço de sustentar e reproduzir os setores mais produtivos e dinâmicos da economia. Essas preocupações mais abrangentes encontram, porém, um limite relativamente inflexível não só em interesses materiais mas também em idéias prestigiosas e práticas arraigadas.

De outro lado, há uma esquerda dita populista que vem, sobretudo, da tradição do velho PTB. Está mais bem representada no Brasil de hoje pelo Partido Democrático Trabalhista. Essa esquerda tem como principais interlocutores os trabalhadores pobres e desorganizados da segunda economia.

Adota uma linguagem e uma prática que se destinam à mobilização das massas flutuantes do país. Mas, pelo peso de sua prática antioligárquica, sensibiliza, também, quadros médios – profissionais e técnicos, pequenos empresários e proprietários do setor moderno.

É costume dar a essa esquerda a alcunha pejorativa de populista. Populista seria, em certo sentido, o movimento que promete ao povo mas se acomoda às oligarquias, praticando uma política de concessões ilusórias ao interesse popular. A esquerda a que me refiro tem, entretanto, merecido essa acusação menos do que a generalidade dos movimentos políticos; populista, pela instabilidade interna que o condena ao malogro, é, isto sim, o próprio projeto social-democrata hegemônico.

Já em outro sentido, populismo significa a forma de ação política que lida com as massas no seu caráter amorfo sem passar pelas instâncias da organização popular. Mas esse apelo às massas desorganizadas não é apenas uma escolha; é também um destino. Não se pode esperar nem que as massas excluídas deixem de usar o sufrágio para contestar como puderem a ordem dominante no país, nem que deixem de aparecer políticos que, por ambição e convicção, se identifiquem com elas. A tarefa é usar a interrupção do jogo político rotineiro pela intervenção populista e plebiscitária para mudar as instituições que perpetuam o dualismo econômico e o ciclo político.

Essas duas esquerdas antagonizam-se. Uma desdenha a outra como populista. Esta, por sua vez, rejeita aquela como aparelhada e elitista. Não há por que se surpreender: trata-se de um antagonismo fundado numa diferença que é, a um só tempo, de bases sociais e de sensibilidades políticas.

A divisão entre essas duas esquerdas retrata a divisão entre os dois Brasis. As duas esquerdas são, por isso mesmo, partes do problema antes de serem partes da solução. Um programa antidualista há de ser empunhado por uma aliança partidária que exprima em si mesma o esforço para superar a divisão entre os dois mundos de que se compõe o país.

Portanto, o agente coletivo da alternativa transformadora precisa ser não só uma aliança de classes como também uma união partidária e política entre as duas espécies de movimento de esquerda. Uma tese central das idéias sobre prática transformadora desenvolvidas neste livro é que há uma relação desigual entre dois lados do agente da alternativa.

A convergência política e partidária não pressupõe a realização anterior da aliança de classes. Ao contrário, ela tem a consolidação dessa aliança como projeto. A imaginação desse projeto está indissolivelmente ligada à concepção de um programa de mudança institucional e social. A execução de tal programa assentaria as bases práticas para a reconciliação dos interesses, hoje ainda conflitantes, dos grupos que fazem a aliança. À medida que se avance na realização desse programa, a aliança de classes deixa de ser mera tática para a recon-

ciliação de interesses distintos e antagonicos e provoca a fusão, ou a modificação, tanto de interesses de grupo quanto de identidades coletivas.

De outro lado, porém, a aliança de classes pressupõe a convergência política e partidária. Pois a constituição de tais alianças exige sempre um alvo; e o alvo mais acessível e importante é o controle e o uso do poder do Estado, a força que pode mais diretamente reorganizar a sociedade. O reconhecimento de experiências, interesses e aspirações comuns consolida-se em torno de uma luta pela realização de objetivos práticos com a utilização de instrumentos políticos.

A aliança de classes, portanto, pressupõe a convergência das duas esquerdas. Mas a convergência partidária e política apenas projeta a aliança de classes em vez de pressupô-la. Esta relação desigual que é uma das condições da nossa capacidade de refazer a sociedade pela política.

Um terceiro traço do estilo de prática transformadora esboçado neste livro de que a política de mudança institucional encontra seu complemento numa política de transformação das relações pessoais. Política, em sentido abrangente, é o conflito sobre todas as relações de acesso – intelectual, moral e emotivo – que as pessoas mantêm umas com as outras.

O sentido humano de uma trajetória de mudança institucional só se afirma na medida em que esse programa de transformação institucional repercute sobre a estrutura fina e densa de relações diretas entre os indivíduos. É no trocado miúdo das relações pessoais que se revela o significado dos grandes projetos políticos. Sem esse comércio miúdo, os projetos de reforma institucional, ainda arrojados em intenção, tornam-se uma mitologia, encoberto as realidades que eles se propõem a mudar.

Tais fatos carregam, no Brasil, um peso especial. Há uma lógica dominante das relações pessoais – um estilo de associação entre os indivíduos – que resiste à transformação. Seu traço mais marcante é a sentimentalização do poder. Por força dessa lógica, as mesmas relações individuais assumem características de troca, domínio e lealdade recíproca. As próprias relações econômicas – não só as relações familiares – costumam combinar traços de poder e apego. Se a lealdade pessoal impede tanto os superiores quanto os subordinados de aproveitarem qualquer oportunidade para exigir de parceiros o máximo de vantagens, também estabiliza e fortalece cada um dos laços que penetra. Até esquerdistas sinceros continuam a atuar, em casa ou no trabalho, como pequenos déspotas benevolentes, incapazes de reconhecer, nos microcosmos em que operam, a negação da doutrina política que professam. O hábito da dominação paternalista, que esse estilo de relações pessoais estabelece, subverte todos os esforços para democratizar a vida social no Brasil: aquilo que se faz ou se promete no plano das inovações institucionais acaba distorcido ou desfeito pela vida cotidiana.

O programa institucional da alternativa transformadora oferece um quadro favorável à tentativa de desafiar e mudar as práticas da vida social que fazem convergir, nas mesmas relações, a troca, a dependência e a lealdade. Esse programa procura estabelecer um quadro institucional em que seja possível abandonar o desvio paternalista das relações pessoais. Mas a reforma das instituições não basta. Ela precisa vir complementada por micropráticas de inconformismo, resistência e fantasia. E esses atos reiterados de profecia pessoal e prática – que sempre correm o risco de se transformar em experiências de desamor – também fazem parte integral de um estilo transformador de política.

À medida que se concretizarem tais objetivos, e se modificar, na direção que aponto, a qualidade das relações íntimas e pessoais, criaremos condições para a realização daquilo que representa o cerne de uma visão brasileira da civilização: uma civilização em que as aspirações de vitalidade, exuberância e grandeza – a busca de uma vida humana elevada à pujança da própria natureza – se juntam à valorização da ternura nas relações íntimas da vida. A aspiração à grandeza ganha um sentido humano palpável quando traduzida na experiência da libertação individual: a emancipação do indivíduo do fardo de uma posição social preestabelecida, a determinar o que ele pode fazer na vida e como ele pode relacionar-se com outras pessoas. Por sua vez, o culto da ternura deixa de ser apenas o disfarce de uma sentimentalização do poder quando se subvertem as relações paternalistas na vida cotidiana.

Uma última característica da idéia da prática transformadora proposta neste livro resulta da solução dada a um paradoxo que há de impressionar quem quer que observe a política brasileira. Considerados os traços ditos objetivos do país – sobretudo, a indefinição prolongada da relação entre o Estado e a sociedade civil – pode ter-se a impressão de que, no Brasil, tudo é possível. Quando, porém, se reintroduzem na equação as idéias das pessoas – sobretudo as idéias sobre os futuros alternativos do Brasil – nada parece possível. Até que ponto tais idéias fazem parte das chamadas estruturas objetivas? Em que medida, pelo contrário, e por que meios, podem mudar-se esses preconceitos restritivos?

A verdadeira solução a esse paradoxo não está nunca na pregação de idéias abstratas, impotentes diante da exigência dos fatos. Está na capacidade de traçar e trilhar uma trajetória de mudanças encadeadas – um caminho em que os passos iniciais antecipam os posteriores, fornecendo, a um só tempo, oportunidades táticas para a satisfação de interesses reconhecidos e imagens sedutoras de um futuro diferente.

Qual é, nesse processo, o papel de idéias como as que se expõem neste livro? De um lado, elas mostram que há uma maneira de defender os interesses dos indivíduos e dos grupos que ultrapassam as fronteiras das instituições existentes. De outro lado, as idéias, levadas a seu aspecto mais visionário,

apontam outro mundo – um mundo em que reconheceremos outras identidades individuais e coletivas e outros interesses.

Na reflexão e na persuasão, é preciso agarrar-se aos dois lados dessa perspectiva: o lado da sociedade existente, e das preocupações das pessoas que vivem nela, e o lado da sociedade futura e possível, em que aquelas mesmas pessoas serão outras.

## OS PARADOXOS DO ENGAJAMENTO

A quem procure levar a sério os compromissos programáticos e viver as ligações entre a transformação da sociedade e a autotransformação do indivíduo enfrenta hoje dois paradoxos morais.

O primeiro desses enigmas é um paradoxo do poder e da impotência das idéias. Hegel disse que a única verdadeira tragédia do mundo burguês é a impossibilidade de reconciliar a vida de ação com a vida de pensamento. Mas esse acaba por se mostrar um problema de significado restrito e de solução possível. Tanto o pensamento criativo como a ação transformadora são aventuras humanas que exigem uma mobilização total de tempo e emoções. Com alguma sorte, é possível experimentar períodos de retiro e de engajamento.

Porém atrás desse falso dilema está um paradoxo mais impessoal e duradouro. As idéias programáticas parecem, ao mesmo tempo, poderosas e impotentes. De um lado, elas assemelham uma retórica sempre disponível para enfeitar, com charmes novos, interesses antigos e preconceitos herdados. Essa amedrontadora elasticidade das propostas costuma acabar, no Brasil, sendo levada ao ponto da caricatura. É que as nossas elites, predatórias e medíocres, especializam-se nas artes da sobrevivência. Assistem à difusão das ideologias prestigiosas como camponeses a verem passar a horda nômade. Confiam em poder acomodar os intrusos, fazendo-lhes as concessões necessárias – quase sempre pequenas ou meramente aparentes – até que eles se esvaíam ou se corrompam. Por outro lado, os intelectuais, sem arrimo em universidades fortes nem em tradições autônomas de pensamento, demonstram dificuldade em escapar ao campo gravitacional das elites – das suas preocupações e predileções. Ainda quando adotam um dos vocabulários internacionais do radicalismo de esquerda, aparentam, muitos deles, estar contentes e acomodados com a sociedade em que vivem e com a vida que levam. Tudo isso contribui para dar à pregação das alternativas a aparência de uma charada irrealista e frívola; e quanto mais radical, mais charada.

Ao mesmo tempo, porém, as idéias parecem ser imensamente poderosas, sobretudo no seu aspecto implícito e negativo de premissas sobre os limites do possível. Nas páginas deste livro, o exemplo mais constante dessa influência constrangedora e liberticida é o efeito das idéias que herdamos sobre as ins-



tuições políticas e econômicas — sobretudo as convicções assentadas sobre as formas institucionais que o pluralismo político e econômico pode assumir numa sociedade como a nossa. Essas premissas encontram reforço nas rotinas de vida prática e de discurso que ajudam a reproduzir as instituições estabelecidas e mantêm em forma mumificada as idéias dominantes. Os homens práticos não são apenas os escravos inconscientes de algum economista morto, como quis Keynes; são as vítimas dos preconceitos sobre os limites do possível que suas atividades costumeiras pressupõem. O sistema institucional da sociedade serve de arcabouço a todo um conjunto de maneiras de sentir, pensar, falar, competir e trocar, representando uma profecia que se autoconfirma.

O paradoxo do poder e da impotência das idéias programáticas resolve-se na medida em que as idéias se encarnam em algo tangível que vincule, tanto na causalidade da prática como na ordem da imaginação, o presente que se vive com o futuro que se propõe. Todos somos, numa medida ou noutra, como Tomás: precisamos, para ter fé, tocar a ferida com nossas próprias mãos. Encarnam-se as idéias primeiro em exemplos de ação e inspiração pessoal; depois, em práticas rotineiras de ação e discurso e, por fim, em instituições. A diferença entre as idéias desencarnadas e as encarnadas é muito maior do que a diferença entre grandes e pequenas encarnações. A mesma idéia que parecia inerte e elástica quando reduzida a abstração ganha definição surpreendente e força inesperada quando traduzida em atos ou práticas que antecipem, ainda que de maneira falha e fragmentária, um futuro alternativo. Por tudo isso, imaginar e produzir tais antecipações é dar braços e asas às idéias e usar as coisas pequenas para quebrar as coisas grandes.

Ao lado do paradoxo do poder e da impotência das idéias, há um paradoxo do pessoal e do impessoal na política. A atividade que desafie as convenções da carreira política e as premissas aceitas sobre os limites do possível precisa deitar raízes em motivações íntimas. Sem isso, não há a energia necessária para enfrentar os obstáculos externos e as oscilações interiores. O cálculo frio jamais levaria o indivíduo a praticar os atos que o poriam nesse caminho; os riscos de catástrofe sempre pareceriam grandes demais e as probabilidades de êxito excessivamente modestas para justificar o indispensável desvio dos padrões de conduta prudente.

Os impulsos pessoais capazes de sustentar as imprudências salvadoras podem inspirar-se na idéia de uma vocação transformadora: a convicção de que a auto-afirmação do indivíduo se realiza por atos que mudem a sociedade. Afinal, esse conceito de vocação transformadora vem a ser apenas uma manifestação específica de uma idéia sobre o trabalho que exerce influência crescente nas sociedades contemporâneas: a esperança de encontrar no trabalho uma experiência que tanto ligue o indivíduo a realidades que ele reconheça superiores a si mesmo como lhe permita deixar sobre o mundo as marcas da sua própria individualidade. Junto com a idéia do amor como vínculo de aceitação e vulnerabilidade recíproca, essa definição do trabalho

como, ao mesmo tempo, auto-expressão e transcendência representa uma das duas grandes promessas de felicidade que o ceticismo generalizado da cultura contemporânea antes fortaleceu do que destruiu.

Mas, por mais sedutora que seja essa idéia do trabalho, ela apenas focaliza motivações mais difusas: ora um desejo de abertura humana mais completa, ora um esforço para ser compreendido e admirado em termos aceitáveis e significativos para o indivíduo, ora, até mesmo, uma tentativa de escapar à confusão, à ansiedade e ao tédio pela aceleração da vida e pela multiplicação dos compromissos e dos vínculos.

O enraizamento da atividade política e transformadora nas complicações da subjetividade parece um luxo narcisista. E, por um outro paradoxo da experiência moral, essa marca de personalismo pode comprometer a própria capacidade da atividade política de dar resposta às aspirações pessoais; deixando o indivíduo preso no mesmo labirinto de subjetividade a que ele julgava escapar. Assim, o atrelamento do impessoal ao pessoal parece, ao mesmo tempo, indispensável e corruptor: uma necessidade e uma irrelevância.

Durante certo tempo, acreditei que a solução a esse paradoxo estivesse na analogia entre os problemas pessoais e os coletivos bem como entre as soluções que se propõem para estes e aqueles. Assim, por exemplo, o esforço do indivíduo para libertar-se das compulsões do caráter se parece com a luta para livrar a sociedade de uma estrutura rígida de divisão e hierarquia. Assim como tais estruturas sociais limitam as oportunidades de liberdade individual e enriquecimento coletivo, assim também seu equivalente num caráter petrificado impede o indivíduo de dar às suas experiências de trabalho e de amor um significado maior e mais duradouro, o significado daquelas duas promessas de felicidade que mais importa ver cumpridas: a promessa de um amor que permita a entrega do amante e o entendimento do amado e a promessa de um trabalho que seja expressivo do agente e transformador do mundo. Tanto no tempo biográfico quanto no tempo histórico, procura-se não apenas substituir uma estrutura, caracterológica ou institucional, por outra, mas também descobrir e implantar as estruturas que sejam mais abertas à revisão, deliberada e cumulativa, de si mesmas. Tais analogias, entretanto, são remotas, incompletas e contingentes; geram uma esperança, mas não oferecem uma garantia de resolver o paradoxo do pessoal e do impessoal.

A única solução verdadeira e confiável é o amor. Sejam quais forem os motivos que levem o indivíduo ao roteiro da resistência e do risco, sob a inspiração da fé em alternativas sociais, ele pode acabar por sentir a força atraente das pessoas – indivíduos em carne e osso – que ele encontra no caminho. A emoção resultante dá uma marca pessoal ao que seria, de outra forma, um esforço desumanizante. E abre o indivíduo aos outros – ao imprevisível das suas paixões e aspirações – libertando-o do peso asfixiante de suas preocupações consigo mesmo. Essa ternura, misturada com espanto e esperança, é a salvação, e a sócia insubstituível da inteligência.

PARTE

II

SERVOS E CIDADÃOS

## O BRASIL ÀS TONTAS\*

### *A fantasia e o destino*

O conflito em torno do poder é sempre um espetáculo estranho: nele se confundem, a ponto de se tornarem inseparáveis, os interesses mais rasteiros e os mitos mais grandiosos. Os próprios rivais às garras acabam não sabendo diferenciar suas ambições imediatas de poder e suas idéias sobre o papel que desempenham ou que devem desempenhar num movimento histórico de envergadura.

Trava-se a luta num lusco-fusco em que as mesmas concepções parecem ora o reconhecimento de realidades práticas evidentes, ora a expressão de preconceitos arbitrários, artigos de fé ou meras superstições.

De ordinário, nada disso preocupa os homens ordinários. As rixas em que se metem lhes parecem ter contornos bem definidos; imaginam que as coisas são, em geral, como têm de ser. A política reduz-se, então, a uma seqüência de conflitos, de dimensão acanhada, que tomam a maior parte da vida social como dada, que deixam a mescla do interesse e da fantasia em sossego, e que permitem às pessoas continuar acreditando numa divisória firme entre o prático e o utópico. (Disraeli disse que um homem prático é um homem que pratica os erros de seus antepassados.)

Quando, porém, essa luta estreita se alarga, os limites do real e do possível, em matéria política, perdem a ilusória mas consoladora clareza que tinham. Já os militantes não sabem onde termina o prático e começa o visionário. Já se dilui a certeza sobre a identidade dos aspectos da vida social que se podem ou não transformar pela política. Já as credences dominantes não aparentam a voz inapelável da verdade, mas também não encontram sucessores prontos. Já os próprios interesses corriqueiros parecem baratinados sem saberem ao certo o que querem nem como consegui-lo se souberem.

Entretanto, é justamente nessas horas, em que a aliança confusa do interesse e da fantasia baqueia, que os homens tentarão, mais desesperadamente,

---

\* Este texto reproduz ensaio publicado em caderno especial da *Folha de S. Paulo*, em 14 de janeiro de 1979, no final do governo Geisel, quando começava o processo de redemocratização.

recompô-la. Pois o redemoinho em volta lhes acirrará o desejo de possuir uma bússola fidedigna que dê direção aos apetites e alivie um desnorteamento de fazer dó. Hipótese alternativa para os pessimistas de verdade: nos períodos mais rotineiros, pensar é perigoso, sobretudo a curto prazo, enquanto os riscos do torpor intelectual só costumam manifestar-se a longo prazo. Como a maioria das pessoas acha o pensamento desagradável e vivem para o imediato, atuam sensatamente ao não pensarem. Esse hábito, contudo, as deixa mal-acostumadas para as fases de luta acelerada, quando, mesmo a curto prazo, a recusa de pensar dá em desastre.

Por todas essas razões, as épocas de antagonismo aguçado são aquelas em que a reflexão crítica terá uma missão mais urgente e elevada. Mas são também aquelas em que a análise ordenada das situações políticas terá sua voz amortecida entre os ruídos da guerra. Alguns a confundirão com a simples propaganda sectária. Outros a desdenharão como devaneio no campo de batalha. Ambas as acusações têm algum cabimento. Direi apenas que não precisam ser completamente procedentes.

O Brasil começa a viver um desses momentos de dúvida forçada sobre as fronteiras do real e do possível. Vive-o não na forma estrondosa das insurreições e das guerras mas no estilo mais sutil da desagregação de um regime. A ansiedade generalizada sobre o rumo concreto dos acontecimentos indica que os que estão com os olhos voltados para o círculo mágico do poder perderam a fé em sua capacidade de discernir como as coisas têm de acontecer no Brasil. As grandes superstições, entretanto, costumam sobreviver à chegada desse agnosticismo vago. Assim, no Brasil dos nossos dias, duas fantasias teimosas continuam a perturbar nosso entendimento de nós mesmos, a limitar os modos de luta contra o regime militar, a multiplicar cisões desnecessárias e obscurecer divergências inevitáveis. Cada uma dessas crenças tomou corpo definitivo nos primeiros anos da ordem de 64, mas cada uma também deita raízes que vão longe na história brasileira.

Uma dessas lendas é a que se espalha entre os chefões do regime autoritário e se alastra, em versão diluída, entre as classes abastecidas e temerosas. A idéia central é que, afora uma revolução socialista, para transformar o país numa grande potência é preciso, por enquanto, reprimir ou vigiar os conflitos sociais e enriquecer os que já são ricos. Só assim se cria a poupança necessária ao crescimento e só assim se evita que a riqueza produzida seja literalmente comida pelas massas gananciosas. Vêm-se as concessões ao consumo popular como imperativo de segurança – uma estratégia de cautela contra a fúria popular – ou como gradualismo sábio – a lenta admissão de novos grupos ao clube dos consumidores privilegiados.

Enquanto os comandadores do regime estavam acenando aos ricos com o velho “enriquecei” (como se estes precisassem da exortação) e forne-

cendo ao poviléu um mínimo de pão e um máximo de circo, as coisas andavam de outro jeito. O Estado ganhou uma ascendência decisiva sobre a economia quer pela consolidação de um setor nacionalizado liderante, quer pelo controle efetivo sobre a orientação dos investimentos privados, quer ainda pela construção de alianças diretas com o capital estrangeiro. A influência que os capitalistas exercem sobre as condições do crescimento econômico passou a se fazer sentir mais pelo lado do consumo – a necessidade de favorecer os beneficiários de um parque industrial que visa, desproporcionalmente, aos bens de luxo – do que pelo lado da produção – a importância de conduzir a política econômica de modo a estimular os investimentos privados.

Essa quebra parcial, porém forte, da chantagem que os aquinhoados normalmente exercem sobre a prosperidade nacional, numa economia capitalista, criou, sem saber e sem querer, o potencial para que o futuro Brasil democratizado possa fugir a alguns dos dilemas que viciam a política econômica dos países capitalistas adiantados. Sobre isso haverá mais a dizer num artigo subsequente. O que vem ao caso agora assinalar é que essa transformação, de implicações ainda mal compreendidas, ocorreu porque o jogo das ambições pequenas, das exigências prementes e das oportunidades imprevisíveis deu numa política que, ao animar as classes já favorecidas, também as reduziu à subordinação econômica e à servidão política.<sup>1</sup> Os premiados da fortuna, nadando em dinheiro como nunca antes em nossa história, angustiam-se: já não sabem se continuam a aclamar os homens que lhes entregam, junto com a dinheirada, as ordens do dia ou se prestam fidelidade a uma democracia possível cujos rumos temem não poder guiar.

Há um antimito que acompanha essa série de idéias. Trata-se da convicção, comum entre os intelectuais de esquerda, de que a natureza do regime se determina, impreterivelmente, por estruturas sociais enraizadas. O Exército – instituição pequeno-burguesa – estaria vivendo as contradições da classe a que pertence – prestando serviços à alta burguesia, cuja visão do mundo imita e exagera, mas contra quem nutre um ressentimento incurável. Bastaria esperar que a crise econômica, a inquietação das massas ou a revolução aberta pusessem termo à unidade das Forças Armadas e à docilidade do povo.

As coisas também não aconteceram assim. O regime acabou subvertendo parte do poder dos capitalistas sobre a economia, o que vai além do ressentimento e fica aquém de uma revolução. Ao mesmo tempo, a responsabilidade

<sup>1</sup> As políticas econômicas do regime, em seu conjunto, não favoreceram o aumento do poder econômico privado. Ao contrário, pressupunham medidas impostas (como, por exemplo, o sistema de controle administrativo de preços estabelecido em 1967-1968) e favores distribuídos (tais como incentivos fiscais e subsídios) por um Estado forte e aumentaram o número e o tamanho das empresas públicas e dos bancos públicos.

de conduzir a oposição ensina, em casos concretos, não ser nem possível nem necessário aguardar as “crises profundas” para lutar com proveito contra a ditadura. Agora que, afinal, o regime militar está seriamente ferido, foi menos por causa de quedas econômicas ou levantes populares do que por fatos que tanto as credices do governo como as da oposição mal entreviram e que examino em seguida: o isolamento crescente do regime dentro da sociedade e das próprias Forças Armadas, como um exército que se retira a uma cidadela para prolongar a vida e manter a coesão, mas que lá, perdendo pouco a pouco o domínio da vizinhança, perde também o poder de resistência; a desconfiança que haveria de marcar desde o início a colaboração de um oficialato melindrado, nacionalista e simples e uma alta burguesia cosmopolita, parasitária e despidorada; a dificuldade quer em abrir a democracia, quer em fechá-la por completo sem tomar, em qualquer dos dois casos, as medidas arrojadas que a nulidade dos governantes vedava; a inesgotada autoridade moral do velho liberalismo brasileiro e sua influência sobre os que contam com presença pública no país; a indignação em todas as classes contra a tentativa dos que se apoderaram do Estado de infantilizar o Brasil e de submeter suas aspirações de justiça e autogoverno a um sonho vago de poderio nacional.

Foi assim que a realidade, como é de seu feitio, maltratou as fantasias pelas mãos da própria gente que as acalentava e que começou a aprender mais do que se continha em sua filosofia. O aprendizado foi parcial. A confusão é grande. Os acontecimentos não esperam.

### *O despotismo e seus dilemas*

Ao lado das grandes fantasias históricas, há as ilusões da política cotidiana. Aquelas são produto da aliança confusa entre o interesse e o preconceito, vestida nas simplificações prestigiosas. Quanto aos enganos do dia-a-dia, é a fraqueza que os cria. O estudo dessas ilusões menores fornece uma via de acesso à lógica íntima das disputas, aparentemente superficiais, que pululam em torno do poder. Nesse capítulo examina-se essa lógica do ponto de vista do governo durante a ordem de 64; no capítulo seguinte, do ponto de vista da oposição.

O cenário tático do regime autoritário, na forma específica que revestiu entre nós, é a resultante de cinco dilemas.

Primeiro, há o problema da fachada constitucional e da “democracia relativa”.<sup>2</sup> A destruição completa dessa fachada exporia as Forças Armadas

<sup>2</sup> “Democracia relativa” foi uma expressão usada a partir do governo Geisel para designar a situação política da época, em que se toleraram doses limitadas de oposição ao regime. Na prática, “democracia relativa” significa que o governo continuava a brandir contra seus ad-

a dois riscos sérios. Um deles seria o de quebrar a coesão militar, pois grande parte do oficialato, que aceita e até admira o sistema da liberdade tutelada, não morreria de amores pelo despotismo sem rodeios. O outro risco, mais sutil, é que, sem uma mecânica constitucional com regras eleitorais próprias, o Exército se acabaria politizando por completo: todas as disputas sucessórias e todos os debates políticos mais importantes teriam que se dar, em última instância, entre os próprios corpos militares.

À custa de governar o país sem um traço de política civil autônoma, o Exército deixaria de ser exército. Viraria, pelo menos nos mais altos escalões, uma quadrilha fardada, que, por haver dissociado as idéias da potência, da igualdade e do autogoverno, contaria (ainda mais do que sob o reino da democracia relativa) com o repúdio crescente do país. Os expropriadores do poder respondem à rechaça ou pela mágoa vingativa diante do que lhes parece ser a ingratidão nacional ou pela leviandade de quem diz: vamos aproveitar antes que a sopa acabe. De um jeito ou de outro, as Forças Armadas, politizadas, mas sem programa, tornam-se vulneráveis primeiro às facções e, depois, aos caudilhos cesaristas.

Eis agora o outro lado do dilema. Uma vez mantidas as aparências constitucionais e garantida a margem da democracia relativa, é inevitável que a oposição ao governo procure tirar o máximo proveito de liberdade que lhe restar. As eleições servirão aos setores politicamente conscientes do país para denunciar o poder constituído; a base política do governo dependerá do casuismo desmoralizador dos arranjos e das "reformas" eleitorais;<sup>3</sup> a oposição encontrará no restabelecimento do livre jogo democrático seu tema unificador; e o repúdio ao governo deslizará, aos poucos, para a contestação à ordem social que o regime ajuda a preservar.

O segundo dilema é o que o governo enfrenta cada vez que ele tenta negociar uma saída para a situação. O desejo de legitimar uma fórmula de compromisso ou transição leva-o a consultar, com maior ou menor seriedade, de partidos e as associações de elite que existem. Quanto mais intensa a vontade de sair da situação estabelecida, mais ampla haverá de ser a consulta

---

versários os instrumentos do poder arbitrário. Sob a "democracia relativa", o presidente Geisel não somente cassou vários políticos e restringiu a propaganda eleitoral pela "Lei Falcão" em 1976, como também, procurando fortalecer o regime contra o previsto fracasso da Arena nas eleições marcadas para 1978, fechou o Congresso Nacional em 1º de abril de 1977, ocasião em que promulgou emendas à Constituição (a Emenda Constitucional nº 7, de 13 de abril de 1977 e a Emenda Constitucional nº 8, de 14 de abril de 1977). O conjunto das medidas outorgadas ficou conhecido como o "pacote de abril".

<sup>3</sup> O regime militar, desde o seu início, manipulou o processo eleitoral e político por meio de reformas arbitrárias (com base formal nos decretos denominados "Atos Institucionais") da Constituição e da legislação ordinária pertinente.



e mais sôfrega, portanto, a determinação de encontrar organizações representativas com que negociar. Entretanto, a própria prática do regime autoritário nega à maioria dessas instituições a capacidade efetiva de representar grandes setores da população. As instituições que sobrevivem são fortes bastante para agitar contra o regime – no Congresso, na imprensa, e em todos os meios de elite – mas não são representativas o bastante para oferecer ao governo a chancela da negociação legitimadora. Embora possam ferir o regime, não podem sentar-se com ele à mesa de barganha. Os emissários do poder ficam condenados a discursar a uma platéia que permanece no escuro. Sem saber a quem ou como falar, também não sabem o que dizer. Os governantes, apegados à prática da democracia relativa e temerosos dos riscos da mobilização popular controlada, não se aventuram à criação de formas de representação popular que eles próprios possam manejar.

O terceiro dilema é o que resulta da tentativa de manter, a qualquer preço, a coesão militar dentro do regime autoritário. No fundo, só há duas maneiras de alcançar esse objetivo. Uma é a consulta constante ao oficialato, quanto mais abrangente, melhor. Daria, fatalmente, na transformação dos corpos militares em assembléias de debate e intriga. A liberdade negada à nação reapareceria, cada vez mais ousada, nos quartéis. Não demoraria que um líder militar ambicioso juntasse à chefia de uma facção a pretensão de falar pelas reivindicações populares frustradas. A outra forma de manter a coesão é a de concentrar o poder decisivo dentro de um círculo cada vez mais estreito de altos oficiais e, em última instância, nas mãos do oficial que transitoriamente ocupa a Presidência da República. Se, entretanto, o regime já se isolou, por outros motivos, de todas as camadas sociais, essa concentração interna de poder acaba distanciando o governo das próprias Forças Armadas. O país, que acredita, com razão, viver sob uma semiditadura militar, descobre que é governado não pelo Exército, mas por uma pequena camarilha de chefões. As Forças Armadas descobrem que todo o país as responsabiliza pela administração de um poder que elas mal conseguem influenciar. Todos descobrem, e começam a desvendar, o mistério do governo armado: que o poder se exerce em nome de uma nota promissória de violência que só é descontada aos pedacinhos e que ninguém pode estar certo de ser de fato descontável por inteiro, pois uma coisa é liderar os desfiles de 7 de setembro e os movimentos rotineiros de tropa, e outra, completamente diferente, é manter a lealdade dos praças e dos oficiais subordinados no momento do conflito aberto. Quanto mais alienado o comando do governo dos quadros militares, menor a probabilidade de que a ameaça da violência se possa fazer realidade na hora da conta e do castigo.

O quarto dilema diz respeito à relação entre o governo e as classes endinheiradas do país. É consequência direta da diferença entre as fantasias do desenvolvimento capitalista e a realidade do controle governamental sobre a economia. Se o governo se limitasse a subsidiar os capitalistas nacionais sem

construir um setor nacionalizado liderante ou consolidar seu domínio sobre a rentabilidade dos investimentos, não conseguiria levar a cabo os mais elementares objetivos de seus planos desenvolvimentistas. As ambições do poder público ficariam à mercê dos investidores privados, os capitalistas nacionais se subordinariam aos estrangeiros e a acumulação não se daria no ritmo exigido pelas metas da potência mundial e da serenidade doméstica.

A política estatizante e reguladora – o poder de vida e morte sobre o êxito do capitalista – não apenas cria condições para a acumulação acelerada senão também e sobretudo liberta o regime da necessidade de agraciar eternamente os ricos e de apresentar-se ao resto do país como agente deles. O aparelho burocrático, por teimoso e inerte que seja, é mais fácil de controlar do que um empresariado heterogêneo. Mas a contrapartida dessa virada para dentro é que o regime solapa os alicerces de sua própria comunicação com o resto do país. Ganha a hostilidade ingrata dos empresários apesar de os haver enriquecido como nunca antes. Não pode, também, aumentar rapidamente seus aliados entre as classes médias sem partir para um distributivismo às mãos soltas ou reorientar a produção industrial para o consumo mais modesto da pequena burguesia urbana e rural. Por conseguinte, à separação entre as lideranças e as bases do oficialato-governo, segue o isolamento do regime como um todo em relação ao país. A segurança, que já não se dá pela incorporação de alguns, dá-se, ao contrário, pela exclusão de todos. Os mandões enfiam-se nos seus redutos, de onde espreitam, nervosos, a população irrequieta e as grandes pretorianas de lealdade duvidosa.

O quinto dilema é o que sela todos os outros e assegura que não serão resolvidos ou, antes, que só se resolverão aos trancos e barrancos, por obra do acaso e das pressões irresistíveis. Se os altos oficiais pudessem encontrar nos seus quadros, ou o presidente entre seus cortesãos, um homem de grande talento político, de descortino sutil, de liderança imponente, haveriam, com muita razão, de temê-lo. Pois um homem dessa espécie insistiria em correr riscos que não fossem apenas os da inconsciência e do adiamento, riscos que, por isso mesmo, ameaçariam a alegada unidade militar, tanto mais ansiada quanto mais solitário o governo dentro do Brasil. Se, porém, como vem acontecendo, a preferência pelos governantes medíocres elevar-se de um hábito vicioso a um princípio quase sagrado, a gravidade dos dilemas crescerá em sentido inversamente proporcional à capacidade de resolvê-los e os aves-truzes substituirão as raposas e os leões no poder. Não pode dar certo.

Esse quinto paradoxo apenas revela o que é comum a todos os dilemas. Todos eles originam-se na fraqueza – na falta de visão e coragem – que impede os homens de cortarem os nós górdios. Todos esses problemas levam às mesmas conseqüências – de aparência e de fundo. O resultado aparente é a fatalidade do impasse: os dilemas agravam-se, entrelaçam-se. O efeito de fundo é, em certo sentido, o mesmo e, em outro, o oposto: a incapacidade

de tomar a iniciativa dos acontecimentos alarga o império do acaso. Já que a imaginação e a vontade políticas não se conseguem impor aos fatos, os fatos impõem-se a elas. O desfecho dos processos fica entregue às rivalidades mais mesquinhas, aos conchavos mais estapafúrdios e à espera por acontecimentos que ninguém consegue vislumbrar. Os chefes acumulam papel nos palácios. As massas sofrem na escuridão. O Brasil rola pelo vazio.

### *A inteligência e a força*

A luta contra uma ordem autoritária obedece a alguns princípios gerais. Por mais que os sistemas de força variem entre si e que suas espécies contemporâneas divirjam das antigas, esses princípios guardam uma constância surpreendente. É que eles se fundam em alguns poucos elos entre a busca do poder e as paixões humanas. Podem distinguir-se três tempos no combate à prepotência institucionalizada. Embora se entrecortem, cada um é marcado por um grau distinto de solidez do regime e exige uma atitude diferente da parte dos adversários do governo.

Num primeiro tempo, a ordem estabelecida é forte. Manipula acintosamente os meios de coerção. Encara sua própria missão com serenidade. Se tolera oposição, é a tolerância do bem armado para com o fraco de quem não espera dano maior. Nessa fase, a oposição, para ser eficaz, quase sempre tem de escolher entre dois caminhos. Há a vereda da adesão aparente às regras do jogo e da tentativa solerte de dividir, alargar, subverter o regime por dentro. É a luta dos palcos restritos – uma luta que se aproveita do fato de que nenhuma ordem é tão monolítica que possa evitar o duelo das facções e a confusão dos propósitos, e nenhum sectarismo tão limitado que não se possa transformar, pela lucidez política, num conflito mais amplo. A trilha é a do antagonismo incondicional. Ora, esse antagonismo se pode manifestar de formas variadas, desde a luta clandestina e o preparo de bases para a resistência popular até a freqüência do parlamento e o manejo dos meios disponíveis de informação. Os instrumentos do antagonismo haverão de variar conforme o programa e as oportunidades de cada um; nisso, pelo menos, um opositor conservador e um revolucionário não podem proceder do mesmo modo. O espírito, porém, é sempre o mesmo: a recusa de barganhas, a resistência ferrenha, a denúncia permanente, a arregimentação de forças para a luta maior.

Está claro que os dois tipos de oposição eficaz nessa fase do autoritarismo – a hostilidade sem trégua e o compromisso aparente – não podem ser conduzidos com êxito pelo mesmo indivíduo ou, sequer, pela mesma organização. Exigem duas seqüências de atos diferentes, cada uma de natureza bem diversa. Parte do drama da oposição aos regimes de força nessas épocas mais difíceis é que, embora ambas as espécies de hostilidade sejam necessárias, os cultores de

cada uma, sejam quais forem seus objetivos derradeiros, estão fadados a se mal-entenderem. Há outra infelicidade mais sutil: cada uma dessas duas orientações será, por motivos totalmente diferentes, dura de levar por diante. A política da oposição intransigente, pela coragem, pela fé e pela paciência que requer. A política da negociação transformadora, por exigir de seus sequazes a confiança em sua própria autoridade moral: não há como determinar o ponto exato em que o poder se faz tão tirânico que até mesmo a aparência da submissão se torna criminosa, e ninguém, olhando de fora, pode traçar com firmeza a divisória entre a colaboração oportunista e a conspiração velada.

É de supor, pois, que nas situações de oposição *mínima* e consentida (como a de que estamos agora tentando sair), as forças oposicionistas relutarão em aceitar qualquer das duas táticas viáveis. Procurarão, pelo contrário, reconciliar a política do compromisso com a do antagonismo, oscilando incertamente entre uma e outra. É uma atitude que se reforça, nas situações de oposição partidária tolerada, por um cálculo eleitoral sedutor. O partido oposicionista tem de barganhar com o governo para sustentar e ampliar o jogo eleitoral. Mas precisa, ao mesmo tempo, hostilizar o governo e o próprio regime e, com isso, ganhar os votos e a autoridade que lhe permitam fazer exigências e propor soluções. Embora se baseie em angústias morais e pressões práticas, a tentativa de combinar a denúncia pertinaz com a negociação gradualista – de confundir uma política com a outra e encontrar o meio-termo de ambas – é erro grave nessas horas de despotismo triunfante. A mescla improvisada de contestação e compromisso parecerá aos governantes um acinte, uma pirraça, uma traição e negará ao país a aparência de uma guerra ao regime em que se podem engajar todos os inconformados.

A segunda fase da luta contra o regime de força inaugura-se quando ele já se encontra enfraquecido. O governo passa a hesitar entre a tentativa de manter-se a qualquer preço e a procura de fórmulas de transição. Aflige-se sob as responsabilidades do poder, mas não quer ou não sabe como abandoná-las. Teme qualquer ação decisiva num sentido ou noutro por medo de que acelere as divisões entre seus caudatários, mas não tem como enfrentar os perigos sem a determinação de que os mandões acuados não ousam dar mostras. É a hora em que os déspotas põem-se a reboque dos acontecimentos: o momento do Brasil de hoje.

Nesse período, a tática mais proveitosa de resistência ao regime começará a ser justamente aquela mistura de barganha e desafio, moderação e ameaça, que é tão difícil de levar a bom termo nas fases de tirania mais segura. Já o regime teme esmagar os grupos oposicionistas que aliam a contestação ao acordo. Procura ver em algumas dessas ofertas de compromisso uma esperança de sobrevivência ou transição. Os inimigos do sistema, estejam ou não eles dentro de um partido, contam com uma área mais larga de manobra. O governo, que vê o que está acontecendo, não tem como evitá-lo sob pena de agravar a inimizade que se lhe dedica e de aumentar, ainda mais, as diver-

gências entre seus próprios amigos. O país, também, percebe o que se passa e já não identifica nas transigências da oposição o oportunismo traiçoeiro.

É, todavia, nesse momento, em que a síntese das duas táticas se torna fecunda, que ela é mais difícil de realizar. Alguns exageram a fraqueza do regime. Imaginam-se já às portas da democracia não-relativa. A escalada da contestação, mais retórica do que real, amedronta e enrijece os defensores do regime, cria dúvidas e suspeitas mútuas entre seus adversários, lança o véu dos gestos sobre a realidade dos fatos. Outros concluem o oposto do enfraquecimento do regime: querem acreditar que ele já virou bonzinho. Entram nos acordos não como pactos temporários senão como soluções duradouras. Abandonam a luta e transformam-se aos poucos em serviços dos antigos adversários.

O terceiro tempo de combate só existe quando a ordem autoritária, apesar de estar caindo aos pedaços diante de pressões internas ou estrangeiras avassaladoras, agarra-se ainda à vida. Nessa fase, o sentido dominante da luta é claro. Os acordos já não ocupam o centro das atenções. É a hora da mobilização franca contra os governantes – mais ou menos organizada, mais ou menos popular, conforme a orientação específica dos movimentos rebeldes. Mesmo nessas épocas, entretanto, o objetivo da mobilização tem que se subordinar a duas restrições que se esquecem facilmente no ardor da luta.

Primeiro, é preciso não se deixar prender a preconceitos sobre os grupos e indivíduos que se podem aliar. Quando os homens saem de um longo período de servidão supõem-se ainda presos aos esquemas, às alianças e aos desentendimentos que antecediam o regime de força ou as colaborações e prevenções forjadas no próprio decurso da experiência ditatorial. Se é verdade que certos interesses acabarão quase sempre por chocar-se, também é certo que as fronteiras entre os grupos e as classes e, portanto, a lógica dos próprios interesses em confronto são obra da política, não um simples dado dela. Quem subestima as alianças implausíveis já abandona, de início, boa parte de sua liberdade de ação e entrega-se refém de lutas acabadas.

Há outra ressalva importante à idéia da mobilização total. Quando as bandeiras se desfaldam e os símbolos se evocam, e cada um quer provar que é mais audacioso que o outro, a verdadeira ousadia, que detesta os chavões e prefere os atos aos espantalhos, sai prejudicada. Os momentos de levante nacional são, contudo, os menos fáceis de combinar com o domínio sobre as palavras e os preconceitos. Nessas horas, a lucidez costuma soçobrar entre o medo e o entusiasmo.

Olhando de um só golpe a luta em três tempos contra o autoritarismo, podem deduzir-se dela algumas lições cuja validade ultrapassa até mesmo os períodos de militância antiditatorial.

Os homens são o que são, com suas feições de caráter mais ou menos endurecidas, por falta de esperança e por preguiça espiritual. Cada circunstância política exige qualidades bem distintas – Maquiavel já o observou – mas

são raríssimas as pessoas em quem a paixão política se enobrece e refina ao ponto de lhes permitir mudar de orientação segundo as surpreendentes exigências do momento. Mesmo quando suspeitam vagamente que a hora requer uma alteração de alma e de conduta, não conseguem ou nem sequer tentam quebrar os vínculos do hábito. No decurso da luta em três tempos contra o governo de força, essa auto-reconstrução é tanto mais espinhosa porque as modificações exigidas podem ser drásticas e as divisões entre cada tempo e os outros são fluidas e tênues. Comprimidos entre a pressa impiedosa dos acontecimentos e a inflexibilidade dos seus temperamentos, as pessoas reinterpretam os fatos para concordar com seus fracassos íntimos.

A segunda lição diz respeito à autonomia moral na política. Uma das coisas que mais dificultam as orientações corretas é o medo que têm os homens das opiniões dos outros – e, sobretudo, dos julgamentos hostis que os correligionários possam fazer. Assim, o líder que compreendesse que os imperativos da hora exigem outros estilos de conduta e outras alianças, de partidos ou classes, hesita: o que será que vão pensar e dizer de mim? Na política mais do que em qualquer outro campo da atividade humana, não convém desprezar os julgamentos morais dos outros. Quem se mete a sacudir o mundo não pode almejar a independência mais radical do pensador, pois as opiniões dos outros são instrumentos necessários de poder. Entretanto, quem se subordina completamente a essas opiniões fica, por isso mesmo, imobilizado. Troca a lealdade a seus compromissos pela busca da compreensão fácil. Assim como as fantasias dominantes de uma época não esgotam o que ela realmente é, mas podem ser efetivamente subvertidas por essa realidade, assim também quem sabe transformar-se à luz dos acontecimentos pode, apesar das incompreensões, ganhar o apoio indispensável: se não converter lideranças já arraigadas, pode roubar-lhes os liderados. Aplica-se o mesmo princípio em todos os escalões. O espírito político não é apanágio dos que andam nos centros de poder. É uma força a que todos podem aspirar, porque é o triunfo da clareza e do sacrifício sobre a vaidade e o temor.

A terceira lição tem a ver com a desproporção medonha entre o que as situações históricas pedem e o que elas facilitam. As coisas se passam como se o destino e o acaso quisessem proteger-se contra a liberdade dos homens. À medida que certo tipo de resposta às oportunidades da época se vai fazendo mais apropriado e realista, ele torna-se, também, mais doloroso. Só a devoção e o desassombro nos permitem sobreviver, inteiros e humanos, nessa guerra secreta.

### *Privilégio e prosperidade*

Nem as peripécias da luta contra o regime de força nem o desenrolar dos processos históricos supostamente objetivos determinarão, por si só, os tra-

ços da futura democracia brasileira. Esses haverão, também, de ser o produto de outras disputas que ainda não se travaram e de vitórias ou derrotas do entendimento e da vontade que ainda não aconteceram. Para saber orientar-se nessa confusão desgraçada que é sempre a experiência vivida da história é preciso compreender as oportunidades e os perigos que certas características da sociedade brasileira oferecem à democracia entre nós. Nos capítulos seguintes, analisam-se esses dados e deles se inferem algumas propostas para um movimento popular, democrático e socialista no Brasil. Primeiro, trato da política econômica, sobretudo no que diz respeito ao crescimento econômico; depois, da política maior das relações entre as classes; a seguir, do modo pelo qual as próprias instituições da democracia política podem integrar-se na sociedade; por fim, do significado da relação existente entre a elite e as massas no Brasil. Em cada caso, a busca de um rumo será o impulso-guia para uma interpretação da nossa circunstância atual.

Para compreender as possibilidades da política econômica no Brasil, há que começar a entender o que o regime militar de fato fez com a economia. Há dois temas a serem sublinhados. Primeiro, a situação atual da economia brasileira já criou condições para escapar a certos dilemas, de imensa importância política, que marcam as economias capitalistas mais adiantadas. Segundo, a primeira preocupação econômica de um movimento democratizante entre nós, e sobretudo de um movimento socialista, deve ser a de reforçar os fatores que permitem, inesperadamente, a resolução desses problemas típicos da política econômica brasileira.

Em todos os países capitalistas mais prósperos, as dificuldades da política econômica revestem uma forma basicamente comum, embora as teorias econômicas dominantes obscureçam seu verdadeiro sentido. Nessas economias, impulsiona-se o crescimento, de preferência, pelo aumento da procura de bens e serviços. Nas fases iniciais desses pequenos surtos de crescimento, a produção tende a aumentar junto com os lucros porque quase sempre há capacidade industrial ociosa. Quando convém, novos operários podem ser empregados com relativa facilidade. Os governos absorvem parte dos lucros em forma de impostos e transformam os recursos captados em fontes de demanda, pelos gastos em serviços sociais, obras públicas ou poderio militar. Mas os capitalistas – as grandes empresas e os investidores privados – raramente reagem ao aumento da demanda com investimentos arrojados que expandam rapidamente o estoque de bens de capital (as fábricas e máquinas) e a produtividade do trabalho. Preferem um ritmo mais lento e prudente de investimento. Pelo menos, hesitam em tomar dinheiro emprestado para aumentar sua capacidade produtiva. Por quê? Porque não têm confiança em que o governo continue a lhes proteger as margens de lucros e a defendê-los contra largos aumentos salariais. Temem que ele lhes tire os ganhos a título de impostos.

O relativo vagar com que se aumentam a produção e a produtividade, em comparação com o ritmo da demanda, contribui à inflação e aguça o conflito entre capitalistas e operários bem como entre diversos setores do próprio operariado. Os governos vêem-se então obrigados a combater a inflação pela compressão monetária. É o bastante para provocar o retrocesso econômico, mas não para dominar a inflação, insuflada pela rivalidade em torno das parcelas da riqueza nacional já encolhida. Quando os governos se aventuram, outra vez, a estimular o crescimento econômico, fazem-no, de novo, por manipulações monetárias e fiscais que aumentam a demanda e dão nos mesmos problemas. Os saltos gigantes de enriquecimento nacional vão parecendo coisa do passado.

A base desse ciclo está numa relação característica entre os governos e os capitalistas – um vínculo tão simples que a tecnocracia econômica ocidental ainda não conseguiu compreendê-lo embora os políticos práticos muitas vezes o entendam intuitivamente. De um lado, os governos – mesmo os mais redistributivistas – não conseguem desconsiderar os interesses do capital. Se procuram redistribuir riqueza demais ou intervir a sério nas liberdades do capital, os investimentos se retraem, o crescimento estanca ainda mais, agrava-se a inflação, o eleitorado se desilude e o partido trabalhista acorda um belo dia e descobre que está na rua, abandonado até por alguns dos seus melhores amigos. Por outro lado, é difícil aos governos – mesmo aos mais pró-capitalistas – darem às empresas e aos ricos o grau de favorecimento que os levasse a investir em peso e a aumentar às pressas o estoque de capital, as condições da produtividade e o número de empregos. Tal nível de proteção ao capitalista incompatibilizaria o partido situacionista com uma grande parte do eleitorado, seria visto como acinte a critérios elementares de justiça e poria o governo cada vez mais a reboque de decisões econômicas da iniciativa das empresas e dos ricos.

Fatores de outra ordem agravam esses impedimentos à submissão total aos endinheirados. Nem o governo mais resolutamente serviçal aos empresários e banqueiros estaria certo de lograr na tentativa de lhes inspirar confiança: sempre é possível à oposição ou aos sindicatos frustrarem as medidas governamentais e a perspectiva de eleições futuras é também uma ameaça de descontinuidade na política econômica. Ademais, o poder de pressão que diferentes setores capitalistas – ou operários – possam exercer sobre o governo não corresponde, numa proporção simples, à sua contribuição potencial ao aumento da produção. É fruto do tipo de organização de que esses grupos dispõem e dos liames que conseguiram estabelecer com os centros do Estado.

Toda essa história resume-se numa observação singela: os governos, seja qual for seu programa, sentem-se obrigados a oscilar numa estreita margem entre beneficiar os capitalistas e atacá-los. Não conseguem facilmente nem reprimi-los nem favorecê-los o bastante para assegurar o crescimento econômico contínuo. O controle da situação lhes parece escapar e os problemas econômicos ganham cores de insolubilidade.



Esses fatos, porém, permanecem encobertos pelas ortodoxias econômicas reinantes. Nos países capitalistas, a maioria dos economistas que se preocupa com a redistribuição da riqueza segue a tradição dita keynesiana. Continuam afeitos à idéia de que a expansão da demanda — perfeitamente compatível com a redistribuição da riqueza pela política fiscal — é o grande motor do progresso econômico. Vêem-se, então, forçados a tratar os problemas de inflação e desemprego como se fossem efeitos ocasionais de uma briga entre capitalistas e sindicatos que interfere com o controle inteligente da demanda global. Na verdade, entretanto, o problema da demanda é apenas um aspecto subordinado da situação maior que descrevi. Afinal, é relativamente fácil intensificar a procura de bens e serviços. Basta cortar os impostos, facilitar o crédito e aumentar os gastos públicos. Todo mundo gosta dessa benesse, a não ser que a política de apoio à demanda se torne impopular pela suspeita de que esteja servindo para esconder uma redistribuição da riqueza ou pela adesão a um estilo ultraprudente de conduzir as finanças públicas. Não são esses, na maioria dos casos, os fatos que levam os governos, hoje em dia, a perderem a vontade de pôr dinheiro nos bolsos dos eleitores.

Muitos que se definem como marxistas compartilham o engano dos teóricos neokeynesianos. A convicção de que o obstáculo principal à prosperidade está no subconsumo — convicção corrente entre muitos economistas marxistas — é pouco mais do que a mesma tese neokeynesiana expressa em outro vocabulário. Reaparece, de forma diluída, entre os teóricos de desenvolvimento e dependência que identificam na expansão do mercado interno a dinâmica quase que suficiente do progresso econômico.

Não é a primeira vez que essas questões afloram no pensamento econômico. Por exemplo, os economistas soviéticos da década de 1920 debatiam temas semelhantes, embora as diferenças de linguagem e de contexto disfarcessem as analogias profundas entre aquelas controvérsias e as preocupações da teoria econômica contemporânea. No confronto entre os “direitistas”, liderados por Bukhárin, e os “esquerdistas”, chefiados por Preobrazhensky, estes argumentavam que não bastava fiar-se no reforço recíproco da procura de bens industriais pelo setor agrário e da demanda de produtos agrários pelo setor industrial urbano. Era preciso adotar uma política que, pelo manejo dos preços e do planejamento, provocasse a expansão do estoque de bens de capital na indústria e o aumento da produtividade na agricultura. Em meio a tantos erros cometidos pela escola de Preobrazhensky, essa tese, ao menos, foi confirmada pelos fatos: a partir do momento em que os bens de capital disponíveis já estavam sendo utilizados à plena capacidade, a política de Bukharin não bastou para assegurar o fornecimento agrário e a expansão industrial.

Só há, em última instância, duas maneiras de quebrar o domínio que os capitalistas e empresários privados exercem sobre as condições da prosperidade coletiva e de resolver os dilemas que assolam a política econômica nas

democracias contemporâneas. Uma estratégia é a consolidação de um setor nacionalizado liderante. Quanto mais forte e autônomo esse setor, mais independente se torna o Estado no desenvolvimento da política econômica: o grau e a direção dos investimentos já não se moldam, em primeira instância, pela confiança que os capitalistas tiverem na segurança de suas porcentagens de lucro. A outra tática é a de despir gradualmente o capital de sua liberdade de ação: trata-se de usar o poder regulador do Estado não apenas para manipular os incentivos – solução sempre fraca e inadequada – mas para criar condições de fato ou de direito em que o capital se veja obrigado a afluir para certos investimentos almejados pelos governos. Ambas essas soluções – a segunda ainda mais do que a primeira – são de realização política difícil. Os interesses capitalistas ou sindicais organizados podem bloqueá-las pela influência que têm nos parlamentos, nas burocracias ou nos próprios eleitorados. A tentativa de desenvolver paulatinamente tais políticas cria dificuldades sérias de transição: antes que se possam consolidar os novos centros de primazia sobre o processo de acumulação, os antigos se contraem ou se desorganizam. O resultado é o declínio econômico e a conseqüente derrota eleitoral dos governos ou o abandono por eles das políticas ainda principiantes que tentaram adotar.

No Brasil do regime autoritário, levaram-se ambas essas estratégias bem mais longe do que em qualquer das democracias capitalistas adiantadas. O imperativo brutal de acumulação, a dinâmica de centralização do poder, o crédito de confiança que os capitalistas nacionais e estrangeiros depositaram por muito tempo no governo e – é preciso honestamente dizê-lo – a facilidade de manobra criada pela supressão da democracia convergiram para o mesmo resultado. As empresas públicas ganharam um poderio sem precedente na história brasileira e, até mesmo, sem rival entre todos os países industrializados e capitalistas do mundo. A economia estatizada transformou-se não num cemitério de empresas decadentes nem num instrumento modesto de atendimento a reivindicações sindicais – como costuma ser em grande parte do mundo ocidental – mas num locomotor da produção, capaz de servir aos dilemas de um planejamento nacional e de tornar o processo de acumulação parcialmente independente das reações de investidores privados. Ao mesmo tempo, o governo adquiriu um predomínio incontestável sobre a rentabilidade dos capitais graças à influência maciça que exerce sobre todo o sistema de crédito, preço e câmbio. A circunstância de inflação continuada e de regulação estatal onipresente é um quadro em que os capitalistas que não querem perder o dinheiro têm poucas opções ao planejarem seus investimentos. O próprio governo acaba ditando, de uma forma ou de outra, quais serão essas opções. Nos países mais ricos, a supervisão pública da economia tem o sentido de racionalizar os mercados – de assegurar as condições genéricas de lucratividade dos investimentos e, também, de aparar lucros que parecem demasiados. Da

parte do governo, é, ao mesmo tempo, um sinal de força e fraqueza. No Brasil, a fiscalização da economia ultrapassa o limite de um acordo-impasse com os capitalistas; o Estado passou a dar as cartas do jogo.

O fato de que esse duplo assalto à primazia dos capitalistas ocorreu paralelamente ao enriquecimento dos ricos e à repressão dos operários demonstraria por si só que não fez parte de uma investida deliberada contra a alta burguesia. Mas teve os lucros dos empresários e dos investidores, minava-se-lhes a base do poder – a estrutura econômica que faz com que uns poucos tenham que prosperar para que também prospere a nação. A partir do momento em que se corrói esse sustentáculo, a prosperidade futura dos capitalistas passa a depender das benesses voluntárias dos governos e dos eleitorados – não da chantagem com que o rico se pode impor à sociedade ao dizer, por atos mais do que por palavras: garanta-me o meu; senão deixo de aplicar capitais e todos vocês acabam empobrecendo.

Dessa linha de raciocínio se conclui que, no Brasil, a primeira preocupação de um movimento democrático e socialista – e de todas as correntes políticas reformadoras – deve ser a de resguardar e fortalecer esse legado involuntário do regime de 64. Pois essa é a condição estrutural para que um governo democrático possa desenvolver uma política econômica de transformação social – reforma democratizante das instituições e redistribuição da riqueza – sem prejudicar o crescimento. As políticas de redistribuição e aumento do consumo popular têm de subordinar-se a esse objetivo sobranceiro ou, melhor, encaixar-se nele. Sem ele, não há transformação social que não dê no caos econômico e na derrota do projeto transformador. A ditadura e a violência seriam então indispensáveis à reconstrução da sociedade. Caberá, portanto, aos verdadeiros líderes, em todos os escalões do movimento popular, mostrar a seriedade desse problema, pois o líder se distingue do demagogo por ser, entre outras coisas, um educador.

A relativa autonomia da ação estatal na política econômica possibilitará a continuidade do processo de acumulação seja qual for a atitude dos investidores privados para com as posições dos governos e dos partidos. Facilitará a captação da poupança das camadas populares e médias, pois um Estado que tem o poder efetivo de determinar o grau de rentabilidade dos investimentos dos ricos já possui os instrumentos para substituir os beneficiários dessa proteção. Oferecerá aos políticos e planejadores os meios de impulsionarem os investimentos privados e públicos em direção ao atendimento do consumo popular e ao aproveitamento da força de trabalho. Permitirá uma redistribuição da riqueza pelo sistema tributário, pelos serviços sociais e pela própria reforma da hierarquia administrativa e salarial das empresas. Dará ao país a oportunidade de tornar-se mais independente das economias líderes e, ao mesmo tempo, de entrar em acordos específicos com investidores estrangeiros sem abrir mão desta independência.

Um conhecedor da política já observou que a inauguração de uma nova ordem de coisas é sempre difícil: os que se deram bem com as antigas condições viram inimigos ferrenhos do inovador enquanto os que têm a ganhar com as novas são amigos apenas incertos. Há, porém, em muitas circunstâncias um fato que pode compensar essa desvantagem tantas vezes fatal. A maior parte dos privilegiados quer sempre dinheiro e sossego. Adormecem acariciados no luxo e acordam apenas para se morderem uns aos outros ou para fustigarem os subordinados diretos. Se der jeito, por arte ou sorte, de lhes fornecer, por algum tempo, os deleites habituais, enquanto se lhes destroem as bases do poder, é possível que eles se apercebam tarde demais do que está acontecendo ou que, percebendo, se sintam paralisados pelo medo e pela dúvida. Nesse caso, a inovação triunfará.

### *As classes e os poderes*

Os historiadores brasileiros do futuro haverão de se debruçar sobre certos aspectos enigmáticos das relações entre as classes no Brasil. São traços que só poderão ser entendidos por quem se haja libertado da idéia de que, em cada situação histórica, as classes têm contornos bem definidos e que seus interesses falam com voz clara uma vez que o descortino substitua a ilusão. E esses mesmos fenômenos espantarão, sobretudo, os que compararem a evolução da sociedade brasileira com a experiência contemporânea dos países mais ricos do Ocidente.

O primeiro fato a exigir atenção é bem conhecido dos nossos estudiosos, embora permaneçam obscuras suas raízes. Os grupos médios urbanos — a grande maioria dos comerciantes, profissionais e funcionários — jamais ganharam entre nós a relativa independência de ação que marcou as camadas semelhantes na Europa Ocidental e na América do Norte. Não é tanto que se tenham viciado na dependência dos favores do Estado, pois essa dependência é comum em todo o Ocidente. É sobretudo que a precariedade de sua situação econômica e de sua influência política sempre foi tamanha, e os obstáculos que impediram a ascensão dos seus filhos à bastança tão formidáveis, que essa classe sempre morou num gueto social e ideológico, apesar de fornecer boa faixa dos políticos que governaram a República e a maior parte dos advogados, jornalistas e pensadores que lhe ensinaram seus ideais mais professados. Paradoxalmente, foi o regime militar de 64, que fez tudo — em vão — para enterrar esses ideais, que criou, para essas classes, oportunidades de ascensão sem precedente, quer pela própria carreira militar, quer pela imensa tecnocracia das empresas públicas e da administração federal, quer ainda pela multiplicação das formas de enriquecimento rápido.

A despeito de viver numa subordinação forçada, essa gente costumava fazer o jogo da alta burguesia, quando muito preferindo um setor ("progressista") desta a outra ("tradicional"). O ressentimento contra as oligarquias econômicas ou partidárias dava impulso a grandes campanhas reformistas que varriam a nação – e geralmente deixavam as coisas mais ou menos na mesma. O ressentimento soube fazer companhia à submissão. Foi preciso que viesse a tutela militar, que lhes abriu como nunca antes as portas do gueto, para que esses grupos se desiludissem de um programa antipopular e votassem, em grande número, no partido da oposição. Afinal, a política, como devem ter aprendido nossos tutores, é uma longa história de ingratidões. Como se explica, pois, que tais camadas tivessem encontrado tanta dificuldade em afirmar uma personalidade própria e se hajam repetidamente curvado diante de oligarquias que nem sequer dispunham do charme de uma aristocracia autêntica?

O outro traço surpreendente da história social brasileira é menos conhecido, mas é até mais estranho e, a longo prazo, talvez venha a ser muito mais importante. É a relativa ausência de um antagonismo vivo entre grupos da massa popular que teriam tudo para se hostilizar. Não se desenvolveu no Brasil um conflito aberto entre o operariado industrial organizado, estável e relativamente próspero, e as massas urbanas subempregadas ou, de qualquer modo, menos privilegiadas. Esse fato é tanto mais interessante porque, no Brasil, o operariado industrial continua a ser uma verdadeira elite dentro da massa trabalhadora, tenha ele ou não liberdade sindical. A situação de privilégio resulta de um estilo de industrialização convencional, intensiva de capital, que ocorre dentro do quadro de um êxodo rural enorme. Dois fatos que, nos países ricos de hoje, se sucederam em relativa seqüência cronológica – primeiro, o agigantamento das cidades pelas populações ex-camponesas; depois, a capitalização da indústria – justapõem-se no Brasil, como em outros países em desenvolvimento. Nas potências industriais do Ocidente, o conflito entre os trabalhadores aquinhoados e os desprotegidos – não-sindicalizados, desempregados ou empregados nos piores empregos – é um dos fatos decisivos da política e uma das barreiras mais formidáveis a um movimento operário que se comprometesse com a transformação da sociedade.

A outra luta que surpreende pela ausência é a que não se abriu entre as populações do campo e da cidade apesar de a industrialização brasileira se haver feito à custa do empobrecimento da agricultura e de o nível do salário rural haver permanecido muito aquém do salário urbano. Não basta apontar para a aliança dos grandes interesses industriais, comerciais e agrários, mais ou menos íntima em diferentes momentos da história brasileira. Pois essa aliança sempre se firmou no plano das elites; não serve para explicar o que ocorreu entre as massas. Nem é suficiente citar a relativa facilidade com que as populações se deslocam dos campos para as cidades: muita gente per-

manece no campo e tem lá interesses econômicos – em torno de assuntos como o preço dos produtos agrários, o nível do salário mínimo rural e a política de exportações – que contrariam diretamente, pelo menos a curto prazo, os interesses dos trabalhadores urbanos. Por que é que políticos hábeis não conseguiram tornar explícita e usar em proveito próprio essa oposição latente? Foi o que fizeram em muitos países europeus – por exemplo, a Alemanha do século dezenove. Que a hipótese nos pareça absurda apenas mostra o quanto de contradição misteriosa se esconde debaixo da aparência do óbvio na história social brasileira.

Não convém, entretanto, aguardar os historiadores do futuro para discernir o sentido desses paradoxos. É preciso começar a descobri-lo já, pois esses fatos insólitos são um manancial de oportunidades e perigos para a democracia brasileira. De cada um deles se pode deduzir uma lição importante para o comportamento de um grande partido trabalhista e socialista brasileiro.

Vamos, primeiro, ao caso dos grupos médios urbanos. Seu comportamento, que tantas vezes pareceu insensato e incoerente, resultou de um longo aprendizado. É certo que o Estado jamais consolidou uma verdadeira independência de certas elites reduzidas que monopolizavam as concentrações de dinheiro ou as máquinas partidárias. Raras vezes serviu de instrumento efetivo para a criação de um espaço aberto que proporcionasse aos grupos profissionais ou comerciais mais modestos as condições para uma elevação rápida ou, sequer, para uma vida econômica independente e segura. Por conseguinte, essas classes tinham que optar entre a inconformidade despeitada contra toda a vida política do país e o agrado aos interesses dominantes. Faltou-lhes uma prática concreta e eficaz de transformação da sociedade.

Nos dois períodos recentes em que o Estado deu passos em direção a uma maior independência da alta burguesia, fê-lo de modo a ofender as classes médias urbanas mais do que seduzi-las. Na época de João Goulart, deu-se a ofensa pela escalada da retórica populista ou contestadora, tantas vezes agressiva, pela explosão inflacionária e a conseqüente desorganização econômica e pelas violações repetidas de certos padrões do bom-tom republicano. Resultaram o agravamento da hostilidade entre os grupos médios e os setores politicamente atuantes da massa e uma aproximação mais íntima que nunca entre aqueles grupos e os ricos.

Na fase do regime militar, desenrolou-se um processo de desencanto, motivado, talvez, tanto pela sem-cerimônia com que se trataram os ideais políticos correntes entre as classes médias como pela relativa lentidão com que viam sua situação melhorar. Num país em que o poder havia sido ocupado por homens que bramiam todos os queixumes dessa classe, uns poucos passaram a enriquecer às soltas, enquanto o comerciante, o profissional e o funcionário continuavam – ou pareciam continuar – na dureza de sempre.

Se houve melhora, não foi o suficiente para contrabalançar o enriquecimento alheio e os pecados ideológicos dos governantes. Em vez de as classes médias seguirem a orientação das oligarquias econômicas, foram estas que, pouco a pouco, seguiram aquelas ao perderem entusiasmo pela situação – ou porque descobriram que o Estado trocava as roupas de Papai Noel por um uniforme policial na política econômica, ou porque se sentiram cada vez mais isoladas dentro do ambiente de hostilidade generalizada contra o regime.

De todos esses fatos se deduz que o papel dos grupos médios e da pequena burguesia sempre foi um dos determinantes mais importantes da política nacional, ainda que essas camadas quase nunca tenham obtido o que queriam do poder. Mas também se conclui – o que é menos óbvio e mais importante – que as atitudes de tais classes não se podem explicar por uma aliança natural de interesses com os riscos nem por uma tendência congênita a serem ludibriadas pelas idéias dos mais afortunados. Como todo o mundo, fizeram e fazem o que aprenderam a fazer, o que as circunstâncias lhes permitiram e ensinaram. Uma das tarefas mais importantes e delicadas de um movimento popular, trabalhista e socialista no Brasil será a de mostrar efetivamente aos integrantes dessas camadas que não há, de fato, entre elas e o movimento uma hostilidade de interesses ou ideais; que, pelo contrário, elas precisam encontrar a fórmula de uma aliança duradoura para conseguirem o que anseiam. Do lado do programa popular, isso significa a proteção eficaz da pequena propriedade urbana e rural; o resguardo militante dos investimentos modestos contra a inflação, se necessário pelo uso da política monetária e fiscal para subsidiá-los; a reforma drástica do sistema tributário para sugar os ricos e lhes comprimir as heranças; a apresentação das empresas públicas como modelos de eficiência e canais de ascensão para os filhos das classes médias; o desdém escrupuloso por chavões destinados a provocar indignação e temor entre essas mesmas classes; a reinterpretação dos ideais do liberalismo brasileiro numa visão ampliada da democracia.

Agora, ao segundo mistério: a ausência de um conflito bem definido entre o operariado industrial e as massas urbanas que vivem no subemprego ou que, pelo menos, não se comparam, nos privilégios de que desfrutam, com a maioria dos trabalhadores na grande indústria, privada ou estatal. Há várias hipóteses que se podem imaginar para explicar a falta entre nós do conflito – tão característico dos países capitalistas adiantados – entre a subclasse e o operariado estável.

Primeiro, há a própria rapidez e o cunho maciço do deslocamento do campo para a cidade. Grande parte das populações citadinas continua sempre a ser composta de pessoas relativamente recém-chegadas; a massa nunca se sedimenta o bastante para adquirir feições certas e antagonismos definidos.

Segundo, mesmo os operários mais bem remunerados da grande indústria vivem em situação precária; falta-lhes a autonomia de organização para

defender os empregos e as prerrogativas contra a arraia-miúda que bate à porta à procura de lugar.

Terceiro, o capitalismo brasileiro, seja ele privado ou público, prefere a industrialização com maquinaria convencionalmente avançada, orientada, sobretudo, para o mercado de consumo privilegiado. Por isso que a parcela do investimento em salário é relativamente pequena, ele prontifica-se muitas vezes a pagar salários acima do que o mercado exigiria, na esperança de contar com um corpo pacato e experiente de desempregados.

Quarto, entre os operários na grande indústria e os que ficam do lado de fora, desenvolve-se freqüentemente nas cidades brasileiras, uma teia complexa de relações de parentesco, clientelismo e amizade. O salário pago ao empregado no setor organizado e capitalizado vira fonte de rendimento para outros humildes. Esses vínculos amortecem o impacto das disparidades entre os mais e os menos bem colocados, ajudando a evitar conflitos maiores.

Quinto, a própria fraqueza do movimento sindical – e a representação que lhe foi imposta pela ordem autoritária – fazem com que as linhas divisórias entre o operariado-elite e o resto da massa operária permaneçam move-didas. Grandes levas de trabalhadores podem ser empregadas ou despedidas segundo conveniências econômicas passageiras. Nas potências capitalistas, a distinção entre o operariado privilegiado e a subclasse é uma forma de reconciliar as garantias conquistadas pelo movimento sindical com o desejo dos capitalistas de expandirem ou restringirem a produção de acordo com o aumento ou o decréscimo da procura dos bens produzidos. A faixa mais desorganizada da massa é a que se emprega e desemprega mais facilmente para atender a essas reviravoltas da demanda ou, então, é a que vai servir às pequenas empresas que ajudam as grandes a se adaptarem a tais ciclos, sofrendo em primeira linha o efeito da instabilidade econômica. É de supor que, se o limite entre operários privilegiados e desfavorecidos flutuar demais, como acontece no Brasil, a hostilidade entre o operariado protegido e o indefeso não terá ocasião de surgir.

Sexto, a sutileza do cruzamento racial no Brasil – a modulação das cores e das etnias dentro das camadas populares – confere uma feição particular à relativa unidade da massa urbana. Acentua a distância entre as elites e os pobres e lhe dá um toque de necessidade superior. Acena aos elementos mais alvos da massa com a esperança de incorporação mais fácil dentro das pequenas burguesias brancas. Serve, a qualquer momento, para agravar as desconfianças coletivas dentro do meio popular e para fornecer-lhe um vocabulário racial insidioso. Mas não se amolda a uma dicotomia clara entre o operariado avantajado e uma subclasse.

Mesmo que todas essas hipóteses se confirmassem à luz do estudo empírico, persistiria um elemento inexplicado no fenômeno. Apesar de todos os senões, os interesses materiais dos assalariados mais ou menos bem remedia-



dos estão em conflito. O fato de que essa oposição potencial não se transforma em desavença aberta há de ser fruto também dos tipos de imaginação e conduta que marcam as massas operárias no Brasil. Elas ainda não se entregaram – e o destino não as obriga a se entregarem – aos desentendimentos que beneficiariam seus adversários comuns.

Assim como o movimento popular, num Brasil democratizado, há de completar, de forma inesperada, uma política econômica que o Estado autoritário iniciou por outros motivos, assim também esse mesmo movimento precisa descobrir na relativa ausência de conflitos entre a elite operária e a massa urbana uma dádiva involuntária e valiosa do capitalismo brasileiro. Para combater o surgimento tardio dessa divisão política do operariado, tem que se lutar por um programa social específico. O ponto inicial desse programa seria a sindicalização livre, imediata e ampla de todo o operariado em todos os ramos de trabalho. Quanto mais englobante a sindicalização, menor o risco de que as divisões sindicais reflitam, desde o começo, as diferenças de privilégio entre os trabalhadores.

Tal argumentação justifica a defesa de um princípio de organização sindical que evite não só a divisão por empresa (tipo japonês) mas também a limitação da cada quadro sindical a um ramo bem definido da economia. Convém à força política dos sindicatos e à própria pressão que possam exercer sobre as empresas que eles se organizem em termos setoriais amplos: que procurem incluir todos os operários cujo trabalho serve, de modo apreciável, a um campo da indústria ou do comércio. Assim, por exemplo, no setor automobilístico, o sindicato deve abranger não apenas os empregados da indústria-chefe de montagem e produção mas também os trabalhadores, em geral menos estáveis e remunerados, que labutam nas pequenas empresas-satélite da indústria principal. O efeito prático dessa política sindical seria o de enfraquecer, na fonte, qualquer confronto mais sério entre uma aristocracia e uma plebe operária.

Ao lado dessas medidas básicas, outras podem contribuir à solidariedade política entre elementos do operariado. A curto prazo, a socialização dos encargos trabalhistas fortalecerá uma situação de pleno emprego e moderará a luta acirrada em torno de vagas escassas. A longo prazo, a reorientação da indústria para o consumo popular e a tecnologia aproveitadora da mão-de-obra e da perícia dos trabalhadores evitarão a aliança implícita entre operários industriais e consumidores ricos, aliança que só pode reforçar a divisão entre os trabalhadores privilegiados e os desprotegidos.

E o outro conflito que surpreende pela ausência – o que oporia os trabalhadores urbanos e rurais? É certo que esse antagonismo dificilmente despontaria numa situação em que as cidades continuam a absorver levas gigantescas de migrantes, a fronteira agrária permanece aberta, a mão-de-obra rural vive sob um jugo econômico e político tão violento que faria chocar um general

de cavalaria e as lideranças políticas locais continuam entorpecidas nas tramas das oligarquiazinhas da região ou dos padrinhos políticos na capital distante. O desencontro entre as massas urbanas e rurais pode tornar-se um risco tanto mais real quanto mais o país se aproximar da democracia e do socialismo. Pois quanto mais essa aproximação ocorrer, tanto mais os trabalhadores rurais ganharão autonomia e lideranças próprias e aprenderão com seus chefes, se não aprenderem, por conta própria, que lhes falta uma identidade espontânea de interesse com o operariado industrial. Entre outros fatores, o preço relativo dos produtos industriais e agrários e a ênfase dos favores do governo sempre criarão pontos de divergência possível.

O problema dos vínculos entre trabalhadores urbanos e rurais há de ser encarado dentro do contexto mais amplo das relações entre a indústria e a agricultura. Há dois caminhos bastante diferentes que se podem imaginar. O primeiro é o da urbanização crescente das populações rurais, acompanhada pela formação continuada de grandes agroindústrias capitalistas. Os esquerdistas que abraçam essa tese apenas acrescentam que esse processo haverá de ser acompanhado pela sindicalização rural e pela "luta de classes" no campo como sócia menor do movimento operário urbano. A segunda via é a de formação de uma agricultura organizada, em grande parte, em torno de fazendas de propriedade familiar, de tamanho médio ou modesto, de acordo com as oportunidades técnicas de cada setor agrário, fazendas que se integrariam numa rede de distribuição e crédito montada e apoiada pelo Estado e reforçada por vínculos cooperativistas.

O primeiro desses dois rumos é o preferido tanto pelos capitalistas como pela tecnocracia, que descobriu, finalmente, as desvantagens de uma política de empobrecimento da agricultura. Mas a grande maioria dos democratas de esquerda no Brasil pensam de maneira semelhante: é que compartilham com as teorias capitalistas do desenvolvimento certos preconceitos sobre o triunfo natural de uma espécie determinada de industrialização, preconceitos que a experiência brasileira já bastaria para desmentir. Teme-se, também, a formação de uma pequena burguesia rural, numerosa e reacionária, como se os ruralistas brasileiros estivessem em perigo de virar os fazendeirozinhos desconfiados com quem Napoleão intrigou.

De fato, se o único objetivo fosse o de minimizar o risco de briga entre os trabalhadores urbanos e rurais, o método da agroindústria altamente capitalizada seria preferível, simplesmente porque levaria, mais rapidamente, ao esvaziamento do campo. Essa, todavia, não pode ser a única meta. Quando se consideram outros fatos, verifica-se que, em todos os setores da agricultura em que a agroindústria de grande porte já não estiver enraizada ou não possuir vantagens técnicas inegáveis, é a segunda vereda do desenvolvimento agrário que se deve trilhar. Do ponto de vista estritamente econômico, a estratégia das fazendas médias aproveita o engenho e a ambição das famílias

com um mínimo de capital e deslocamento humano. Os investimentos podem concentrar-se na infra-estrutura tecnológica da agricultura e na distribuição dos produtos agrários.

É sobretudo de um ângulo político maior que as vantagens dessa orientação se patenteiam. Cria as bases para um eleitorado vibrante e autônomo nos campos, solapando de vez as máquinas partidárias rurais que ainda contrabalançam o voto das grandes cidades. Nada na lógica intrínseca das coisas ou nas características da situação brasileira indica que esse eleitorado tenha de ser conservador: tudo dependerá das forças em jogo e da seriedade com que um movimento socialista e democrático procure reconciliar-se com os grupos médios dos campos e das cidades. O caminho indicado de desenvolvimento agrário evita o agigantamento das metrópoles, que cria problemas sociais quase insolúveis, aumenta o perigo de divisões entre o operariado industrial e o resto da massa operária e reduz a desejada variedade de formas de convivência social no campo. A estratégia que se descreveu também propicia condições que possam restringir a integração da agricultura brasileira no sistema capitalista internacional, o caminho da grande agroindústria capitalista e quase inevitavelmente o da aliança com capitais estrangeiros no campo e o da adaptação constante e pronta aos sinais do mercado internacional.

Não é provável que se ouçam tais advertências: muitas estruturas e idéias arraigadas andam em sentido contrário. Mas quanto mais realce ganhar o papel dos pequenos e médios proprietários rurais, maior será a sutileza das relações entre o operariado e os grupos médios, tanto nas cidades como nos campos. O movimento popular teria sua tarefa dificultada num sentido e facilitada em outro: dificultada pela importância que revestiria a composição de interesses rurais e urbanos potencialmente conflitantes; facilitada, porque, com a divisão interna da pequena burguesia entre um setor agrário e outro, comercial e profissional, diminuiria o risco de um choque simples entre as classes médias unidas e a massa proletária.

Todas essas observações específicas exemplificam um princípio mais geral. A cada momento, as grandes lutas de comunidades e classes costumam estabilizar-se de dois modos complementares, porém distintos. De um lado, os grupos enfiam-se de tal modo no Estado que os privilégios de cada um deles se tornam inseparáveis do próprio funcionamento do governo e da economia. Cada reforma de peso acaba por parecer uma ameaça aos requisitos elementares da administração e da produção. De outro lado, as grandes solidariedades coletivas dissolvem-se num amontoado nervoso e paralisante de pequenas barganhas, direitos adquiridos e desconfianças habituais. Completados os dois processos convergentes, a sociedade ganha o aspecto de sistema intransformável. Contudo, tanto a desagregação das coletividades maiores nos conluíus reduzidos como a colonização do Estado pelo privilégio não se consumam sem dar ensejo a novas desarmonias, descobertas e

esperanças. Delas podem ressurgir a qualquer momento as confrontações de vulto. A não ser nas horas de revolução aberta, a política transformadora consiste, em boa medida, na arte de tomar a frente dessa oscilação incerta e de fazê-la o veículo de um projeto coletivo consciente.

Quando tais desarmonias se aceleram e se agravam, quer pelo esforço consciente dos inimigos da normalidade, quer pela explosão em cadeia de uma série de brigas menores, o desfecho do conflito nunca se determina somente pelos recursos de coerção ou riqueza que os grupos em luta já tiverem à disposição. No palco agigantado da história social, os determinantes da ação guardam certa continuidade com as preocupações que motivam os indivíduos nos embates modestos do dia-a-dia. Raros são os lances de uma luta coletiva que se podem explicar facilmente como reação direta a uma ameaça clara ou como desejo franco de arrebatar o que pertence aos outros. As mais das vezes, os grupos, como os indivíduos, quebram a hipnose da rotina e começam a brigar a sério movidos por um pressentimento de perigo enorme. Sentem uma erosão dos padrões mínimos de segurança, justiça e conforto a que se acostumaram. Acreditam que, se não atuarem primeiro, outros lhes roubarão os bens, a independência e a própria identidade. Como a República romana, saem mundo afora a construir impérios na certeza de que as ameaças precisam ser desfeitas antes mesmo que elas se façam valer.

Nessa luta em torno de danos possíveis e temores imediatos, muito depende da relativa capacidade das partes em conflito de redefinirem, no decurso do embate, as divisórias entre inimigos e aliados e as relações recíprocas entre meios e fins. O movimento político que pautar suas ações pelo mapa aparente da sociedade – que aceitar certas alianças coletivas como naturais e outros antagonismos de grupo como inexoráveis, adotando uma estratégia que acata essas fronteiras e um vocabulário que as reforça – desperdiçará a melhor parte de sua autonomia de entendimento e manobra. Se o movimento representar a parte mais fraca do conflito, o desperdício será fatal, a não ser que o inimigo vá bem mais longe ainda no desleixo.

Nos últimos anos da Primeira Guerra Mundial na Europa, e nos anos logo após a guerra, a ordem social dominante parecia periclitir. Em vários países, movimentos operários radicais propunham-se não apenas a governar o Estado mas também a democratizar o sistema de produção: os próprios trabalhadores assumiriam o controle das grandes empresas. Não houve país em que essas propostas mais audaciosas entrassem realmente em vigor. Reequilibrouse a ordem estabelecida. Os que estudaram esses acontecimentos a fundo costumam dar prioridade, na explicação do desfecho conservador, a dois fatores: a divisão, já esboçada dentro das organizações operárias, entre um setor mais militante e outro mais disposto a negociar e a colaborar e a argúcia da política estabilizadora iniciada por capitalistas, burocratas e estadistas. Esta política teria conseguido agravar o desentendimento entre os

operários, incorporar os setores colaboracionistas num mecanismo de negociação coletiva que focalizaria as reivindicações salariais e desmoralizar os grupos mais agitados.

Ambos os aspectos dessa análise histórica merecem crítica. A maior parte dos movimentos radicais na Europa da época não representou, apesar de toda a barulheira, uma ameaça de envergadura. Abandonaram-se a uma visão, uma tática e um linguajar que tanto acirraram as disputas dentro da massa operária quanto amedrontaram as pequenas burguesias e as impeliram aos braços das altas burguesias ou dos partidos fascistas e nacionalistas. Tomaram como dadas a rixa incontida entre colaboracionistas e radicais no movimento operário e a hostilidade dos grupos médios das cidades e dos campos. Aceito tais pressupostos, pouco sobrava a fazer. Luxaram nas agressões verbais contra os alegados inimigos de classe enquanto se descuidaram do preparo de instrumentos efetivos de organização para a tomada do poder.

Nessas circunstâncias, não é preciso creditar aos políticos e capitalistas qualquer solécia especial. Pelo contrário, os empresários geralmente relutaram em fazer as concessões mínimas que teriam fortalecido a estratégia da incorporação das faixas mais moderadas do movimento operário. Não souberam, tampouco, como reconciliar os interesses que os aliavam com o operariado contra outros setores (a burocracia, o campesinato, as classes pequeno-burguesas e profissionais) e os interesses que as uniam a estas camadas contra o operariado. Precisavam destes últimos grupos como aliados na luta contra a militância trabalhista, mas precisavam do operariado como amigo na tentativa de manipular a política econômica e a inflação a favor da indústria. Salvaram-se menos pela inteligência dos atos do que pelos erros dos inimigos e pelo advento do fascismo ou da Segunda Guerra.

Tanto os princípios abstratos quanto o exemplo histórico são uma advertência aos democratas brasileiros. O desenrolar dos fatos será em parte obra da capacidade que os movimentos populares demonstrarem de ganhar o domínio possível sobre o processo de temor coletivo recíproco, que favorece sempre os que já são fortes. O êxito dos movimentos populares dependerá, também e sobretudo, da determinação com que se libertarem de algumas inimizades (contra as pequenas burguesias) e evitarem outras (dentro das camadas operárias) para poder conduzir vitoriosamente a luta contra a alta burguesia e os partidos de direita.

Encerra-se nessa advertência um paradoxo. A política que aceita por incapáveis os antagonismos coletivos existentes e os vocabulários doutrinários disponíveis prejudica seu próprio poder transformador. Quando se tratam, porém, todas as divisões coletivas e todas as formulações ideológicas como arbitrarias – capazes de serem mudadas ao sabor das circunstâncias – a política perde sua âncora numa concepção dos objetivos que quer alcançar e numa preocupação coletiva que transcende o embate partidário: a luta pelo

poder transforma-se num fim em si mesmo. A única solução legítima deste paradoxo está na tentativa, sempre difícil e perigosa, de preservar uma distância relativa entre os compromissos derradeiros de um movimento e as alianças específicas ou as fórmulas precisas. Falta e faltará sempre a regra de ouro que revele quando a fidelidade àqueles compromissos exige o abandono destas fórmulas e alianças. E a experiência concreta com estas acaba por mudar o entendimento daqueles.

Assim, também, o indivíduo sabe que sua identidade não se distingue facilmente das circunstâncias externas de sua vida, das rotinas que o ocupam e dos vínculos que o cercam. Mas não há progresso moral que não exija a subversão ocasional de tais rotinas e não arrisque a própria identidade da pessoa. E não há avanço político que não torne duvidosas as poucas certezas da luta coletiva.

### *A democracia e o cotidiano*

O pensamento democrático do Ocidente moderno já passou por dois transtornos de desilusão. Falta ainda aos democratas compreender a relação profunda entre esses dois reveses e deles deduzir as lições corretas.

O primeiro desapontamento foi o do sufrágio universal. Os radicais do século dezenove – mesmo os que se chamavam comunistas e socialistas – acreditavam que a concessão do voto aos operários mudaria a sociedade a fundo. Por isso mesmo, os conservadores lutavam com unhas e dentes contra a extensão do voto e os moderados pregavam uma ampliação lenta e limitada dos direitos políticos. Não é de surpreender: quem poderia imaginar que, já algumas gerações depois de aberto o sufrágio às massas, setores numerosos do eleitorado popular nos países capitalistas mais ricos chegassem, por exemplo, ao ponto de se oporem a reformas tributárias que lhes seriam diretamente favoráveis? Em países em que a maioria dos eleitores não são patrões, os patrões – por incrível que pareça – dormem tranqüilos. É dessas surpresas que se faz a história.

Os cínicos viram nesse imprevisto – não sem alguma razão – mais um sinal da miopia e do servilismo dos homens. Já teria chegado o momento em que os grandes embates de classes e idéias cederiam lugar, de uma vez por todas, ao duelo incessante e mesquinho das pequenas ambições. Os esquerdistas – também não sem alguma razão – argumentaram que a democracia instaurada pela extensão do sufrágio era mais ou menos ilusória. As populações viveriam cativas de uma falsa consciência – desnorteadas pela ambição do consumo supérfluo ou presas às idéias dos seus inimigos naturais de classe. Por esses motivos, entre muitos outros, era preciso que uma vanguarda que compreendesse a verdadeira natureza dos fatos conquistasse o centro do poder e criasse as condições objetivas que permitissem às massas iludidas verem as coisas ao certo. A

experiência contemporânea é uma longa demonstração da inevitabilidade da tirania uma vez que elites automeadas se apoderem do Estado e se apresentem como eleitas da história prontas a guiar seus concidadãos tateantes ao paraíso da verdade. A consciência generalizada desse fato é o segundo grande desgosto por que passou o pensamento democrático moderno. Se o sufrágio não bastou, o vanguardismo iluminado foi venenoso.

O erro cometido tanto pelos cínicos como pelos teóricos do vanguardismo foi o de subestimarem drasticamente a força radical da democracia. Pois é possível escapar ao contraste cru e nefasto entre verdadeiras e falsas consciências sem voltar à confiança ingênua no voto como suficiente, por si só, para revolucionar a sociedade. Para dar à democracia seu sentido transformador, é preciso atender a três princípios. Os dois primeiros vigem em todas as democracias contemporâneas. O terceiro aplica-se àqueles países, como o Brasil, em que os soldados passaram a desempenhar um papel político decisivo. Esses três princípios constituem, em conjunto, as normas que devem orientar o programa estritamente político de um grande partido democratizante brasileiro. Complementam as partes do programa – já esboçadas – que dizem respeito à política econômica e às relações entre as classes.

O primeiro princípio resume-se na máxima: libertar a democracia do poder do dinheiro. É sócio de uma política econômica que visa libertar a prosperidade nacional do arbítrio dos ricos. Significa dar prioridade, entre todas as reformas das instituições sociais, àquelas que resguardem a integridade do próprio conflito democrático. Primeiro, exige-se o financiamento público de todas as campanhas eleitorais, em todos os níveis, com garantias cabais de distribuição dos fundos entre correntes e partidos diversos. Quer dizer: proibição absoluta do financiamento eleitoral de qualquer espécie, direta ou indireta. Nas democracias capitalistas mais vibrantes, os privilegiados e os chefes políticos combatem a ferro e fogo o financiamento eleitoral público porque sabem o quanto essa reforma, por si só, sacudiria as máquinas partidárias. Segundo, requer-se a democratização dos meios de comunicação de massa, com dispersão do acesso ou da propriedade. Basta ver o horror com que os nossos curadores encaram o debate político na televisão para compreender o impacto potencial dessa medida. Terceiro, impõem-se a sindicalização e a associação completamente livres: quanto mais todas as camadas sociais tiverem contato de primeira mão com organizações que se governem democraticamente, mais realista se torna a perspectiva de participação efetiva das massas na política nacional e menor o risco de uma divisão entre um operariado favorecido e sindicalizado, de uma parte, e grupos desorganizados e desprotegidos, de outra.

Tais reformas não representam a imposição de um programa de organização social a uma população supostamente ludibriada: criam as circunstâncias em que as decisões coletivas se podem tomar de modo mais livre, por um

debate menos dominado pelo dinheiro. Abrem uma clareira dentro de um ambiente social maior, ainda marcado por formas de poder, troca e trabalho que são, a longo prazo, irreconciliáveis com a democracia. Dentro dessa cidade da democracia, os homens e as mulheres podem ganhar clarividência e fôlego para mudar a sociedade em volta. Nada disso garante que a democracia funcionará de fato; andar à cata de tais garantias é em si mesmo cair na ilusão. Sempre será possível, mesmo dentro dessa democracia reformada, que os conflitos degenerem em alianças passageiras de interesses estreitos e que os líderes sumam e os profetas caem. Mas o aprofundamento, ainda que parcial, da prática democrática alteraria a natureza das disputas partidárias e abriria perspectivas a reforma da sociedade pela política, perspectivas que hoje parecem apenas caprichos românticos.

O segundo princípio é: democratizar a vida cotidiana. Por que é que nas democracias capitalistas – em que nada se reputa sagrado ou necessário em princípio – tanto da vida social parece efetivamente imutável? Em parte, é por causa dos dilemas econômicos já vistos: qualquer tentativa de reformar a sociedade parece levar à crise econômica. Mas, também e sobretudo, é porque o dia-a-dia do trabalho e da vida familiar parece organizar-se de acordo com uma lógica que foge ao domínio da política. Há um núcleo de realidade social que resiste ao assalto da vontade política e derrota até os planos mais arrojados de reforma. Organiza-se tal núcleo em torno de um estilo de hierarquia que confunde o poder de disciplinar o operariado no local de trabalho, e de repartir os produtos do esforço coletivo, com a análise de problemas realmente técnicos da produção. A cada nível de hierarquia, o supervisor é perito e patrão, técnico e comandante, ao mesmo tempo. No final das contas, as manifestações concretas de autoridade no trabalho tornam-se inseparáveis dos estilos tecnológicos dominantes bem como das rivalidades que vão surgindo entre diferentes grupos da massa operária. O conjunto resultante parece mais ou menos intransformável, porque se apóia, simultaneamente, nas exigências aparentes da disciplina coletiva, nos imperativos da tecnologia e na fragmentação interna do próprio corpo de trabalhadores – cada grupo a defender seus empregos e privilégios tradicionais contra os outros. Se a organização do trabalho se reveste necessariamente dessa forma, então não parece fazer tanta diferença que o patrão seja capitalista ou burocrata. Tais práticas aparentemente imutáveis são também obra da imaginação moral. Imagina-se uma correspondência espontânea entre cada ideal conhecido de associação e um determinado aspecto da vida: democracia para o Estado, comunidade para a família, troca interesseira ou hierarquia técnica para o cotidiano do trabalho.

Enquanto essa lógica institucional e imaginativa da vida cotidiana não for tocada e dissolvida pela política, a democracia tem de ser apenas uma garantia mínima contra a prepotência das oligarquias e um início de autogoverno coletivo – um começo valioso e até insubstituível – mas, ainda assim, só um



começo. Os governos, de sua parte, verificam que mal lhes é permitido influenciar a sociedade no que ela tem de mais importante — a praxe do dia-a-dia. Para consertar isso, é preciso politizar o mundo da troca e do trabalho e estabelecer um elo estreito entre os debates que se processam nele e os que ocorrem na vida partidária nacional. Eis o significado maior das doutrinas de autogestão, sejam quais forem as soluções práticas que apregoem. No Brasil, onde são frágeis os hábitos democráticos e onde todos os grupos sociais, das elites aos mais humildes, aspiram a ser apadrinhados pelo Estado, essa militância constante da vida democrática é mais necessária. Só ela pode fornecer o aprendizado efetivo da luta numa sociedade em que os sorteados querem impor e amamentar e as massas se resignam, muitas vezes, a obedecer.

A longo prazo, a democratização do trabalho é incompatível com a sobrevivência da grande propriedade capitalista. Mas também não se coaduna com a mera aquisição pelos operários dos direitos de propriedade nas empresas em que trabalham. As condições de mercado, talvez sem relação direta com os esforços dos trabalhadores, levariam algumas empresas autogeridas a prosperarem e outras a decaírem. Se os operários de cada empresa controlassem os capitais e pudessem orientar os investimentos de modo a assegurar acima de tudo seus próprios lucros e seus próprios empregos, o capitalismo teria apenas ingressado em novo ciclo. Surgiriam, em outros moldes, as grandes concentrações do poder econômico e as divisões entre grupos mais ou menos privilegiados da população. Daí, o valor de mecanismos que controlem, no âmbito nacional, regional ou setorial, a margem dos lucros e a cobrança pelo poder público de taxas pelo uso do capital. E daí, também, a necessidade de submeter as decisões sobre tais assuntos a formas intensificadas de controle político e participação popular, sob pena de a democratização do trabalho ser frustrada pela ditadura tácita de uma burocracia estatal. Nos países em busca de crescimento econômico acelerado, essa repartição de poderes é mais urgente ainda: só ela pode jungir as empresas democratizadas a certas normas de reinvestimento obrigatório, apesar do poder mais ou menos amplo que teriam sobre a organização do trabalho e a hierarquia dos salários. (Evita-se, assim, por exemplo, o tipo de subinvestimento crônico que tem marcado a autogestão iugoslava.)

O programa de democratização da vida cotidiana sempre corre o risco de cair em duas ciladas opostas e complementares. Devemos nos precaver contra o grito autogestionário ou minitrotskista da democracia permanente: a idéia de que tudo pode virar matéria de deliberação coletiva e que o exercício da cidadania acaba por abranger toda a vida social da pessoa. Essa hipertrofia irrestrita da política — das assembleias, das votações e das discussões sem fim — serve de ocasião para que os burocratas entrincheirados e as minorias atuantes dominem as maiorias displicentes ou temerosas — as maiorias que querem (porque os homens e as mulheres são assim) viver para a intimidade das famí-

lias e não para os embates do poder. Eis por que a democracia, mesmo quando introduzida no local de trabalho, precisa guardar traços do liberalismo clássico: tem que ser não apenas um imperativo de participação em decisões de grupo mas um feixe de poderes que limitam e de direitos mínimos que se protegem, mesmo contra as vontades majoritárias.

O erro antitático, entretanto, é o de supor que essas garantias, para serem eficazes, exijam apenas que se reproduzam e se resguardem, em todos os setores da sociedade, as instituições específicas do liberalismo clássico. Não é verdade, nem na própria organização do Estado, nem, muito menos, quando se estende o princípio democrático às fábricas, aos escritórios e às fazendas. A técnica institucional do liberalismo ortodoxo costuma impor uma tal soma de votos prévios a qualquer ação reformadora, que o poder se esteriliza.

Mas isso não quer dizer que se deva abandonar, por completo, o espírito que anima aquela técnica, nem entregar o poder, de mão beijada, a um executivo autoritário. É possível aumentar os poderes que se confiam aos líderes em todas as esferas, desde o governo federal até a empresa, para administrar e reformar, enquanto se multiplicam, ao mesmo tempo, os meios de controlar os chefes e as burocracias. Basta que o controle não se manifeste sempre como bloqueio paralisante.

A sistemática constitucional deve levar cada conflito de poder a um desfecho rápido sem abandonar a eleição direta e popular dos presidentes, que é a melhor maneira de favorecer entre nós uma liderança nacional capaz de superar as oligarquias partidárias e os pequenos arranjos. Exemplos: obrigar o Congresso a dissolver-se e a submeter-se a novas eleições desde que rejeite certas categorias de legislação submetida pelo presidente; conceder ampla faixa de poder regulador ao presidente e seus ministros, mas facilitar o processo que permita ao parlamento remover os ministros e o próprio Presidente por motivos estritamente políticos, sendo que, também no caso da remoção presidencial, o Congresso se dissolveria; prever várias espécies de referendos e plebiscitos nacionais, e de iniciativa presidencial, partidária ou popular.

Libertar a democracia do dinheiro e democratizar a vida cotidiana. Mas, no Brasil, também: integrar as Forças Armadas à nação. Não enfrentar o tema abertamente, sob o pretexto de sua delicadeza, é pilheriar com os fatos. Não haverá solução estável para a democracia brasileira enquanto não se abordar e equacionar o problema do Exército. A começar pelo óbvio: é intolerável que a democracia, sempre "plantinha tenra" entre nós, tenha que crescer sob a ameaça permanente da intervenção militar e que uma facção minúscula do país, arvorando-se em intérprete do resto da nação, imponha sua vontade a todos nós. Quem simpatize com a tese das vanguardas que abrem caminho às massas ludibriadas deve meditar no fato de que esses soldados amotizados se julgaram uma dessas redentoras. Os que se preocupam com a relação entre democracia e organização militar devem refletir na

subversão da própria eficácia militar que o golpe branco do oficialato representa. Leva as lideranças militares, obcecadas com o problema da coesão, a se tornarem, cada vez mais, um corpo estranho dentro da nação, quando a verdadeira força dos exércitos modernos está na mobilização popular, na comunicação viva e constante com as preocupações do país, na fidelidade com que refletem, nos quadros e nos ideais, a realidade maior da população. Ao mesmo tempo, a intervenção militar provoca, fatalmente, a politização dos chefes militares, produzindo nos comandos um monstro híbrido, ignorante da guerra e rebelde na paz, a que faltam a inteireza do soldado e a do político. Completa-se a subversão com a reviravolta dos preceitos mais elementares da arte militar: os meios de segurança fantasiam-se em fins políticos.

Para a democracia, bem como para as próprias Forças Armadas, a única segurança está em estreitar o relacionamento entre Exército e nação: no efetivo recrutamento dos cadetes e aspirantes entre todas as camadas do povo e todas as correntes de opinião, na insistência em determinar às abertas as preferências políticas que prevalecem dentro do oficialato de modo a assegurar seu equilíbrio e sua representatividade, no fortalecimento do controle político sobre a nomeação para os altos postos militares, na criação de formas de comunicação e de rodízio entre setores militares e civis, na atribuição de responsabilidades de peso aos oficiais de reserva. A técnica industrial e militar moderna dificulta a idéia da milícia popular, tão querida das democracias de todas as épocas. Mas a experiência brasileira nos ensina que o isolamento do oficialato como corporação, seu recrutamento entre faixas limitadas da população e sua independência de uma fiscalização civil efetiva levam a República ao despenhadeiro e distorcem a própria instituição militar.

Um programa político norteado por esses três princípios – libertar a democracia do dinheiro, democratizar a vida cotidiana, integrar as Forças Armadas à nação – promete redimir para a causa da democratização da sociedade o legado do liberalismo clássico brasileiro. Nesse legado, aspirações democráticas confundiam-se e ainda se confundem com a defesa dos privilégios e com a conspiração silenciosa que deixa grande parte do mundo do trabalho e da troca à margem do regime democrático. Na fase da história brasileira que se abre, ainda mais do que na maioria dos países ocidentais, os amigos dessas tradições terão de optar, de vez por todas, quer ao se retirarem à defesa transparente dos interesses oligárquicos, quer ao se comprometerem com uma visão da sociedade democratizada. Um grande partido popular, trabalhista e socialista pode apresentar-se, de boa-fé, ao país como herdeiro legítimo do liberalismo no que este tem de verdadeiramente libertador.

Todos verão que o sufrágio universal não basta. Todos descobrirão, porém, que o voto pode iniciar um processo que não se consuma no despotismo iluminado das supostas vanguardas, mas na emancipação, sempre inacabada, da vontade coletiva.

## *O país e sua sombra*

A política começa nos níveis mais aparentes da sociedade: na luta pelo controle dos postos de chefia do Estado. Foi a matéria dos três primeiros capítulos deste ensaio. Num sentido mais profundo, a política inclui todas as batalhas que se travam às claras ou às escuras sobre as formas concretas do trabalho, da colaboração e do domínio. A política que não deixa uma marca sobre esses fatos mais básicos não passa de um arrebatamento transitório. Está fadada a sumir sem vestígio. Foi o assunto dos três capítulos subseqüentes. Há ainda uma outra e mais intangível esfera da política: é a que abrange o que as pessoas esperam umas das outras nos meios em que vivem, o modo e grau em que elas se sentem responsáveis umas pelas outras, o tipo de aliança que se estabelece entre as paixões e as instituições. Nenhum movimento pode atingir com facilidade esses aspectos mais esquivos da sociedade. Eles limitam, todavia, o que se pode fazer através do governo. A política que quer transformar a sociedade a fundo tem, também, de transformá-los.

Pensa, primeiro, nas elites do Brasil – suas classes abastadas e serenas. Vou chamá-las, muito provisoriamente, o país; afinal, elas se imaginam o sal da terra e chamam-se, sem ironia, produtoras e pensantes. A espécie de sociabilidade que prevalece no país tem feições marcantes, traços que compõem o suposto retrato de um caráter nacional, desenhado à imagem e semelhança das elites.

O cerne dessa espécie dominante de sociabilidade está na polaridade entre o cinismo e o sentimentalismo. O elemento sentimental revela-se na capacidade de cobrir as relações de dependência e domínio com um manto de afetividade sem subvertê-las; no relativo despreço pelos deveres impessoais em comparação com os vínculos de parentesco, amizade e clientela; na convicção, portanto, de que as responsabilidades do trabalho, em vez de suspenderem os compromissos preexistentes com as pessoas, criam novo campo em que se tem de satisfazer tais compromissos; na prontidão com que se quebram regras estabelecidas desde que um desses interesses personalistas esteja presente e na teimosia com que se defendem as mesmas regras desde que esteja ausente um interesse dessa ordem; na idéia de que a ternura desculpa, em parte, a prepotência e substitui, em parte, o cumprimento das promessas; na mania das demonstrações de afeto, mostrem ou não uma solidariedade efetiva e uma compaixão verdadeira. A contrapartida do fator sentimental é o cínico: a folga com que se tratam as promessas solenes, as obrigações de trabalho e as horas marcadas; o desrespeito pelas tarefas coletivas; a descrença nos ideais que podem levar os homens e as mulheres a sacrificar os interesses imediatos e os vínculos pessoais a um objetivo longínquo; a busca desinibida do prazer material e a preocupação quase que exclusiva pelo meio imediato em que se vive; o agnosticismo intransigente, ainda

que escondido sob a capa da religiosidade confusa; o degradante fascínio pelo luxo e o horror servil à luta. O cínico e o sentimental são dois lados da mesma medalha: o culto dos prêmios imediatos e das presenças imediatas, a recusa de viver para o transcendente.

Ao lado do país, há sua sombra. A sombra é o conjunto de instituições que, menos pelas doutrinas explícitas do que pelos atos e pela organização interna, dão um exemplo oposto da sociabilidade. Essas instituições são a Igreja, as Forças Armadas e os partidos comunistas. Comparar tais organizações é comum; mas, no Brasil, a analogia tem um sentido especial graças ao contraste que se estabelece entre a sombra e o país.

A unidade da sombra assenta-se em vários traços. Primeiro, há a importância dos ideais, transformados em regra efetiva dos atos. Segundo, há o asceticismo, muitas vezes autêntico e nobre: o desprezo pela vida que se dilui entre prazeres egoístas e rotinas desconexas. Terceiro, há a força dos vínculos de organização: a santidade das promessas, o sentido de responsabilidade individual, a constância nas tarefas empreendidas. Quarto, e como consequência de todos os outros fatores, há a condenação ao "país", confundido com a nação como um todo, o desejo de fazer guerra à sociedade e de reconstruí-la à imagem da sombra, um desejo moderado, no caso da Igreja, quer pela benevolência escusa para com as oligarquias, quer pela simples caridade cristã.

As classes médias urbanas – os grupos profissionais e pequeno-burgueses liderados pelo liberalismo brasileiro clássico – sempre hesitaram entre duas atitudes para com esse conflito entre o país e sua sombra. Às vezes, imitam às soltas as manhas do país. Outras vezes, compartilham a indignação da sombra. Mais comumente ainda, fazem as duas coisas ao mesmo tempo: daí, um motivo para o cunho paradoxal das formas de vida e pensamento que marcam essas classes entre nós.

A luta surda entre o país e sua sombra fere e confunde o Brasil. É desastrosa para qualquer programa de transformação social. O tipo de convívio social que distingue o país é incapaz de produzir um ambiente propício aos deveres cívicos, à solidariedade coletiva e à devoção pelos ideais. O isolamento da sombra significa que as instituições que escapam a essa espécie de vida social definem-se pela negativa: quanto mais puras, mais se imaginam em luta acesa contra a sociedade. Não encontram os meios que lhes serviriam como elos de ajuste e diálogo entre as concepções que sustentam e as que acreditam predominar na sociedade. No caso das Forças Armadas, essa solidão moral é especialmente grave: primeiro porque, detendo os instrumentos da violência, procuram impor à nação, pela força, sua idéia das coisas; segundo, porque, ao contrário da Igreja e dos partidos comunistas, lhes falta um programa relativamente coerente. Ligadas aos grupos médios urbanos, participam de sua atitude ambivalente, de subordinação e despeito, para com as classes endinheiradas, mas, ao mesmo tempo, exageram os elementos

de inconformismo desorientado que já caracterizam as camadas entre as quais recrutam seus membros.

O que há de mais triste na associação contraditória entre o país e sua sombra é que essa convivência se funda, em última análise, sobre a exclusão das massas e a incapacidade de compreendê-las. Basta atentar para a idéia da vida popular que se repete, entre as elites, na alta cultura literária ou na baixa cultura dos preconceitos e dos chavões. As elites no Brasil sempre pintaram dois retratos antagônicos do povão. Esses retratos – falsos e quase absurdos – nada mais são do que a imagem, projetada em tela maior, do conflito entre o país e sua sombra. De um lado, apresentam-se as massas como um exemplo hipertrofiado do país: preguiçosas, voluptuárias, irresponsáveis, sentimentais e cínicas. De outro lado, descrevem-se as maiorias pobres como versão agigantada da sombra: severas e terríveis, aguardando, no silêncio, a hora da vingança. Ambas as atitudes são fruto da ignorância avassaladora que, no Brasil, as elites têm do povo e do subjetivismo desenfreado com que encaram as camadas populares. Pois a realidade dos fatos é muito diferente. Entre nós, onde a cultura das elites é, na maior parte, tão estéril, simplista, imitadora e desinteressante, a vida popular abrange uma variedade enorme de formas de convivência social e de visões morais, cada visão e cada forma de convivência o fruto de uma tentativa de manter, em condições adversas, um rasgo de humanidade e decência.

Para se ter uma idéia, ainda que tosca e genérica, do diapasão da experiência social do nosso povo, é preciso focalizar, a título exemplificativo, um dos sistemas relativamente distintos que existem no Brasil. Escolho o sistema característico de certas regiões do Nordeste e do Centro do Brasil, integrado por quatro elementos: a grande agricultura, seja ela latifundiária ou agrocapiatalista (a diferença é mais tênue do que se acredita); a pequena cidade interiorana; as áreas de roças, arraiais e sítios, nas fronteiras abertas em volta das grandes fazendas ou nos espaços vazios entre elas; por fim, a cidade metropolitana. Este quarto elemento pode localizar-se num ponto distante do país em relação aos outros três. O que vale é que o popular tem consciência da presença de todos os quatro elementos. Muitas vezes, ele próprio, os familiares imediatos, passaram por vários desses pontos do sistema e compreendem cada um em relação aos outros. A própria organização do trabalho acentua a interligação dos elementos: é o caso do emprego de trabalhadores agrícolas sazonais que moram nas grandes e pequenas cidades, onde não se conseguem integrar ao operariado industrial estável.

As áreas nucleares da agricultura de alta escala são terras em que a distinção hierárquica entre os donos e seus agentes, de um lado, e a massa trabalhadora, de outro, aparece da forma mais simples e inequívoca. São, também, lugares em que a solidariedade já fraca da massa operária tende a enfraquecer-se ainda mais. Não é apenas pelos instrumentos de coerção e pelo apoio público com

que contam os donos. É também porque o sonho do trabalhador rural é escapar – periodicamente ou, se for possível, de vez – para a roça, a pequena cidade ou a metrópole. A grande agricultura vira mais calvário do que campo de batalha, um tormento de que o humilde tenta escapar e a que ele volta só porque a sobrevivência o exige. Nesse pantanal, não é fácil às lutas e esperanças coletivas se definirem com traços firmes.

A zona da grande agricultura esfacela-se em duas direções: numa direção, os sítios e os arraiais; noutra, as pequenas cidades. É comum essas duas espécies de vida social formarem um contraste quase perfeito apesar de sua proximidade física e da facilidade com que o indivíduo passa de uma a outra.

No setor da roça, da fronteira aberta, do espaço semivazio, pode prevalecer um tipo de existência marcada, simultaneamente, pela altivez empreendedora dos indivíduos em suas famílias, pelas demonstrações de ajuda mútua entre os vizinhos ou os moradores de uma região e pela consciência briosa de uma relativa igualdade. É uma vida miserável e até bestial a que não faltam, contudo, traços de nobreza. Nas pequenas cidades, pelo contrário, a ganância costuma apresentar-se mais afoita. Quando surgem as oportunidades econômicas, as desigualdades acentuam-se e se afirmam, com extraordinária insolência e crueldade. Mesmo quando a pobreza geral da região impede o aparecimento das desigualdades maiores, a intriga e a desmoralização habitam-se a ultrapassar a solidariedade. Sem a rudeza do sertão nem a complexidade da metrópole, prosperando em geral como intermediária entre aquele e esta, a cidadezinha torna-se um mostruário de parasitismo, um limbo no qual, ainda mais obcecadamente do que nas grandes cidades, o futebol e a televisão encham o vazio da gente. E as bases mais profundas dessa antítese entre a pequena cidade e a roça?

Primeiro, a vida do sitiante é uma peleja constante contra a natureza e a fome. A dependência mútua se manifesta e se exerce dentro de um isolamento relativo das famílias que lhes preserva a dignidade. Nas pequenas cidades, a luta contra a natureza é parcialmente suspensa, mesmo para os mais pobres, e o miserável vê-se vizinho e rival dos outros miseráveis e diretamente dependente dos graúdos do lugar. A roça é o território em que as distâncias unem os homens. A pequena cidade é o terreno em que a proximidade os divide.

Segundo, define-se a área da roça pela justaposição de duas condições: a impossibilidade para sitiante de destruir a grande fazenda e a desnecessidade para o grande fazendeiro ou a empresa agrícola de ocupar – pelo menos, de uma só vez – a zona da roça. A grande fazenda impede o sitiante de tornar-se fazendeiro de média escala, mas não o aniquila por completo. Tais fatos dão ao setor da roça uma feição de relativa igualdade. Transformam-no na imagem misérrima e canhestra de uma república de pequenos fazendeiros independentes. Já as pequenas cidades caminham entre uma igualdade aparente e uma hierarquia brutal, conforme as possibilidades de

enriquecimento que aparecerem no desempenho do papel de mediação entre a metrópole e a grande agricultura.

Terceiro, na roça os homens levam uma vida independente e precária. Quando saem, é para enfrentar as experiências traumáticas do trabalho na grande agricultura, da migração para as grandes cidades ou da procura de outro lugar em que ser roceiro. Esta oscilação violenta entre a intimidade da família relativamente isolada e os sofrimentos impostos pela sociedade maior criam o ambiente propício às grandes esperanças de redenção coletiva, dirijam-se estas ao céu ou à terra. O homem vê tremorem-se-lhe as bases do mundo. É justamente nesse momento que ele mais se sente lançado dentro de um drama coletivo e histórico. Já nas pequenas cidades, as crises deflagradas pela procura de empregos e favores são miúdas, permanentes, individualizadas. Constituem menos uma ameaça ao mundo existente do que a topografia daquele mundo. É mais fácil imaginar a salvação como tarefa da alma individual, debatendo-se num universo que ela é incapaz de mudar e suplicando a um Deus que escondeu o rosto.

Para além da roça e da pequena cidade, há a metrópole. Nesta, ainda outras formas de convívio e imaginação popular ganham primazia. A vida da massa humilde passa a mover-se entre três realidades. Há a ordem hierárquica, coletiva e impessoal da grande indústria – ordem de relativa segurança e privilégio apreciável. Há a dependência personalista do trabalho doméstico ou das pequenas oficinas e dos serviços ou, ainda, das relações de favor com familiares avantajados – o caminho incerto do cliente, do biscateiro e do operário disposto a tudo, para quem o arranjo que consegue é, ao mesmo tempo, uma segurança mínima e um sinal de insegurança perigosa. O terceiro aspecto da experiência popular das metrópoles é o desastre que sobrevém quando se dissolvem os vínculos pessoais e faltam os empregos. O humilde vive bafejado entre essas formas de vida, consciente das mudanças repentinas da sorte que o podem levar de uma a outra. O pressentimento das reviravoltas iminentes e a lembrança dos transtornos consumados dão às populações das grandes cidades a feição de imensa massa flutuante, em perene debandada, retirantes de uma guerra sem fim, vagando nas metrópoles cheias como se fossem um povo que Deus abandonou no deserto. A própria instabilidade dos tipos de existência urbana faz com que as outras espécies de associação – as que marcam a grande agricultura, as pequenas cidades ou as roças – reapareçam dentro da metrópole em formas combinadas e confusas, num gigantesco espetáculo de invenção, resistência e desespero.

Se demorei nessa análise, foi para tirar dela algumas conclusões essenciais ao entendimento correto das relações entre as elites e as massas no Brasil. Primeiro, o diálogo interno que se trava entre os temas de experiência popular não se enquadra dentro dos estereótipos que preocupam as elites e as



contra-elites. Não se reduz a um contraste simples entre o gozo e a incomformidade; desenvolve uma dialética mais complexa entre o sofrimento, a resignação e a descoberta. Segundo, essas flutuações da vida popular dão base à relativa indefinição das classes e à inconstância dos compromissos sociais. Na experiência e na consciência do indivíduo, cada um dos mundos em que existem os humildes está sempre prestes a dissolver-se nos outros. Terceiro, disso resulta uma disponibilidade dos trabalhadores. Habitando um universo sem estrutura clara ou limites certos, sem se poderem consolar com as doutrinas simplórias que divertem as elites, estão mais prontos do que as pessoas costumam estar para ouvir as mensagens de luta e redenção. Se podem abandonar-se às chefias manipuladoras e submeter-se aos caudilhismos severos, também podem encontrar, nas lideranças e nas organizações coletivas, os meios de transformar as incertezas do mundo em que vivem em armas de poder e conhecimento.

A permanência da desavença entre o país e sua sombra – e entre as concepções de vida social que cada um representa – é incompatível com a democratização do Brasil. Não é preciso romantizar os pobres para compreender que a superação desse dualismo só se conseguirá à medida que os trabalhadores se organizarem coletivamente e lutarem para assegurar o domínio sobre os próprios líderes que criaram ou escolheram e para fazer ouvir as lições de uma experiência silenciosa.

Boa parte da população continua analfabeta, miserável e excluída para todos os efeitos da vida nacional. Seu vínculo com o país e a política está, quando muito, no sonho de tornar-se um pequeno proprietário que não se mete nas brigas dos outros e sobretudo nas rixas dos poderosos. Como esperar desse povo infeliz que construa uma democracia que as nações mais prósperas do Ocidente não conseguiram realizar e que, em outras paragens, reduz-se, comumente, ao arbítrio das supostas vanguardas? A verdade é que nosso atraso insofismável e a falta de experiência política das majorias pobres trazem uma mensagem ambígua. Uma mensagem de modéstia: não exigir de quem ainda duvida da sobrevivência que adquira de repente ares de militância democrática; compreender que o exercício da cidadania ganha significado quando ele se mistura com as preocupações práticas; aceitar a lentidão do aprendizado e não lhe querer ditar, de antemão, os resultados. Mas também uma mensagem de oportunidade: o nascimento da democracia num cenário como o nosso tem ao menos essas vantagens: ainda não se fixaram os termos de acomodação entre instituições políticas e movimentos coletivos; ainda não se definiram e se explicitaram divisões internas rígidas no povo; ainda não se separaram com firmeza o domínio do que as pessoas consideram praticável e o de que elas definem como utópico.

As elites, gozadoras ou inconformadas, são a sombra passageira. A gente humilde do Brasil é o país de verdade.

PARTE

III

O BRASIL SOB A DEMOCRACIA FRUSTRADA:  
SENTIMENTOS E INSTITUIÇÕES\*

## SENTIMENTOS: EXPERIÊNCIAS

### *Quixote*

Um homem de 50 anos, relativamente pobre e com tempo de sobra, começa a ler livros sobre cavaleiros andantes. Animado pelas leituras, resolve sair de seus cômodos. Recusando a inevitabilidade da pequenez, quer ser grande. Vê no sacrifício e no enfrentamento o caminho que leva à grandeza. Os vizinhos o têm na conta de estranho ou louco. Consegue, porém, recrutar escudeiro, que não acredita em suas fantasias, mas se deixa seduzir por ele. Das lutas que trava, o homem ganha algumas, perde outras e empata em muitas. Trazido de volta para casa, adocece, delira, conclui que se iludira e morre.

Essa é a história de Quixote e Sancho, no curso da qual Quixote começa a sanchificar-se e Sancho a quixotizar-se. É uma história sobre o trabalho do amor e da imaginação diante da morte. Trata de como viver após haver reconhecido o descompasso entre as circunstâncias amesquinhadoras em que todos vivemos e o desejo infinito do infinito. Carrega significado especial para sociedade e cultura como as nossas, que dificultam e desautorizam toda tentativa de virar as costas para que se pode ver e tocar.

Ideologias e religiões, projetos de renovação política, estética e moral trazem, no mundo moderno, a mensagem dos cavaleiros andantes. Armam a confusão de interesses com fantasias e inspiram a luta contra as rotinas e as soluções de hoje. A imaginação atua duas vezes: abraçando tais mensagens e lutando contra elas, para decantá-las da ilusão. Quando a imaginação, movida por ilusões, começa sua guerra contra a ilusão, ninguém sabe se o desfecho será entendimento aprofundado do ideal ou se será nada, o niilismo.

A imaginação abre caminho para o amor. No início, nenhum de nós é ninguém. Mesmo quando nascidos em situação privilegiada ou bem-sucedidos nas empreitadas mundanas, recebemos da sociedade um roteiro de conduta que nos diz como fazer, pensar e sentir. Ao seguir o roteiro, morremos pouco a pouco. Para sermos gente, aumentando nossa capacidade de amar e ser amados, temos de jogar o roteiro fora.

A essência da sabedoria consiste em aprender a desproteger-nos. É o que nos ensina a imaginação. O erro fatal é apelar ao distanciamento irônico para nos resguardar contra a desilusão e o risco. Mumifica-nos.

Das muitas razões para democratizar a sociedade e assegurar direitos ao indivíduo, a mais importante é permitir a cada pessoa engrandecer-se, quebrando a múmia que a vai encobrendo e matando. As ilusões políticas que mais temos a temer são aquelas que tomam certas instituições como a forma definitiva da liberdade e param no meio a luta contra a mumificação.

Há um problema tanto na aventura moral quanto na transformação política: a incerteza sobre o caminho. Sempre há caminhos diferentes e nunca a escolha é clara e segura. Precisamos descobrir o que é mais e o que é menos ilusório. Para isso, não bastam livros sobre cavaleiros andantes. É preciso sair a campo, arriscando derrotas, desvarios e desilusões. Da ação resultam esclarecimento e esperança. Da imitação da grandeza resulta grandeza.

Se os brasileiros, ricos e pobres, doutos e iletrados, compreendessem tudo isso, teriam mais compaixão uns para com os outros e visão engrandecida da vida e de suas possibilidades. Que nossos Quixotes se sanchifiquem. Que o Brasil se quixotize, só um pouco. É o que quero para meu país, com mais fervor do que sei justificar ou entender.

### *Violência e ternura*

A justaposição da violência e da ternura é o mistério triste do Brasil. Ela está enraizada na relação da família com a sociedade.

No esforço de compreender o país que a desatenção e o desamor me esconderam, ando de lugar a lugar na periferia de São Paulo. Lá encontro mundo dissolvido, cheio de energia e sem rumo.

Grande parte (mais da metade?) das famílias está esfacelada. Mães solteiras trabalham fora, em biscates e serviços. Crianças meio abandonadas vivem entre a rua e a televisão. Homens faltam na família, ou passam por ela como companheiros transitórios.

Dessa situação resultam muitos de nossos males: a repetência e a evasão escolares, o desvio de comportamento acabando no crime e, até mesmo, o desmantelamento físico dos brasileiros. Mulheres, divididas entre a tentativa de defender os filhos e a necessidade de ganhar o pão, representam neste mundo esteio de humanidade. Homens, humilhados por falta de meios com que manter o respeito a si próprios, carregam ferida que não sara.

Atrás desse desastre estão duas histórias, distintas, porém ligadas: uma, sobre a divisão da economia; a outra, sobre a desorganização da sociedade. A

família está minada pela concentração industrial e agrária, que cria, ao lado da vanguarda produtiva, vasta periferia esfomeada de recursos e empregos. Está comprometida, também, pelos limites à difusão de organizações religiosas e comunitárias que sustentem a resistência moral do povo. Tanto as duas histórias podem divergir que vi, em algumas áreas da metrópole paulista, a prática associativa sobrepor-se ao esvaziamento econômico, criando civilização em meio à pobreza.

Assim, no Brasil e na nova Rússia, a desintegração da família, no quadro da desorganização da sociedade, aguça o contraste entre a violência física e social do dia-a-dia e a procura sôfrega do afeto e da ajuda. Países mais pobres, como o México e a Índia, escaparam do pior porque preservaram melhor a família unida dentro da comunidade organizada.

Fundemos em torno da escola associações de mães, pais e professores que co-formulem e co-executem os programas sociais, inclusive os programas de apoio à criança em sua família e, quando necessário, de colocação da criança em família substituta. Financiemos agentes públicos comunitários incumbidos de identificarem as crianças e famílias que esse trabalho associativo não alcance. Disseminemos o crédito popular, com garantia solidária dos pequenos grupos empreendedores. Lancemos projeto maciço de construção de moradias populares com materiais semi-acabados para produzir rebulição econômica, oportunidades de colaboração e o palco de vida comunitária.

Não é para resolver. Só resolveriam política desenvolvimentista que enfrentasse a divisão entre a vanguarda e a retaguarda produtivas e política social que, incorporando a classe média à rede pública de educação, saúde e transporte, fizesse dessa classe a reformadora interessada da prestação social do Estado. É para criar capacidade e esperança, na certeza de que a esperança é menos a causa da ação do que sua consequência.

Ah, meu país, quanta dor sofrerás antes de levatares?

### *A reinvenção da ternura*

Cada cultura incorpora um sonho de felicidade: uma visão de como se devem tratar as pessoas para que a vida valha a pena. Faz parte do sonho brasileiro levar uma vida marcada pela ternura e pela expressividade. O Brasil é sedutor pela vitalidade. Não vem só do dinamismo de sua economia. Vem sobretudo da presteza e da informalidade com que as pessoas se ligam umas às outras.

Todo sonho coletivo de felicidade deita raízes nas práticas da família e da sociedade. Desvendar essas raízes é descobrir o lado sombrio do sonho e enfrentar a mais difícil das transformações, a transformação de nós mesmos.

O ideal brasileiro da ternura está baseado, em parte, na importância e no vigor da vida familiar e na primazia das lealdades pessoais sobre as dedicações impessoais. A isso está ligado, porém, muito do que há de pior em nossa civilização: o contraste entre o tratamento delicado daqueles com que temos relações preexistentes e a indiferença para com os estranhos, a tolerância para com o nepotismo e o favorecimento e a fragilidade das organizações e dos compromissos que precisam transcender famílias e amizades.

A introspecção também sofre. Os brasileiros, que se têm na conta de intuitivos, raramente escrevem boas biografias ou autobiografias: é preciso ter profundidade interior para imaginar a profundidade de outras pessoas ou do nosso eu secreto. E não sabem, muitos, como estar só.

Não ficará assim. Como tantos outros países, o Brasil se encaminha para maior consciência dos direitos individuais e maior exigência da responsabilidade individual. É o primeiro passo em direção ao reconhecimento da grandeza do homem ou da mulher comum, que é a doutrina essencial da democracia. Algumas das mudanças mais sutis que estão ocorrendo no país têm a ver com essa dinâmica. Entre elas está a luta religiosa que se trava no meio popular.

A religiosidade dos evangélicos representa, entre outras coisas, liberalismo para as massas. Fugindo de uma sociedade ainda maculada por relações de clientela e pela sentimentalização da subjugação, tenta estabelecer comunidades governadas pelo respeito aos indivíduos e a exigência da responsabilidade individual. Nada disso é peculiar ao Brasil. O que nos pode distinguir é a forma de reconciliar esse impulso libertador com nosso ideal de ternura e expressividade.

Schopenhauer compara a sociedade humana a grupo de porcos-espinhos. Quando se separam, esfriam-se. Quando se juntam, espetam-se. Acabam ficando, incomodamente, numa meia distância. Os que assim vivem se entregam a todas aquelas formas de assosiação que, segundo Madame de Staël, lhes roubam a solidão sem lhes dar a companhia. Não é o destino necessário da sociedade. Mas é o caminho que a cultura dos direitos e da responsabilidade tem tomado na maioria das democracias industriais ricas.

Construir bases práticas em que o sonho da ternura possa reconciliar-se com a cultura dos direitos. Eis outra razão para lutar por projeto rebelde de desenvolvimento nacional, sustentado por instituições diferentes daquela que as democracias do norte abraçam. Instituições que mantenham na rotina cotidiana algo da organização social mais abrangente e do engajamento cívico mais fervoroso que marcam os momentos mágicos de transformação coletiva. Só assim seremos, ao mesmo tempo, livres e tenros, como quer o coração brasileiro.

*Covardia e esperança no Brasil*

A elite brasileira é covarde, segundo ela. Fiz consulta, informal porém ampla, a algumas dezenas de grandes banqueiros, industriais, advogados, políticos e jornalistas sobre o traço mais notável dos nossos endinheirados, poderosos ou influentes. O resultado foi sensacional. Deu covardia na cabeça. Nenhum outro distintivo chegou nem de perto a este na frequência da citação. A dificuldade de nos enganarmos o bastante sobre quem somos é uma das maiores causas do sofrimento humano. A resposta à consulta carrega a marca penosa da verdade.

A que se deve a covardia da nossa elite? Instituições e sentimentos, estruturas e experiências, convergem para produzir o resultado. Continuamos a viver num país em que a sorte das pessoas – mesmo das pessoas que estão no alto – depende dos favores que dão e recebem. Não é só empresário que cala e bajula porque precisa do governo. São todos, em nossa oligarquia, que se conduzem como se o preço do ostracismo fosse a destruição e o preço do êxito, o conluio. É como se sentissem o calafrio antecipado da caída na classe média, na qual a falta de riqueza e do poder leva reto à insegurança e à humilhação. Julgam não poderem estar fora sem virarem nada.

Mas ninguém acaba agachado por simples predestinação das estruturas sociais. Rendem-se tão facilmente por não terem esperança em vida diferente para si, para os seus e para o país. Os riscos da aventura e do enfrentamento sempre parecem excessivos quando não há, pesando do outro lado da balança, nenhuma fé que os desvalorize. E a fé, sobrevivendo à ruína do dogma, político ou religioso, ainda não aprendemos a acalantar. Generalizou-se entre nós a cultura da desilusão antes que houvésemos instituído as condições da liberdade.

A covardia amesquinha a vida, diminui a sedução que as pessoas exercem umas sobre as outras e enfraquece a capacidade de resolver, coletivamente, os problemas coletivos. Para superá-la, devemos rejeitar o ideário que ganhou ascendência no país: o primeiro-mundismo imitativo, o desenvolvimento com o dinheiro dos outros, a suavização da economia de mercado pelas políticas sociais compensatórias, a humanização do inevitável.

No lugar desta doutrina, coloquemos o compromisso com duas tarefas. A primeira tarefa é assegurar às pessoas os instrumentos práticos da independência econômica e cultural: democratizando o acesso ao emprego, ao crédito e à terra, aumentando a participação dos salários na renda nacional, quebrando os oligopólios da mídia, interessando diretamente a classe média no destino da rede pública de educação e saúde e, para tudo isso, formando e financiando um Estado capaz de aliar-se aos que ficaram fora do conluio e de mobilizar, para novo surto desenvolvimentista, os recursos nacionais. A segunda

taréfa é levantar no país a discussão dos nossos futuros alternativos e, desta maneira, restabelecer no Brasil a idéia de sua grandeza, e nos brasileiros, a vontade de serem corajosos.

Duas coisas são fatais ao espírito, escreveu Friedrich Schlegel: uma é ter um sistema; a outra é não o ter. Aqui, toda semana, sob o título geral “O Brasil agora: sentimentos e instituições”, publicarei algo sobre nós. Farei da esperança espécie de entendimento.

### *Uma noite na ópera*

“O Brasil é isso. Aqui as coisas funcionam assim”, explicou-me, pacientemente, uma supervisora do pessoal do teatro São Pedro. Eu havia ido ao teatro recém-inaugurado para ouvir “La Cenerentola” de Rossini. Sem haver descoberto como obter ingressos, comparei, para comprar bilhete na hora.

Os ingressos, porém, haviam sido reservados, segundo informou a supervisora, “aos amigos do governador e do secretário da Cultura”. E por que não?, argumentou ela, enquanto os funcionários do teatro distribuía gratuitamente libreto luxuoso, presenteando pelo povo de São Paulo, aos beneficiários do favor público. O governador havia gasto muito dinheiro com a restauração do teatro, continuou ela. Nada mais natural do que fechar o teatro e celebrar a restauração com os seus.

Ao meu lado, minha mulher persistia: “Mas o Brasil tem de mudar”. “Ah, mas vai demorar”, continuou a funcionária, já irritada com nossa incompreensão das regras do jogo no país.

Foi então que ponderei à minha tutora que a situação que ela descrevia parecia configurar o crime de que trata o inciso 3º do art. 10 da Lei de Improbidade Administrativa. Essa observação inesperada acabou a conversa. Não havendo encontrado maneira de vender-nos as entradas, chamaram-nos, furtivamente, para sentar em assentos de trás. Não consegui, porém, prestar atenção ao espetáculo, porque vi à minha frente uma imagem da arte crucificada, como sempre está, na cruz da realidade social e do Brasil afundado, como sempre estive, em humilhações de que não sabe como escapar.

É espinhosa a questão do subsídio à arte em país pobre e desigual, onde não se assegurou o atendimento das necessidades mais básicas. Fortalece-se a justificativa do subsídio quando se evitam os privilégios e se respeita a vocação transformadora da arte. A burguesia paulistana não precisa de tanto dinheiro público para vivenciar tão fraco desafio estético e moral.

Recomendo, em vez de “La Cenerentola”, que está a meio caminho da música de elevador e das novelas da Globo, “Moisés e Aarão” de Schoenberg.



Nada seria tão útil aqui quanto a história, em música intransigente, do profeta tartamudo e de seu ajudante esperto e eloqüente, lutando contra um povo vidrado no visível e carente de fé.

Pensando nessa história, saí cedo do teatro. Fui parando as pessoas que passavam por ali para contar o que havia acontecido e sentir a reação. Um punhado de gente curiosa e indignada cercou-me.

A reivindicação do direito impessoal contra o regime do favor e do privilégio não é desvio moralizante; representa condição para consertar o Brasil. Sem Estado desprivatizado e confiável, não resolveremos nossos problemas econômicos e sociais. Ao contrário dos nossos juizes, comumente passivos diante dos desmandos do poder, todo mundo na rua o compreendia. Foi essa preocupação o fator mais importante que levou à desastrosa eleição de Collor. Continua a ser o ponto mais explosivo da discussão nacional.

Enquanto dentro do teatro São Pedro o drama infantil da gata borralheira caminhava para o seu fim previsível, diante da platéia refestelada e sonolenta, lá fora, nas sombras da Barra Funda, o surpreendente acontecia: um pedacinho do país se levantava. "Mande brasa!", começaram a gritar. Vendo os semblantes espantados e esperançosos à minha volta, tive momento de felicidade. A energia anárquica da noite prenunciava a libertação do Brasil.

### *Força*

Um país de verdade, que não queira ser cópia de outro, que construa uma forma de vida própria e forje as instituições que lhe dêem corpo, precisa de muita gente forte. Países verdadeiros exemplificam o destino das diferenças nacionais num mundo de democracias, que é desenvolver em direções diferentes o potencial da humanidade. Indivíduos fortes encaram a vida como aventura moral em que o preço da liberdade interior é a resistência contra o meio e a época.

De onde vem essa força? O indivíduo necessita de equipamento econômico e cultural para ficar de pé. Em vez de defender os direitos adquiridos de cada grupo, as democracias contemporâneas precisam caminhar em direção à herança social. Todos devem herdar da sociedade um conjunto mínimo de recursos, postos a sua disposição nas encruzilhadas da vida: quando começam carreira, abrem negócio ou constituem família. Essa conta social básica pode ser acrescida de acordo com dois critérios: compensações para carências especiais, conforme critérios fixos, ou reconhecimentos de capacidades especiais, demonstradas competitivamente.

A educação é a outra base social da força interior. Que a escola numa democracia salve a criança de sua família, de sua classe social e de sua época

histórica. Que reconheça em cada criança um pequeno profeta tartamudo. Que lhe dê voz, entregando-lhe os instrumentos para ver à distância as idéias de aqui e agora. O ensino das práticas conceituais precisa vir suplementado pelo estudo de civilizações distantes, heresias peremptas e alternativas sociais abortadas no nascedouro.

O amor que os pais dão aos filhos permite a estes correr os riscos e enfrentar os conflitos necessários à formação de personalidades fortes. Aceitos no pequeno mundo, ousamos armar confusão no grande mundo. Assim também o apoio que uma democracia assegura aos cidadãos, por meio da herança social e da educação crítica, possibilita a estes aceitar a mudança sem medo e preferir a peregrinação à retirada como modo de vida. O sentido da analogia entre os pais e as repúblicas é mostrar que o equipamento social é necessário, mas insuficiente. Para fazer-se e manter-se livre, o indivíduo tem de viver e reviver drama íntimo.

Veja o caso característico de um jovem de elite que se forma em economia no Brasil e vai estudar nos Estados Unidos, determinado a desafiar a economia neoclássica. Não consegue. Subordina-se, escrevendo tese que aplica a doutrina ortodoxa a um pedaço da realidade brasileira. O malogro é uma ferida, uma vulnerabilidade. Voltando ao Brasil, tem medo de afundar na servidão de uma classe média fragilizada. Vai servir ao governo e, com isso, consegue depois, pela facilidade dos conhecimentos de pessoas e técnicas, ser banqueiro. Já se rendeu às ilusões da época e, rendido, prosperou.

Sente-se, porém, sufocado. Esse sentimento é a quinta-coluna do espírito dentro de nós. Podemos usá-lo para reganhar a liberdade perdida. Não conseguimos ser maiores do que somos, de repente, por simples querer. Podemos, contudo, jogar-nos em situações que nos devolvem à vida, meio mortos que estávamos, porque nos deixam menos desfeitos e mais abertos à surpresa. Surpreendidos, aprendemos depois a ser esperançosos.

Na meia-idade, a vida vai estreitando como funil. Mas o funil pode ser rompido. E precisa ser, por muita gente, cada um a seu modo e em sua circunstância, para que possa haver indivíduos fortes e países de verdade.

### *O pensamento no Brasil*

Em 1927, em palestra à Liga Malthusiana, disse Keynes: "Na Inglaterra não é preciso levar vida arrojada para ter idéias arrojadas". Não se pode dizer o mesmo do Brasil. Um brasileiro que entendesse quanto vai nessa diferença, e amasse seu país, derramaria algumas lágrimas.

Marcam o pensamento a auto-subversão das idéias, a primazia da descoberta sobre o método e a resistência às ilusões da época e do meio. O pensa-

dor surpreende-se pelo desdobramento de seu trabalho. Descarta ou transforma os métodos à medida que aprofunda o entendimento. Recusa-se a consolar seus contemporâneos, revestindo-lhes os preconceitos com razões. Fala pelo futuro contra o presente. Vê o atual à luz do possível. Faz-se visionário para tornar-se realista.

Nada menos parecido com pensador do que intelectual. Os intelectuais mobilizam os vocabulários prestigiosos de seu tempo para ornamentar as posições que julguem progressistas. Oscilam entre o dogmatismo e o sincretismo. Preocupam-se com as últimas tendências e esmeram-se nas citações copiosas. Tentam afogar o provincianismo no cosmopolitismo. Sofrem de excesso de vaidade e falta de orgulho. Confundem-se com pensadores cujo pensamento rareia. Hostilizam, entretanto, o pensamento, se conseguem reconhecê-lo, exceto quando, moribundo, ostenta os predicados da distância da padronização e da respeitabilidade.

O pensamento no Brasil é frágil por razões tanto materiais quanto espirituais. O país nega à maioria dos brasileiros acesso prolongado à instrução e a quase toda oportunidade de carreira livre da escravidão ao dinheiro. O resultado é o desperdício do talento dos brasileiros: nossos Newtons e Darwins, Schuberts e Hegels morreram sem saber quem eram ou poderiam ter sido. Não é apenas por sermos pobres e desiguais. É também porque a desesperança materialista fala tão alto em nossa sociedade.

O ensino no Brasil continua a pautar-se em todos os níveis pelo predomínio da informação, da memorização e da exegese sobre a análise, a pesquisa e a reconstrução. O resultado é enfraquecer a independência intelectual e produzir, mesmo nos mais altos escalões da cultura acadêmica, sentimento de intimidação diante das idéias e dos métodos reinantes nas disciplinas de que tratam.

Nos estudos sociais e brasileiros, somam-se outros constrangimentos a esses. Reflexão vibrante e reveladora sobre o Brasil depende de repensar de disciplinas e de pesquisa direta sobre o que acontece e aconteceu fora do país. O problema não é só de recursos. É também de atitudes.

Os estudiosos brasileiros do Brasil rendem-se hoje a duas tradições: a das ciências sociais positivas, tais como cultivadas nas universidades americanas, e a do neomarxismo de origem européia. Essas tradições, aparentemente conflitantes, concordam no essencial. Advogam em favor do destino. Geram narrativas fantasmagóricas que apresentam as atribulações do Brasil ora como preço da convergência ao caminho único dos países ricos, ora como fardo que a história ou o capital obriga os países atrasados a carregar. Tanto podem ser parceiras essas perspectivas intelectuais que o poder se exerce agora no Brasil em nome de combinação das duas.

O Brasil está de joelhos. É desnecessário, e vergonhoso, que o pensamento brasileiro também esteja.

*Realistas?*

“É uma utopia?”, perguntou-me, sorridente, o banqueiro satisfeito, que comparecera ao lançamento do livro “O Próximo Passo”, em que *Ciro Gomes* e eu propomos alternativas à política dominante no país. Fitei, calado, o banqueiro e senti que sua pergunta ultrapassava as fronteiras da ironia ociosa, resumindo toda uma maneira de ver o mundo. Não bastaria propor alternativas programáticas, sem desalojar, no espírito dos meus concidadãos, a influência paralisante dessa visão.

Nossa vida pública caiu sob o domínio de homens que identificam o realismo com a desilusão. Puseram de lado os devaneios da juventude e converteram-se aos poderes e aos preconceitos da época. Em que acreditam? No exemplo dos indivíduos e dos países bem-sucedidos. O que temem? O malogro e a companhia dos malogrados, como estigmas de desdita insanável, tal como se fossem calvinistas sem fé. Humanizar o inevitável seria o máximo de arrojo mudancista a que pode aspirar uma inteligência disciplinada pela realidade.

A ruína dos regimes comunistas deixou a idéia de que o mundo todo estaria convergindo ao mesmo conjunto de instituições e práticas. Sobraria apenas precisar se a convergência andar­á mais depressa ou mais devagar, e se comportará mais ou menos compaixão para com os grupos perdedores.

A lição penosa dos fatos começa a ensinar algo diferente. Os países pós-comunistas não conseguem importar e imitar as instituições dos países ricos e poderosos. São obrigados a inovar. Começamos a aprender que a liberdade política, econômica e social tem formas múltiplas e divergentes. Cada uma leva a sociedade diferente. É convite ao experimentalismo institucional como meio para fazer democracia e construir civilização.

O espectro de um marxismo esvaziado sobreviveu à destruição do comunismo. Muitos dos que nos governam são ex-marxistas. Jogaram fora a parte boa do marxismo, as aspirações transformadoras, e ficaram com a parte ruim, o fatalismo histórico, mudando-lhe o sinal político. A desilusão apenas completou o que o marxismo iniciara, esfomeando a imaginação do possível. A falta de idéias abriu espaço para a falta de caráter.

Não se reduz, porém, a essas influências mundiais a força que trabalha para sonegar ao Brasil o debate das alternativas. O enfraquecimento econômico e espiritual da classe média brasileira também exerce seu efeito.

O Brasil costuma ser governado, em todas as épocas, pelo partido da onda. A verdadeira doutrina do partido da onda é: vamos entrar na onda — isto é, no sistema econômico e ideológico que parece prevalecer nos países metropolitanos.

O Brasil muda quando líderes e ideólogos de classe média conseguem convencê-lo de que entrar na onda é negar vida decente à grande maioria dos

brasileiros. Agora, a classe média está sob o peso de duplo constrangimento: econômico e espiritual. Vive no sufoco. E vive sem esperança, porque aceitou a idéia, vinda da Europa e dos Estados Unidos, de que a política precisa tornar-se pequena para que as pessoas possam se tornar grandes. Isso num país em que tudo continua a depender do encaminhamento coletivo dos problemas coletivos.

Foi tudo isso que permitiu aos governantes do momento se prostituírem à fatalidade e traírem o Brasil, pela maneira de aceitá-lo.

### *O Brasil no dia da eleição*

Um povo inibido pelo medo e cego pela desinformação. Trabalhadores desprovidos de quase todos os instrumentos, de educação, saúde e segurança, para construir vida razoável e produtiva. Uma classe média que se levantava, de vez em quando, para mudar o país e que anda, há tempo, de cabeça baixa. Uma elite quase imune ao desejo normal de escapar, por meio das vidas de seus filhos, de sua própria vulgaridade. Uma nação em que a grande maioria das crianças não se rebela contra seus pais, em que os restaurantes são muito melhores do que as escolas e em que os intelectuais costumam ser insinuantes como as vendedoras de cosméticos.

Donos de jornal e televisão que mandam seus empregados jornalistas dourar a pílula. Jornalistas que obedecem às ordens e sentem, eles também, medo, encontrando na desesperança e na confusão pretextos para render-se. Juízes agachados diante do pequeno-bonapartismo do Executivo. Industriais que reclamam à boca pequena estarem virando testas-de-ferro do capital estrangeiro e apóiam o governo que os está quebrando. Banqueiros que comerciam com informações privilegiadas e acumulam, mecanicamente, as diferenças entre os juros que pagam fora e os juros que recebem, do governo, aqui. Tecnocratas que aguardam a hora de voltar ao tráfego de influência e que nunca se recuperaram do malogro na tentativa, quando jovens, de desenvolver pensamento rebelde. Políticos que desprezam o regime a que servem e dão tudo para continuarem a reinar em seus pequenos reinos. Governantes desnorteados pelo cinismo e constrangidos, quando diante de estrangeiros, pela realidade da sociedade que governam. Um lugar onde ainda é fácil ter amigos e, para a elite, divertir-se e enriquecer, mas onde é difícil ser sério, porque é difícil acreditar no sentido da rebeldia, no poder do sacrifício e na presença do futuro.

Muito charme, muita doçura, muito envolvimento. Pouca esperança. Pouca grandeza. Pouca insistência em distinguir entre charme e bondade, entre esperteza e inteligência, entre sentimento e amor. Pouca paciência para com o que não seja presente e tangível.

E apesar de tudo isso uma imensa e frustrada energia. Uma capacidade ilimitada de reagir e ressurgir, de dar a volta por cima. Um caldeirão de iniciativas práticas e espirituais, desajeitadas, prodigiosas e fecundas. Uma demonstração cotidiana de que a vitalidade é mais importante do que o juízo, a comédia mais reveladora do que a tragédia e o impulso mais forte do que a circunstância. Antes vivo e absurdo do que morto e arrumado.

As pessoas são divididas. Em situação fechada mostramos uma cara. Basta administrar um trauma à situação, e criar o começo de uma alternativa, que mostramos outra cara. O possível, para o bem e para o mal, está dentro de nós. Hoje no Brasil há excitação subterrânea, movimento obscuro que anda em direção contrária às aparências de prostração individual e coletiva. Movimento que sabe estarem as raízes de um povo e de um ser humano mais no futuro do que no passado. Não encontrou ainda sua hora e voz. Mas já se ouve seu murmúrio distante.

O que mais atrapalha é a dificuldade que sentimos em aceitar nossa grandeza, nossa grandeza como país e a democracia como doutrina da grandeza do cidadão comum. Só aceitando a grandeza é que podemos, também, aceitar a crítica, vendo, cara a cara, sem medo, o que somos e o que podemos vir a ser. É isso o que quero para meu país: que a esperança e a imaginação ocupem o lugar do medo.

## SENTIMENTOS: AGENTES

### *Rebeldia nacional*

Como se faz no mundo contemporâneo um país de verdade? Basta olhar em volta para ter a resposta. Faz-se como sempre se fez: pela rebelião contra as regras, os interesses e as idéias dominantes, na época histórica em que o país emerge, consolidando suas instituições e afirmando sua cultura.

A Rússia e o México – dois países conduzidos hoje por elites predatórias e intimidadas pelas idéias de Washington e Davos – apequenam-se no afunilamento de suas economias (ilhas de produção exportadora são só o que resta do “moderno”), na divisão social e no descrédito de seus Estados nacionais, canibalizados na Rússia por cleptocracia financeira e no México por máfia político-empresarial. Ambos caíram sob o protetorado dos Estados Unidos, porque em ambos as conseqüências políticas e sociais do desastre econômico são inaceitáveis à potência hegemônica.

No mais das vezes, porém, os que pagam e pagarão o preço do conformismo não têm resgate a esperar. É o caso de outro exemplo de bom comportamento, a África do Sul. Fez quase tudo que lhe mandaram fazer. E agora? Os mesmos que lhe aplaudiam a obediência registram-lhe o aperto.

Apostou tudo em fazer charme para o capital estrangeiro. Está perdendo a aposta, abandonada pelos próprios especuladores, chantageada pelos oligopólios que detêm seu parque produtivo e exportador e vergada sob a violência e a desesperança.

A rebeldia compensa? Vejam o caso exemplar das duas Chinas. Ambas prejudicadas pela falta de liberdade. Ambas, porém, beneficiárias da resistência. Ambas deram à canalização dos recursos nacionais para os investimentos produtivos e à parceira descentralizada entre o poder público e a iniciativa privada formas menos elitistas e mais experimentalistas do que as adotadas pelos países vizinhos. Por isso, sobreviveram melhor do que eles à crise do momento.

Quem lidera a insurreição? Geralmente facção da elite política e intelectual que busca apoio amplo entre os empresários, a classe média e o operariado.

Em nome de que ideário podemos fazê-lo hoje no Brasil? A rebeldia precisa de programa e o programa sempre tem de mudar. Não é mais o nacional-populismo como também não é a humanização do inevitável pelas políticas sociais. É o antidestino: o enriquecimento do Estado, o investimento nas pessoas, a mobilização da poupança nacional, ainda que compulsória, para o investimento produtivo, a generalização das práticas produtivas mais avançadas por meio de parcerias descentralizadas entre os governos e os produtores e a organização institucional de política de alta energia, acelerando a transformação da sociedade e sustentando a consciência dos direitos. É colocar cada brasileiro de pé para que o Brasil não fique de joelhos.

De onde vem a centelha da rebelião?

As crises ajudam. As lideranças provocam. Os pensadores articulam.

Mas, no final das contas, é preciso querer. É preciso que alguma voz venha de dentro da gente e diga: só tenho uma vida e não quero ser tão pequeno assim.

E nós, vamos jogar a toalha ou vamos à luta? Vamos fazer o que os Estados Unidos dizem que devemos fazer ou vamos fazer o que fizeram durante toda a sua história? Vamos ganhar um dinheirinho e passear na Europa ou vamos reconstruir o Brasil e ficar por aqui? Vamos ser folclore ou vamos ser país de verdade?

### *Por que não se rebela o Brasil?*

A rebeldia funciona. Os países que aceitam, cabisbaixos, trilhar o caminho apontado pelas potências dominantes de sua época não se engrandecem, nem econômica nem espiritualmente. A rebelião é perigosa. Não há, porém, alternativa confiável a ela. Por que, então, não se rebela o Brasil? Há duas explicações prestigiosas e falsas.

A "globalização" é a primeira dessas tentativas de transformar a rendição em fatalidade. Antes da Primeira Guerra Mundial, a economia do planeta estava sob muitos aspectos mais internacionalizada do que está hoje, inclusive no volume dos fluxos de capital em proporção à riqueza. Entretanto, a rebeldia prosperava, protagonizada por potências emergentes como os Estados Unidos e o Japão. Impunham condições severas e seletivas à integração internacional de suas economias e não levavam a sério a propaganda inglesa em prol do livre comércio absoluto e da liberdade irrestrita para o capital. É hoje o que faz, em menor grau, a China.

Foi o Brasil que se acorrentou a si mesmo quando estreitou os vínculos entre a estabilidade da moeda e a boa vontade da finança internacional, deixou a capacidade de investimento público decair sob o peso da dívida pública e tentou substituir a poupança interna pela entrada indiscriminada de qualquer espécie de capital, por menos produtivo que fosse.



Aí sobrevém segunda explicação para a prostração nacional. Estaríamos presos pelos interesses práticos e irresistíveis dos endinheirados. Eles encontraram forma servil, porém rendosa, de viver bem. Tratam de suprir, pela influência que exercem sobre a política e a mídia, qualquer discussão sobre alternativa no país.

Que dizer então da quebradeira que ameaça grande parte de nossa economia? Quem telefonar hoje para os capitães da indústria e da finança brasileiras, descobrirá que metade está passeando na Europa enquanto seus negócios vão, já foram ou arriscam ir para o brejo. É verdade que costumam sair premiados do brejo. Mas será que basta isso para explicar a passividade do país?

As razões da submissão são mais específicas. Por serem específicas, confirmam a possibilidade da resistência. Facção da elite brasileira apoderou-se agora do Estado. O caminho foi aplainado pela herança traumática da inflação e consolidado pelo instituto, liberticida nas condições práticas de nossa vida, da reeleição. Nessa facção predominam os banqueiros de São Paulo, a oligarquia política do Nordeste e os pretendentes a negócios com as empresas privatizadas do Estado, sobretudo os magnatas da mídia. Adestramento sem informação e informação sem consciência é o que querem para o povo brasileiro. Essa elite não manteria com facilidade o controle do poder se não encontrasse na classe média e nas universidades vazios de idéias fortes e contrastantes. O velho legado do marxismo convergiu com a nova influência das ciências sociais positivas para naturalizar o surpreendente e travestir a subserviência como razão.

O projeto que se está implantando no país é vulnerável às crises externas, aos embates de poder dentro da elite brasileira e à simples continuidade da frustração nacional, agravada sob o reino do continuísmo político. Esse é o terreno, mas não é a semente. A semente é a visão de outro caminho e o exemplo a ser dado por alguns brasileiros a seus concidadãos de grande esperança nutrida por grande amor.

### *Solução Porto Rico*

A incorporação do Brasil aos Estados Unidos como comunidade associada, no modelo Porto Rico, resolve os problemas fundamentais do país. É a grande reforma modernizante.

Considera-se singular o caso de Porto Rico. Na história moderna independência sempre pesou mais do que dinheiro. Explica-se dizendo que foi tão completa a destruição da economia e da família em Porto Rico que matou o desejo de desenvolver projeto nacional de vida coletiva. Só por isso é que os porto-riquenhos teriam preferido a associação à independência. A aparente anomalia pode ser prenúncio.

O nacionalismo, como o liberalismo e o socialismo, é uma ideologia elaborada na Europa no início do século dezanove.

Dali se difundiu. Antes disso, conveniências, não fantasias, orientavam a construção dos Estados soberanos. Hoje a justificativa de manter Estado nacional é organizar a sociedade de forma própria. Não basta a mera consciência de diferenças culturais; até um Estado federado como o Havaí conserva muito folclore. Esvaziadas de conteúdo institucional, identidades viram idiossincrasias. Não justificam o apego à idéia ultrapassada da nação.

Não há elite tão indiferente às ideologias e tão objetiva no descortino de seus interesses quanto a brasileira. Aquilo que sempre se ridicularizou como seu hábito de aderir às ondas no mundo sem acreditar nelas, e sem se deixar contaminar pelas febres ideológicas que tantas vezes desorientaram nossas classes médias, agora mostrará seus benefícios. Ontem é amanhã: essa oligarquia já nasceu pós-moderna.

Por que ter moeda atrelada ao dólar e sofrer o pesadelo de que nossos dólares acabem, se podemos ter o dólar como moeda? Por que importar de outro país tudo o que respeitamos – o neoliberalismo, a ecologia, os patins, a ciência econômica –, se podemos sentir que vem de outra parte de nosso próprio país? Por que não unir a competência deles com nossa alegria? Só o preconceito impede. Grave obstáculo seria a resistência de nossa elite às mudanças de comportamento exigidas pela incorporação. Mesmo comunidade associada cai sob a lei federal americana, que castiga severamente práticas corriqueiras entre nossos endinheirados e poderosos, como a sonegação fiscal e o assédio sexual. Outro dia um diretor do Banco Central anunciou a jornalista que o preço das ações de empresas brasileiras estava tão atraente que ele próprio comprara algumas.

Noticiou-se depois que o Banco Central interveio na Bolsa para elevar os preços. Nos Estados Unidos esse diretor teria saído algemado do banco. Quem apareceu algemado aqui foi um cantor que haveria cometido assalto desastrado para sustentar o vício. Para consumir a união americana, os nossos correrão o risco jurídico confiantes em sua esperteza. Dirão: entre ingênuos como os americanos, deitamos e rolamos.

E se os Estados Unidos não quiserem? Uma maldição nos persegue: sempre que queremos vender o Brasil, faltam compradores. O contraste entre o pragmatismo de nossas elites e a tendência americana de oscilar entre os interesses e as cruzadas me dá, contudo, esperança. Basta convencer os americanos de que esse é o primeiro passo para endireitar a humanidade que eles embarcam.

Sutis e insinuantes, nossos quadros dirigentes evitam ferir atavismos. Entretanto, o avanço em direção à saída Porto Rico explica muito do que nos tem ocorrido e nos ocorrerá nos próximos meses. Já nos adiantamos rumo à solução final para o Brasil.

### *Por que dorme o Brasil?*

Toda sociedade é mistério. No Brasil hoje, quem ganha pouco come melhor do que comia na época da inflação. Muitos, em todas as classes, acreditam termos um presidente apresentável, que mantém a estabilidade da moeda e imprime rasgo de decência ao governo, embora proteja os ricos e demonstre descaso pela sorte da maioria dos brasileiros. Aí está, na consciência geral do país, o limite do positivo.

Nessa mesma consciência, a conta do negativo é assombrosa. Atrás das taxas de desemprego está o malogro ruinoso no refinanciamento do Estado brasileiro. Sem tal refinanciamento, não há, sem ameaçar a moeda, como dispensar a sobrevalorização cambial, os juros destruidores e a fragilização dos direitos do trabalho. Não há, portanto, como reconciliar o real com o crescimento. Nem há como nos libertarmos da dependência irrestrita do financiamento externo. Estamos de joelhos. Dói, material e moralmente.

Nem todo mundo vê isso. Todos, porém, sofrem as conseqüências. Falta ao governo dinheiro, forças, idéias e vontade para investir na capacitação mínima dos brasileiros – na sua saúde, educação, moradia, transporte e segurança. O trabalhador com emprego sente-se intimidado e bloqueado. A classe média, compelida a pagar a escola particular, o plano de saúde, o transporte privado e a moradia sem financiamento, carece das condições elementares para assegurar vida independente, que confirme sua imagem de si mesma. A área plantada está diminuindo. Os maiores industriais dizem à boca pequena que estão virando testas-de-ferro do capital estrangeiro.

Entretanto, o Brasil dorme. O azedume, a desesperança e o medo pesam sobre o país, inibindo o esforço de buscar alternativa e de resolver coletivamente os problemas coletivos. Nem governista, nem oposicionista, demonstrando desamor pelo governo e descrença no seu principal opositor do passado, o eleitorado continua simplesmente desligado. Onde deveria haver resistência, há, ainda, prostração. Por quê? O Brasil é vida. Como conseguiram entristecê-lo?

Três forças colaboram, agora, para acorrentar o país. São mais temíveis quando deixadas nas trevas da fatalidade do que quando trazidas à luz do pensamento. Cada uma delas pode ser revertida. Basta começar a reverter uma para transformar o ambiente político e espiritual no Brasil, ganhando a próxima eleição presidencial e reorganizando a política brasileira.

A primeira força é a falta da voz alternativa. Ainda não conseguimos mostrar com clareza e vigor necessário que há alternativa social, desenvolvimentista e democratizante e que ela pode ser construída fora da polaridade governo-PT. A salvação do Brasil depende da salvação, inclusive financeira, do Estado, sustentada por reformas jurídicas e políticas que dinamizem a democracia brasileira.

A segunda força é a abdicação dos dois grandes poderes – o Judiciário e a imprensa – que, juntos, têm a responsabilidade de manter aberta a discussão nacional sobre os futuros alternativos do país e de coibir o pequeno bonapartismo clientelista, acobertado sob a ditadura dos chavões.

A terceira força é leitura equivocada que grande parte do país faz de nossa recente história política e econômica. Do episódio Collor e do que veio depois, parece haverem ficado só o destino da “globalização” e a idéia de que o máximo a fazer no futuro é humanizá-lo. O Brasil terá de aprender que a política é, como a arte, antideestino.

### *A opção*

O país quer projeto. Mas qual? O presidente atual tem projeto, que se resume à estagnação econômica, à caridade social e à esperança de que o capital estrangeiro salvará o Brasil. O candidato propositivo da oposição, Ciro Gomes, também tem projeto. São completamente diferentes. Vamos ficar tentando explicar a diferença até que todos possam entendê-la.

A política do governo deixa o real dependente de câmbio sobrevalorizado, juros altos e arrocho salarial. Quer cortar alguns gastos, como as aposentadorias públicas, por exemplo. Vende empresas públicas para pagar despesas correntes do governo – não mais para pagar sua dívida – e para prestar homenagem ao ideário de Washington, do FMI e dos bancos internacionais. Tudo na esperança de que a demonstração de obediência produza enxurrada de investimento estrangeiro, tirando o país do sufoco.

O que acontece na realidade? Para manter confiança no real e evitar fuga maciça de dinheiro, o governo acumula vastas reservas de moeda estrangeira. Recebe lá fora juros baixinhos pelos seus depósitos e paga aqui dentro juros altíssimos pelas suas promissórias. Algum capital estrangeiro vem – só que vem o tipo errado, que quer deitar e rolar com os juros do pobre governo ou se aproveitar dos preços de banana por que se vendem as empresas públicas. Agora, nem esses aproveitadores se animam a vir.

Em vez de ser local de trabalho, o Brasil vira a casa da sogra. A bola de neve da dívida do governo vai assumindo proporções mirabolantes. Os juros e o câmbio estrangulam a produção, destroem os empregos e aviltam os salários. E o presidente mostra os bolsos vazios: não tem dinheiro para resolver nenhum problema social.

Qual é a alternativa? Esquecer a idéia de que vamos ser salvos por uma quadrilha de apostadores e tratar nós mesmos de nos salvar. Financiar o governo por impostos que desonerem o salário e a produção e recaiam sobre o consumo. Cobrar imposto dos que não pagam e colocar os sonegadores –

sobretudo os graúdos – na cadeia. Não deixar nenhum encargo onerar a folha de pagamento. Organizar e elevar a poupança interna do país, obrigando quem ganha mais a poupar parte de seus rendimentos em fundos de previdência. Canalizar o dinheiro poupado para a produção: por Bolsa de Valores reformada que respeite quem é acionista minoritário e por sistema que permita àqueles fundos investir diretamente em empresas emergentes.

Com tudo isso, começaremos a ficar de pé e a atrair capital produtivo em vez da turma da mesa do pano verde. Os juros podem começar a cair. Criam-se condições tanto para tratar o câmbio como preço que os mercados determinam quanto para regular o capital impaciente e especulativo.

Aí sim há como dobrar o salário mínimo e generalizar a participação dos trabalhadores nos lucros das empresas. Há como produzir, exportar e criar emprego. E há como pôr dinheiro e energia na solução dos problemas sociais. Resgatar núcleo de serviços públicos de saúde e educação que funcionem. E dar a eles a qualidade e o tamanho necessário para que incorporem a classe média. Saúde pública e educação pública só vão prestar quando a classe média estiver dentro delas, não enquanto forem coisa de pobre.

É difícil. Mas não é complicado nem impossível. Exige negociação e enfrentamento ao mesmo tempo. Tem de ser possível porque é necessário.

### *A proposta e a base*

O problema central das oposições brasileiras hoje não é a desunião. É que o país ainda não identifica nenhuma delas como portadora de alternativa atraente e viável. A união não resolve esse problema, enquanto a desunião, pelo menos transitória, pode ser condição para resolvê-lo.

Quem viaja pelo Brasil hoje, procurando ouvir e suscitar o debate nacional nas cidades médias e nas classes médias das grandes cidades, constata que há país novo lutando para nascer. Esse é um Brasil de empreendedores e profissionais, de técnicos e trabalhadores, à busca de qualificação. A maioria mais pobre que vive a sua volta olha para eles e diz: é nesse grupo que quero entrar e ver meus filhos entrarem. Definindo-se politicamente, o Brasil emergente definirá o rumo do país.

Esse Brasil confia em si mesmo. Frustra-se com a falta de serviços públicos de educação, saúde, segurança e transporte. Enfrenta os efeitos recessivos de medidas que opuseram, desnecessariamente, a estabilidade da moeda ao desenvolvimento do país. Constrange-se com a malandragem na política brasileira. Organiza-se em associações, clubes e igrejas. Mas abomina o basismo conflitivo dos militantes partidários e sindicais.

O Brasil emergente pode desenganar-se da política e desistir de ter no Estado parceiro útil. Nesse caso, contentar-se-á em assegurar a redução do ônus tributário e o enfraquecimento do Estado. Continuará a encarar os serviços sociais como caridade pública para os pobres. Aceitará política de baixa energia, exigindo, em lugar de energia, compostura. Tentará criar dentro de uma sociedade hostil a seus interesses e ideais uma grande ilha onde as coisas funcionem.

Esse mesmo Brasil tem, porém, outra opção. Pode esperar por mais, associando-se ao Estado tanto no desenvolvimento quanto no social.

Tal trajetória requer receita pública que, embora alta, desonere a produção, a refundação do real em bases que dispensem o câmbio sobrevalorizado e os juros de agiota; o uso do poder do governo refinanciado para forçar o redimensionamento da dívida pública interna; a destinação da receita fortalecida ao investimento social e desenvolvimentista; a construção de uma rede pública de educação, saúde e transporte que, pelo tamanho e qualidade, satisfaça às exigências da classe média; a organização pública da poupança privada, até mesmo compulsória, para quebrar o ciclo de dependência ilimitada do capital estrangeiro; a multiplicação de canais diretos entre a poupança e o investimento produtivo, sobretudo em novas ou pequenas empresas, fora do circuito existente dos bancos privados e das Bolsas de Valores; o aprofundamento do mercado interno pela valorização do salário e pelo investimento social; e a difusão estimulada das práticas econômicas vanguardistas tanto aos setores mais pobres quanto aos mais ricos da economia.

Significa, por parte desse Brasil das novas classes médias, a rejeição da idéia da ilha em favor de estratégia de aliança com o Estado e com o assalariado mais pobre. Pressupõe política de alta energia. Implica reformas que dotem o regime presidencial de mecanismos para a pronta resolução de impasses, por referendos ou eleições antecipadas. Exige garantir aos brasileiros meios para conhecer e reivindicar seus direitos.

Esse é o único projeto nacional, desenvolvimentista e democratizante realizável no Brasil hoje. Essa é a única base social que pode hoje sustentá-lo.

### *Consenso necessário*

A crise internacional acordará o Brasil. O dinheiro de fora minguará. Será mais difícil exportar e vender. As operações internacionais de resgate se limitarão a países, como o México ou a Rússia, que interessem diretamente aos Estados Unidos e a seus aliados europeus. Por sorte, ficaremos fora. O Brasil terá de andar com as próprias pernas. Ainda não aprendeu como.

Mais do que o dinheiro, faltam as idéias. A campanha atual produz pouco calor e menos luz. Não conseguimos – todos nós brasileiros – formar no

país um consenso razoável sobre o enfrentamento da crise. Os dois conjuntos de idéias que se chocam no país não nos equipam para essa provação.

De um lado está a arrumação da casa, a frugalidade acumuladora, o calvinismo antitropical. O governo gasta menos com pessoal. O empregador ganha o direito de gastar menos para empregar. O país consegue gastar menos para produzir e exportar. O governo faz a vigília de Midas sobre montanhas de dólares (as ruinosas "reservas") para servir de lastro à moeda, custem o que custarem em juros altos e crescimento perdido. É menos um projeto do que uma ladainha: acumulando desse jeito, logo mais ficaremos pelados.

De outro lado está o juscelinismo tardio ou keynesianismo bastardo. É só usar o dinheiro do governo para reativar a economia. Subsidiar a produção, desvalorizar o câmbio e aumentar o salário. Assentar milhões de famílias e encher milhões de barrigas. Tudo sem aumentar impostos: só cobrando dos ricos e sonegadores. De onde vem o resto do dinheiro? Vem do próprio crescimento. Pena não terem ensinado antes como multiplicar os pães.

Para enfrentar a crise, temos de começar aonde essas idéias não chegam, mobilizando os recursos nacionais. Isso significa tributar o consumo e aumentar a receita; adotar o câmbio flutuante e regular o capital estrangeiro de curto prazo; ganhar, com isso, condições de corrigir os juros e o câmbio sem ameaçar a moeda; dar forças aos acionistas minoritários e oportunidade aos pequenos empregadores; canalizar poupança compulsória para fundos descentralizados que invistam em empreendimentos emergentes; e organizar entre os governos e as empresas um nível intermediário de centros e fundos de assistência para democratizar o acesso aos recursos produtivos e difundir as práticas econômicas vanguardistas, estreitando os vínculos da produção avançada e exportadora com o resto de nossa economia. Valorizar o salário e o poder aquisitivo pela participação dos trabalhadores nos lucros das empresas. E nesse ambiente iniciar em grande escala, com dinheiro público e engajamento local, a reconstrução da base física e cultural das populações trabalhadoras: moradia popular; escolas ligadas a associações comunitárias; educação voltada para a conquista de capacidades conceituais e práticas; postos de saúde e saneamento básico. Não é um programa; é um começo.

Quem fará? Há duas hipóteses: a normal e a anormal. A hipótese normal é que se consolide a alternativa na boca de um candidato alternativo de oposição. Ainda é possível, mas a aliança do dinheiro, da desinformação e do medo na política brasileira trabalha contra. A hipótese anormal é que o bom senso se alastre, como a lepra, contaminando governo e oposição e preparando o consenso mínimo que falta ao país. A crise favorece o contágio das idéias porque, como dizia Samuel Johnson, nada concentra a mente como a perspectiva de um enforcamento.

*A classe média e o social*

Para fazer o Brasil dar certo é preciso resolver o problema da classe média: primeiro, porque ela é grande e, segundo, porque ela abre caminho para o povão. Foi ela que realizou quase tudo de bom – além de muito de ruim – na história institucional do país.

Tudo de bom que a classe média fez, ela o fez quando se desgarrou da plutocracia e assumiu, por meio de líderes e ideólogos inconformados com o domínio oligárquico e a intimidação colonialista, projeto nacional. Ela continua a ser o centro de gravidade de nossa política e o fiel de nosso futuro.

Para resolver o problema da classe média é preciso substituir o nepotismo pela meritocracia – as carreiras formadas pelos talentos, não pelo parentesco e pelo pistolão – na vida brasileira. E é preciso assegurar educação, saúde e transporte públicos aceitáveis a ela. Ela tem de tornar-se algo beneficiária e, por que beneficiária, reformadora da prestação social do Estado.

A mais importante razão da fragilidade da classe média no Brasil hoje e, portanto, de sua dificuldade de abraçar projeto nacional arrojado e generoso é que ela tem de pagar a escola particular e o plano de saúde. A aceleração do crescimento econômico também é necessária. Não supre, porém, a falta da escola e da assistência médica.

Todo o povo brasileiro lucrará quando houver ensino e saúde públicos para a classe média. Só quando a classe média estiver dentro da rede pública é que a rede pública prestará. A classe média exigirá serviços de qualidade. Imporá seus padrões aos estabelecimentos que frequenta. Tornar-se-á defensora do nível pesado de tributação que o financiamento público de tais serviços exige. Apoiará um Estado enriquecido e atuante, capaz de aliar-se à maioria assalariada do país.

A solução, portanto, parece ser simples, ainda que não seja fácil: aumentar o tamanho e a qualidade da rede pública – sobretudo de educação e saúde – até alcançar o patamar decisivo que lhe permita incorporar a classe média. É ilusão acreditar que o empobrecimento da classe média e sua crescente incapacidade de pagar a escola particular e o plano de saúde resolverão o problema por si. Apenas cortarão essa classe ao meio, obrigando a parte mais pobre dela a aceitar o inaceitável.

Chegamos ao âmago do problema. Não há, ainda hoje, como reconciliar as exigências qualitativas com as condições quantitativas dessa tarefa. Não é verdade que o Estado apenas gaste mal em educação e saúde. Gasta mal. Sobretudo, porém, gasta pouco. Calcula-se, por exemplo, que o investimento público em saúde por pessoa representa um décimo do custo *per capita* dos planos de saúde para a classe média.



O Estado teria de gastar muito mais, além de gastar muito melhor. E, nesse muito mais e muito melhor, vai a substituição do governo federal, seguida da luta pela reorganização das finanças públicas e dos serviços públicos.

Temos, por isso, de avançar em duas etapas na escolha dos alvos da prestação social do Estado: o povão primeiro, a classe média depois. A trajetória que leva da primeira etapa à segunda é um aumento simultâneo dos recursos públicos e da eficiência pública. É o soerguimento do Estado brasileiro como instrumento para a salvação da classe média e, portanto, do país.

### *O que falta*

A água que brotava do fundo, na nascente do rio Sucuri, espuma incessante, presságio de fecundidade, retrato da criação de todos os mundos, era força que vinha de dentro, lutando sem descanso contra a gravidade. O vento que soprava de fora, sobre as dunas de Genipabu, queimava o rosto com o estigma da intransigência, transformando o encontro do deserto com o oceano no lugar de um arrebatamento. O cerrado e a selva, rios desumanos e pedras primordiais passavam diante dos olhos, e coisas que vinham do centro da Terra e do começo do mundo e que, embora mortas, prometiam vida. Asseguravam, a preço da entrega da vontade ao inesperado, aquilo que desde criança me parecera necessário e impossível: o casamento da intransigência com a fecundidade. Era um incitamento e um libelo. Perturbado, acordei.

O que mais se discute no Brasil é dinheiro. Os brasileiros estão vergados sob seus fardos materiais. Deles escapam em suas famílias e diversões. O Brasil, assim como cada brasileiro, parece ter margem estreita de manobra.

Os brasileiros estão enganados. Nosso problema não é só dinheiro: é, também, a falta, tanto entre ricos e doutores quanto entre pobres e iletrados, da idéia da grandeza e da experiência da esperança. Sem essa experiência e essa idéia, não há como lutar contra as forças e as ilusões da época, nem como impedir a redução da política à barganha impotente entre os interesses organizados. Não há, sequer, como evitar a morte em vida. Os brasileiros estão acorrentados tanto pelo desespero econômico quanto por uma concepção diminuída de si mesmos.

Nenhum dos países que admiramos hoje como exemplo engrandeceu-se trilhando, obediente, o caminho indicado pelas potências hegemônicas no período em que emergiu. Uma crise como a que vivemos hoje pode ser resolvida de uma maneira que nos mantenha na rota de integração subalterna à economia mundial ou que nos permita dar os primeiros passos à busca de soluções que, interessando a nós, também interessem a uma humanidade sedenta de alternativas. De onde vem a energia para isso?

Há cinco requisitos. O primeiro requisito, preliminar, é que se desarmem dilemas empobrecedores como o que opõe agora a estabilidade da moeda ao desenvolvimento do país, pela mobilização dos recursos nacionais e pelo refinanciamento do Estado. O segundo é que se dê a cada criança brasileira educação libertadora, centrada no domínio de capacidades conceituais e práticas. O terceiro é que se quebre um sistema de mídia que virou máquina de mentira. O quarto é que se formem instituições econômicas que descentralizem radicalmente o acesso às oportunidades e aos recursos produtivos. O quinto é que se estabeleçam instituições políticas que mobilizem a cidadania para dobrar as corporações e controlar o Estado enquanto resolvam rápida e democraticamente os impasses produzidos por tentativas de mudanças.

A dificuldade é que para começar a andar nessa direção já precisamos nos sentir grandes. Como romper esse círculo de dependência recíproca entre o espírito e as instituições? Em parte aproveitando o acaso de crises como a atual que abrem as cabeças para a rebeldia nacional porque aumentam o custo do conformismo brasileiro. E em parte pelo contágio de exemplos individuais de resistência e afirmação. Um só homem que pensa por si e fala por muitos, dizendo o que sente e não o que se espera que diga, é um governo e uma revolução.

### *Uma vida*

Em 1818, num Estado do interior dos Estados Unidos, um garoto pobre de 8 anos recebeu chute de cavalo na cabeça. Foi dado por morto. Passado algum tempo, porém, levantou-se. Pouco depois morreu sua mãe.

Desde criança pequena, era intenso. Resolvera ser grande homem. Mas, quando, ainda jovem, a idéia de que o caminho da intensidade à grandeza passa pelo sacrifício primeiro lhe veio ao pensamento e lhe começou a invadir os sonhos, ele resistiu. Só se renderia a ela anos depois. Seria sempre triste e engraçado, usando o senso do absurdo para combater a experiência do sofrimento.

Em 1832, após vários biscates, tentou a eleição para deputado estadual. Derrotado, abriu loja que faliu no ano seguinte. Seria, até 1860, sua única experiência administrativa. Passaria anos pagando as dívidas do sócio.

Em 1834 elegeu-se deputado estadual enquanto continuava sua tentativa de fazer-se advogado autodidata. No ano seguinte, porém, a morte de sua noiva destruiu sua expectativa de ser feliz. Caiu em longo período de depressão e desnortamento. Seu eventual casamento, a que se sentiu preso por obrigação de honra, parece haver feito parte de processo enigmático: a desesperança do amor converteu-se na esperança de salvar-se pela dedicação a uma grande tarefa.

Em 1838 foi derrotado na eleição para presidente da Assembléia Legislativa de seu Estado. Passou a ganhar a vida como advogado. E enfiou-se no estudo da Bíblia, de Plutarco e dos poetas românticos, procurando incitamentos à grandeza que não mentissem sobre quem somos e o que queremos. Seus contemporâneos começaram a notar-lhe o traço mais marcante: força de vontade inquebrantável e inexplicável. Duvidavam, contudo, que um homem que não podia ver um bicho sofrer sem ficar transtornado pudesse triunfar no mundo bruto do poder.

Em 1843 não conseguiu legenda para candidatar-se ao Congresso. Elegeu-se em 1846 deputado federal. Entretanto, seu trabalho contra a intervenção americana no México deixou-o isolado. Não tentou reeleger-se na eleição subsequente. Em 1849 teve rejeitado seu pedido de cargo federal de terceiro escalão.

Viajou nos anos seguintes pelo país tentando levantar discussão nacional sobre como reformar a democracia americana e evitar a guerra civil. Sua voz começou a ser ouvida. Sofreu, porém, derrotas repetidas como candidato ao Senado em 1854, como pré-candidato à vice-presidência em 1856 e novamente como candidato ao Senado em 1858.

Na opinião geral, sua vida pública, série quase ininterrupta de reveses e rejeições, chegou, em 1858, ao fim. Consolidou-se entre seus amigos a impressão de que sua combinação misteriosa de doçura, clareza e teimosia o incapacitava para a ação prática.

Em 1860 Abraham Lincoln foi eleito presidente dos Estados Unidos. Conduziu até a vitória e a emancipação dos escravos a guerra civil americana, inferno de sangue e lágrimas, tentando reconciliar a justiça com a misericórdia e a prudência com a humanidade. Refundou, com isso, a República, mas não sem antes haver visto o incompreensível e vivido o intolerável. Em 1865 foi assassinado.

Diz poema de Rilke: "Se fores o sonhador, sou teu sonho. Mas, se quiseres acordar, sou tua vontade". Seria, a partir da virada de 1860, a relação de Lincoln, vivo e morto, com seu país.

## INSTITUIÇÕES: POLÍTICA

### *Política prática e incapaz*

Normalidade política? Não é isso o que quer o eleitorado brasileiro? Políticos honestos, bons gerentes, que ofereçam soluções práticas para os problemas do dia-a-dia, suprindo as carências sociais na medida compatível com a prudência econômica. Nada de grandes alternativas ou rebeldias perigosas. É assim que opera agora a política nos países que sempre nos serviram de modelo. O desejo da normalidade acalenta nossa busca por uma força de centro-esquerda que reconcilie o desenvolvimento com o social.

Trago duas notícias perturbadoras aos meus concidadãos. Eles não querem ouvi-las. Por isso, insistirei em propagá-las. A primeira notícia é que essa espécie de política não funciona em lugar nenhum. A segunda notícia é que não vamos poder esperar pelos europeus e americanos para descobrir como reinventar a política. Teremos de reinventá-la por nossa conta.

A política rotineira, objeto do desejo de normalidade, descarta as inovações institucionais em favor do remanejamento dos problemas cotidianos. Abre caminho para políticos que se apresentem como gestores, hábeis, também, em seduzir e negociar. E prefere, como método, a barganha entre as minorias organizadas, já que, em todas as sociedades contemporâneas, as maiorias continuam desorganizadas.

O paradoxo central da experiência política moderna é que essa política supostamente prática se mostra incapaz de resolver os problemas práticos. Reduzida a política a uma série de transações entre os interesses organizados, não faz nada que preste ou importe. Assim, por exemplo, os europeus, obcecados com o desemprego, não conseguem minorá-lo. Atribuem-no falsamente ao avanço tecnológico em vez de buscar suas causas em arranjos que sacrificam as oportunidades de muitos aos privilégios de alguns. Falta-lhes a idéia de democratizar o mercado em vez de apenas regulá-lo. Não reconhecem que as instituições são destino e a política é antidesestino.

No Brasil, a impotência fatal da política rotineira se exprime na lamentação social que, com pouco resultado, tem servido de língua franca a todas as

forças, desde a direita até a esquerda. Manifesta-se, também, na desorientação de grandes partidos, como o PMDB e o PSDB, supostos veículos de uma centro-esquerda brasileira, que se perderam no poder.

Qual a alternativa ao pragmatismo antipragmático da política rotineira? A única que a história moderna oferece é uma política heróica que tem a guerra ou o colapso econômico como parteira, tenta grandes rupturas em nome de projetos abrangentes e confia a líderes inspirados a mobilização de maiorias desorganizadas. Precisamos da ruína para ter a mudança?

A escolha entre política rotineira e política heróica é inaceitável para o Brasil como para todo o mundo. Precisamos de uma política que inove nas instituições enquanto responde às urgências do momento. Que mude estruturas, porém de maneira fragmentária, gradualista e cumulativa. Que combine a negociação entre as minorias organizadas com a mobilização das maiorias desorganizadas. E que mostre aos interesses corporativos como usarem uma visão de conjunto para se libertarem de seu egoísmo auto-destrutivo.

Talvez os americanos e os europeus possam aguardar, pacientes e perplexos, por tal política transformadora e experimentalista. Nós precisamos dela agora. Não conseguiremos criá-la se continuarmos vergados, nós, brasileiros sob o sentimento da pequenez.

### *Descrença na política*

Dedico este espaço semanal à proposta de alternativa para o Brasil. É, como disse Samuel Johnson sobre o segundo casamento, o triunfo da esperança sobre a experiência: mesmo os politizados preferem reclamar a falta de alternativas a discutir as alternativas apresentadas. Paro de vez em quando para refletir sobre as emoções que abram ou bloqueiem o caminho.

Pesquisas recentes confirmam que grande parte dos brasileiros deixaria de votar se fosse facultativo o voto. O desejo de cair fora é mais forte entre os pobres. É forte, porém, em todas as faixas do eleitorado. No Brasil, como na maioria dos países contemporâneos, o destino da política é decidido hoje por maioria de pessoas que não acredita em política. Não é só que desacredite nos políticos dos seus países, já que o fenômeno corre mundo. E não é só que desacredite no Estado, já que a mesma descrença recai sobre a política liberal ou neoliberal.

Há duas hipóteses principais para explicar a difusão da descrença. A primeira explicação é que ela reflete a impotência da política. Só catástrofes econômicas ou militares interrompem a rotina da política como pequena barganha entre minorias organizadas. Essa forma de vida pública encontra

seu limite quando é preciso mexer na organização da sociedade, não apenas repartir custos e benefícios.

A segunda hipótese é que as instituições podem imprimir à política viés que lhe esvazie ou reforce o potencial transformador, inspirando ou vencendo a descrença. As instituições políticas que copiamos das democracias ricas do Atlântico Norte favorecem a desmobilização da cidadania e a perpetuação dos impasses sobre propostas mudancistas. Reformando tais instituições, ganharíamos poder para resistir ao destino que elas nos impõem.

Há muito de verdade nessa segunda hipótese, muito que deve interessar, apaixonadamente, a nós brasileiros. Os que resistimos à situação precisamos ganhar o poder para mudar as instituições e reinventar a democracia. Mas não é a verdade toda. Há algo que toca os segredos do coração.

A descrença na política é também desesperança em nós mesmos, como indivíduos e como povo. É como se um homem se agachasse e olhando para cima dissesse: antes agachado do que enganado. É como se quisesse ver na humilhação de sua vontade a afirmação de sua inteligência, de sua capacidade de ver as coisas como são.

Há um sentimento terrível no Brasil de que temos de mudar tanto quanto as injustiças que praticamos e as instituições que importamos. É o culto da esperteza, cristalizado na imagem do malandro charmoso e sobrevivente. A esperteza aconselha a descrença não só na política, mas também em tudo que, não sendo vantagem imediata e tangível, prometa engrandecer-nos.

Para o povo, o culto da esperteza é estratégia de sobrevivência, útil no começo e paralisante depois. Traduzido para a consciência das classes superiores, vira o distanciamento irônico do desiludido: defensivo para a classe média e aproveitador para a alta burguesia. Além de todos os seus efeitos sociais, mumifica o indivíduo. O homem irônico e distante não se deixa sacudir. Já morreu em vida.

A descrença na política, avalizada pelo culto da esperteza, exprime desrespeito da pessoa para consigo mesma. Não pode, porém, ser combatida por exemplos de respeitabilidade. Só pode ser combatida por exemplos de esperança, dados na política do país e nas vidas de alguns de seus cidadãos.

### *Liberalismo sem gente livre*

Em que país latino-americano o neoliberalismo traria hoje melhor proveito e menor dano? Cuba. Imaginem espectro de países latino-americanos. Num pólo desse espectro estão as nações mais desiguais e divididas, como o Brasil, o México e o Peru. No outro pólo, ficam a Costa Rica e, finalmente, Cuba. O neoliberalismo é mais perigoso do primeiro lado do espectro e menos perigoso do segundo.

O espectro nada diz sobre a riqueza de cada país, nem sobre a liberdade de que desfrutam seus cidadãos. Mede apenas a desigualdade econômica, especialmente quando ancorada na divisão entre setores produtivos de vanguarda e retaguarda.

Quanto mais desigual e dividida a sociedade em que se adote o projeto neoliberal, tanto maior a probabilidade de que se conceba e se execute o projeto seletivamente, rearrumando e refundando privilégios. O neoliberalismo real atribui ao Estado duas tarefas: promover a incorporação da vanguarda produtiva do país à rede internacional de vanguardas e praticar políticas sociais que possibilitem o acesso lento da maioria pobre aos centros dinâmicos da economia.

Faz parte desse neoliberalismo a falta de vontade política e de base social e para radicalizar a luta pela concorrência, pela meritocracia e pelo princípio de oportunidades iguais. Privatiza o setor público sem desprivatizar o Estado ou privatizar o setor privado, sedento de favores públicos e viciado no nepotismo e no oligopólio.

Bastaria, segundo a doutrina do neoliberalismo real, internacionalizar a economia e imitar as regras e práticas das economias ricas para garantir o crescimento econômico. A integração social viria naturalmente depois, com ajuda das políticas sociais. O resultado mais comum, porém, é desenvolvimento marcado por contraste duradouro entre setores avançados e atrasados. Enquanto pequena parte da economia se entrega à rede internacional de vanguardas, o resto vegeta na estagnação e na incapacidade.

As formas tradicionais da economia de mercado e da democracia representativa não asseguram seus próprios pressupostos: cidadãos livres e capazes, com o equipamento cultural e econômico de que precisem, atuando num ambiente em que a desigualdade não sepulte a iniciativa individual e comunitária. Investir no social sem mudar as instituições não basta.

Para realizar tais pressupostos, há dois caminhos. Um caminho é história secular de lutas sociais igualizadoras, cheia de traumas, como a guerra civil americana ou a revolução chinesa. Cem anos de lutas, seguidos por epílogo liberal ou neoliberal? Não temos tempo nem estômago para isso.

O outro caminho é a renovação das instituições da democracia, do mercado e da sociedade civil livre. Ao contrário do neoliberalismo, que sacrifica os objetivos revolucionários do liberalismo para preservá-los as formas institucionais, teríamos de reinventar as formas por amor aos objetivos. Produziríamos democracia mais energética, economia menos dividida e sociedade civil mais organizada e capaz.

Os ideólogos persistem no debate fossilizado sobre estatismo e liberalismo. O povo procura as condições práticas de vida decente, intuindo não haver sociedade livre sem gente livre.

O primeiro ponto de partida não leva a nada. O segundo pode levar à política que reimagine e reconstrua as instituições, reorganizando a sociedade para libertar as pessoas.

*Carreiras abertas aos talentos*

Hoje à noite em São Paulo, um ricoçador dormirá angustiado com a passagem de seus negócios ao filho inepto ou desinteressado. Por que não estrangula ou castra logo o filho, já que quer roubar-lhe o maior tesouro, a experiência de inventar a única vida que terá? O pobre do filho vai tramar a fuga, conformar-se com a prisão ou felicitar-se, insensatamente, da sorte. Enquanto isso, um jovem de classe média vai candidatar-se a emprego numa sociedade em que currículos escolares ainda pesam pouco e indicações pessoais ainda valem muito. Outro, mais adiantado na carreira, terá o desgosto de lembrar todos os dias a diferença entre ser empregado e ser filho do dono.

Todos lerão nos jornais que o Brasil se está convertendo à doutrina liberal. Porém ninguém levará a sério. Pois todos sabem que continuamos a viver num país em que mesmo grandes negócios costumam ser negócios de família. Monetizamos a doutrina do carma e chamamos o produto liberalismo. Só nas empresas estrangeiras, no que resta das empresas públicas e nas poucas grandes empresas nacionais sem controlador é que se baniu a selvageria cruel e custosa do nepotismo.

Tem de ser assim? Nas democracias ricas do Atlântico Norte, estabeleceu-se certo equilíbrio entre meritocracia e igualdade – equilíbrio mal estudado lá e incompreendido aqui. Os países mais igualitários, como a Suécia, são justamente aqueles em que muitas das maiores empresas continuam a ser controladas e administradas por famílias. O imenso setor público e a rigorosa política redistribuidora colocaram o nepotismo e a herança no lugar. As sociedades mais desiguais, como os Estados Unidos, são, paradoxalmente, aquelas em que a meritocracia foi mais longe.

E nós? Havemos de ter o pior dos dois mundos, elevado a alta potência? A aliança de centro e esquerda capaz de propor ao país novo projeto democratizante e desenvolvimentista deve ter a carreira aberta aos talentos como uma de suas palavras de ordem.

A concorrência internacional ajuda, mas não basta. A experiência demonstra que a ditadura familiar moderada pelo profissionalismo subalterno pode sobreviver a muito, sobretudo quando bafejada pelo conluio geral de elites que caracteriza sociedades nas quais extrema desigualdade convive com nepotismo deslavado.

Nunca foi fácil reconciliar a transmissão hereditária da propriedade com o princípio de oportunidades iguais, que o próprio liberalismo cultua. A reconciliação torna-se impossível quando, nas grandes organizações produtivas (ou parasitárias) da sociedade, se usa a herança para assegurar a herdeiros poder sobre os que nada herdaram.

Nossa alternativa democratizante e desenvolvimentista deve proibir, como violação de direitos civis, que o parente de proprietário fundador de grande



empresa trabalhe na empresa, muito menos a dirija. Que vá tratar de ser alguém em terreno mais neutro. Que não se preste à corrupção de uma vida coletiva que há de ser dedicada à formação dos talentos e marcada pelo reconhecimento dos méritos. Está em questão causa sagrada: liberdade para o espírito humano e liberdade para todos.

### *Reforma política*

Dizem os supersticiosos que a “globalização” não permite ao Brasil sair do caminho único. Se o país tivesse as instituições políticas de que precisa, ninguém levaria essa idéia a sério. Inovando na política, logo começaríamos a divergir em tudo o mais.

Dois conjuntos de idéias e instituições políticas caracterizam as democracias ricas do Atlântico Norte.

De um lado, estão práticas que ajudam a manter a sociedade politicamente desmobilizada. Entre tais práticas contam-se a influência do dinheiro sobre a política e a limitação do acesso dos agentes políticos e sociais aos meios de comunicação em massa.

De outro lado, estão técnicas constitucionais que ajudam a desacelerar a política, dificultando a transformação política da sociedade. Por exemplo, o presidencialismo americano, copiado no Brasil, como em toda a América Latina, foi desenhado por Madison para favorecer a perpetuação dos impasses entre os Poderes do Estado, sempre que a política gerasse propostas transformadoras.

O liberalismo constitucional junta ao compromisso de fragmentar e descentralizar o poder o esforço para conter o potencial mudancista da política. Promove, por isso, o amesquinamento da vida pública. No Brasil, como em toda parte, o destino da política é hoje decidido por uma maioria que não acredita em política.

A tarefa é rejeitar essa tradição e propor as instituições que possam substituí-la. Para resolvermos nossos problemas, precisamos de democracia que facilite a prática freqüente das reformas estruturais e o alargamento duradouro do espaço público.

Temos de substituir a política de baixa energia, que a tradição do liberalismo constitucional nos legou, por política de alta energia, assegurada pelo efeito cumulativo de muitas medidas práticas e parciais: o financiamento público das campanhas eleitorais, reforçado pela transparência das contribuições privadas que forem permitidas, a quebra dos oligopólios da comunicação bem como a ampliação do acesso à mídia, o fortalecimento dos partidos políticos, até mesmo pela solução extrema das “listas fechadas”, em que o eleitor só vota em partido, em vez de votar em pessoa, e, sobretudo, a garantia aos brasileiros comuns dos meios práticos para conhecerem e reivindicarem seus direitos.

Substituamos, também, o constitucionalismo desacelerador da política por instituições que engajem o eleitorado na pronta resolução dos impasses. Mantenhamos presidente eleito diretamente pelo povo como instrumento de pressão plebiscitária e popular sobre os acertos da elite política e econômica. Dotemos, porém, tanto o presidente quanto o Congresso da faculdade de convocar, unilateralmente, eleições antecipadas e simultâneas para os dois poderes, quando ocorrer impasse no encaminhamento das grandes propostas de reforma.

A inversão da lógica constitucional conservadora seria seguida por reformas destinadas a implantar elementos de democracia direta dentro da democracia representativa: por exemplo, o uso de plebiscitos programáticos, acordados entre o presidente e o Congresso, como alternativa às eleições antecipadas, e a participação institucionalizada da sociedade civil na formulação descentralizada e na execução local de políticas públicas.

Instituições são destino. Formemos as nossas.

### *Presidencialismo e parlamentarismo*

Que forma de governo convém ao Brasil? Pode parecer pergunta alienada, dada a urgência dos problemas econômicos e sociais que afligem o povo brasileiro. É, pelo contrário, indagação inescapável por duas razões. Em primeiro lugar, a organização institucional da política condiciona os projetos de reforma econômica e social. Em segundo lugar, se o atual presidente viesse a reeleger-se, a única grande proposta institucional que poderíamos esperar dele e de seu grupo seria mais uma tentativa de impor o parlamentarismo a povo que já o rejeitou decisivamente.

Há muitos argumentos pseudo-eruditos em favor da implantação do regime parlamentarista no Brasil. O motivo mais forte do interesse, porém, é que a eleição presidencial faz a elite brasileira sofrer periodicamente susto intolerável. É o conflito eleitoral menos controlado e mais imprevisível, sobre o poder mais importante. Eles não agüentam mais. Melhor concentrar o poder na classe política e negociar soluções consensuais de governo, sem ter de contar com a possibilidade de surpresas desagradáveis nem ter de trabalhar para contê-las. O eleitorado rejeitou o parlamentarismo porque nele percebeu, corretamente, tentativa de confisco da soberania popular.

Não se trata de tese abstrata sobre o parlamentarismo. Pode até vir a ser, quando o Brasil for mais livre e mais igual, a melhor forma de governo para o país. Formas de governo ganham seu significado da relação entre seu conteúdo e seu contexto. Os pormenores institucionais e as circunstâncias sociais são tudo.

Não há no Brasil perspectiva de eleger-se em futuro próximo maioria parlamentar comprometida com projeto de aprofundamento da democracia e moderação das desigualdades. As influências e as dependências locais acabam por sobrepor-se às ansiedades nacionais. Já maioria parlamentar progressista pode formar-se, depois de eleita, tangida pela força popular e plebiscitária que a eleição presidencial é capaz de exprimir.

Aí está a chave para o entendimento da política brasileira, tanto em sua vida eleitoral e partidária quanto em seus imperativos de redesenho institucional. Pressão plebiscitária sem base partidária frustra-se. Consenso partidário sem pressão plebiscitária esteriliza-se. O parlamentarismo evitaria as crises surgidas de confrontos entre o presidente e o Congresso a custo intolerável, forçando a tampa sobre o caldeirão fervilhante da sociedade brasileira.

O presidencialismo tradicional, porém, aquele que copiamos dos Estados Unidos, padece de grave defeito. O presidente é forte para favorecer ou punir, mas é fraco para transformar. Promete, mas não cumpre. O regime foi desenhado para frear a política transformadora, perpetuando os impasses sobre projetos mudancistas.

A solução é dotar o regime presidencialista de mecanismos para a pronta resolução dos impasses, quer por plebiscitos acordados entre o presidente e o Congresso, quer por eleições antecipadas e simultâneas para os dois Poderes, convocadas unilateralmente por qualquer um deles.

Para resolvermos nossos problemas temos de fazer nossas instituições. Não basta nos rebelarmos contra a falta de justiça se não nos rebelarmos, também, contra a falta de imaginação.

## INSTITUIÇÕES: ECONOMIA

### *A crise reimaginada*

Ouvem-se hoje três discursos sobre a crise financeira mundial. Nenhum dos três serve ao mundo ou ao Brasil. Recusemo-nos a esperar até que entendimento melhor chegue de fora com o prestígio de alguma metrópole.

O primeiro discurso, ortodoxo, aponta acúmulo de erros, como o colapso da tributação na Rússia ou o clientelismo de bancos e governos na Ásia, a que os mercados financeiros deram eco exagerado e destruidor. Cada erro exige correção paciente. A crise será o jeito de o mundo livrar-se de alguns desvios na marcha em direção à sonhada reconciliação da flexibilidade econômica com a proteção social.

O segundo discurso, que invoca o espírito de Keynes e da década de 1930, vê o defeito fatal na movimentação irrestrita do dinheiro. Capital e câmbio têm de ser controlados. O Estado deve reassumir algumas das tarefas de direção de crédito das quais o neoliberalismo o desincumbiu. O intervencionismo será filho da crise e por isso mesmo circunstancial e transitório. Seu legado duradouro será regime internacional mais capaz do que o atual de difundir capital sem universalizar pânicos.

O terceiro discurso, neomarxista, descreve as convulsões inexoráveis de um capitalismo financeiro que fez do planeta um só cassino. Cala sobre soluções quando não se contenta com as prescrições do segundo discurso como passo rumo a um futuro que seus proponentes não ousam mais imaginar.

Na verdade, a crise expõe falha básica na organização de economias de mercado que prevaleceu no Atlântico Norte e dali se difundiu: a fragilidade da ligação entre economia monetária e economia real, sobretudo entre poupança e produção. O ganho em dinheiro para o investidor guarda relação tênue com o ganho para a sociedade em emprego, produção e consumo. Dissipa-se parte do potencial produtivo da poupança. As andanças mundiais do dinheiro viram montanha-russa, com todos bancando o passeio de poucos.

O bom senso convencional diz que o problema reside em imperfeições dos mercados. Resolve-se combinando o aprofundamento das reformas conhecidas como a atividade reguladora do Estado e reconciliando os dois primeiros discursos que descrevi. Mas o bom senso convencional está errado. A solução é inovar nas instituições que definem a economia de mercado para estreitar os vínculos entre economia monetária e economia real, bem como entre poupança e produção.

A situação do Brasil revela o que isso significa. Para sair da enclacrada em que se meteu, o Brasil acabará por adotar o câmbio flutuante. A mudança do regime cambial será precedida por esforço para soerguer nossa economia no contexto da crise mundial. Duas forças lutarão entre si: uma, em prol de uma austeridade fiscal que lentamente nos reabilite; a outra, para fazer o governo ajudar os grandes produtores e exportadores. É escolha inaceitável: a tarefa é diminuir a dependência sem nos render aos "lobbies".

A alternativa – mostrei – é mobilizar os recursos nacionais, reorganizando a relação entre a poupança e a produção e democratizando o acesso aos recursos produtivos. É transformar o subsídio para poucos em ajuda para muitos. É acumular mais intimamente o dinheiro com a economia real.

Para andar nessa direção falta-nos tanto autoconfiança quanto idéias. Temos de pensar com nossas próprias cabeças em vez de glosar o último chute de um economista norte-americano. Temos de imaginar a grandeza do Brasil e sentir que algo dela recai sobre nós.

### *Saída bloqueada*

O Brasil das elites fervilha. Cruzaram-se duas confusões: uma, sobre o salvamento da economia; outra, sobre o manejo da relação entre responsabilidades públicas e interesses privados.

Encontro, no país politizado, angústias gêmeas. Há a convicção de que nossa vida pública continua sob o controle de aglomerado de "lobbies". Os interesses organizados tripudiam sobre as maiorias desorganizadas sem nem sequer se entenderem entre si. É o corporativismo. No vazio resultante governa tecnocracia que administra o país em nome de idéias vinculadas a interesses mais estrangeiros do que nossos.

Ao temor do corporativismo associa-se a revolta contra o patrimonialismo: as trocas escusas entre o Estado e o capital, que ameaçam limitar a política a parcerias entre endinheirados e poderosos, com o poder reproduzindo o dinheiro e o dinheiro, o poder. Juntos, o corporativismo e o patrimonialismo empobrecem, amesquinham e humilham o país.

O Brasil quis muito escapar da inflação. Mas o que quer mesmo, desesperadamente, é fugir do corporativismo e do patrimonialismo. A classe média e a burguesia profissional, sempre centro de gravidade da política brasileira,

receberam com ceticismo a ideologia do mercado. Aceitaram, porém, muito dessa ideologia, em parte porque nela viram maneira de afrouxar a mão dos privilégios escudados no poder.

A mera suspeita de que o avanço do projeto do mercado sirva para reinventar a aliança do patrimonialismo com o corporativismo, com tudo acertado entre amigos, ainda que amigos bem-intencionados, é explosiva. O risco é grande tanto de se cometerem injustiças contra indivíduos quanto de se perder esperança no esforço de desprivatizar o Estado.

Que tem tudo isso a ver com a discussão sobre como salvar a economia brasileira de recessão arrasadora? A política atual segue a idéia de que a causa fundamental de nossos problemas é que o governo e, portanto, o país estão vivendo acima de seus meios. A solução seria forçar o governo a gastar menos, executando política de contração econômica e defesa cambial no quadro de recessão já instalado. Como a idéia é falsa, a política malogrará, ainda que o dinheiro estrangeiro lhe dê, por alguns meses, sobrevida. A conquista de confiança baseada em ilusões não substituirá o salvamento da economia brasileira pelos brasileiros.

Há dois candidatos ao plano B. O primeiro é fazer do Brasil a Argentina. Significa lastrear reais em dólares, um por um, após desvalorização que teria de ser exagerada, e fazer o que o capital externo quer. É inviável porque nos faltam tanto os dólares suficientes quanto a tolerância ilimitada com o desemprego exigida por tal regime.

O segundo plano B é o produtivismo: organizar, sobre a base de refinanciamento do Estado e mobilização dos recursos nacionais, reação desenvolvimentista à falta de financiamento externo, transformando trauma em oportunidade. Só será aceito e funcionará se for ajuda para muitos e não subsídio para poucos, democratização do mercado e não alocação privilegiada de recursos. Reduzir o produtivismo a um Ministério da Produção, balcão de favores e compensação por política ruinosa, é matá-lo no nascedouro.

O Brasil começa a pegar fogo, de cima para baixo. A rebelião produtivista é o caminho de fuga. O jogo dos privilégios é a porta fechando a saída porque reduz o produtivismo a clientelismo. Temos de arrombar a porta e abrir o caminho, para que o Brasil possa viver.

### *Que fazer com o câmbio?*

Discutem a taxa cambial e calam sobre o regime cambial. Mas o regime é o cerne do problema.

Primeiro os fundamentos. Nada funcionará sem arrancada no refinanciamento do governo e na mobilização dos recursos nacionais. Não há mudança, de taxa ou de regime, que dê certo quando imperam a vulnerabilidade e o medo. No melhor dos casos, a mudança em tal momento serve como desfecho da crise.

Daí a importância de reforma tributária que desonere a produção e tribute o consumo, acompanhada de guerra contra a sonegação.

Daí a necessidade de não gastar em privilégios. Daí o imperativo de organizar poupança privada compulsória e de reorganizar a relação, ainda tênue, entre a poupança e a produção, criando canais que se juntem aos existentes. São condições para o Brasil ficar de pé, mantendo e atraindo capital mais paciente e produtivo do que aquele que pratica agiotagem com o desespero do governo.

Iniciado esse trabalho, devemos substituir o câmbio fixo por câmbio flutuante: o câmbio como preço formado pelos mercados, não tabelado pelo governo. A introdução do câmbio flutuante deve ser precedida por período de transição em que se amplie a banda de variação da taxa cambial tolerada pelo governo.

Há três razões básicas para que o Brasil deva preferir hoje câmbio flutuante. A primeira é que evita o que acontece agora: a dificuldade de corrigir a sobrevalorização sem ameaçar a moeda e agravar crise de confiança. A segunda é que desobriga o governo de manter reservas vastas e custosas e de comprometer recursos públicos em jogadas contra especuladores. A terceira é específica a nossa estrutura institucional. Em economia aberta, o câmbio fixo compromete a política da moeda e dos juros com a defesa da taxa cambial. Deixa o governo com apenas a política fiscal para gerir o nível de atividade econômica. No Brasil a política da moeda e dos juros é a que cai mais diretamente sob controle do governo. Temos de poder usá-la no interesse do crescimento e do emprego.

Devemos complementar o câmbio flutuante por medidas para regular o fluxo do capital de curto prazo, como aquelas usadas com êxito em muitos países de economia aberta. As mesmas preocupações com o emprego e o crescimento que levaram Keynes a resistir ao livre movimento do capital devem levar-nos a combinar o câmbio flutuante com a conversibilidade regulada da moeda. É justamente o oposto do que advogam no Brasil os quadros ligados à finança internacional: o câmbio fixo e a conversibilidade irrestrita. Revelam ignorância ou desonestidade intelectual os que condenam tal regulação: os mais recentes estudos comprovam que seus benefícios comumente se sobrepõe a seus custos.

O maior defeito do câmbio flutuante é o excesso de volatilidade: os vaivéns exagerados da taxa. Os próprios mercados estão criando remédios parciais na forma dos "hedges" ou seguros contra a variação cambial. O governo deve tornar tais produtos disponíveis aos pequenos importadores e exportadores com o dinheiro deles, por analogia ao que faz no seguro do depósito bancário. Contra as conseqüências da insensatez, de governos ou investidores, nenhum regime cambial, fixo ou flutuante, nos garante.

A justificativa da reforma cambial é avassaladora. Infelizmente também é complicada. Tratemos de evitar que só os interesseiros sejam os interessados.

## *Reforma tributária*

“Gosto de pagar impostos”, disse o ídolo norte-americano Oliver Wendell Holmes Junior, “porque com eles compro civilização”. Grande problema do Brasil é que não podemos sentir a mesma coisa. Em vez de pagarmos por civilização, pagamos pelos juros da dívida pública interna, pela salvação de banqueiros e empresários falidos e pelos salários e aposentadorias de funcionários que administram aparato público bloqueado. E pagamos, os que recebemos salários, por todos os outros.

Como financiar Estado que assegure às pessoas os meios para se tornarem trabalhadores e cidadãos livres e capazes? Mistério para os pensadores. Só há dois trabalhos geniais sobre impostos: o livro de Kaldor sobre o imposto de consumo e o livro de Allais sobre imposto de capital. Mistério para o povo. Não há democracia sem que a cidadania aprenda a debater a temática sutil e complexa das finanças públicas. A população não conhece essa temática e os especialistas não a compreendem.

Três idéias marcam o ponto de partida. A primeira idéia é que impostos progressivos e investimentos sociais são instrumentos meramente acessórios, ainda que indispensáveis, de diminuição das desigualdades. A experiência histórica, inclusive das social-democracias européias, comprova que as desigualdades diminuem sobretudo por reformas estruturais, como a democratização do ensino e do crédito, a reforma agrária, a destruição dos oligopólios, a suspensão dos subsídios ocultos às grandes empresas e a primazia da meritocracia sobre o nepotismo no acesso às carreiras e aos empregos.

O papel básico da tributação progressiva e do gasto social não é atingir igualdade. É capacitar as pessoas, garantindo-lhes os instrumentos de que precisam para se tornarem agentes econômicos e políticos eficazes.

A segunda idéia é que, na medida em que sejam igualizadores a tributação e o investimento social, a redistribuição igualizadora se faz mais pelo lado do gasto do que pelo lado da estrutura progressiva da arrecadação. A curto prazo o que conta é quanto o Estado tem para gastar, como o gasta e como consegue minimizar o efeito prejudicial da tributação sobre os incentivos para trabalhar e investir.

Tributo reconhecidamente “injusto” como o imposto sobre o valor agregado (IVA) é útil porque arrecada muita receita com pouca distorção das decisões econômicas. O que importa é alcançar resultados progressivos (como alguns dos sistemas tributários europeus), não prestar homenagem a princípios progressistas (como o sistema fiscal norte-americano).

A terceira idéia é que, assegurada a receita necessária para financiar o gasto social e desenvolvimentista do Estado, a tributação direta e igualizadora pode ter importância crescente. Em vez de recair sobre os salários, como faz



o imposto de renda, deve incidir sobre três grandes alvos. O primeiro é o consumo pessoal ou o padrão de vida, medidos pela diferença entre a renda e a poupança investida de cada contribuinte. O segundo é o poder econômico, sobretudo quando constituído pela transferência hereditária da riqueza. O terceiro é a apropriação privada, em favor das instituições financeiras, dos lucros produzidos pela expansão dos meios de pagamento e pelas necessidades financeiras do Estado.

### *Impostos e paradoxos*

Os três fatores determinantes da capacidade do Estado de investir em gente e diminuir as desigualdades são a vontade política, o volume da receita pública disponível e a eficiência com que gasta no social. A curto prazo e nas condições da maioria das sociedades contemporâneas, a estrutura progressiva da tributação – sua preocupação em cobrar dos mais ricos e poupar os mais pobres – é irrelevante, quando não é nociva. Gerar muito dinheiro para os governos, e fazê-lo de maneira que evite enfraquecer os incentivos a trabalhar e investir, é o que importa.

O estudo comparado da tributação e do gasto público revela fato chocante. Há relação quase inversa entre a justiça dos sistemas tributários no papel e o êxito de cada um deles em financiar o gasto social capacitador e igualizador. Onde há mais redistribuição de fato, como na França, a tributação indireta e “injusta” do consumo serve como fonte principal da receita pública. Onde as desigualdades se agravam e o gasto social se restringe, como nos Estados Unidos, prevalece a homenagem à progressividade na tributação.

A tributação indireta do consumo, por tributos como o imposto sobre o valor agregado, pode gerar muito dinheiro com pouco desarranjo econômico. A tributação direta e diretamente igualizadora, por tributos como o Imposto de Renda sobre a pessoa física, não produz a receita necessária. Nem pode fazê-lo, por enquanto, sem acarretar desincentivos, fugas e evasões devastadores.

No próximo artigo mostrarei que há lugar importante e crescente para a tributação direta e redistribuidora, uma vez que asseguremos o essencial: dinheiro para o Estado investir no social. Abolir o Imposto de Renda, seja sobre a pessoa física, seja sobre a pessoa jurídica, junto com todos os outros tributos que oneram a produção e o salário e torturam a classe média em nome da “justiça”, há de ser o primeiro passo. Antes de chegar lá, porém, atenta, caro leitor, o significado maior do que escrevi.

O paradoxo, que deleita o pensador, aborrece o homem prático. Esse é um dos motivos por que a atuação reformadora dos homens práticos costuma surtir efeitos paradoxais. Tanto a vida política quanto a rotina acadêmica desdobram-se em meio a ilusões edificantes e tranqüilizadoras. O mundo é selvagem e obscuro. Para enfrentá-lo, é preciso estar possuído por alguma

paixão que nos leve para fora de nós mesmos e nos coloque nas mãos o clarim que Josué soou diante das muralhas de Jericó.

Pensas, leitor, que dado básico como esse sobre a relação inversa da progressividade na arrecadação e no gasto estaria no centro das atenções dos estudiosos de finanças públicas e direitos tributários? Engano. Refugiados em seus aparatos analíticos, poucos se deixam surpreender pela realidade.

Menor interesse ainda demonstram os políticos supostamente progressistas. Pregar o paradoxo seria arriscar a popularidade e o poder. Entretanto, toda política transformadora contém elemento pedagógico. A tarefa é tornar o necessário possível, ampliando a imaginação coletiva das possibilidades coletivas.

Que fazer? Conduzir a polêmica dentro das disciplinas especializadas, esperando que a revisão das idéias dominantes mude as premissas da discussão política? Haja paciência. Ou levar o debate diretamente ao país, confiando na intuição do povo para triunfar sobre a ignorância dos doutos? Haja coragem.

### *Desenvolver agora*

Há revolução econômica no mundo. Chavões sobre globalização e tecnologia escondem sua natureza.

A economia do planeta ainda está em muitos aspectos menos internacionalizada do que estava antes da Primeira Guerra Mundial. A grande maioria do capital continua a ficar em casa. A vulnerabilidade das economias nacionais ao capital que atravessa fronteiras varia de acordo com características de cada país, tais como o nível da poupança interna e a maneira de canalizá-la para a produção.

Também não é tecnológica a mudança. O ritmo da inovação tecnológica com conseqüências econômicas diminuiu na segunda metade do século vinte. As tecnologias não ditam seus próprios efeitos. Estes dependem das instituições e das idéias.

A revolução está na maneira de trabalhar, produzir e organizar. A força motriz da nova economia mundial é rede internacional de vanguardas produtivas. O capital e a tecnologia importam menos na formação do vanguardismo do que a inovação permanente, o enfraquecimento do contraste entre dirigir e executar e a fluidez na definição de tarefas e na identificação de oportunidades. Transforma-se a produção em aprendizagem. A cooperação competitiva, levando grupos de pequenas empresas ou divisões descentralizadas de grandes empresas a cooperarem e competirem ao mesmo tempo, torna-se o terreno privilegiado do avanço. O princípio é poder mudar tudo, pedaço por pedaço.

Esse vanguardismo está virando a grande fábrica de riquezas e capacidades. As vanguardas produtivas, tanto das economias mais ricas quanto das mais

pobres, trocam recursos, idéias e pessoas. Cada governo procura facilitar a integração da vanguarda de seu país à rede internacional de vanguardas enquanto tenta moderar, pelas políticas sociais compensatórias, os problemas da maioria relegada à retaguarda. Isso é o neoliberalismo ou a social-democracia cética e conservadora. As vanguardas produtivas pouco precisam do Estado para prosperar em suas ilhas. E as políticas sociais pouco podem contra os efeitos desigualizadores da divisão entre vanguardas e retaguardas produtivas.

Estamos condenados a apenas humanizar os efeitos dessa divisão ou podemos enfrentá-la e superá-la, generalizando práticas vanguardistas? Para enfrentá-la e superá-la é preciso investir a fundo na capacitação das pessoas e reconstruir a relação entre poder público e iniciativa privada.

A extensão do vanguardismo para além das fronteiras das vanguardas estabelecidas exige parceria descentralizada entre o Estado e o produtor privado. Não pode ser no modelo do dirigismo ou do clientelismo. Temos de construir entre os governos e as empresas nível intermediário de fundos e centros de assistência, de cunho misto, privado e público, com independência decisória e responsabilidade financeira. Receberiam dinheiros de poupança previdenciária compulsória para investi-los na produção. O objetivo não é substituir mercados por subsídios. É ampliar radicalmente o acesso a recursos produtivos. Dos diferentes tipos de relacionamento entre tais fundos e as empresas surgiriam mais tarde regimes alternativos de propriedade, privada e social.

É a democratização da economia de mercado e a radicalização da liberdade econômica. É a reinvenção da idéia de projeto nacional. É dar braços e asas à vitalidade brasileira.

### *E agora, Brasil?*

Há três caminhos diante do país. O primeiro caminho é provocar uma recessão tão profunda e duradoura que por si só equilibre as contas externas.

O preço seria a involução da economia brasileira e a radicalização das lutas sociais. A recessão é o que funcionaria, não os pretendidos cortes de gastos em gente, quase irrelevantes em comparação com os efeitos da sobrevalorização cambial e o custo da dívida pública. A ênfase que se dá a tais cortes tem de ser entendida como o triunfo do dogma sobre a aritmética e do servilismo colonial sobre o bom senso e a dignidade.

O segundo caminho é o pacto plutocrático: conceder subsídios aos exportadores e policiar as importações e as saídas de divisas, promovendo, no primeiro momento de relativa tranqüilidade, ajuste do câmbio. O preço seria salvar pequena parte do Brasil à custa do abandono do resto.

O terceiro caminho é o pacto nacional: pôr o Brasil para andar com as próprias pernas, mobilizando os recursos nacionais. O problema todo está em mobilizá-los sem isolar nossa economia nem render-nos aos "lobbies".

Desvincular a taxa de juros interna dos requisitos para o equilíbrio nas contas externas. Sozinhos, os controles sobre a entrada e saída de capital são remédio tosco e incompleto. A solução radical é adotar o câmbio flutuante, aí sim acompanhado de medidas tanto para tributar a entrada de investimentos de curto prazo quanto para conter o dispêndio de divisas em consumo bem como a fuga de capitais brasileiros. Só se viabiliza num ambiente já transformado pela adoção das outras diretrizes e pelo apoio popular.

Recuperar a capacidade de investimento público graças a sistema tributário que, incidindo apenas sobre o consumo, assegure recursos ao governo com pouco desarranjo dos incentivos para trabalhar, investir e produzir. A substituição subsequente do regime cambial completa a mudança, reconciliando o real com o crescimento. Forçar elevação da poupança privada para substituir o financiamento externo enquanto também se estreitem os vínculos entre poupança e produção no Brasil. Os fundos previdenciários que receberiam a poupança compulsória estariam vocacionados para investir em empreendimentos emergentes.

Dar a esse esforço capacitador a missão de descentralizar o acesso ao crédito, à tecnologia e ao saber por parte de todos que continuam excluídos da vanguarda internacionalizada de nossa economia. A ajuda para muitos em lugar de subsídio para poucos. Democratizar o mercado em vez de apenas regulá-lo.

Sustentar a demanda exigida por esse ímpeto produtivista. Para os assalariados médios, a maneira não-inflacionária de fortalecer a demanda é impor a participação dos empregados nos lucros das empresas. Para os trabalhadores pobres e os desempregados, a solução é programa maciço de obras públicas que crie empregos e reconstrua a base física da vida popular no Brasil: saneamento, moradia, escola e creche.

O pacto definido por essas cinco diretrizes exige governo de união nacional, apoiado por forças de todo o espectro político e unido os empresários aos trabalhadores. Não pode, porém, ter como agentes quem prefere ser bem visto em Washington ou Wall Street a rebelar-se pelo Brasil.

Para haver alternativa precisa haver pensamento e discussão. Os magnatas da mídia e toda a elite de poder e dinheiro trataram de suprimir o debate. Verão como é triste e perigoso viver num país que tem de andar às tontas porque seus donos apagaram as luzes.

### *Caindo na real*

Nenhuma fé merece sobreviver sem enfrentar as coisas como são. Por isso, preparei hoje, menos para os leitores do que para mim, banho de água fria.

O Brasil é país de desenvolvimento mediano que está bloqueado. Sua população esbanja energia e engenho. Procura melhorar-se, moral e materialmente, como demonstra seu fascínio crescente com as práticas religiosas e

profissionais de auto-ajuda. Continua, porém, em sua grande maioria, desqualificada para a vida econômica e cívica. Ostenta desigualdade excedida apenas por alguns países africanos.

A desigualdade é tamanha que esvazia nossa democracia e cerceia nossa economia. Há ilhas de vanguardismo produtivo dentro do Brasil, embora praticamente não haja, em nenhum nível do sistema educacional, boas escolas, públicas ou particulares. Tais ilhas estão condenadas, pela desigualdade e pela deseducação, a ter ligações mais estreitas com as outras vanguardas da economia mundial do que com o resto da economia brasileira.

As elites políticas, econômicas e intelectuais do país lamentam as desigualdades e insistem na necessidade de investir no social e educar o povo. Quem conhece, porém, a situação atual das finanças e do aparelho do Estado sabe que essa reviravolta social não vai nem pode ocorrer no quadro atual. Exige rearranjo de poder e dinheiro que nem essas elites nem a classe média compreendem e apóiam.

Haveríamos de aumentar drasticamente os recursos disponíveis para o gasto social dos governos, elevando e redirecionando a receita pública, enquanto cortássemos o nó górdio do regime cambial, dívida pública e juros paralisantes que inviabiliza novo surto de crescimento econômico. Para executar essa tarefa sem trazer a inflação de volta, precisaríamos promover uma mobilização de recursos nacionais, inclusive pela poupança privada compulsória, combinada com a abertura de novos canais entre a poupança e a produção. Teríamos de tratar o capital estrangeiro como ajuda em vez de tratá-lo como salvação.

Tais medidas não se sustentam com a tributação dos ricos nem com o corte das despesas públicas com pessoal, como querem duas espécies de demagogia difundidas no país. São incompatíveis com o automóvel particular e a viagem à Disneylândia para milhões de brasileiros de classe média que se acostumaram a tratar tais gastos como direitos de nascença. Exigem o aumento da jornada de trabalho. Requerem que Estado e classe média se aliem, construindo educação e saúde públicas para todos e democratizando o acesso aos recursos produtivos.

Idéias ruins ofuscam essas verdades singelas e perturbadoras. Os defensores do nacional e do social brigam com os adeptos do caminho único sem, contudo, mostrar como fazer. Dos dois lados, faltam conhecimento e autoconfiança para pensar o mundo de forma diferente. Enquanto isso, a classe média importa a cultura da desilusão política num país em que as pessoas ainda não são livres e capazes.

Será que só o encontro da crise externa com a vulnerabilidade interna pode forçar a mudança dessa situação de amesquinamento prático e espiritual? Somos como o resto da humanidade: preferimos, nas palavras do poeta Auden, a ruína à mudança. Estou, porém, determinado a mostrar que há alternativa à ruína como condição da mudança: um conjunto específico de idéias, emoções e lutas. Elas transformam a esperança em caminho. Aproveitando a crise, dispensam a ruína.

PARTE

IV

À BUSCA DE ALTERNATIVAS:  
PRIMEIRAS FORMULAÇÕES

## A FORMA DE GOVERNO QUE CONVÉM AO BRASIL\*

### *Os dois grandes problemas estruturais do país: a ameaça*

Nosso debate constitucional deve começar pela tentativa de compreender, enfrentar e resolver os grandes problemas estruturais que degradam o Brasil. O que se vê, em geral, é o embate de pequenas ambições, confundidas e agravadas por superstições institucionais. Assim, os militares querem comando forte e imaginam que só presidencialismo tradicional pode assegurá-lo. Os pequenos partidos ou tendências partidárias favorecem o regime parlamentarista, em parte porque nele esperam compensar a fraqueza de sua base eleitoral pela sua perícia em articulação parlamentar. Os partidários dos principais candidatos presidenciais desejam o presidencialismo comum, confiantes de que, uma vez no Palácio, poderão usar os imensos poderes presidenciais para levar de roldão os defeitos do regime herdado. Os inimigos dos candidatos, no Congresso e nos meios de comunicação, querem a qualquer custo evitar o presidencialismo e promovem uma leitura da nossa história política que atribui ao regime presidencialista a culpa quase exclusiva pelas grandes crises que continuam nascendo do entrelaço entre instituições formalmente democráticas e uma estrutura social enraizadamente oligárquica. E, enquanto todos alegam estar atentos às peculiaridades do Brasil, continuam a rodar, melancolicamente, num pequeno círculo de soluções institucionais conhecidas e comprovadas nos Estados Unidos e em alguns países europeus.

Quase todos falam como se a única coisa que pudéssemos fazer, ao instituir uma nova forma de governo, fosse mudar o equilíbrio relativo entre os poderes do presidente e do Congresso, como se não houvesse maneiras radicalmente diferentes de reconciliar o poder presidencial com o reforço da influência parlamentar, como se tal reforço implicasse, necessariamente, o

---

\* Publicado na *Folha de S.Paulo* entre 28 de janeiro e 22 de fevereiro de 1988.

esvaziamento do poder transformador da Presidência e, sobretudo, como se fosse sensato pensar e falar de tudo isso sem partir das realidades estruturais específicas do Brasil. Desgraçado o país em que a falta de idéias originais, perpetuada pelo servilismo cultural das elites, agrava o jogo dos pequenos interesses de facção, que seriam menos perigosos se fossem mais esclarecidos.

Há dois grandes problemas estruturais que representam o ponto de partida para qualquer reflexão sobre a reorganização constitucional do país: um ciclo político que se repete e uma grande divisão econômica e social que se perpetua. Não se pode compreender nem o ciclo nem o dualismo sem compreender como se entrelaçam. A dificuldade fundamental da democracia entre nós está nisso: só a prática democrática pode resolver os dois problemas estruturais, mas enquanto eles persistem não pode haver democracia segura no Brasil. Como romper esse círculo vicioso?

Ocupa a primeira fase do ciclo político um governo moderado subsequente a um período de autoritarismo político e a reação social. Esse governo procura administrar uma democracia relativa sem ameaçar a ordem social constituída. Encara o poder público como um meio de satisfazer e reconciliar os diferentes segmentos das elites brasileiras de uma forma que seja pelo menos aceitável ao resto do país. No melhor dos casos, o governo moderado tenta suavizar as conseqüências do dualismo econômico e social, montando programas de assistência social e regional, financiados com recursos extraídos do setor moderno. Mas comumente, porém, pratica uma política inconseqüente, que promete tudo a todo mundo, utilizando dinheiro impresso pelo Tesouro e dinheiro emprestado do estrangeiro para fazer um arremedo do que ele deixa de fazer por meio da redistribuição da riqueza e da reorientação do perfil da produção e do consumo. O resultado é a desordem econômica, que acaba por parar o crescimento e por subverter o mais modesto assistencialismo do Estado. Enquanto a oligarquia nacional e as elites locais continuam seus macetes e sua matreirice, progride no país uma escalada de expectativas frustradas. A impopularidade do governo acaba por dividir os políticos que sustentavam o esquema palaciano.

Começa, então, a segunda fase do ciclo político, possibilitada pela eleição presidencial, dotada entre nós de traços marcadamente plebiscitários. Na eleição presidencial – de longe a mais importante e a menos controlada de todas – o país elege um líder popular que promete mundos e fundos a todos, sobretudo à massa desamparada. O eleitorado escolhe quem mais pareça opor-se ao estado atual das coisas, julgando, bem ou mal, as intenções reais, geralmente ocultas debaixo de um palavrório indistinto.

Mas, como se tem repetidamente demonstrado na história do nosso presidencialismo plebiscitário, é mais fácil eleger esse líder popular do que eleger um Congresso que lhe dê respaldo e muito mais fácil do que organizar as partes desorganizadas da sociedade. Ao investir-se no cargo, o novo presidente



encontra, por toda parte, uma amedrontada mistura de dependência dos seus favores e hostilidade aos seus planos de reforma. Apesar de todo o seu poder de influenciar e corromper, o presidente descobre que não tem força suficiente para conseguir a aceitação de suas propostas. Enfrenta, então, uma escolha inescapável. Se capitula às elites e prossegue no caminho de um assistencialismo ocasional, pode estar certo de que outra liderança surgirá para acusá-lo de traição e para repetir a mesma experiência e a mesma trajetória.

A alternativa do presidente é apelar às massas desorganizadas e aos setores organizados da pequena burguesia e da aristocracia operária. Ao optar por essa alternativa, ele dá início à terceira e fatídica etapa do ciclo. Os investidores nacionais e estrangeiros retraem-se. Os meios de comunicação fazem oposição implacável. As classes médias, fora das faixas organizadas e radicalizadas da pequena burguesia, começam a unir-se contra o governo. Ficam aterrorizadas por um vocabulário de agitação que, embora não corresponda, no seu extremismo, a uma ameaça séria à ordem social estabelecida, inspira quebras da deferência social que os pequenos graúdos estão acostumados a receber dos seus subordinados. Unida a classe média contra o governo, num clima de recessão econômica, conspiração de elite e intervenção estrangeira, une-se, também, o oficialato militar. Dá-se o golpe de Estado, que já encontra o país exausto e descrente.

Esse ciclo político submete-nos ao desastre periódico das ditaduras e frustra os esforços para realizar uma democracia mais plena no país. Nega-nos condições para resolvermos nosso outro grande problema estrutural: a divisão econômica e social dos brasileiros. Deixa-nos uma espécie de permanente menoridade nacional, que humilha as classes educadas e abastadas e condena os pobres e os ignorantes ao abandono.

E o dualismo econômico? Os adjetivos “moderno” e “tradicional” não traduzem a gravidade dessa separação entre dois mundos sociais. Dão a falsa impressão de que se trata de dois setores situados numa mesma linha evolutiva, quando, na verdade, coexistem e se perpetuam reciprocamente.

De um lado, está o setor moderno e organizado, beneficiado por acesso a capital, mercados e tecnologia e bafejado pelos favores do Estado. Abrange as grandes empresas públicas e privadas, nacionais e estrangeiras. É o setor que inclui também as pequenas indústrias, as fazendas e os serviços que já manipulam linhas de crédito, dispõem de força de trabalho adestrada e transicionam num mercado nacional e internacional. Sobretudo, é um setor que emprega apenas uma pequena parte da população adulta do país.

De outro lado, está o setor que vive à míngua de acesso a mercados, a capital e a tecnologia. É nele que trabalha a grande maioria dos brasileiros. Abrange tanto a parte atrasada da agricultura como a imensa periferia econômica de pequenos empreendimentos e serviços descapitalizados e precários que proliferam no meio das nossas grandes cidades, dando conteúdo econô-

mico específico ao nosso urbanismo desordenado e parasitário. E ganha cores mais carregadas, porque à divisão social e econômica se sobrepõem divisões raciais e regionais que multiplicam a distância entre os dois mundos.

O segundo setor liga-se ao primeiro como um conglomerado de consumidores dos resíduos do que se produz na economia moderna e como fonte quase inesgotável daquilo que os marxistas chamam um exército de reserva de trabalho. O primeiro setor não é, como gostam de pensar os apologistas, uma locomotiva a puxar o segundo. É antes uma edificação tosca, aparentando mais solidez do que de fato possui, porque se vicia na dependência do segundo setor e porque tanto os chefes como os empregados que nele trabalham carregam as deformações da sociedade excluída e excludente que os cerca.

Uma conseqüência do dualismo é o estreitamento das nossas oportunidades de manter, a longo prazo, um crescimento econômico relativamente estável. Desperdiçam-se os talentos, os esforços e as próprias vidas da maioria dos brasileiros enquanto se absorvem cuidados na tentativa de manter os diques políticos, econômicos e culturais que protegem o primeiro mundo brasileiro contra o perigo de ser inundado pelo segundo mundo. Outra conseqüência é que a desigualdade extrema enraíza-se na própria estrutura da nossa economia. A economia cresce pelo setor favorecido. Quanto mais ela cresce, mais ela se torna desigual. A desigualdade encaixa-se no perfil da produção e no perfil do consumo. O respeito pelas regras econômicas criadas pelo dualismo acaba parecendo um imperativo da gestão racional da economia.

À medida que aumenta a desigualdade, o Estado intervém na estrita medida tolerada pelo crescimento econômico precário e pelos compromissos com os interesses das elites que possuem e governam o país. Se esse assistencialismo, financiado à base de excedentes ocasionais, é fraco demais para debelar os extremos da desigualdade, ele é forte bastante para reduzir boa parte da população a uma condição de clientela. Por um paradoxo que não se tem devidamente apreciado, o dualismo deixa suas marcas na própria estrutura assistencialista: muitos dos nossos programas de previdência social e ajuda médica dividem-se entre os que se dirigem aos trabalhadores do setor moderno e os que sobram para os outros, a massa flutuante do Brasil, condenada a viver num purgatório coletivo de fim incerto, pagando por pecados que outros – seus dominadores – cometeram.

Tragicamente para o país, as principais doutrinas progressistas desenvolvidas ou adotadas no Brasil tomaram o dualismo por dado, quando não contribuíram para fortalecê-lo. É o caso do programa ISEBiano\* de aliança entre o

---

\* O Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) foi uma entidade de ensino e pesquisa criada em 1955, que gozou de grande prestígio durante o governo de Juscelino Kubitschek. O ISEB foi propagador de doutrinas associadas às políticas nacional-desenvolvimentistas promovidas pelo governo de Kubitschek. Foi extinto em 1964.

governo central, a burguesia nacional e o operariado do setor de ponta; do desenvolvimentismo nacionalista e popular dos presidentes plebiscitários da República de 1946, que favorecia, através do protecionismo indiscriminado, o empresariado e o operariado industriais, sacrificava os interesses agrários e tolerava a crescente disparidade entre os padrões do consumo do Brasil moderno e do Brasil excluído; do marxismo ortodoxo, que vê os processos historicamente conhecidos de concentração agrária e industrial como o caminho que a dialética da história há de trilhar; e do novo obreirismo paulista, que quer construir sobre o operariado industrial de São Paulo e sobre os setores radicalizados da pequena burguesia, insistentes aquele e estes na manutenção de seus privilégios relativos dentro da massa trabalhadora, uma esquerda de perfil europeu. O predomínio de tais doutrinas desarmou-nos para a tarefa de estabelecer, pouco a pouco, as instituições econômicas que nos libertariam do dualismo. E desaguou no vocabulário contemporâneo da política anti-recessiva e dos pactos sociais, nos quais se subentendem: crescimento dentro da estrutura econômica existente e acordo entre os interlocutores organizados e, portanto, privilegiados da economia brasileira.

Os dois grandes problemas estruturais do Brasil – o ciclo político e o dualismo econômico – reforçam-se mutuamente. De um lado, o dualismo econômico mantém as condições sociais e culturais que facilitam a reprodução do ciclo político. De outro lado, porém, a permanência do ciclo político impede o surgimento de qualquer governo suficientemente forte e estável para executar reformas capazes de dismantelar as estruturas do dualismo econômico. Há muitas maneiras de escapar da nossa estrutura econômica cãndida e hierárquica, algumas mais transformadoras do que outras. Mas a repetição do ciclo exclui todas as soluções viáveis: todos os programas transformadores que sejam decisivos e possam gozar de respaldo popular sólido.

### *Os dois grandes problemas estruturais do país: a resposta*

A grande tarefa da reforma constitucional no Brasil atual é contribuir à superação do ciclo político, pois há pouco que uma constituição pode fazer diretamente para liquidar o dualismo econômico. A mera ampliação do elenco de direitos sociais pode ter, no contexto do dualismo econômico, o efeito perverso de agravar o dualismo em vez de moderá-lo. Assim, por exemplo, a extensão da estabilidade no emprego vem beneficiar os que trabalham no setor organizado da economia. Embora dê a esses trabalhadores melhores condições para resistir a seus empregadores, também agrava a disparidade entre eles e os excluídos. Se a nova constituição criar os mecanismos institucionais próprios para ajudar a romper o catastrófico ciclo político, ela terá dado um passo decisivo para a criação de uma democracia cujos governos

serão capazes de unir os brasileiros e de permitir que se transformem em cidadãos.

Não é difícil esquematizar as grandes linhas de um programa econômico e institucional capaz de desmontar nosso dualismo. Teria ele que começar por toda uma série de políticas econômicas e inovações institucionais que usassem os poderes formidáveis do governo central no Brasil para ajudar a organizar, a emancipar e a levantar o segundo setor da economia brasileira: o setor dos pequenos. Isso significa transferência maciça de oportunidades financeiras, comerciais e tecnológicas aos pequenos empreendimentos urbanos e rurais dessa economia desfavorecida. (Abrange, por conseguinte, uma reforma agrária que, tanto pela política de assentamentos e desapropriações, como pela política creditícia e comercial, privilegie a fazenda de escala familiar, quase sempre a mais eficiente forma de lavoura, além de ser a mais favorável à estabilidade democrática, uma vez ajudada a precaver-se contra as incertezas econômicas e climáticas que lhe são próprias.) Requer a formação de mutirões ou cooperativas de recursos financeiros, comerciais e tecnológicos, sob controle público direto e com ajuda pública prolongada. Implica, portanto, o redirecionamento das grandes empresas públicas para produzirem os materiais e as máquinas de que esses empreendimentos necessitam. Impõem, portanto, também, o adestramento acelerado de mão-de-obra e a promoção de tecnologias novas e próprias às atividades apoiadas.

Mas isso tudo seria só o começo. Seria preciso investir pesado na agricultura e na educação, rejeitando um sistema educacional e uma prática de relações de troca entre cidade e campo que abandonam a maioria dos brasileiros à ignorância ou os obriga a vegetarem ao redor de metrópoles em que não encontram atividade real. Ter-se-ia que reorientar aos poucos o perfil tanto da produção como do consumo, dirigindo a indústria a uma produção mais voltada para bens de consumo popular, ao mesmo tempo que se fornecendo à população da economia desfavorecida o poder para comprar tais produtos.

Não se trata de excluir da economia brasileira uma indústria tecnológica de ponta. Mas a grande tarefa dessa vanguarda tecnológica será de produzir máquinas e produtos que possam ser utilizados por uma ampla rede de empreendimentos de segundo escalão, eles próprios empregadores de mão-de-obra popular e orientados ao consumo popular. A produção em grande escala de escolas, hospitais e casas populares, de tratores e transportes coletivos, de fertilizantes e remédios, não oferece desafios tecnológicos menores do que a produção, para os abastados, de automóveis particulares e apartamentos de luxo.

Não se faz uma transformação econômica dessa envergadura sem um controle político sobre os fluxos básicos de investimento, inclusive por uma nacionalização parcial dos bancos. Por outro lado, uma tal reconstrução eco-

nômica desorganiza parcial e temporariamente a produção interna e as trocas internacionais, por mais que se tenha cuidado e moderação ao executá-la. E, considerada do ponto de vista do seu financiamento interno, ela exige um certo nível de repúdio das dívidas externa e interna e o enfrentamento das pressões internacionais e internas conseqüentes a tais medidas. Por todas essas razões, o governo que a promove precisa estar preparado para tolerar, durante uma fase de transição, um grau relativamente maior de desentrosamento da economia brasileira da ordem econômica internacional: aquilo que os economistas chamam de maior autarquia relativa. E precisa negociar entendimentos com alguns credores e parceiros para enfrentar a resistência de outros.

Esse programa antidualista, como qualquer programa econômico exequível no Brasil de hoje, tem que respeitar algumas verdades econômicas elementares.

Primeiro, não podemos custear as atividades do Estado, seja de prestação de serviços sociais e educativos, seja de ampliação da infra-estrutura econômica, seja, ainda, de fortalecimento do núcleo de acumulação estatal, emprestando ou imprimindo dinheiro, vale dizer, de uma maneira inflacionária, desorganizadora e, por fim, autodestrutiva. Temos que fazê-lo através da poupança interna forçada, apenas complementada pelo uso do capital estrangeiro, de empréstimo ou de risco, estritamente subordinado ao projeto que adotarmos.

Segundo, todo o peso dessa poupança forçada não deve recair sobre a agricultura. Não se pode, a longo prazo, usar os excedentes de um setor mais competitivo internacionalmente (a agricultura) para financiar um setor menos competitivo (a indústria) e, respeitada a necessidade de proteção inicial, não há como criar uma indústria competitiva senão fazendo com que ela compita, dentro e fora do país. Nem se deve, pela subordinação da lavoura à indústria, desviar a agricultura brasileira de sua responsabilidade primordial, que é dar alimento aos brasileiros, não fornecer divisas ao país. Por tudo isso, o protecionismo industrial precisa ser seletivo e transitório, jamais indiscriminado e duradouro.

Terceiro, nenhuma tarefa econômica ou social do Estado brasileiro iguala em importância, até mesmo em importância econômica, a de educar os brasileiros. Continuamos a ser, em todas as classes sociais, uma nação de despreparados. Não se trata apenas de estender e aprofundar a rede de escolas, mas também de revolucionar o que se ensina. Pois nosso ensino continua a basear-se na memorização de fatos desconexos, e não na prática de métodos de pesquisa, análise e crítica e na generalização de capacidades conceituais e mecânicas para decompor e recombinar idéias e coisas.

Quarto, nenhum plano de crescimento econômico, seja dentro do dualismo ou contra ele, pode cumprir com o serviço da nossa dívida externa, porque

nenhum pode reconciliar-se com as medidas capazes de gerar os excedentes comerciais e cambiais que tal serviço exige. Só um governo forte, tanto constitucional como popularmente, pode absorver a reação econômica e política a qualquer repúdio substancial da dívida. E só uma política de alargamento do mercado interno e um novo surto de substituição de importações podem compensar o estreitamento de vínculos comerciais externos que, na hipótese do não pagamento, teremos, por algum tempo, de admitir.

É de um programa de mudança econômica estrutural como esse, capaz de respeitar verdades econômicas como essas – não de meras reformas constitucionais ou de políticas econômicas anti-recessivas –, que depende a superação do nosso dualismo econômico e social. Não se pode resolver o problema e, portanto, não se pode democratizar o Brasil só por políticas de assistência social, mesmo de assistência educativa e previdenciária, financiadas pelo expansionismo econômico interno e pelos saldos comerciais brasileiros, sem que se reorganize nossa economia. Mas precisamos de um governo forte, habilitado constitucionalmente a enfrentar e resolver os impasses característicos do nosso ciclo político, para promover e executar tal programa. Esta é a relevância, para a reforma econômica e social do país, da proposta constitucional aqui apresentada.

Uma grande mudança está ocorrendo na divisão internacional do trabalho. O estilo conhecido de organização industrial, baseado na produção padronizada de grandes escalas, declina nas economias mais ricas. Começa a ser substituído por unidades de produção menores e mais flexíveis, causando maquinaria informatizada, de uso múltiplo, com trabalho altamente qualificado, e concentração financeira com fragmentação industrial. À medida que se desmonta o antigo tipo de organização industrial nos países mais prósperos, procura-se remontá-lo nas economias periféricas mais desenvolvidas, como a brasileira, na qual sua implantação reforça o dualismo econômico e social já existente. Aquela indústria altamente concentrada, hierárquica, padronizada e rígida, que se vai abandonando lá, vem sendo ampliada aqui, constituindo o núcleo do nosso setor moderno, esteja sob controle público ou privado, nacional ou estrangeiro. A mão-de-obra dessas indústrias, muito menos bem paga do que o operariado qualificado das economias ricas, é, contudo, muito mais bem remunerada do que o resto da massa trabalhadora do país. E os empresários e gerentes desse setor encontram-se naquela posição de pequenos déspotas que se ajusta às expectativas de uma sociedade hierárquica.

Esse é um papel na nova divisão internacional do trabalho que devemos rejeitar: primeiro, porque pressupõe e perpetua o dualismo interno; segundo, porque fortalece e institucionaliza a dependência externa. Para rejeitá-lo temos que executar uma transformação econômica como aquela que acabo de esboçar. E só poderemos praticar tais reformas, ao longo do tempo, se tivermos um regime constitucional que facilite as inovações estruturais, propos-

tas por governos, com ampla sustentação popular, que não tenham que escolher entre a infidelidade a seus compromissos mudancistas e a infidelidade às regras constitucionais do jogo do poder. A inovação constitucional é, portanto, um meio imediato para a ruptura do ciclo político e um meio remoto para a superação do dualismo econômico.

### *Como pensar sobre a reorganização constitucional do país*

A eleição presidencial, dentro do regime presidencialista, tem servido entre nós como a arma de ataque mais direto ao controle oligárquico do poder. É a eleição menos sujeita às influências oligárquicas locais, menos submersa nos mecanismos de clientelismo e gratidão. Paradoxalmente, nas condições das campanhas intensamente televisivas, o próprio personalismo da opção permite aos eleitores fazerem um julgamento mais seguro das verdadeiras intenções dos candidatos. Falando dia após dia, acabam por não poder esconder seus propósitos. Num país amaldiçoado por uma impostura ideológica generalizada, em que quase todos falam a mesma linguagem vagamente nacionalista e redistributivista, e em que os compromissos programáticos dos partidos costumam ser confusos, levanos e hipócritas, a oportunidade de avaliar e comparar de perto alguns indivíduos representa uma ocasião para descobrir o que os candidatos realmente querem, sejam quais forem seus compromissos retóricos.

Sem levar em conta o extraordinário significado da eleição presidencial como instrumento de afirmação da vontade popular contra a ordem reinante no país e seus beneficiários, não se compreenderia a força do clamor pelas diretas. É o reconhecimento desse desejo universal de votar para presidente que obriga os inimigos realistas do regime presidencialista a proporem um sistema híbrido.

Reconhecer que a eleição presidencial é menos suscetível de manipulação do que as outras não é acreditar na infalibilidade do eleitorado. O eleitorado pode cometer, e no curso da nossa experiência relativamente breve de presidencialismo plebiscitário tem cometido, erros graves na escolha do presidente. Dadas a ignorância e a dependência em que se mantém a maioria dos brasileiros e a estreiteza das opções que lhes têm sido oferecidas, surpreende que não hajam errado mais gravemente. O que devemos procurar, porém, é o regime em que os brasileiros e as brasileiras comuns mais facilmente encontrarão os meios políticos para se libertarem dessa ignorância e dessa dependência e para ampliarem essas opções. Não há de ser por um sistema de governo que facilite as tutelas supostamente esclarecidas. O presidencialismo plebiscitário é um jogo de alto risco, mas até agora tem sido a única alternativa ao jogo oligárquico.

Se a eleição presidencial é a menos controlável, ela também ataca o poder no seu cerne; todas as partes do sistema de poder começam a sacudir com a mera perspectiva de que está em jogo seu ponto central e superior. De repente, todos os privilegiados que se agasalharam ao poder descobrem que a fonte das benesses lhes pode ser fechada.

Ao avaliar o libelo contra o regime presidencialista é preciso, portanto, começar por separar os pontos legítimos dos espúrios. Legítimo é o reclamo que nosso presidencialismo tradicional deixa o presidente eleito forte para agraciar ou punir e fraco para transformar. Facilita, por isso mesmo, o constante ressurgimento de impasses que detonam os estágios críticos do ciclo político. Falsa é a idéia de que a sucessão presidencial é por si só responsável pela crise.

Dizer que a eleição presidencial plebiscitária produz a crise periódica do nosso sistema político é confundir causas profundas e causas derivadas. Sem eleição presidencial plebiscitária, não haveria grande crise política em torno da conquista do poder supremo, mas só porque não haveria oportunidade para conquistar, em favor de partidos e movimentos inconfiáveis às elites brasileiras, o núcleo central do poder. A tranqüilidade resultante seria ilusória; a frustração popular cresceria sob a tampa de um regime pseudoparlamentarista, que muito mais facilmente se amoldaria, nas condições atuais da nossa vida política, aos acordos das elites. Seria a paz dos túmulos, em meio a uma constante, porém superficial agitação partidária, superficial até que substituída pelas comoções mais graves, que a impotência para transformar o país ensejaria.

Um segundo ponto de partida para o raciocínio constitucional é que o regime presidencialista tradicional, tal como tem existido entre nós, sofre de dois grandes defeitos, estreitamente relacionados. Não são, caracteristicamente, os problemas que têm preocupado a recente polêmica contra o presidencialismo. O fato crucial a compreender é que esses defeitos não são, como logo adiante mostro, o preço inevitável das vantagens democratizantes do presidencialismo. Devemos e podemos instituir um regime que evite esses vícios sem, contudo, abrir mão do potencial antioligárquico do presidencialismo — a oportunidade de furar o cerco elitista ao poder.

Sob o regime presidencialista tradicional, o presidente eleito é forte para agraciar os amigos e prejudicar os inimigos. Tão forte que, num país acostumado a viver dos favores do Estado, a concentração de poderes no cargo presidencial representa um instrumento quase irresistível de corrupção, deixando boa parte da sociedade numa passiva expectativa clientelista. Num país fracamente organizado como o nosso, muitos ficam cabisbaixos, sob o temor e o fascínio do grande sátrapa do Planalto. Essa influência desmedida resulta em parte do controle que o presidente exerce sobre recursos financeiros e em parte do infundável número de cargos públicos à sua disposição.



Mas ao mesmo tempo que o presidente é forte para servir como grande patrão, ele é fraco para sustentar projetos efetivamente transformadores. Tal fraqueza constitui o segundo grande defeito do presidencialismo tradicional e desempenha papel básico na deflagração da nossa crise política característica. Ademais, esse direito está tão estreitamente ligado à utilidade para nós do regime presidencialista que pode à primeira vista parecer inseparável dela.

Justamente porque a eleição presidencial é menos facilmente controlável, é provável que, eleito um presidente comprometido com reformas de envergadura, ele encontre entrincheirada no Congresso uma maioria criptoconservadora. É preciso lembrar que essa não é uma peculiaridade do presidencialismo brasileiro. Apenas agrava uma característica que fez parte intencional do regime presidencialista desde a sua criação nos Estados Unidos. Pois a mecânica tradicional da separação de poderes integrou o aparato de um liberalismo pré-democrático ou protodemocrático – de um pensamento que procurava deliberadamente dificultar toda tentativa de usar o poder público para transformar radicalmente a sociedade em qualquer direção que fosse.

É próprio desse regime presidencialista, de separação e entrecchoque dos poderes, traçar uma equivalência grosseira entre a ambição transformadora de um projeto político de qualquer governante ou partido e a severidade dos obstáculos constitucionais que se antepõem à execução desse projeto. O presidencialismo tradicional nada faz para facilitar a resolução de um impasse configurado entre um presidente que propõe reformas e uma maioria congressual que as resiste. Pelo contrário, é do espírito desse sistema facilitar a perpetuação de tais impasses, estabelecendo um vínculo, bem a modo do liberalismo semidemocrático, entre a maneira de disciplinar o poder e o desestímulo ao uso do governo para mudar a sociedade. E é justamente aí que se instaura a fase decisiva do nosso ciclo político.

O terceiro ponto de partida para a transformação da estrutura constitucional do Brasil é a negação de um lugar-comum que constantemente desorienta o debate constitucional no Brasil. É a idéia de que o reforço do poder do Congresso, e até mesmo dos Estados e dos Municípios, faz-se inevitavelmente pelo esvaziamento dos poderes da presidência. Como tantas idéias aparentemente óbvias, essa crença é falsa; não há uma relação inversa simples entre poder presidencial e poder congressual. Se a capacidade presidencial de premiar e castigar representa, inevitavelmente, um constrangimento às benesses sob controle parlamentar, o mesmo não se pode dizer dos poderes que permitiriam ao presidente executar programas de grande conteúdo transformador. Como adiante se verá, estes antes exigiriam do que impediriam o reforço dos poderes do Congresso. Mas para avançar nessa linha é preciso reformular a fundo os métodos tradicionais de separação e equilíbrio de poderes que os constitucionalistas americanos nos legaram. Já vivemos

sob o temor de muitas influências armadas e desarmadas. Se também temermos o exercício político da imaginação construtiva, jamais criaremos instituições que possam romper o ciclo político brasileiro.

### *As falsas soluções*

Instituir nas condições atuais do país um regime parlamentarista seria, de certa forma, uma maneira de suspender temporariamente o ciclo político brasileiro – governo conservador desacreditado, governo popular frustrado, golpe e ditadura – mas só à custa de preparar a volta do ciclo numa forma muito mais catastrófica. Não ocorreria a grande luta sobre a sucessão presidencial nem se daria o impasse perigoso entre o presidente popular eleito e uma maioria congressual hostil. Evitar-se-iam esses males, contudo, por uma forma que ensejaria perigos maiores. O resultado mais provável seria uma série de governos que, ainda que gozando de respaldo político-partidário, atolariam nos meios-termos, nas pequenas negociações e acomodações, enquanto ficariam sem tratamento eficaz os problemas estruturais do país – governos que dariam um pouco a cada um. Dir-se-á que é a rotina própria de regimes democráticos modernos. Só que a aceitação dessa rotina, num meio social de tremendas desigualdades, impediria o surgimento de um governo capaz de liderar o país em direção a uma estrutura social que sustentasse a democracia política e desse vida e estabilidade às instituições republicanas. É como se se prolongasse aquele primeiro estágio do ciclo político em que, sob qualquer disfarce ideológico, governos fundamentalmente fracos e conservadores deixam aumentar o divórcio entre o Estado e a nação e agravar-se a desorganização da economia. Quando vierem os estágios posteriores do ciclo virão, portanto, muito piores.

Argumenta-se que só sob o parlamentarismo é que nossos partidos se fortalecerão até que possam servir como agentes de programas transformadores sérios. Mas esse argumento desconhece o círculo vicioso que se estabelece entre o ciclo político e o dualismo econômico: a impotência transformadora dos governos deixa intocado o dualismo enquanto o dualismo destrói a base social necessária a governos capazes e partidos conseqüentes. A mera exaltação constitucional do poder parlamentar não basta para cortar esse nó górdio. Não se trata de um argumento universal contra o parlamentarismo; trata-se de uma interpretação das exigências institucionais da nossa circunstância histórica atual.

Para se ter uma idéia do que significaria para nós parlamentarismo vale considerar a experiência de um país que compartilha conosco, ainda que em muito menor grau, o dualismo econômico, social e regional. A Itália tem conseguido afirmar-se como democracia e como economia, apesar dos seus

governos vacilantes ou acomodados, porque o seu dualismo sempre foi muito menos terrível do que o nosso e porque a sua sociedade sempre foi muito mais organizada, e portanto muito menos passiva, do que a nossa. E apesar disso paga o preço por uma estrutura institucional imprópria à criação de governos capazes de desmantelarem efetivamente o dualismo italiano.

Muito pior ainda do que o parlamentarismo puro seria para nós a espécie de regime híbrido proposta inicialmente no anteprojeto constitucional.\* Não se trata de uma objeção genérica a regimes mistos; pelo contrário, como adiante argumento, a solução constitucional mais indicada para o Brasil é também híbrida e também consagra uma certa parlamentarização do presidencialismo, só que por mecanismos e com conseqüências completamente diferentes daqueles que norteiam a proposta da Assembléia. Essa proposta torna praticamente obrigatórios os conflitos de poder entre o presidente, o primeiro-ministro e o Congresso: um presidente que, ainda mais no regime da eleição em dois turnos, chega ao cargo com um mandato popular incomparável mas que logo descobre estar num brejo de poderes esvaziados e incertos; um primeiro-ministro a quem se confia a chefia do governo mas que se vê espremido entre as exigências do Congresso e as frustrações do presidente; e um Parlamento que não sabe se pode ou não tratar o Conselho de Ministros como instrumento da política endossada pela eventual maioria parlamentar. O país se encontraria, tal como ele se encontra hoje, sem governo e sem oposição, só que o mal estaria institucionalmente perpetuado.

O mais grave, porém, é que esse regime eclético aceleraria o ciclo político em vez de rompê-lo. Se o parlamentarismo puro teria entre nós o efeito de prolongar a primeira fase do ciclo – aquela do governo conservador indeciso e impopular que segue um período autoritário – com o agravamento conseqüente das etapas posteriores, o regime misto que se propõe teria o resultado oposto – o de acelerar o ciclo a antecipar a crise. Pois eleito um líder popular com a legitimação do único sufrágio nacional inequívoco, logo se veria frustrado pelos severos constrangimentos do regime híbrido se é que não haja sido já eleito com a disposição anunciada de desafiarlos. Procuraria modificá-los na prática ou promover um plebiscito para derogá-los e, de uma maneira ou outra, seu esforço pareceria aos adversários políticos uma agitação fora das instituições e contra elas. Assim, a crise pré-golpista dar-se-ia sobre a tentativa de mudar as regras do jogo em vez de dar-se, como nas formas normais do ciclo, sobre as propostas de reforma econômica e social.

Nossas elites políticas sempre se especializaram em soluções engenhosas de meio-termo, muitas vezes agasalhadas num arranjo de imitações do que se faz

---

\* O regime híbrido do anteprojeto de constituição redigido pela comissão presidencial.

em outros países admirados. Às vezes, tais soluções disfarçam ou adiam os enfrentamentos. Às vezes, não. A proposta atual do semipresidencialismo é um caso claro do não.

### *A verdadeira solução*

A verdadeira solução – a solução que o país requer para resolver seus dois maiores problemas estruturais: o ciclo político e o dualismo econômico – já está implícita na argumentação dos artigos anteriores dessa série. É preciso manter o regime presidencialista mas curá-lo, ao mesmo tempo, dos seríssimos defeitos que ele tem demonstrado no nosso meio: o surgimento de impasses entre o presidente popular eleito e a maioria congressual hostil e a estranha inversão que torna o presidente forte para apadrinhar e fraco para transformar. O que proponho de certa forma também configura uma mistura de elementos dos regimes presidencialista e parlamentarista, porém, de conteúdo e resultado radicalmente diferentes daqueles que têm marcado as propostas de sistema, acompanhados de uma breve argumentação que os relaciona às idéias até aqui discutidas.

- O presidente será eleito pelo voto majoritário e a eleição presidencial se desenrolará com o máximo de acesso dos candidatos aos meios de comunicação de massa. O sistema de dois turnos, embora às vezes imaginado como maneira que a direita tem para barrar a ascensão de candidatos de esquerda, funcionará para assegurar que o presidente eleito goze da legitimidade necessária a uma atuação programática decisiva, seja qual for seu perfil ideológico.

- O Congresso, como se tem proposto, terá a faculdade de censurar um ministro por simples maioria e assim obrigar o presidente a substituí-lo. Não se trata apenas de uma medida destinada a reforçar o Congresso. É também uma maneira de evitar que as disputas entre o presidente e o Congresso se dissipem em muitas querelas desconexas e de canalizá-las para o debate central sobre a proposta programática do governo. Um presidente não deve usar a prática de seus ministros como maneira de ir executando às escondidas ou em pedacinhos o programa transformador que não haja sido ainda aceito pelo Congresso ou pelo eleitorado, devidamente consultado pelos meios institucionais descritos abaixo. O poder de censurar e remover o ministro que assim se conduza é o instrumento eficiente para prevenir esse resultado.

- Far-se-á uma distinção entre a legislação ordinária, quer iniciada pelo Congresso quer pelo presidente e seus ministros, e a proposta programática do governo: as propostas básicas de reforma com que pretende ele honrar o programa para cuja execução ele foi eleito. Em cada sessão legislativa, a pro-

posta programática corre por um regime legislativo especial, com precedência sobre a legislação ordinária. O debate sobre essa proposta programática central há de ser o centro do conflito político no país. Pois cada proposta programática dessas vem a ser uma hipótese concreta sobre a melhor maneira de resolver nossos problemas estruturais. Focalizar o debate político na apreciação de tais propostas é ajudar a assegurar que o Brasil tenha um governo e uma oposição e que sua vida política não se perca em pequenas manobras e iniciativas isoladas, que deixam incólumes os constrangimentos estruturais à democratização do país.

A proposta programática não pode ser livremente refeita ou diluída pelo Congresso. O Congresso tem de aceitá-la ou rejeitá-la ou chegar a um acordo com o presidente sobre uma maneira de revisá-la que a torne aceitável. Na hipótese de rejeição ou de falta de acordo, surge o impasse que tem sido entre nós o desencadeador da fase crítica do nosso ciclo político. As outras partes dessa proposta institucional destinam-se a resolver tais impasses de uma maneira que possibilite o uso do poder para romper o ciclo político e corrigir o dualismo econômico.

- Se a proposta programática do governo for rejeitada ou não houver acordo entre o presidente e o Congresso sobre sua modificação, o presidente e o Congresso poderão concordar sobre a realização de um plebiscito para resolver o impasse surgido. Se o plebiscito pudesse ser convocado unilateralmente pelo presidente e só por ele, a realização do plebiscito serviria de instrumento ao cesarismo populista: a prática pela qual o líder, na condição de chefe de governo, apela diretamente para as massas para apoiá-lo na disputa com as outras instituições constituídas do Estado e da sociedade. Tal prática confirmaria o ciclo político em vez de resolvê-lo: o apelo plebiscitário seria resistido como uma agitação demagógica extra-institucional e a sociedade e os partidos careceriam de oportunidade para se organizarem.

Não basta que o acordo se dê sobre a realização do plebiscito; é preciso que ele abranja também os termos precisos da consulta popular. A experiência histórica demonstra que o resultado do plebiscito é decisivamente influenciado pelos termos da sua formulação: a dimensão da consulta e até mesmo os pormenores da linguagem. Se a consulta plebiscitária pudesse ser unilateralmente formulada sempre pairaria sobre ela e sobre seu resultado a suspeita da ilegitimidade. O Congresso e a Justiça Eleitoral devem, portanto, responsabilizar-se por todos os aspectos do plebiscito. Não se trata, pois, de substituir os defeitos do presidencialismo tradicional pelos vícios da democracia plebiscitária. O plebiscito representa nesse sistema um mecanismo meramente suplementar.

- E se não houver acordo sobre a realização e os termos do plebiscito? Ou se, realizado o plebiscito, logo surgir novo e mais teimoso impasse entre o presidente e o Congresso? O cerne da proposta apresentada aqui é um siste-

ma de mútua dissolução dos poderes e envolvimento do eleitorado na resolução do impasse surgido.

Configurado o impasse, terão o presidente e o Congresso faculdades independentes e paralelas para se dissolverem mutuamente e convocarem novas eleições. Tanto o presidente quanto o Congresso podem, independentemente, tomar a iniciativa de convocar eleições antecipadas, realizadas logo após uma campanha breve e intensa. Nessas eleições, tanto o poder iniciador da eleição, seja presidente ou Congresso, como o outro poder terão que se submeter ao pleito. Num caso ou noutro, o presidente no exercício do cargo candidata-se à reeleição, pois só assim se assegura que o sufrágio popular possa resolver o impasse tal como ele foi posto.

Para evitar a exacerbação do poder pessoal e do culto da personalidade, é preciso fixar um limite absoluto ao tempo em que possa o presidente continuar governando com o apoio recebido em eleições antecipadas: digamos, seis anos, uma vez e meia o mandato inicial de quatro anos por que se elegeu. E, dada a experiência brasileira de abuso da máquina do poder, é importante que a campanha se desenvolva com um financiamento público e com um controle muito mais extenso do que aquele que a Justiça Eleitoral atualmente exerce sobre o uso do dinheiro privado ou da administração pública com instrumentos de favorecimento e persuasão. De qualquer forma, também contrabalança o perigo de tais perversões a tendência observada em todas as democracias, inclusive a nossa, para o desgaste da popularidade dos executivos, sobretudo quando eleitos para serem instrumentos de grandes mudanças.

Se a iniciativa da eleição antecipada partir do Congresso, ela pode tomar a forma do voto de desconfiança no Ministério, tal como nos regimes parlamentaristas. Mas seu efeito é provocar uma resolução eleitoral generalizada, não apenas uma recomposição ministerial e partidária. Para tais recomposições já se teve uma oportunidade quando o presidente e o Congresso tentaram chegar a um acordo sobre a proposta programática.

Ao rebelar-se contra o presidente, o Congresso não fica, nesse sistema, limitado ao remédio extremamente restrito e quase penal do *impeachment*: ele pode obrigar o presidente a aceitar a prova das urnas contra outros candidatos, inclusive candidatos que representem o ponto de vista da maioria congressual que se tenha oposto a ele.

Pode temer-se que tal sistema produziria eleições freqüentes demais, com conseqüente instabilidade de governos, desvio de esforços e aguçamento das paixões partidárias. Mas talvez o perigo mais real seja de um uso excessivamente raro da faculdade de mútua dissolução dos poderes. Para que se decida a usar essa faculdade, o presidente ou a maioria parlamentar tem que fazer um duplo julgamento: primeiro, que o plebiscito não resolveria o impasse, que transcende questões específicas; e, segundo, que o iniciador das

eleições antecipadas, seja o presidente, seja a maioria congressual, pode ganhar no pleito a disputa com seu contendor. Testa-se a seriedade desse duplo julgamento pela exigência de que o poder iniciante do processo se submeta, ele mesmo, ao risco eleitoral e a todos os esforços próprios a uma campanha, sobretudo quando desenrolada num ambiente de controvérsia nacional. Em outras palavras, o que não se quer é um sistema que permita ao poder que provoque a convocação antecipada de eleições, seja ele o presidente, seja ele o Parlamento, eximir-se do teste das urnas.

É verdade que as novas eleições podem repetir o impasse, reconstituindo um Congresso que continue hostil às propostas programáticas do presidente e um presidente que se recuse a ser o veículo das idéias programáticas predominantes no Congresso. Mas tal resultado representa, na verdade, uma opção nacional contra o programa do presidente. Pois a eleição antecipada é, muito mais do que uma escolha de presidente ou de Congresso, uma consulta sobre o impasse programático surgido.

• Toda a proposta resumida até agora parece cuidar apenas das disputas que ocorrem nos mais altos escalões do poder político e assim, de certa forma, acumpliciar-se com as tendências centralizadoras e estatísticas que já caracterizam nossa sociedade. Vale lembrar, contudo, que não se trata de esboçar aqui um programa transformador abrangente para o Brasil, senão de discutir como a reorganização constitucional do Estado pode contribuir, diretamente, para a superação do nosso ciclo político e, indiretamente, para a resolução do dualismo econômico. Para que se compreenda o verdadeiro sentido dessas idéias, sugiro como elas se ligam a outras preocupações vizinhas.

É o caso, por exemplo, do problema da descentralização federativa. Todos concordam sobre a conveniência de revigorar, sobretudo em matéria de independência financeira e autonomia administrativa, os estados e os municípios. Não devemos ter um Estado unitário sob o disfarce de uma federação, mesmo porque as transformações efetivas só se farão com o engajamento quanto a organização dos desorganizados. Tanto o engajamento quanto a organização ficam dificultados quando o poder se concentra de tal forma que esvazia de significado aquelas estruturas de governo que estão mais próximas e acessíveis às pessoas.

Por outro lado, porém, é preciso lembrar que a descentralização federativa sem uma política transformadora central, constitucionalmente capacitada à prática freqüente de reformas sociais, apenas entrega o poder às oligarquias existentes. Costumamos esquecer que a Primeira República foi uma superfederação, mas que nela o poder dos estados, ou pelo menos dos estados maiores e mais influentes, servia de arma para a estabilização do condomínio oligárquico. A centralização do poder em períodos subseqüentes foi, sob certo ponto de vista, uma continuação do próprio republicanismo, desencantado com a perversão da vida republicana.

Por todas essas razões, a federalização de poder e de recursos tem que ser acompanhada de iniciativas constitucionais, como aquelas que aqui descrevi, capazes de reforçar o potencial transformador dos governos centrais. Desligado de tais iniciativas, o fortalecimento dos estados e dos municípios encerra os mesmos riscos pró-oligárquicos que o regime parlamentarista. Segue-se também, que devemos conceber a revitalização da federação não como um resultado instantâneo mas como um processo a realizar-se pouco a pouco, à medida que se reorganize o poder central e que se desmontem os meios de controle elitista do poder local.

• Ninguém deve duvidar de que o exercício do poder de cima para baixo precisa ser complementado pelo uso do poder de baixo para cima. Governos determinados a transformar a sociedade precisam ter como interlocutores grupos sociais organizados; um Estado capaz precisa ter como parceira uma sociedade civil forte, vigilante, engajada e responsável – habilitada a colaborar e a resistir. Por isso, um dos complementos indispensáveis à reorganização constitucional do Estado é o desenvolvimento de instituições que dotem a sociedade de um arcabouço organizativo pujante, criando como que um anti-Estado no qual os movimentos de opinião possam concorrer assim como os partidos políticos concorrem a posições na estrutura do Estado.

Veja-se o exemplo da organização sindical. Todos concordam que a democratização do país exige a abolição do regime corporativista herdado do Estado Novo. Mas, ao extirpá-lo, não devemos instituir alternativa contratual meramente privatista, sob pena de facilitarmos a fragmentação do movimento sindical e a sua virada em direção a preocupações estritamente economicistas ou salariais. Temos que combinar o princípio da autonomia do sindicato em relação ao Estado como o princípio da unicidade sindical: um só sindicato para cada categoria e num só sistema de enquadramento sindical, amplo e completo, para toda a força do trabalho do país. A unicidade evita que os esforços de militância sindical se gastem na tentativa inicial de sindicalização do operariado, faz com que as diferentes correntes de opinião, organizadas ou não, tenham que competir dentro de uma mesma estrutura institucional, desestimulando os acordos isolados entre empresas específicas e sua mão-de-obra, e torna transparente, em plano nacional, a constituição política das relações de trabalho: a correlação de forças entre governo, empresas e operários.

Sobretudo nas condições reais do nosso dualismo econômico e social, o regime sindical pluralista e voluntário leva à prática dos pactos sociais seletivos, facilitando as composições entre empresários, governos e grupos mais privilegiados da massa operária – os grupos que gozam de posições relativamente estáveis na parte moderna da economia – em prejuízo das grandes massas excluídas e do potencial transformador do movimento sindical como um todo. É verdade que a reconciliação da autonomia com a unicidade põe



problemas delicados no que toca, por exemplo, ao tratamento do imposto e do enquadramento sindicais. Mas é falso ver a organização sindical unitária como se fosse necessariamente um instrumento de tutela exercida sobre o sindicalismo; devidamente reformado, pode funcionar como um resguardo contra todas as tutelas, públicas e privadas.

Os mesmos princípios aplicam-se a aspectos do ordenamento da sociedade civil. O direito público há de construir, ao lado da organização sindical, outras formas de organização social, como de associações de moradores ou de grupos mais diretamente interessados nos serviços de educação e saúde, que possam ajudar a sociedade a organizar-se fora do Estado e a questionar a política que o Estado pratica. Essa capacidade de resistência não é apenas uma maneira de limitar o Estado; é, também, paradoxalmente, uma condição para a eficácia duradoura da ação governamental. Pois essa eficácia depende da existência de muitas instituições intermediárias que, assim como resistem aos governos, também colaboram com eles, articulando e representando interesses. Nas condições da vida social contemporânea, podem existir Estados autoritários a governar sociedades débeis, mas só sociedades vigorosas e vigorosamente organizadas podem sustentar Estados verdadeiramente fortes.

Toda essa estrutura institucional representa um esforço para lidar com os problemas estruturais básicos do ciclo político e do dualismo econômico. Não se trata de um plano constitucional para todas as sociedades ou para todas as épocas, passadas ou futuras, da nossa própria sociedade. Nossa circunstância exige um sistema constitucional que ao mesmo tempo qualifique o governo central a promover reformas freqüentes e arrojadas da nossa estrutura social e capacite as outras instituições políticas e sociais a escaparem à condição de clientes ou dependentes do poder central. Não basta uma constituição democrática; exige-se uma constituição democratizadora. Uma constituição que, ao contrário das constituições formuladas para as democracias ricas e estáveis do Ocidente, torne a reforma fundamental um incidente quase rotineiro, não um interlúdio quase revolucionário, da vida democrática.

O grande instrumento para a realização desse objetivo é a reforma do presidencialismo tradicional. Contrariamente ao que pode à primeira vista parecer, as mesmas inovações constitucionais que evitam a derrota da iniciativa transformadora dentro do presidencialismo também previnem contra a subordinação do Estado e da sociedade ao presidente. Basta ver que o regime que proponho é também de certa forma uma parlamentarização do presidencialismo, só que com mecanismos e conseqüências opostos àqueles ostentados pelas principais propostas de regime que se estão debatendo na Assembléia Constituinte.

Se continuarmos imitando e combinando as instituições políticas das democracias do Atlântico Norte, se nosso pensamento constitucional, da direita

ou da esquerda, continuar sendo uma pobre mesclagem do constitucionalismo norte-americano e europeu, se, ao nos libertarmos do modelo dos Estados Unidos, a única coisa que nos ocorrer for misturar as constituições francesa e alemã, não conseguiremos em futuro previsível alcançar sequer os níveis de liberdade e igualdade de que gozam aquelas democracias. Nosso ciclo político continuará rodando e suas rodadas continuarão impedindo a superação do dualismo econômico e social. Temos que inventar instituições mais audaciosamente democráticas e democratizadoras do que as conhecidas pelo constitucionalismo tradicional para estabelecermos no Brasil uma democracia radicada, efetivamente, na vida e no pensamento dos brasileiros. Temos que passar à frente para não ficarmos atrás. Entre as muitas coisas que nos faltam para cumprirmos essa tarefa, faltam-nos as idéias.

### *A relativa neutralidade da proposta*

Entre as razões que credenciam essas propostas à simpatia de muitos está sua relativa neutralidade entre projetos ou interesses políticos. Nenhum sistema institucional pode ser inteiramente neutro entre todas as trajetórias possíveis da evolução de uma sociedade. Nenhum roteiro de mudança institucional pode, por exemplo, ser neutro entre a tentativa de fechar o controle oligárquico do poder e o esforço para afrouxar esse controle. Seria, entretanto, um defeito de uma proposta constitucional sobre regras básicas do jogo do poder que, para aceitá-la, tivéssemos que optar, com antecedência, por soluções específicas aos grandes conflitos de interesses e ideologias que agitam a sociedade em que ela viria a ser instituída. Afinal, uma constituição é uma máquina para perpetuar um conflito pacífico e uma conversa cívica que se vão alargando e aprofundando ao correr do tempo; não deve ser uma oportunidade para partidos políticos ou grupos sociais ganharem suas batalhas sem terem que travá-las abertamente.

A proposta que advogo é relativamente neutra sobre o conteúdo das transformações que ela facilita. Por exemplo, pode servir para instrumentalizar constitucionalmente um governo que queira aliar-se aos pequenos proprietários, aos operários industriais e aos lavradores para mudar o perfil da produção e do consumo. Mas também se presta a um governo determinado a privatizar as empresas públicas e a facilitar a parceria do empresariado nacional com as empresas estrangeiras, desde que esse governo conquiste e mantenha o respaldo popular. Só estariam definitivamente dificultadas ou excluídas as políticas de governo que exigissem, para predominar, o enraizamento constitucional de prerrogativas elitistas.

A proposta é neutra, também, sob outro ponto de vista. Não se pode dizer que favoreça o presidente à custa do Congresso ou o Congresso à custa

do presidente. Reforça o Congresso, restringe o vasto clientelismo do poder presidencial e, ao mesmo tempo, rompendo o círculo fechado dos impasses institucionais e da passividade cívica, faz com que o governo central possa mais facilmente propor e executar programas de sentido transformador. Não deve, portanto, a proposta ser descartada pelos que procuram interpretar toda solução constitucional como se se destinasse a ampliar ou restringir a influência de determinados candidatos, partidos ou facções.

No fundo, a maior objeção contra esse plano é sua novidade. Nunca se praticou antes. Não está nos livros, nem se ouviu falar em nada disso nos Estados Unidos, na França ou na Alemanha, nem mesmo na Espanha ou em Portugal. Mas aí justamente está um dos aspectos mais tristes da situação brasileira. O país tem sobrevivido a um longo hiato institucional: suas instituições básicas continuam indefinidas, a começar pela forma do relacionamento entre o Estado e a sociedade civil. Essa indefinição, causa de tantas aflições, seria também uma oportunidade. Seria a oportunidade para fazermos desse período da história brasileira o momento para grandes inovações institucionais. Seria a ocasião para formularmos e estabelecermos as instituições que quebrassem, de uma vez por todas, o ciclo político brasileiro e assegurassem as condições políticas em que o país pudesse afinal superar o dualismo econômico e social. Ao enfrentarmos, com inovações institucionais desconhecidas, nossos próprios problemas, daríamos, também, inspiração a toda uma humanidade desesperançada, disposta a confundir as alternativas institucionais existentes no mundo contemporâneo com as opções possíveis.

Mas o reino dos pequenos conchavos e das acomodações mesquinhas, em que se esvai nossa frustrada e frustrante transição democrática, tem sido, também, o reino da mediocridade. Se não conseguirmos, por enquanto, nos rebelar contra a injustiça, rebelemo-nos, pelo menos, contra a falta de imaginação.

## A ALTERNATIVA TRANSFORMADORA\*

### *O problema e a tarefa*

A política do governo Tancredo Neves frustrará as expectativas das pequenas classes médias e das massas de trabalhadores, opor-se-á às reivindicações das esquerdas independentes e democráticas e exigirá a organização e a pregação de uma alternativa popular. Essa previsão, tão a contragosto das correntes avançadas do PMDB, hoje comprometidas com o futuro governo, baseia-se em duas considerações.

Primeiro, a política econômica da nova equipe governante enfrenta algumas opções inexoráveis. Argumentarei no recurso dessa série de artigos que há uma trajetória de política econômica que permitiria reconciliar o crescimento econômico acelerado, a redistribuição da renda e da riqueza e o combate à inflação. Essa trajetória passaria por uma reorientação do perfil da demanda que se fundasse numa reconstrução estrutural da economia. O governo teria que desmontar o atual condomínio do sistema econômico por grandes empresas públicas, grandes bancos privados e empresas multinacionais. Teriam que alimentar, como setor alternativo e cada vez mais dominante da economia, pequenos e médios empreendimentos agrários e industriais que produzissem bens de consumo popular e dessem renda e emprego aos milhões que neles trabalhariam. Milhões que hoje continuam a viver na periferia de uma economia organizada em torno de empresas concentradoras e oligopolistas que criam poucos empregos (ainda que, como no caso das estatais, possam empregar demais para o que ganham) e que produzem ou para o estrangeiro ou para um mercado interno altamente hierarquizado.

Para que essa economia alternativa, construída sobre a parceria do Estado com o pequeno, prosperasse, para que pudesse concorrer com a grande empresa, ganhar acesso às economias de escala e dispor do capital e da tecnolo-

---

\* Este texto reproduz uma série de 14 artigos publicados na *Folha de S. Paulo* entre 20 de dezembro de 1984 e 3 de abril de 1985.

gia (rudimentar ou requintada) de que necessita, o governo central teria que estabelecer todo um sistema de apoio financeiro, tecnológico e comercial. Como contrapartida à ajuda fornecida, inclusive através de fundos públicos de investimento semi-autônomos e concorrentes, o Estado poderia exigir o respeito por ampla gama de direitos sociais. Desse sistema de apoio público ao pequeno produtor e de direitos sociais embutidos no próprio sistema de produção sairiam, em estágio posterior, mecanismos institucionais que substituíssem a propriedade privada absoluta como método para descentralizar as decisões econômicas. O resultado poderia ser batizado – tanto faz – de socialismo não-estatizante ou de liberalismo autêntico e transformador.

O novo governo não seguirá esse roteiro. Pois para segui-lo seria necessário não só imaginá-lo mas também atacar os interesses mais arraigados da atual estrutura econômica do país, interesses altamente representados na coalizão de forças políticas que comporá o poder central. A redistribuição modesta da renda e da riqueza pelas políticas salarial, fiscal e previdenciária vale dizer, dentro das estruturas existentes – será o recurso preferido.

A manter-se, entretanto, a atual ordem econômica, a lógica da redistribuição e a lógica da boa gerência econômica logo se chocarão. O ponto-chave do choque será o imperativo de conter a inflação, ainda mais intolerável para as classes médias do que para os operários e lavradores. Promover uma política de aumento do poder aquisitivo das pequenas classes médias, dos operários e dos lavradores sem reorientar e reorganizar a produção agrária e industrial, e fazê-lo num momento em que o reconhecimento da economia já diminuiu a capacidade ociosa da indústria e em que as obrigações da dívida externa absorvem grande parte do nosso produto e exigem uma taxa cambial favorável aos exportadores, é abeirar-se da hiperinflação. É correr o risco de perder o controle da economia. A restrição à demanda não basta para conter o perigo. Exige-se, também, uma política de desindexação e portanto de enfrentamento dos interesses protegidos pelos mecanismos de defesa com que cada grupo – uns melhor do que outros – procura resguardar-se da desordem inflacionária. Mas, embora a contenção do poder de compra não seja suficiente, ela é necessária dentro da estrutura econômica reinante. Mudar, a fundo, a organização da economia brasileira, protelar o dia da redistribuição conseqüente ou decidir não decidir, provocando, pelas concessões a todo mundo, o vale-tudo da inflação galopante – eis as opções. Tanto a primeira como a terceira são inaceitáveis aos arquitetos da nova ordem.

Os condutores da política econômica terão, portanto, que abandonar a maior parte de suas aspirações redistributivistas. As expectativas populares aguçadas passarão desatendidas por medo de um mal mais imediato. Assim é que a pregação econômica dos chefes do PMDB e da maioria dos economistas de esquerda – pregação tão voltada a um discurso anti-recessivo e redistributivista e tão carente da imaginação de instituições econômicas al-

ternativas – vingar-se-á de seus expoentes e os coordenará a desempenhar um papel que o país denunciará como traidor. Eles dirão que a culpa é dos números. Mas a nação saberá que a culpa é deles.

Há outro indício, além da orientação provável da política econômica, que leva a prever o desfecho conservador do novo governo. A campanha das “diretas já”<sup>\*</sup> fez a transição na forma por que ela se está dando. Mas já os escolhidos e seus correligionários abraçam a idéia da democracia por aclamação. Já começam a dizer que comícios, pesquisas de opinião e referendos sem alternativa substituem votos. Já afirmam que uma campanha presidencial perturbaria a resolução dos problemas econômicos. Já imaginam o conflito preeminente da eleição presidencial como luxo para momentos tranqüilos. Já contrapõem a prudência das elites à intromissão das massas. E se você, leitor, freqüentasse os mesmos salões e palanques que eles freqüentam e praticasse todos os dias os rituais que eles praticam e sentisse como é agradável o convívio das elites brasileiras quando elas esperam reagrupar-se no poder, esquecendo indecências recentes, para superar velhos antagonismos, até mesmo você, leitor, talvez acabasse pensando como eles pensam.

O descaso pelas diretas denuncia um projeto constitucional conservador. Os temas desse projeto já se fazem entrever na propaganda empreendida pelos juristas tradicionais. Um desses temas seria a tentativa de combinar os regimes presidencialista e parlamentar de modo a restringir os aspectos ditos perigosos – isto é, antielitistas – do presidencialismo: aqueles que permitem aos líderes populares apelar diretamente às massas por cima das oligarquias partidárias e dos interesses locais. A outra diretriz do projeto constitucional conservador seria o corporativismo sob o disfarce da representação. Os grupos sociais organizados sob o controle do Estado seriam representados dentro dos processos decisórios do próprio governo: os sindicatos e o empresariado, por exemplo, no processo de planejamento.

Precisamos exatamente do oposto de tudo isso. Em lugar do presidencialismo desdentado precisamos de uma síntese dos regimes de governo que mantenha os traços plebiscitários do sistema presidencialista, aliando-os, porém, a princípios que evitem os impasses institucionais característicos do presidencialismo. Esses princípios devolveriam ao eleitorado, até mesmo pela eleição antecipada de novo parlamento ou novo presidente, os conflitos surgidos entre o Executivo e a maioria parlamentar sobre reformas fundamentais. Em lugar do corporativismo harmonizador e velado, precisamos de um sistema que facilite a auto-organização dos grupos e movimentos sociais e os resguarde contra a interferência do Estado. Tem-se uma idéia do que isso pode significar em termos práticos quando se imaginam estendidos a todas

\* Essa campanha reivindicava a realização imediata de eleições presidenciais diretas para pôr fim ao regime militar de 1964-1985 e eleger o primeiro governo civil.

as organizações sociais os princípios exemplificados por um regime sindical que combine unicidade com autonomia.

Uma ordem constitucional que favorecesse tanto as pressões vindas de baixo quanto as reformas vindas de cima, combinada com política econômica que, começando por conter a aliança do Estado com os gigantes, terminasse por substituir a propriedade privada absoluta como método de descentralização econômica, faria do Brasil uma democracia exemplar de nossa época. Preferindo a tais caminhos instituições e políticas que mantenham as coisas nos seus lugares, o novo governo tornará claras as novas linhas de conflito sobre o futuro do país e ameaçará devolver-nos a uma encruzilhada que pensávamos já haver ultrapassado.

A frustração das expectativas dos assalariados sobre pão e voto, o afã com as elites jubilantes se reencontram num poder do qual não mais precisam envergonhar-se e o repúdio às inovações institucionais, econômicas e políticas, que permitiriam uma conciliação nacional menos postiça favorecerão lideranças contestadoras, capazes de dar forma e voz ao descontentamento popular. Desse quadro surge o maior perigo com que nos defrontamos: o de repetir-se, na segunda etapa da nossa redemocratização, o drama recorrente da política brasileira contemporânea. Um populismo desordenado e desnorteado pode novamente provocar a polarização das classes médias e entrar em conflito com os militares, arvorados no exercício de um poder censorial, com os mesmos liberais sutis e sinuosos, educados e bem vestidos, impressados lá no meio das forças em confronto. O risco é tanto maior porque a redemocratização ocorre sem uma clara afirmação do princípio civilista e sem as medidas de curto e longo prazo necessárias para afastar a ameaça da tutela armada.

Qualquer tentativa de evitar a repetição desse drama e de mudar o Brasil de verdade deve partir da constatação de que hoje temos três grandes partidos. Partidos latentes, porque só imperfeitamente manifestos nas divisões partidárias explícitas. Há o partido desenvolvimentista conservador, que quer manter e burilar as estruturas existentes e ver a miséria extirpada gradativamente pelo aumento da riqueza nacional. Há o partido redistributivista (ao qual pertenceria o futuro presidente da República\* se não fosse necessário, para redistribuir, tirar de uns para dar a outros), comprometido com a redistribuição da renda e da riqueza dentro das estruturas existentes, através das políticas salarial, fiscal e previdenciária. E há o partido da transformação institucional, que busca formas alternativas de organizar o Estado e a economia na convicção de que não conseguiremos atingir sequer os níveis de liberdade e igualdade dos países do Atlântico Norte se não desenvolvermos instituições diferentes das

\* Tancredo Neves, eleito pelo Colégio Eleitoral previsto pela Carta Constitucional de 1967, para a presidência da República, adoeceu e morreu antes de tomar posse.

deles: instituições políticas que permitam reformas frequentes e arrojadas e instituições econômicas que maximizem o acesso descentralizado ao capital.

Começa a impor-se a tese de que o que hoje distingue a esquerda do centro não é preferir o estatismo ao privatismo. É propor outra maneira tanto de descentralizar a economia quanto de exercer o controle social sobre as linhas mestras da atividade econômica: uma forma mais igualitária, mais experimental e mais propícia à auto-organização popular do que as variantes de democracia e de mercado consolidadas no curso da história ocidental moderna. Falta dar a essa proposta um conteúdo prático pormenorizado e unir seus adeptos presentes ou potenciais, divididos hoje no Brasil entre as esquerdas independentes do PMDB, o PDT e o PT.

É comum dizer-se que o grande avanço político do Brasil dos últimos anos está no conjunto de atividades que inclui as comunidades eclesiais de base, o sindicalismo combatente, politizado e autônomo, o PT e a divulgação de idéias que antepõem a auto-organização da sociedade à conquista a ao manejo do poder do Estado. Mas há um aparente paradoxo nessas novidades. É que nelas o desejo de uma democratização radical da sociedade, formulado em linguagem socialista, coexiste com a rejeição do estatismo, o talismã dos movimentos socialistas tradicionais. Porque as forças responsáveis por essas inovações não desenvolveram ainda um projeto institucional capaz de transformar em sistema concreto de vida social suas aspirações indefinidas, o paradoxo não se elucida e não se resolve. Formular e praticar tal programa institucional é tornar fecundo e duradouro o que de outra maneira pode esvair-se como devaneio de uma geração. É dar o exemplo a uma humanidade desesperançada de encontrar forma prática mais eficaz para as idéias libertadoras e igualitárias compartilhadas pelas ideologias modernas.

Nenhum dos três partidos latentes virou ainda partido de massa. Nada predetermina a opção a ser feita pelas classes médias assalariadas, pelos pequenos proprietários e pelo operariado entre a redistribuição dentro das instituições e a redistribuição pela transformação das instituições. A escolha dependerá das propostas, das lideranças, das circunstâncias e da lição dos fatos.

Os que nos filiamos ao partido da transformação institucional temos duas tarefas prioritárias. A primeira tarefa é responder à questão estratégica essencial do momento. É preciso arrancar do novo governo, inclusive pela participação nele, o mínimo de concessões econômicas e de liberdade de organização que evitem a radicalização precoce, assegurem a estabilidade democrática e abram caminho para as etapas seguintes da luta. Mas é também necessário preparar, fora do governo e pela oposição ao governo, a alternativa transformadora. Sustentarei que a execução desses dois objetivos exige atitudes diferentes e agentes partidários distintos. Deixemos que os redistributivistas sinceros, porém institucionalmente conservadores ou céticos, façam o jogo por dentro e tomemos o outro caminho. A segunda tarefa é dar conteúdo específico à mensagem da transformação institucional, que será a base da



nossa prática e pregação. Pensar essas duas tarefas – a estratégica e a programática – é a preocupação da série de artigos que aqui inicio.

### *A economia política da transição*

Aos economistas afinados com as diversas correntes políticas concede-se, em nome da qualificação científica, o poder de fixar diretrizes sobre a vida econômica do país. A pretexto de indicarem apenas os meios necessários à realização dos fins determinados pelos políticos, eles acabam impondo uma visão do possível que influencia, decisivamente, a própria concepção das alternativas e dos objetivos. O pensamento econômico dos nossos economistas, e especialmente daqueles ligados às esquerdas, é comandado por certas premissas tácitas. Precisamos vencer esses preconceitos para compreender onde estamos e aonde podemos chegar.

A cabeça de um típico economista de esquerda no Brasil, hoje em dia, faz-se de duas correntes do pensamento econômico e social: o keynesianismo e o marxismo. A falta de um preparo teórico mais rigoroso e de uma informação cultural mais ampla estimulam e obscurecem, ao mesmo tempo, a ilusória combinação de Keynes e Marx que governa as idéias dos nossos economistas mais comprometidos com a democratização da sociedade. Ora, o keynesianismo e o marxismo, embora tão diferentes em seu instrumental teórico e em suas intenções práticas, têm, nas mãos desses economistas, o mesmo efeito: o de desviar-nos da consideração de alternativas de reorganização estrutural da economia.

O keynesianismo em que se formaram esses economistas não é o Keynes dos anos 20 e 30. É o Keynes da Teoria Geral e, sobretudo, dos keynesianos americanos do pós-guerra. Essa espécie de economista keynesiano estuda as relações entre os agregados quantitativos da economia, tais como os níveis de poupança, emprego e investimento, tomando como dado o quadro institucional dentro do qual esses agregados se relacionam. Quando contestado, esse economista concederá de bom grado que a relação casual que ele procura demonstrar entre, digamos, o nível de emprego e o nível de investimento depende de situações institucionais específicas como, por exemplo, o regime sindical, o sistema previdenciário ou o arcabouço institucional específico que molda as transações do governo central com os empresários, os bancos e o operariado organizado. Mas ele não dá nenhuma consequência à concessão. Para levá-la a sério, seria necessário praticar uma análise econômica completamente distinta: uma análise que relacionasse os fenômenos quantitativos da economia, inclusive os níveis de investimento, emprego e poupança, com seus pressupostos institucionais.

Pode ocorrer que a relativa estagnação institucional de uma sociedade perpetue relações também estáveis entre esses fenômenos econômicos e dê a impressão ilusória de que essas relações exprimem leis econômicas inerentes

a qualquer economia industrializada que comporte um jogo de mercado. Mas logo que ocorra uma mudança institucional as supostas leis começam, também, a mudar. Desse modo, o economista keynesiano anda sempre a reboque dos fatos institucionais que ele, na prática, ignora.

À primeira vista, o marxismo pode parecer exercer sobre o pensamento econômico uma influência no sentido oposto. Pois o marxismo relaciona as leis aparentes de uma economia com os sistemas institucionais específicos que caracterizam os modos de produção: o feudalismo, o capitalismo e o socialismo. Para os marxistas, entretanto, os sistemas institucionais possíveis são só esses e os traços que os compõem perpetuam-se ou transformam-se como conjunto indivisível, sob a influência de leis inescapáveis. Assim, o economista sensibilizado pelo marxismo e chamado a responsabilizar-se por aspectos da política econômica pode raciocinar da seguinte maneira. Não estamos no "socialismo". Portanto, devemos estar num estágio do "capitalismo" que tem leis próprias. Ou luto pela revolução socialista (e aí deixaria de ser economista) ou conformo-me a administrar a etapa atual do capitalismo e aguardo o progresso da dialética. Assim, o elemento marxista no pensamento econômico pode, paradoxalmente, exercer um efeito convergente ao do keynesianismo: o de desestimular a procura de mudanças institucionais que transformem as "leis" da economia mas que sejam exequíveis aqui e agora.

Há na história do pensamento econômico moderno recursos que poderiam subsidiar a formação de uma ciência econômica mais atenta a alternativas estruturais. Entre esses subsídios estão os escritos ocasionais do próprio Keynes, as obras pré-guerra de Hayek, os ensaios de Kalécki e as polêmicas de Preobrazhensky sobre a industrialização soviética. Para aproveitá-los, porém, como pontos de partida para uma análise econômica capaz de levar adiante a desmistificação das leis econômicas, que o marxismo abandonou a meio caminho, seria preciso ter uma concepção da teoria e da política que rompesse com as idéias do típico economista progressista no Brasil.

Quem é esse personagem? Formado inicialmente num ambiente em que dominam os chavões de uma teoria marxista em franca desintegração, ele aprendeu nos manuais uma ciência econômica que não tinha nada a ver com suas atitudes ideológicas. Seguiu talvez, ao exterior, para continuar seus estudos, deblaterando contra a "economia neoclássica". Lá chegando, viu-se premido a pôr as pretensões de lado e a escrever uma tese rotineira para cumprir com obrigações que ele não sabia satisfazer de outra forma. E a rendição às idéias convencionais encontrou oportunidades no predomínio de preocupações práticas, que o impediam de encontrar na história do pensamento econômico e no esforço da própria imaginação os materiais para uma construção teórica mais independente. Assim, começou ele a praticar cedo, em sua própria disciplina, aquela grande especialidade das elites brasileiras: a transigência conservadora sob o véu da retórica radical. De volta ao

país, transformado aos poucos em notável, não encontrou em sua formação carente nada senão dogmas marxistas desacreditados para servir de anteparo às tentações do poder. A falta de idéias foi desbravando caminho para a falta de caráter.

O maior efeito prático dessa circunstância intelectual é o menosprezo por alternativas de política econômica que sejam ao mesmo tempo estruturais e realizáveis em futuro próximo. Os preconceitos aguçam-se, especialmente, na prevenção contra qualquer roteiro de desenvolvimento econômico que se funde na aliança do Estado com o pequeno produtor agrário e industrial. Pois tanto o marxismo como o pensamento econômico conservador sustentam a necessidade de um rumo de crescimento econômico que se baseie na concentração agrária e no predomínio da grande empresa, de produção em massa.

Não devemos, portanto, deixar a tais economistas o debate das questões econômicas, ainda mais se nós contamos entre os comprometidos com a causa da transformação institucional. Nem precisamos ficar à espera de uma nova ciência econômica, por mais que ela nos ajudasse. Por analogias históricas e experiências institucionais, podemos chegar aonde precisamos ir. A teóricos sem teorias devemos preferir um realismo crítico que se recusa a identificar o existente com o necessário. Apesar da freqüência com que se repete a palavra de ordem, “soluções estruturais”, as correntes dominantes do pensamento econômico continuam a descartar tais soluções. Ou, senão, apresentam-nas como tão distantes da realidade imediata que deixam de importar ao tratamento dos problemas de conjuntura. O resultado prático é o mesmo.

Os dois artigos seguintes desta série exemplificam uma outra maneira de pensar economicamente. Eles propõem uma política econômica que, pelas transformações institucionais que inicia, faz do próprio jogo de forças econômicas uma máquina para diminuir desigualdades e subverter privilégios.

### *Uma trajetória econômica: primeiro estágio*

Há uma trajetória de política econômica que permite reconciliar o crescimento econômico com a redistribuição da renda e da riqueza. Ela não se confunde com o populismo distributivista. Não pode, pelo menos em seus passos iniciais, ser tachada de radical. Não é, nem nos seus derradeiros desdobramentos, estatizante.

Os que rejeitam, na prática, transformações institucionais dizem: primeiro, temos que tratar dos problemas urgentes; depois, cuidaremos das estruturas. Mas sempre há opções na política econômica de conjuntura. Cada uma dessas opções implica uma preferência por determinada linha de preservação institucional.

Nesse artigo e no seguinte, defendo uma alternativa econômica estrutural e em outro artigo descrevo suas conseqüências para os problemas de conjuntura. Trata-se de um roteiro com duas etapas, não de um modelo fechado. A formulação de cada um desses estágios exige a superação de um dos preconceitos que dominam o debate ideológico contemporâneo. O primeiro preconceito é a idéia, compartilhada por conservadores e marxistas, de que o desenvolvimento econômico passa necessariamente por um processo concentracionista que reduz a funções arcaicas ou satélites a produção de pequeno porte. O outro preconceito é difícil até de definir, tão arraigado é ele em todas as ideologias modernas. É a idéia de que a concentração e a descentralização econômica têm formas práticas óbvias; os sistemas e as ideologias apenas dariam ênfase ao impulso centralizado ou ao compromisso de descentralizar. A descentralização, segundo esse ponto de vista, faz-se pela propriedade privada livremente acumulada e transmitida e a centralização, pelas atividades fiscalizadoras de tecnocratas, controlados ou não por políticos eleitos. Mas o nó da questão – sustentarei – está justamente no que parece incontroverso: na escolha das instituições concretas que estabelecem o jogo de mercado ou a supervisão central. Há soluções institucionais que podem fortalecer simultaneamente os dois princípios – de livre iniciativa e de controle social da economia – que costumamos imaginar como simples inversos.

O primeiro estágio dessa trajetória alternativa é a parceria do estado com o pequeno empreendimento.\* Uma parceria que ajudasse a demonstrar e a substituir um sistema econômico dirigido por um acordo tácito entre as estatais, as multinacionais e os grandes bancos privados.

A avaliação do problema agrário dá uma primeira impressão do que pode significar em termos práticos a aliança do Estado com o pequeno produtor. Pois mesmo em países como os Estados Unidos, que criaram o estilo de produção industrial de grande porte, a fazenda familiar média tem sido, historicamente, a forma dominante da produção agrária. O governo compensa os riscos, econômicos e climáticos, da agricultura e as desvantagens da pequena escala por um conjunto de medidas que inclui política de preços, normas tributárias e ajuda técnica. É por uma aberração que representa o mais sério dos entraves ao desenvolvimento e à igualdade no Brasil que, segundo as últimas estatísticas publicadas, os estabelecimentos com menos de 100 hectares possuem só 19,8% da terra no país, recebem 34% do crédito e são responsáveis por mais de 50% da produção, enquanto os estabele-

---

\* Quando escrevi e publiquei essa série de artigos, não havia eu ainda traçado com suficiente clareza a distinção entre a parceria do Estado com o pequeno e médio empreendimento e a parceria do Estado (tanto pela administração central quanto pelas empresas e pelos bancos públicos) com o setor marginalizado da economia. A política antidualista, não a preferência pela pequena empresa, que pode ocupar posição satélite na parte rica e favorecida da economia, é que deve ter primazia.

cimentos com mais de 100 hectares possuem 80% da terra, recebem 66% dos financiamentos e contribuem com menos de metade da produção. As vítimas imediatas dessa política engrossam as massas subempregadas e miseráveis das grandes cidades do Brasil.

Qualquer tentativa de estender da agricultura à indústria o mesmo princípio da parceria do Estado com o miniprodutor enfrenta um problema inicial. Como reconciliar o pequeno empreendimento com as vantagens da produção em grande escala – a concentração de recursos e o barateamento de custos unitários, vantagens que elevam a produtividade do trabalho e fomentam o dinamismo tecnológico? O ponto de partida para uma resposta já está no exemplo mais simples da colaboração do Estado como o pequeno produtor agrário. O governo central e os governos estaduais e municipais teriam que organizar mutirões de recursos financeiros, tecnológicos e comerciais. Por exemplo, em vez de nacionalizar os bancos ou de deixar os pequenos empreendimentos à mercê de organizações bancárias que sempre preferem o grande cliente, o governo estabeleceria um sistema financeiro alternativo, constituído por bancos que combinassem, em seus métodos de gerência e em suas fontes de recursos, os princípios de cooperativas e de bancos públicos de desenvolvimento. Essas instituições ajudariam a estrutura capaz de concorrer com o setor dominado por grandes empresas e grandes bancos. Novos parques industriais seriam organizados, mesmo nas áreas mais industrializadas no país, para servirem de palco a esse contramodelo industrial. E o setor alternativo da economia que assim fosse ganhando força serviria, desde o início, como cadinho de experiências cooperativistas e autogestionárias.

Não se trata, está claro, de fazer guerra a todas as formas de concentração agrária ou industrial, senão de mudar a ênfase de uma política econômica tradicionalmente subserviente aos grãos. Essa simples mudança de ênfase, porém, conduzida com imaginação e respaldada por pressões vindas das organizações populares, teria conseqüências revolucionárias tanto para o desenvolvimento econômico quanto para a igualdade social.

Um dos efeitos econômicos desse redirecionamento seria aumentar rapidamente a produtividade do setor marginalizado da economia, bloqueado no acesso ao capital, à tecnologia e aos mercados e constituído, em grande parte, de pequenos empreendimentos rurais e urbanos, que emprega a grande maioria da força de trabalho do país. Em vez de depender-se do efeito irradiador de um núcleo industrial concentrado, que nunca empregará mais do que uma pequena parcela dos trabalhadores, abrem-se para as massas excluídas oportunidades de participação em centros dinâmicos da economia. E evita-se condenar o Brasil a desempenhar o papel que está sendo reservado aos países mais adiantados do Terceiro Mundo pelas mudanças que se processam na divisão internacional do trabalho: o de servir de base para um tipo de organização industrial – concentracionista e rígida – que as economias mais ricas do Ocidente já começam a abandonar.

O impacto redistributivo da trajetória econômica alternativa seria ainda mais dramático do que sua contribuição ao crescimento econômico. Os proprietários ou empregados dos empreendimentos beneficiados veriam sua renda logo aumentada. O aumento do poder de compra das massas de assalariados humildes puxaria a indústria para a produção de bens de consumo popular. E tanto o efeito redistribuidor como a reorientação da indústria encontrariam um reforço na ação do Estado. Pois, como contrapartida à ajuda que fornecessem, os governos exigiriam o respeito por toda uma série de direitos sociais e executariam uma política industrial que privilegiasse a produção destinada a suprir carências do povo. Aí estão os elementos para a única forma sólida de redistribuição da renda e da riqueza: a que resulta do próprio jogo das forças econômicas em vez de corrigir, retrospectivamente, pelas políticas salarial, previdenciária e fiscal, o funcionamento de uma economia que só cresce desigualando.

Mas há uma objeção decisiva a levantar contra essa proposta. Repetir-se-ia a dinâmica da concentração. As pequenas empresas que vingassem cresceriam e devorariam as outras. O Estado iria ficando parceiro apenas das empresas menos bem-sucedidas. Superar esse limite significa partir para um segundo estágio do roteiro econômico. É o tema do artigo seguinte.

### *Uma trajetória econômica: segundo estágio*

No artigo anterior sugeri diretrizes de uma transformação institucional que fosse capaz de reconciliar a dinâmica do crescimento e a dinâmica da redistribuição, ajudando a democratizar a vida cotidiana. O primeiro estágio dessa alternativa estrutural é a parceria do Estado com os pequenos e médios empreendimentos industriais e agrários do setor marginalizado e atrasado da nossa economia. Os governos se empenhariam na tentativa de desenvolver uma esfera da economia constituída por estabelecimentos de pequeno porte que, graças à ajuda financeira, comercial e tecnológica recebida e ao mutirão de recursos, pudessem rivalizar com as grandes empresas. Parte desse setor da economia poderia surgir até mesmo da democratização e descentralização internas das empresas estatais. Essa primeira etapa chega ao seu limite quando ela se choca contra o problema da reconcentração industrial. As empresas mais bem-sucedidas ficariam novamente grandes e o Estado seria sócio apenas das menores e menos engenhosas.

A tentativa de superar esse limite leva a uma segunda fase do modelo econômico alternativo. Esboço-a aqui em forma extrema e esquemática. Pode, por isso mesmo, parecer utópica. Mas a esse objetivo longínquo correspondem muitas formas intermediárias. E os materiais para iniciar a construção dessa ordem econômica alternativa já estão à nossa volta se tivermos olhos para vê-los.

É verdade que o valor do primeiro estágio — do Estado com a parte desfavorecida e descentralizada da economia fica na dependência de um avanço em direção às inovações mais radicais que aqui preconizo. Entretanto uma ruptura, ainda que transitória, da aliança do poder público com as grandes empresas permitiria um surto de redistribuição da riqueza e da renda, organicamente associada a um salto na capacidade produtiva da economia.

A chave para a compreensão desse segundo estágio do roteiro econômico alternativo está na idéia da desassociação dos poderes que se confundem naquilo que hoje chamamos de propriedade. Trata-se de desagregar esses poderes e de confiá-los a titulares distintos em vez de mantê-los unidos nas mãos dos proprietários particulares ou de transferi-los, ainda unidos, ao Estado, ou ao corpo de empregados de cada empresa. (Um pequeno exemplo tirado da experiência brasileira recente: no Rio, o governo desapropriou terras e passou a colaborar com os antigos posseiros, transformados não em proprietários mas em titulares de um direito real de uso.) Substitui-se uma forma de economia de mercado ou de descentralização econômica por outra. Evita-se, pelo novo método descentralizador, o constante ressurgimento de grandes desigualdades arrimadas no próprio sistema de produção. Aumentam-se ao máximo não só a desconcentração das decisões econômicas mas também a diversidade das formas institucionais de produção e de troca. E abrandam-se a incompatibilidade entre o desejo de manter uma economia descentralizada de mercado e o compromisso de assegurar um controle democrático do sistema de produção.

Imaginem-se, pois, três níveis de titulares dos poderes hoje concentrados na figura do proprietário absoluto, seja privado ou público. O primeiro nível seria o Estado democratizado. Os governos não administrariam a economia. Mas seus órgãos centrais ditariam as linhas mestras da atividade econômica: por exemplo, a razão básica entre poupança e investimento ou as faixas toleráveis de desigualdade de poder e de salário no sistema de produção. Trata-se de impedir que tais decisões sejam tomadas por grupos privilegiados e literalmente irresponsáveis sob o manto das forças cegas de mercado. Pois agora compreendemos que se pode traduzir a idéia abstrata de uma economia de mercado em formas institucionais radicalmente diversas.

A principal maneira pela qual os órgãos centrais da democracia organizariam a economia seria a constituição e a regulamentação de fundos de investimento. Esses fundos representariam o segundo nível de titulares dos poderes hoje consolidados na figura da propriedade absoluta. Detentores de um amplo mas variável grau de autonomia do governo central, eles se especializariam em setores diferentes da economia e em tipos diferentes de investimento. Essa especialização seria, porém, restrita para permitir que os fundos concorressem. Poder-se-iam chamar de fundos rotativos já que só distribuiriam

recursos financeiros ou tecnológicos sob a forma de direitos temporários e condicionais.

Os fundos emprestariam capital sob dois regimes: racionamento e licitação. No regime de racionamento de capital, os tomadores têm o uso do capital por determinado prazo e dentro de condições específicas. Tais condições fixam os limites dentro dos quais os tomadores podem organizar a produção e expandir seus negócios. A fundação de novos empreendimentos passa a ser o crescimento ilimitado. Os tomadores são sempre equipes auto-organizadas de pequenos empresários, técnicos e operários que concorrem a parcelas do capital gerido pelos fundos, submetendo-se a um sistema de avaliação que inclui aspectos normativos e discricionários. Pagam ao fundo de investimento um juro básico, assim como este, por sua vez, deve juros ao Estado. E a busca de êxito econômico por parte de fundos numerosos e concorrentes oferece garantias contra o risco de favorecimento arbitrário na distribuição de recursos.

Outros fundos de investimento trabalhariam pelo regime de licitação. Far-se-ia um leilão permanente de capital: aquilo mesmo que um mercado de capitais representa em tese mas só faz na prática muito imperfeitamente. Sempre que uma equipe de tomadores pudesse fazer um determinado conjunto de recursos render mais do que os usuários atuais, passaria a geri-lo. (Pressupõe-se que ninguém pode acumular ou transmitir fortunas pessoais.) Os usuários substituídos seriam compensados pelas benfeitorias e sancionados pelos prejuízos causados.

Os tomadores de capital constituem o terceiro nível desse modelo econômico. São os grupos de operários, técnicos e coordenadores que empregam em última instância os recursos dos fundos de investimento. Não adquirem parcelas de capital de forma permanente ou irrestrita. Mas, dentro dos largos e flexíveis limites necessários a assegurar o controle social da economia, os tomadores têm mão livre para organizar o trabalho e a produção. Em vez de terem direitos adquiridos a um emprego específico numa indústria determinada – privilégio que paralisa a inovação social e pessoal – beneficiam-se com um sistema de retreinamento permanente. E em vez de sofrerem os vaivéns do enriquecimento ou empobrecimento extremos, eles têm suas condições materiais mínimas asseguradas por um Estado financiado pelas taxas que recebe dos fundos de investimento.

O sistema esboçado diminui o caráter discricionário e soberano do direito de propriedade. Mas reforça a descentralização econômica porque torna a capacidade de aproveitar as economias de escala independente das grandes e estáveis concentrações de capital. Fomenta, também, uma experimentação prática constante nas formas da atividade econômica.

Nas economias ocidentais adiantadas, os mercados de capitais já desempenham muitas das funções que o modelo proposto atribui aos fundos de investimento. E em algumas das economias do Leste europeu há tentativas



de descentralização econômica que se aproximam de aspectos do raciocínio e do leilão de capitais. Mas essas inovações, tanto no Ocidente como na esfera soviética, violentam a lógica dos sistemas institucionais em que ocorrem. Mudemos essa lógica, mudando as instituições.

A efetivação desse modelo econômico democratizador passa por muitas etapas. Cada uma pode servir de ponto de partida para um roteiro bem diferente daquele que defendi aqui. Mas vislumbrar esse objetivo, ainda que de longe, é compreender que não temos que optar entre as formas existentes da economia de mercado e o socialismo estatizante. É fixar compromissos que iluminam rumos. Rumos que podemos trilhar desde agora.

### *Uma trajetória econômica: a política de conjuntura*

Nos dois artigos anteriores desta série esbocei uma trajetória de mudança econômica estrutural que ajudaria a democratizar, de verdade, o Brasil. Implícita nessa polêmica está a concepção de uma escolha entre dois caminhos econômicos a ser feita pelos movimentos populares à medida que ganhem o poder. Um desses rumos privilegia um núcleo de acumulação estatal, constituído principalmente por grandes empresas públicas. O eixo alternativo começa pela parceria do Estado com pequenos empreendimentos e termina por uma forma de descentralizar as decisões econômicas que escapa ao método tradicional da propriedade.

Os mecanismos de concentração e distribuição de recursos de que depende esse segundo roteiro podem não funcionar, pondo em risco a poupança, a inovação e o crescimento acelerados. Ou podem funcionar de maneira perversa, permitindo o surgimento de novas elites econômicas e novas formas de desigualdade. E é preciso reconhecer também que a proposta afronta os interesses e as idéias não só das classes ricas mas dos quadros burocráticos e intelectuais.

O outro caminho, porém – o que passa por grandes empresas públicas a ocuparem uma posição cada vez mais dominante na economia –, tem defeitos ainda maiores. Pois essa solução, sempre preferida das esquerdas tradicionais, perpetua um alto grau de desigualdade e diferenciação dentro da massa de trabalhadores. Em nenhuma economia, mesmo nas mais centralizadas, chegaram tais empresas a empregar mais do que pequena parte dos trabalhadores. E os outros trabalhadores? Teriam que ser beneficiados por uma ampla política de redistribuição através de impostos e serviços sociais. A experiência demonstra, entretanto, que a redistribuição é frágil e reversível quando ela se baseia em mera transferência corretiva de recursos em vez de resultar de uma reorganização da economia. Por outro lado, a estrutura oligopolista que prevalece e prevaleceria mais ainda dentro e fora do setor das grandes empresas públicas ameaça os objetivos de eficiência e acumulação em cujo nome se prefere a fórmula

concentracionista. Finalmente, esse roteiro é inassimilável pelas pequenas classes médias. A insistência em segui-lo no Brasil cria o perigo de repetir aqui o confronto entre o radicalismo operário e intelectual e as aspirações, também radicais, das pequenas burguesias, que teve efeitos desastrosos para as esquerdas européias e as levou ao dilema que jamais conseguiram superar: o de não poderem ser ao mesmo tempo majoritárias e comprometidas com um programa de transformação institucional.

À alternativa que defende, como a mais capaz de libertar-nos desse dilema, de reconciliar a redistribuição como o crescimento e de plantar na vida cotidiana as sementes da militância democrática, corresponde um modo de encarar e conduzir os problemas de conjuntura econômica. Essa política de conjuntura compõe-se de medidas de reorganização, reorientação e estabilização.

A idéia central da política de reorganização é aproveitar a imensa influência que o Estado já exerce sobre a economia brasileira para iniciar a colaboração dos governos com os pequenos empreendimentos através de mutirões financeiros, comerciais e tecnológicos. Cada estatal organizaria uma rede de empresas fornecedoras usuárias de seus produtos, dedicadas, estas, à produção de bens de consumo popular. Os órgãos de fomento e supervisão da lavoura dirigiriam aos pequenos produtores individuais ou em cooperativa a melhor parte de seus recursos e esforços enquanto se acelerasse a redistribuição da terra. E os governos fundariam estabelecimentos descentralizados de crédito que apoiassem o setor alternativo da economia industrial e agrária e se financiassem pela tributação do capital, da herança, do consumo requintado e do ganho financeiro.

A política de reorientação executa medidas que dirigem o sistema de produção à satisfação de necessidades básicas do povo, ao mesmo tempo que redistribuem a renda. Na economia brasileira essas iniciativas precisam concentrar-se em duas áreas cruciais. A primeira é a construção de uma esfera cada vez maior da economia agrária que se funde na colaboração do Estado com o pequeno agricultor, e com os trabalhadores rurais em busca de terra, em todos os setores da lavoura e todas as regiões do país.

A outra preocupação dominante da política de reorientação é a vontade de quebrar o estrangulamento que exerce sobre nossa economia a indústria de bens de consumo durável de relativo luxo, que tem na produção do automóvel particular seu melhor exemplo. Qualquer tentativa de redistribuir a renda dentro da atual estrutura econômica provocaria a recessão pelos efeitos negativos que teria sobre este setor da indústria, consumidora de boa parte dos produtos fabricados pelas empresas públicas. E é justamente através do papel restritivo desse setor que as multinacionais exercem uma influência sobre a nossa economia inteiramente desproporcional ao valor de seus investimentos. Para mudar isso, dentro de um prazo que seja suficientemente curto para ser politicamente administrável, não basta redistribuir a rede. É

preciso fomentar, ou pelas redes de empresas usuárias dos produtos das estatais, ou pela associação de pequenos empreendimentos, organizados e apoiados pelos governos, uma indústria que produza bens de consumo popular, com um amplo leque de tecnologias. Essa indústria pode prosperar quando sua rival mais luxuosa entra em crise.

No quadro dessas medidas reorientadoras, a redistribuição da renda e da riqueza, inclusive e sobretudo pela atribuição pesada do capital e da herança, pode ocorrer sem grandes deslocamentos produtivos ou pressões inflacionárias incontroláveis. Ao contrário, ela passa a ser uma exigência da ordem econômica reorientada.

A política de estabilização destina-se a tornar as coisas claras. Ela procura evitar a desordem e a escamoteação que resultam quando se tenta redistribuir a renda sem reorganizar e reorientar a produção e quando não se patenteiam os beneficiários e as vítimas das medidas tomadas.

No trato do déficit público, tal política de estabilização rejeita a redistribuição que se faz através de subsídios cambiais, sobretudo quando não cobertos por confiscos cambiais. E ela insiste em submeter as estatais às normas da estrita eficiência e da responsabilidade financeira, desmantelando-as em unidades menores e promovendo a concorrência dentro do próprio setor público. Estanca-se, assim, o déficit no chamado orçamento monetário, alimentador da inflação dos juros reais elevados.

A política de estabilização adota o simples bom senso ao rejeitar ajustes salariais generalizados que não guardem relação com ganhos de produtividade. Mas ela convida-nos, também, a responder à verdadeira questão salarial: como reorganizar um sistema econômico que, pela sua hiperconcentração financeira e tecnológica, condena a baixos níveis de produtividade a vasta maioria da força de trabalho do país.

No combate à especulação financeira, tal política estabilizadora faz com que se vendam os títulos da dívida pública diretamente aos poupadores, proíbe seu uso como lastro de operações financeiras privadas, obriga os bancos a financiarem integralmente a compensação interbancária, aplica aos bancos uma agressiva legislação antitruste e taxa pelas mais altas alíquotas, nas cédulas individuais do imposto de renda, os ganhos em operações meramente financeiras, tornadas todas nominativas. Com isso, acaba a festa dos banqueiros que empobrece e humilha a nação.

No encaminhamento da dívida externa, a política de estabilização procura o máximo de desafogo. Mas trata cada concessão arrancada dos credores como espaço ampliado de manobra para executar as políticas de reorganização e reorientação, não como licença para distribuir temporariamente sem ter que redistribuir nunca.

As políticas de reorganização, reorientação e estabilização inspiram-se em duas idéias que demonstram sua fidelidade à opção estrutural por que me bato.

Prefere-se a redistribuição que se faz pela reorganização e reorientação do sistema produtivo. Aceita-se, como complemento necessário, porém menos desejável, a redistribuição que resulta da transferência corretiva de recursos dentro da estrutura econômica existente. E foge-se, a todo custo, à redistribuição que utiliza os subsídios benevolentes e sorrateiros, os macetes cambiais, as mágicas da inflação e o empreguismo irresponsável. Quem procede na ordem inversa, como costumam fazer nossos reformistas conciliadores, pode dizer que é progressista mas não é.

A outra idéia-força que anima todas essas políticas é que os recursos e o poder do Estado podem ser usados não para fortalecer ou complementar a atual ordem privada, nem para tragá-la dentro de grandes empresas públicas, senão para transformar completamente sua lógica e suas instituições.

### *O ideário constitucional: pontos de partida*

A proposta de uma política econômica alternativa, objetivo dos três últimos artigos desta série, representa a primeira ocasião para esboçar um ideário sobre as inovações institucionais que fariam do Brasil uma democracia exemplar. A outra ocasião é a necessidade de preparar uma proposta a ser definida dentro da Assembléia Constituinte.

Ao nos lançarmos à elaboração dessa proposta devemos ter dois cuidados. A primeira cautela é resistir à tentação de fazer com que a constituição institucionalize um modelo social pormenorizado, impondo a gerações futuras as políticas que nos agradam e os compromissos que nos parecem mais importantes. A tarefa é imaginar as instituições que melhor mantenham a sociedade num estado de inovação permanente. E, para tanto, impedir que qualquer classe ou facção se assemelhe do poder constituinte inerente à sociedade como um todo: o poder de reimaginar e refazer a vida social. Nessa preocupação está o ponto de encontro entre o compromisso liberal autêntico e a pregação das esquerdas democráticas.

Não se segue que a constituição deva ser enxutíssima. Pelo contrário, ela deve ser rica em tudo que diga respeito ao jogo fundamental do poder, público ou privado, econômico ou cultural. É verdade que a constituição mais concisa, a americana, também tem sido a mais duradoura. Mas por que tomá-la como exemplo? Ela não foi concebida como instrumento de transformações sociais frequentes mas como guardiã de uma ordem social que se supunha justa. E quase soçobrou, durante o período da Guerra Civil, quando essa suposição foi contestada.

O segundo cuidado é chegar a um entendimento realista da relação entre o pensamento constitucional e as reivindicações dos movimentos sociais organizados. Ninguém quer uma constituição que venha pronta dos gabinetes.

tes. Mas entre as reivindicações específicas de grupos sociais e a formação de uma sistemática constitucional há uma lacuna. Ela tem que ser preenchida por um pensamento constitucional que atue como interlocutor de uma sociedade que, pela prática da auto-organização comunitária, partidária e sindical, começa a levantar-se contra todas as formas do paternalismo privado ou burocrático. Cabe-lhe perguntar quais as instituições que ajudem a universalizar na vida social o que essa prática mobilizadora representa em seus melhores momentos: um questionamento contínuo da estrutura herdada da sociedade e uma desestabilização constante de privilégios antigos ou emergentes.

Quem quer entregar-se a essa obra deve começar por refletir sobre as lições da experiência brasileira. Quando as instituições do Estado liberal-democrata são projetadas num ambiente como o nosso, de desigualdades extremas e elitismo despudorado, sofrem duas perversões opostas e complementares. Nas partes mais pobres e submissas do país, essas instituições viram faixa do clientelismo. Nas regiões, nos setores ou nos momentos mais conscientes e politizados, essa mesma tradição institucional enfrenta um grau de expectativa e agitação que ela não consegue canalizar ou absorver: seja a afirmação de movimentos sociais organizados, seja, mais comumente, a pressão aplicada por líderes populares que articulam as frustrações e as aspirações de massas ainda desorganizadas.

Dir-se-ia que essas deformações da ordem constitucional se resolveriam pela extirpação das grandes desigualdades.

Mas as instituições que recebemos da tradição liberal do Ocidente, em vez de serem parte da solução, são parte do problema. Pois elas dificultam as reformas freqüentes, tornando o vulto dos obstáculos constitucionais proporcional ao alcance transformador das medidas propostas. Ao mesmo tempo, essas instituições deixam as organizações comunitárias e sindicais sem apoios ou (como nos desvios corporativistas do liberalismo) com apoios que escravizam.

Nem é de surpreender que seja assim. O constitucionalismo do Estado liberal-democrático, que tão facilmente identificamos com a própria natureza da democracia, é o produto ocasional de dois fatores heterogêneos. Um deles é o tipo de partido político – mais do que mera aliança de políticos profissionais, mas menos do que verdadeira organização de massa – que só começou a firmar-se, nos países pioneiros, em meados do século dezenove. O outro elemento, anterior no tempo mas jamais substituído, é um conjunto de técnicas constitucionais, como o esquema clássico de divisão em equilíbrio dos poderes no regime presidencialista, que se destinava a cercar os governantes de maneira que também estabilizassem a ordem social, protegendo-a contra as agitações e os agitadores e conservando o poder nas mãos de notáveis esclarecidos e prósperos.

Precisamos, por tudo isso, de um novo pensamento constitucional e de novas instituições constitucionais que quebrem o círculo vicioso da nossa

política. Não temos a opção de alcançar o nível de liberdade e igualdade das democracias ricas e estagnadas de nossos dias, reproduzindo as instituições delas. Ao perpetuar essas instituições, perpetuamos, também, o ciclo do clientelismo, que cede à mobilização popular extra-institucional, que provoca a reação e o fechamento, que nos faz saudar os mesmos liberais conservadores de sempre como se fossem redentores em vez de serem os arautos de um impasse que se repete e que nos diminui a todos. As instituições constitucionais de que carecemos haverão de ajudar a transformar-nos num Estado mais flexível, numa sociedade mais mobilizada e numa cultura mais contestadora do que as culturas, as sociedades e os Estados em que buscamos nossos modelos. Pois essa aspiração máxima vale como exigência mínima: sem tal reconstrução de idéias e instituições não realizaremos nossos mais modestos apelos de democratização.

Uma proposta constitucional inspirada por esse espírito norteia-se por três diretrizes.

Primeiro, ela mantém e modifica o regime presidencialista. Não é que este seja intrinsecamente superior. É que a eleição presidencial direita representa entre nós a ocasião privilegiada para mobilizar o país e furar a lógica dos interesses oligárquicos e regionais. Serve como o fator temível de impressão que frustra os cálculos e atrapalha os conchavos das elites. Mas a ordem constitucional alternativa libera o presidencialismo daquilo que o vicia: primeiro, a suscetibilidade aos impasses que podem surgir entre o presidente e a maioria parlamentar sobre propostas de reformas e, segundo, a concentração nas mãos do Executivo federal de uma fonte inesgotável de cargos e favores. Evita-se a prostração dos pedintes ao Executivo diminuindo-se-lhe a autoridade para dispensar benesses enquanto se aumenta a autoridade para promover reformas. Resolve-se o problema dos impasses permitindo-se ao Executivo provocar, em certos casos, eleições parlamentares antecipadas; ao Congresso, em outros casos ou em casos idênticos, destituir o presidente por razões meramente políticas ou programáticas; e a ambos os poderes suscitar a manifestação acelerada do eleitorado sobre as questões que os dividem.

A segunda diretriz dessa proposta constitucional é a adoção de um sistema de direitos sancionáveis e de mecanismos institucionais que sirvam para desestabilizar as concentrações de poder privado ou público que se mostrem refratários aos tipos comuns de embate e representação eleitoral. Não se trata de consagrar na Constituição determinado modelo econômico, senão de impedir que um modelo existente e hierárquico se torne, na prática, imune ao desafio. Para tanto, há de haver órgãos independentes do Executivo e acionáveis pelos cidadãos para efetuar a dissolução de grandes entidades burocráticas ou empresariais e para reorganizar instituições públicas ou privadas cujo ordenamento interno seja autoritário e excludente.

A terceira diretriz é o estabelecimento de estruturas que facilitem a auto-organização das pessoas nos lugares onde moram e trabalham. Trata-se de arti-

cular um conjunto de oportunidades e apoios que evitem dois perigos contrapostos. Há o perigo de uma ordem cooperativista que, a pretexto de representar dentro do próprio Estado os grupos sociais organizados, submete-se ao governo central ou permite, pelo contrário, que eles capturem e manipulem os órgãos públicos que supostamente assessoram. E há o perigo de soluções contratualistas que deixam as organizações populares sem outros meios que os do direito privado e, portanto, obrigadas a dedicar a maior parte de seus esforços à tentativa de se estabelecerem e se unificarem. No lugar do corporativismo e do contratualismo, precisamos de uma estrutura de organização popular que seja prevista, pública e em certos aspectos (como na organização sindical) até mesmo unitária, que seja também independente do Estado.

Cada um dos três artigos seguintes desenvolve uma dessas diretrizes.

Antes de desenvolvê-las, porém, cabe perguntar: quem fará tudo isso? O novo governo, excedendo-se a sua legítima função provisória e a sua grande tarefa de derrubar os obstáculos mais grosseiros à livre organização do país, recusar-se-á a fazer a eleição da Constituinte coincidir com a eleição direta de novo presidente. Mas só esta, pondo o poder central em jogo, sacode ao máximo os arranjos, as máquinas e as cabeças e une e levanta a nação num só debate. E só a simultaneidade das eleições evita que entre o presidente já em exercício, mas de mandato indefinido, e a Constituinte eleita sob sua autoridade se inicie uma troca de influências acomodadoras. Esse mesmo governo ameaça apresentar a essa mesma Constituinte um esboço de Constituição redigido pelos bacharéis de antigamente.\* Resta aos cidadãos conscientes reclamarem e resistirem, ouvirem e pregarem, até que todo o Brasil se dê conta de que, por excesso de medo, falta de fé, e hábito incorrigível, querem impedi-lo de reimaginar-se e refazer-se.

### *O ideário constitucional: o presidencialismo reformado*

Quem quiser deixar o país subjugado ao egoísmo e à mediocridade das elites deve começar por abolir o regime presidencialista. E isso por razão que não tem nada a ver com as virtudes e os defeitos intrínsecos do presidencialismo e do parlamentarismo. É que a eleição presidencial direta representa no Brasil uma grande alavanca, de imprevisão e mobilização, com que se levanta o bloqueio imposto pelos poderosos e pelos ricos às forças comprometidas com a transformação democratizante do país. Fura o bloqueio logo no ponto

---

\* O esboço de constituição elaborado pela Comissão Provisória de Estudos Constitucionais criada pelo Presidente Sarney.

mais importante: a luta pela posse do poder central. Adotar, em nossas circunstâncias, o regime parlamentarista, em forma pura ou mista, equivale a reeditar as técnicas de sufrágio qualificado e representação indireta com que se procurava em épocas passadas barrar o caminho de líderes e de movimentos inconfiáveis à gente acostumada a possuir e a governar.

Argumentos impertinentes ou distorcidos atravancam o debate sobre presidencialismo e parlamentarismo. Obscurecem a verdadeira reforma por que deve passar o regime presidencialista para ajudar a democratizar o Brasil e para servir a um Brasil democratizado.

O presidencialismo favorece o Executivo onipotente, repressor do Congresso e da sociedade? Mas entre os Executivos mais fortes do mundo encontram-se alguns que são parlamentaristas absolutos, como o da Inglaterra, ou quase absoluto, como o da Índia. É verdade que nossos presidentes (e, em escala menor, nossos governadores e prefeitos) são fortes para distribuir favores, mas fracos para submeter o aparelho do Estado à execução dos programas de mudança com que se comprometeram. A solução está em reformar radicalmente nossa prática administrativa da maneira proposta no artigo seguinte dessa série.

A eleição presidencial direta provoca uma crise periódica? Essa crise é apenas a contrapartida da ameaça que esse conflito eleitoral representa para os privilégios consolidados à sombra do poder. Mantenhamos a ameaça. E diminuamos seus perigos para a continuidade democrática, usando todos os meios que fazem cumprir as promessas da cidadania.

A começar por facilidade para a auto-organização dos brasileiros nos lugares onde moram e trabalham.

O regime presidencial personaliza excessivamente a política? Mas num país em que os líderes se acostumaram ao embuste ideológico esse personalismo não traz apenas desvantagens. O confronto direto das personalidades pode ser, e tem muitas vezes sido, uma oportunidade para avaliar as intenções reais dos pretendentes aos mais altos postos, tão cuidadosamente escondidas pelo palavreado oco e mentiroso.

O presidencialismo clássico sofre, porém, de um defeito temível. Facilita o ressurgimento de impasses entre o presidente popularmente eleito e a maioria parlamentar que lhe seja adversa. Agravam-se tais impasses quando a política nacional passa a girar em torno do debate sobre reformas fundamentais. Esse é um país em que o cidadão é geralmente um dominado que passa a procurar libertação e libertadores à medida que se levanta. É um país em que as forças populares podem ganhar a presidência mais facilmente do que fazer maioria no Congresso: o poder econômico influencia com maior força as eleições parlamentares, e o eleitorado, nessas eleições, tem maior dificuldade em perceber o sentido nacional das propostas em confronto, já que os partidos assumem cores distintas nas diferentes regiões do país. Num país



como esse, a vocação para o impasse é fatal. Ela renova o ciclo frustrante da nossa política contemporânea: presidente centrista (conservador delicado), desencanto do eleitorado trabalhador. presidente comprometido com as forças transformadoras e populares. Congresso resistente a suas propostas, agitação no país para apoiar o presidente, reação, golpe e fechamento, redemocratização, oba-oba dos liberais arrependidos, presidente centrista... É hora de acabar com essa história.

Parte da solução está em manter o regime presidencialista, curando-o, porém, desse vício liberticida. Que tanto o Executivo como o Legislativo possam romper o impasse, consultando o eleitorado de um modo que também permita a substituição das pessoas que integram esses poderes. Trata-se quase de uma síntese dos regimes, só que oposta, nas intenções e nas conseqüências, àquela que os juristas conservadores estão preparando para nos manietar.\*

O Congresso Nacional pode destituir o presidente após, digamos, um ano de mandato por razões meramente políticas ou programáticas. Não precisa julgá-lo, na forma tradicional do *impeachment*, por crime de responsabilidade. A destituição do presidente acarreta novas eleições parlamentares que se realizam simultaneamente à eleição presidencial antecipada.

O presidente, por sua vez, fica obrigado a submeter ao Congresso, no início de cada sessão legislativa, um plano de reformas. Nesse plano inclui apenas as medidas mais importantes de seu programa. A rejeição dessas propostas pelo Congresso legitima o presidente a convocar novas eleições parlamentares. Mas o presidente não pode lançar mão desse poder uma segunda vez sem que convoque ao mesmo tempo nova eleição presidencial para a qual é inelegível. Nem se lhe permite legislar por decreto no intervalo entre a dissolução de um Congresso e a eleição de uma nova Assembléia.

Dentro desse sistema, de mútua dissolução e substituição dos poderes, cabe um uso pródigo do referendo, do plebiscito e da iniciativa popular de leis. Porque tais institutos não representam, nesse quadro institucional, o que podem representar fora dele: um convite ao líder popular para passar por cima das instituições constituídas sem modificar-lhes os rumos. E para praticar assim uma espécie de golpe de estado contínuo.

Na transformação do regime presidencialista que tais reformas efetuariam está a mais simples de todas as maneiras de contribuir à organização de um Estado mais democrático e democratizador do que aquele que os modelos constitucionais herdados consagram. Um Estado que seja uma instância em que toda sociedade é levada, repetidamente, a questionar sua

---

\* Os juristas nomeados por Sarney. Ver nota precedente.

estrutura atual. Um Estado que sirva como instrumento para dar a cada partido vitorioso uma oportunidade para pôr em prática seu programa.

Basta os fatos sociais para dificultarem as tentativas de refazer o Brasil. Não acrescentemos a obstáculos já enormes a força perversa das instituições.

### *O ideário constitucional: a burocracia subordinada*

Nossa prática administrativa sofre de um paradoxo paralisante. O Executivo entre nós (o presidente da República e em sua esteira o governador e o prefeito, o ministro e o secretário de Estado) é forte demais e fraco demais. Forte como fonte obrigatória em que todos que podem procuram os meios de atender a seus interesses particulares. Fraco para imprimir à burocracia a direção do programa com que se comprometeu. Forte para apadrinhar ou para punir. Fraco para transformar. Patrão polpudo e cambaleante, com muitos truques e favores no bolso, dificilmente vai aonde disse que ia.

Tentar resolver esse paradoxo pode parecer à primeira vista um esforço inútil. Pois tudo que tira ao Executivo a capacidade de distribuir vantagens parece, ao mesmo tempo, impedi-lo de impor ao aparelho do Estado uma vontade programática consciente. Ilusão. As mesmas causas básicas da hipertrofia do Executivo como padrinho são também causas de sua imobilização como transformador. Assim, contra toda a evidência, podem-se promover os dois objetivos simultaneamente, fortalecendo o poder de reformar enquanto se enfraquece o dom de agradar.

### O funcionalismo irresponsável

O *problema*. Os executivos públicos, a começar pelo presidente da República, escolhem não apenas as pessoas diretamente ligadas à formulação de sua política mas também uma vasta e mal definida massa de funcionários, numa penumbra de dependência que se estende bem além da equipe que realmente concebe políticas. O resultado é depositar no ponto mais crítico da administração – o ponto de articulação entre os políticos politicamente responsáveis e os técnicos tecnicamente selecionados – uma horda, indisciplinada e incompetente, de amigos dos amigos do poderoso. Metidos e irresponsáveis, encarnam e agravam os dois lados do paradoxo. Ocupam cargos cobiçados. Mas, desvinculados de efetivos controles políticos ou técnicos, também atrapalham a execução conseqüente de qualquer programa de governo.

A *solução*. Tem uma parte fácil e uma difícil. A parte fácil é acabar com os falsos cargos de confiança e insistir no entendimento direto da equipe

governante com a burocracia profissional. A parte difícil é difundir as idéias e cultivar as atitudes que promovem e distinguem a responsabilidade política de uns e a responsabilidade técnica de outros.

## O corporativismo negociata

*O problema.* A estrutura administrativa, sobretudo no plano federal, ainda está crivada de resquícios corporativistas ostensivos. É, por exemplo, o método das comissões mistas: órgãos do Estado no qual têm assento os representantes de grupos sociais interessados na formulação de determinada parte da política do governo. O uso farto dessa maneira de embutir a representação dos grupos dentro da própria estrutura do Estado apenas exagera os defeitos de um corporativismo que geralmente toma formas mais sorrateiras. Se de um lado facilita o controle dos grupos sociais pelos governos, de outro lado permite a estes captar em benefício próprio os órgãos públicos que eles deveriam assessorar. Ao mesmo tempo, essa forma administrativa levanta muralhas contra a imposição, do centro do poder, de uma linha política coerente. Pois dissolve o programa de governo num sem-número de pequenas composições de interesses.

*A solução.* É extirpar da administração os vestígios corporativistas. É impedir que o Estado sirva como agente passivo e prestimoso dos grupos mais poderosos e mais bem organizados. É optar por uma estrutura de apoio à auto-organização dos brasileiros nos seus locais de trabalho e de moradia que seja pública e prevista, mas completamente fora dos governos e do controle estatal. De tal estrutura trato em outra parte desse ideário constitucional.

## A redistribuição às avessas

*O problema.* Habituar-se nossos governos a um estilo de redistribuição da renda e da riqueza que não pode dar certo. Ele é praticado na administração direta pelo recurso maciço a subsídios claros ou ocultos, a solução casuística e aos efeitos redistributivos das indexações desiguais e da manipulação cambial. Na administração indireta – vale dizer, nas estatais – realiza-se pelo afrouxamento das normas reguladoras da responsabilidade financeira e da eficiência produtiva das empresas públicas, para que essas efetuem, em sua política de emprego ou de preços, a redistribuição que não se fez onde deveria ter sido feita. Uma consequência dessa inversão é o malogro do pseudo-redistributivismo praticado por pseudo-reformistas. Outra consequência é alimentar o paradoxo que aqui discuto. Os benefícios da redistribuição às avessas constituem um interminável amontoado de prêmios que os pe-

dintes vão buscar nos palácios e nos gabinetes. Mas, ao mesmo tempo, esse clientelismo oficializado permite que o potencial do Executivo seja canibalizado à procura de soluções particularistas.

*A solução.* É redistribuir redistribuindo. Às claras. É preferir a redistribuição que resulta da reforma das instituições e usar como complemento subsidiário a redistribuição que ocorre pela transferência corretiva de recursos, dentro do quadro institucional existente, através das políticas fiscal, salarial e previdenciária. Por essas e pelas outras medidas propostas, cria-se um governo fraco para favorecer e forte para transformar. Desmantela-se o Estado padrinho, que se entorpece pelos mesmos meios com que infantiliza, discrimina e corrompe os cidadãos.

### *O ideário constitucional: a descentralização antioligárquica*

As principais forças políticas querem descentralizar, ou dizem que querem. Restaurar a federação, sobretudo pela reforma tributária, passou a ser um objetivo quase universalmente acatado. Ainda não se compreendeu, porém, que a descentralização pode seguir pelo menos duas trajetórias radicalmente diferentes nos métodos e nas conseqüências. Uma, tradicional, deixaria as estruturas atuais da sociedade brasileira ainda mais seguras contra qualquer tentativa de mudá-las. A outra, transformadora, não foi ainda formulada pelos que querem democratizar, de verdade, o Brasil. E, por não a haverem imaginado, estão intelectualmente desarmados diante do que será talvez a sutil e perigosa investida do novo projeto conservador.

As duas concepções contrastantes de descentralização levam a resultados também opostos em todas as áreas do debate a respeito da reconstrução federativa. Sobretudo na área mais importante, que é a competência das diferentes unidades hierárquicas da federação para inaugurarem experiências novas de vida social. Preocupações tributárias dominam até agora a discussão. Mas essas preocupações são relativamente fáceis de serem equacionadas desde que esclarecidos os objetivos políticos a que deve servir a distribuição da receita. Basta estabelecer três grandes impostos – sobre a riqueza, a renda e o consumo. E repetir o conjunto da receita entre a União, os estados e os municípios de acordo com critérios fixos e variáveis que corresponde à divisão de responsabilidades. A política, em primeiro lugar.

O programa tradicional de descentralização baseia-se em dois princípios: a subsidiariedade e a especialização funcional. A subsidiariedade determina que a unidade federativa menor – a mais próxima ao indivíduo e aos seus problemas – seja sempre a titular preferida da competência para legislar. Atribuir-se ao estado-membro da federação só o que o município não pode fazer bem (mas quanta evasão nesse “bem”) e à União só o que o estado-

membro não pode executar com eficiência. De acordo com o julgamento que se faça das eficiências comparativas, esse critério pode ser usado para justificar no Brasil uma gigantesca devolução aos municípios e aos estados de poderes hoje reservados à União.

A especialização funcional estende à República o tipo de racionalidade de uma grande empresa. Opõe-se à duplicação de funções entre níveis hierárquicos da federação. Também estica ou encolhe, segundo a classificação de funções. A assistência médica pública, por exemplo, deve ficar a cargo da União, dos estados ou municípios? Ou de todos, desde que participem de forma diferente? Mas, embora elástico, esse princípio pode ser invocado para limitar o que cada unidade da federação pode fazer, não só pela especialização explícita e obrigatória mas também pelas dependências que surgem entre funções especializadas atribuídas a níveis diferentes da federação.

A descentralização federativa fundada na subsidiariedade e na especialização de funções fortalece as oligarquias locais. Ajuda a imunizar as estruturas consolidadas da sociedade brasileira contra as contestações, que crescem mais facilmente na política nacional. E faz com que a coordenação federativa tome mais ou menos como dada a ordem social existente. Se o poder central tem sido no Brasil o parceiro privilegiado dos poderosos e abastados, também tem servido como o único agente capaz de ameaçá-los e de abrir espaços para a criação de contramodelos de organização social.

Os que querem destruir os mecanismos de opressão e de exclusão no país não podem, portanto, aceitar o programa descentralizador tradicional. Mas, à medida que se comprometam com a auto-organização de base e rejeitem o paternalismo burocrático, não devem, também, repudiar esse estilo de descentralização sem adotar outro. Falta às esquerdas independentes e democráticas um programa alternativo de descentralização. Só ele resolve o dilema.

A constituição facultaria dois métodos, inversos e complementares, de descentralização federativa. Métodos que, juntos, comporiam uma maneira de relacionar um Estado flexível e inovador com uma sociedade auto-organizada e contestadora. Tanto a estrutura federativa como o sistema de organização popular dariam realidade à idéia que os liberais compartilham com as esquerdas: a idéia de uma sociedade livre de qualquer hierarquia predeterminada que condene os indivíduos. De uma sociedade que engaje o cidadão comum, até agora mudo e espezinhado, na construção de mundos sociais alternativos e que o faça pelos mesmos meios com que lhe alivia o sofrimento e a insegurança. Basta levar essa idéia a sério para ter que refazer as formas institucionais com que nos habituamos a identificar a democracia.

O primeiro método descentralizador dentro desse programa é o da legislação concorrente. A União legisla amplamente. Desenvolve uma política que procura realizar de forma específica os dois objetivos primordiais de qualquer governo democrático. Dar ao indivíduo as garantias fiscais, políticas

e econômicas de que precisa para participar, sem medo, dos conflitos de seu país, de seu local de trabalho, de sua comunidade de moradia. E reorganizar a vida prática – as relações de trabalho, de troca e de família – de forma cada vez mais igualitária e experimental. Permite-se aos estados-membros, aos municípios ou até às entidades submunicipais criar estatutos opcionais alternativos àqueles estabelecidos por lei federal. Os estados e os municípios podem, em outras palavras, fomentar, jurídica e economicamente, pequenos modelos alternativos de produção, de troca ou de família. Os cidadãos (ou grupos de cidadãos) podem optar por tais alternativas, e portanto se excluírem da legislação federal concorrente, desde que a opção seja substancialmente livre dos efeitos da dependência social, econômica e cultural. Seria o caso, por exemplo, de mutirões produtivos fundados com apoio público ou de relações de troca e cooperação entre empresas, grandes ou pequenas, de porte comparável. O Judiciário apreciaria, em casos de litígio, a realização do pressuposto da liberdade substancial. E da parte do direito privado que trata de coerção e da captação como vícios de vontade sairia todo um ramo de prática e pensamento jurídico capaz de servir à resolução de tais problemas.

A outra técnica descentralizadora, que substitui e complementa o sistema de legislação concorrente e estatutos opcionais, é a devolução qualificada de poder. Através de legislação ordinária, a União devolve responsabilidades para legislar em certas matérias aos estados e aos municípios, aumentando-lhes de forma proporcional sua participação na receita. Mas a cada parcela de poder devolvido corresponde uma garantia contra o risco de que ela seja usada para consolidar privilégios e para criar situações que se tornem na prática imunes ao desafio eleitoral naquela unidade federativa. Revoga-se a devolução por lei ordinária. E cabe aos cidadãos recurso a um quarto poder, incumbido de desestabilizar e reconstruir, por iniciativa popular, organizações cuja estrutura interna autoritária ou excludente seja incompatível com as exigências mínimas da ordem democrática. É assunto de outra parte desse ideário constitucional.

A constituição não especifica o peso relativo a ser dado a cada um dos dois métodos de descentralização. Os partidos dominantes no Congresso e na presidência o fazem de acordo com as lições da experiência. Conforme a decisão, modificam, também, a repartição da receita.

Tudo isso significa inventar instituições. Por que não? Por que havemos de ficar atrelados ao reduzido e acidental acervo de idéias institucionais que fundadores das democracias liberais nos legaram? Por que não pode nossa constituição ser tão surpreendente, tão fecunda para as outras nações quanto foi a constituição dos Estados Unidos? Temos, e dos países grandes só nós o temos, nosso futuro institucional imediato em aberto. A humanidade, desesperançada, não vê nada pela frente. Demo-lhe nós o exemplo que sacode, levanta e liberta.

*O ideário constitucional: o Estado e as organizações populares*

Instituições que ajudem os brasileiros a se organizarem nos lugares em que trabalham e moram, a contestarem elites empresariais ou burocráticas e a praticar em um questionamento persistente da estrutura da sociedade — nada numa nova ordem constitucional pode ser mais importante ao país. O quadro institucional da auto-organização representa a contrapartida, na vida da sociedade, daquilo que a descentralização antioligárquica efetua na vida interna do Estado.

Os princípios que norteiam esses dois tipos de instituições podem guiar-se por um raciocínio que assim se resume. Para que nos libertemos da influência de hierarquias e divisões rígidas e preconceitos que estreitam nossa visão de futuros sociais possíveis temos que diminuir o contraste entre os momentos revolucionários e os longos períodos rotineiros da história. Algo da qualidade daqueles há de incorporar-se a estes. As instituições, que se tomam normalmente por dadas, devem ser criticadas e revistas o tempo todo, não só em raros momentos de ebulição social. A estrutura mais desejável é, portanto, aquela que melhor fornece os instrumentos de sua própria reforma. O mais poderoso desses instrumentos é a auto-organização dos cidadãos.

Ao identificar princípios constitucionais de uma sociedade auto-organizada, fixo-me, primeiro, na organização sindical para, depois, mostrar como as diretrizes lá definidas se podem estender a outras áreas da vida social. Todo debate sobre o sindicalismo brasileiro começa pela rejeição do sistema corporativista: o sistema que, sob o pretexto de fazer do sindicalismo parte do Estado, submete-o aos governos. Mas há perigo de que, ao rejeitarmos a tutela dos sindicatos pelo Estado, abracemos o pluralismo sindical, que permite a sindicatos rivais competirem para representar os mesmos grupos de trabalhadores.

De um lado, o pluralismo sindical absorve os esforços do movimento sindical na formação de novos sindicatos e no combate a sindicatos adversários. De outro lado, separa radicalmente o confronto com o patrão e a reivindicação junto ao Estado. Em toda parte, o pluralismo favorece um grau moderado e um estilo economicista de militância sindical.

Nas mãos de um governo autoritário, a unicidade sindical serve como meio de repressão, sobretudo quando combinada com as armas de controle que uma ordem corporativista fornece aos governantes. Mas numa circunstância de democracia em ampliação, e separada de suas vinculações corporativistas, a unicidade surte um efeito oposto. Facilita uma militância sindical politizada. Politizada no sentido específico de vincular reivindicações econômicas e reformas institucionais, a começar por aquelas que modificam o próprio sistema de produção.

A estrutura sindical de que precisamos deve, portanto, combinar autonomia com unicidade. Diferentes correntes de opinião, estejam ou não ligadas

a partidos políticos, podem concorrer a posições dentro dessa estrutura, assim como os partidos políticos concorrem a parcelas do poder do estado. As duas centrais sindicais que existem hoje\* já mostram, dentro da própria estrutura corporativista, o que pode significar essa competição à base do sistema da autonomia e da unicidade. Sem fazer parte da estrutura legal, elas já representam um início de elo entre os partidos políticos e as correntes de opinião que dividem os trabalhadores. Tais organizações complementarariam a central única que faria parte do sistema oficial.

Implícita nesse programa está a aposta de que podemos realmente reconciliar autonomia e unidade. Para ganhar essa aposta, temos que dar a problemas concretos, como o do enquadramento sindical e do imposto sindical, soluções fiéis à reconciliação da unicidade com a autonomia. Um sistema unitário exige uma única classificação das categorias de trabalhadores. Mas enquadramento unitário é uma coisa e enquadramento oficial é outra. A divisão dos trabalhadores em categorias pelo Ministério do Trabalho pode virar apenas um esquema provisório, a ser modificado pelos próprios trabalhadores desde que a maioria dos membros das categorias afetadas concorde com cada proposta de revisão de enquadramento.

Quanto ao imposto sindical, não precisa funcionar como mecanismo de domínio e corrupção. Basta adotar, dentro do contexto maior de unicidade e autonomia, algumas reformas indispensáveis: assegurar que a maior parte da receita permaneça nas mãos dos sindicatos de base; assemelhar a administração do imposto a um sistema de financiamento público de partidos políticos. Para que as correntes adversárias às diretorias eleitas possam financiar suas campanhas; e fazer o tributo recair exclusivamente sobre os empregadores, numa medida proporcional à razão de valor entre tecnologia e mão-de-obra. Quanto mais intensivo de capital seu parque produtivo, maior a soma de imposto sindical que teria que pagar a empresa. Assim, esse encargo trabalhista não desincentivará o emprego. E os setores da economia que mais facilmente se isolam da pressão sindical teriam que ser os maiores financiadores dos movimentos de trabalhadores.

À medida que a economia se democratizasse, na linha de soluções autogestionárias, desenvolvidas, sobretudo, através da parceria do Estado com a economia do segundo Brasil e através da democratização interna das estatais, o sindicalismo reformado assumiria novas funções. Trataria não tanto de defender o empregado contra o patrão quanto de representar e resguardar perante o Estado os interesses e as aspirações de categorias de assalariados e de miniempresários.

---

\* A Central Geral de Trabalhadores (CGT) e a Central Única de Trabalhadores (CUT).



As associações de moradores talvez se pudessem institucionalizar como outra forma de auto-organização de base, ao lado do sindicalismo. Mas a elas melhor se ajustaria um sistema que combinasse, em níveis diferentes, unicidade e pluralismo. No plano municipal e submunicipal, gozariam de uma estrutura prevista pelo direito público. Atuariam como um contra-Estado, dando realidade à idéia da participação cívica local, rivalizando com as câmaras de vereadores, não na tarefa legislativa mas no poder de identificar problemas e de organizar pressões em favor de mudanças. Os integrantes dessas organizações de base fundariam movimentos nacionais conflitantes que, livres de qualquer estrutura oficial, adotariam a organização que melhor conviesse a seus programas.

Ao redor desse sistema de sindicatos e associações de moradores, a ordem constitucional abriria espaços para um sem-número de outros tipos de organização popular, como, por exemplo, movimentos dedicados à defesa de uma causa ou de um grupo. A tais organizações a lei asseguraria oportunidades jurídicas, consubstanciadas em facilidades para assumir personalidade jurídica própria, e oportunidades políticas, expressas em direitos de acesso a um sistema de comunicação aberto, descentralizado, contraditório. Nessa faixa, autônoma e pluralista, de auto-organização popular surgiriam novas estruturas experimentais, que os sindicatos e as associações de moradores poderiam aproveitar.

Instituições como essa ajudam a realizar dois sonhos que se confundem. Um, o de dotar os brasileiros humildes dos instrumentos de que precisam para se libertarem da opressão e do silêncio. Outro, o de estabelecer no Brasil uma democracia que convide os cidadãos a reimaginarem e a refazerem as instituições à medida que procuram satisfazer seus interesses.

### *O ideário constitucional: o direito de desestabilizar*

O pensamento constitucional dos liberais progressistas e das esquerdas independentes ainda não conseguiu superar uma ilusão. Todo o ideário constitucional aqui proposto representa uma tentativa de desfazer essa ilusão e de encontrar o caminho que ela obscurece.

A primeira tendência do progressista é imaginar que uma constituição democratizante abrange toda uma série de garantias de acesso aos bens necessários para sustentar uma vida digna e independente: por exemplo, direito a moradia, a emprego estável e a um salário capaz de possibilitar a manutenção de uma família. De tal modo a preocupação de estabelecer tais direitos domina as atenções que praticamente nela se absorvem as idéias dos que querem traduzir a causa popular em projeto constitucional.

Mas como assegurar que a mera declaração de tais direitos acarrete sua efetivação? Seria necessário que a própria constituição por preceitos auto-executáveis determinasse os mecanismos práticos que garantissem a realização desses direitos. Assim, por exemplo, seriam tachados de inconstitucionais toda lei orçamentária e todo conjunto de leis tributárias que não reservassem uma cesta de alimentos com certos componentes e uma habitação com determinadas características físicas a todo cidadão ou toda família. Mas isso seria impraticável, pelo menos porque seria contraproducente. A política econômica dos governos e a atividade produtiva dos indivíduos e das empresas ficariam imobilizadas pelo acúmulo dos compromissos prefixados. O conseqüente empobrecimento do país negar-nos-ia os recursos necessários para cumprir as promessas contidas nas declarações de direitos econômicos. Logo se verá que dificuldade prática representa o indício de uma objeção fundamental.

Percebidos os obstáculos, reduzem-se os direitos econômicos ao enunciado de meras aspirações programáticas, sem efeito prático. Tornam-se tão inócuos que podem ser facilmente aceitos pelos conservadores. Enquanto isso, os propagandistas do suposto constitucionalismo progressista deixam como estão as regras que governam o jogo do poder dentro e fora do Estado – estas, sim, o coração do plano constitucional.

O ideário que defendi rompe com essa tradição desastrada. Ele o faz não só por uma mudança de enfoque – dos direitos substantivos para as normas do poder – mas também e sobretudo por uma invasão de idéias. O pressuposto da obsessão fatídica com os direitos econômicos é a possibilidade de chegar a uma sociedade mais justa através de uma espécie de um congelamento parcial das relações sociais: fixam-se privilégios de acesso certo a recursos certos. Basta explicitar essa premissa, porém, para ver como e por que ela leva a resultados impraticáveis. E para compreender que ela é a antítese da visão central que inspira o liberalismo autêntico e contestador, o esquerdismo democrático e o modernismo cultural.

Segundo essa visão, a sociedade se apresenta como um esquema de divisões e hierarquias, de rigidez e influência variáveis, que atribui aos indivíduos papéis preestabelecidos. A tarefa da política transformadora é criar instituições e difundir idéias que subvertam esse esquema e impeçam sua substituição por outro tão forte quanto ele. Para aproveitar as oportunidades de colaboração e solidariedade que a estrutura social divisionista e hierárquica exclui. Para levar o indivíduo, engrandecido, a afirmar-se como mais do que mero ocupante de um papel social predeterminado. Para permitir aos grupos, purificados, se livrarem da confusão entre os ideais de lealdade ou as práticas de troca, de um lado, e os vínculos de subjugação, de outro lado. A política assim concebida é, como a arte, um antidesestino.

O projeto constitucional esboçado nesses artigos procura dar conseqüências a essa concepção especulativa. A proposta de mútua dissolução do Executivo e do Legislativo, com a consulta antecipada ao eleitorado, sempre que a divergência sobre programas de reforma provoque um empate de poder; as medidas que impedem a burocracia de evitar que os partidos se assenhem do aparelho do Estado para praticarem seus programas; a descentralização federativa, repensada de maneira a não servir à consolidação de oligarquias locais; as normas que dotam as organizações sindicais e comunitárias de uma estrutura unificada, porém livre da influência dos governos – tudo atende ao mesmo objetivo.

Dentro dessa maneira de pensar, o sentido do elenco de direitos constitucionais é levantar um anteparo, ajudando os indivíduos, os grupos e a própria sociedade a resistirem a perversões do plano constitucional. Entre esses direitos estão os de livre expressão e associação, fortalecidos numa ordem que multiplica em todos os setores da vida social modos de resolver coletivamente os problemas coletivos. Tal ordem há de comportar, também, outro tipo de direito, que exerce, ainda mais claramente, uma função garantidora: o direito de provocar, através de recurso a um quarto poder do Estado, a desestabilização e a reconstrução de organizações ou práticas cuja estrutura autoritária ou excludente conflita com as exigências mínimas da democracia e se mostre imune às formas normais de desafio eleitoral.

A organização ou a prática atingida consigna certos cidadãos a uma subjugação duradoura. Destrói a autonomia ciosa que a democracia exige dos cidadãos. Pode ser uma maneira de organizar o trabalho em lojas e repartições, ou de organizar o estudo em escolas, ou de organizar o tratamento em hospitais e asilos. A forma do mal pode ser um confisco radical de poder decisório. Ou uma exclusão que vitima mulheres e minorias. E tanto o agente como o mal erijem-se, tornando-se praticamente incorrigível pelas formas existentes de contestação interna ou controle democrático externo. A propagação de tais redutos antidemocráticos desmente, na vida cotidiana, as promessas da cidadania.

Caberá, então, não só aos indivíduos ou grupos diretamente afetados mas a qualquer cidadão recurso a uma autoridade. Esta intervém não para instaurar uma situação ideal mas para estabelecer as condições mínimas de controle ou consternação e para abrandar a contradição entre a dignidade do homem-cidadão e a dependência do homem-indivíduo de carne e osso. Trata-se de uma atividade específica, que não se confunde com a função legislativa, de vigiar os governos e de renovar as normas gerais, nem com a função jurisdicional, de interpretar, ainda que de forma construtiva, as leis. Deve, por isso, ser exercida por um poder distinto, constituído por métodos próprios. Seria um colegiado composto de pessoas eleitas pelo voto direto nacional, junto com o presidente da República, ou indicadas pelos demais poderes do Estado.

Parecem invenções extremas esse novo direito e o novo poder que lhe garante o exercício? Mas apenas generalizam soluções já aceitas, sob outros nomes e em formas mais truncadas, em algumas democracias contemporâneas.\*

Os direitos normalmente se concebem como respaldos de situações constituídas. Mas o direito de desestabilizar é um direito antidireito, exercido para devolver parte da vida social à sua situação, sempre inerente, de abertura e disponibilidade. Quero-o, como quero toda essa proposta constitucional, para que cada um de nós continue a ser um constituinte depois que a Assembléia Nacional Constituinte acabar.

### *O problema militar*

Todo esforço para mudar o Brasil esbarra na ameaça do veto militar. Não diga isso e não faça aquilo, dizem, senão os militares voltam. Por si só, essa advertência paralisante bastaria para justificar a inclusão da reforma militar numa alternativa programática.

E não é só. Precisamos de Forças Armadas eficazes se quisermos desestimular intervenções ou intimidações estrangeiras e abrir no Brasil um espaço privilegiado para a experimentação social. Nesse artigo, procuro mostrar que as condições para afastar o perigo da tutela militar coincidem com as medidas necessárias para assegurar o espaço experimental.

Nossas Forças Armadas estão hoje sem missão estratégica realista. São fracas, muito fracas demais, para resistir às superpotências. (Nem temos como pensar nisso. Ainda que nos quiséssemos aventurar ao desvario da nuclearização, não poderíamos custear os necessários sistemas de ataque.) São despreparadas demais para organizar a luta guerrilheira nacional que teria que se seguir a uma eventual ocupação do nosso território comandada por grandes potências ou para nos ajudar a reagir ao caos que uma guerra nuclear desfechada em outra parte do mundo produziria. E são numerosas demais para a tarefa de conter qualquer ameaça plausível por parte de país vizinho. Desproporcional a toda função real, o perfil das Forças Armadas é hoje um contra-senso, que anula tentativas de pensamento estratégico sério.

Os sucessivos governos militares subverteram a segurança nacional, acelerando três tentativas que agravam, os efeitos desagregadores da falta de missão e que revertem a linha mestra da história militar moderna. Em lugar de um exército (leiam-se Forças Armadas) representativo de toda a sociedade brasilei-

---

\* Exemplo de práticas que prefiguram a atividade de desestabilização referida no texto é o das injunções estruturais expedidas por juízes federais nos Estados Unidos, mediante as quais o Judiciário reorganiza a estrutura interna de instituições tais como escolas, hospitais e presídios.

ra, temos um exército em que uma casta arrogante, pequeno-burguesa e em grande parte hereditária, comanda uma tropa miserável, ignorante e quase imberbe. Em vez de um exército que cultive a flexibilidade operacional e tecnológica – a diretriz do poderio militar contemporâneo – temos um exército cujos teóricos parecem estar se preparando para encenar a batalha de Verdun no Rio Grande do Sul. Em vez de um exército confiante e desinteressado, temos um exército desmoralizado pela ascendência do SNI\* e corrompido pelo uso da carreira militar como trampolim para empregos nas estatais e na empresa privada.

É preciso salvar as Forças Armadas dessas fraquezas subversivas. É preciso dar-lhes uma organização apropriada a tarefas realistas. Assim fazendo, estaremos também impedindo que soldados mal preparados para combater estejam sempre prontos para intervir e tutelar.

Um plano arrojado de reforma militar começaria pela divisão de todas as três armas em duas áreas: o serviço social-militar e a central militar. No serviço social-militar ingressariam os jovens, homens e mulheres, logo que terminassem seus estudos profissionais ou vocacionais. Prestariam uma assistência social obrigatória, de acordo com sua especialização. Construir casas e fábricas, escolas e hospitais, esgotos e canais de irrigação, educar e plantar, oferecer ajuda médica e jurídica – tais seriam as preocupações características do serviço. Ao mesmo tempo, os recrutas aprenderiam um repertório básico de capacidades militares operacionais e tecnológicas. Estariam, portanto, aptos a passar, como reservistas, por uma aprendizagem rápida que os qualificasse a enfrentar as circunstâncias sempre imprevisíveis, e a lutar com as armas sempre mutáveis, da guerra contemporânea.

O recrutamento seguiria a ordem social inversa da atual. Primeiro, viriam os formados, depois os adestrados em alguma técnica manual e só por último os não-adestrados. Recrutar-se-iam estes à medida que se criassem as condições para educá-los dentro do próprio serviço social-militar. Os recrutas mais educados compartilhariam os trabalhos mais humildes. Os oficiais sairiam da reserva, dos setores profissionais em que atuasse o serviço e da central militar que a seguir descrevo. Assim, as Forças Armadas se tornariam mais completamente a imagem do Brasil sem classes sociais, que elas, nos seus melhores momentos, sempre quiseram ser. A juventude das elites teria que servir, e ver, o país real e oculto.

Separada do serviço-militar, existiria a central militar. Seria uma vanguarda de oficiais altamente preparados, responsáveis pelo desenvolvimento de um potencial de capacidades tecnológicas e organizatórias e de um fundo de concepções estratégicas e táticas. Como o próprio serviço social-militar, as ativida-

---

\* Serviço Nacional de Informações (SNI).

des desse núcleo visariam dupla aplicação. De um lado, teriam usos pacíficos, aproveitando as estreitas ligações que sempre vinculam as tecnologias militares e as industriais. Com isso, perpetuaríamos a tradição politécnica do nosso oficialato. De outro lado, à central militar caberia supervisionar a transformação eventual dos recrutas e reservistas do serviço social-militar em determinada força de combate, segundo as exigências e os recursos do momento.

A interação dessa central com o serviço básico ofereceria o máximo de flexibilidade. É verdade que ela não nos permitiria guerrear contra as forças maiores e mais requintadas do mundo. Mas essa limitação resulta da decisão sensata de não planejar um exército pelo qual não podemos pagar, nem pagar por um exército que desatenda a qualquer objetivo estratégico razoável.

Com essa reforma militar, estaríamos mais seguros e, portanto, mais livres para determinar no Brasil, sem coação, o futuro brasileiro. Os meios da segurança serviriam também como armas de democratização. E as condições para um veto militar às decisões da nossa democracia desapareceriam. A central militar não teria o controle efetivo da tropa do serviço social-militar. E este permaneceria descentralizado, formado por gente com cabeça própria e sob o comando de oficiais que não formariam uma corporação fechada.

Nenhuma mudança radical como essa pode ser aceita ou executada de chofre. Mas a toda proposta conseqüente, por mais distante da realidade presente que seja, correspondem formas intermediárias que abrem o caminho entre o que existe e o que se quer. A história das grandes reformas militares do mundo moderno autoriza o arrojo. Todas foram hostilizadas pela grande maioria dos oficiais, que morreram na mesma hostilidade. Todas foram providas por estadistas resolutos, apoiados por um movimento político nacional e assistidos por uma pequena minoria de oficiais esclarecidos. Todas estreitaram, de uma maneira ou outra, o vínculo entre exército e povo. Assim também seja a nossa.

### *A política das relações pessoais*

Nem só de instituições cuida uma política transformadora. A estrutura sutil das relações pessoais também precisa mudar.

“Todas as famílias felizes se parecem”, começa um romance famoso, “mas toda família infeliz é infeliz de uma maneira diferente”. Talvez o inverso se aplique às nações. Em cada povo prevalecem certas concepções definidoras de um ideal de relações entre as pessoas. Mas essas concepções vivem pervertidas pelas realidades do dia-a-dia. Assim ocorre, com força redobrada, entre nós.

Se tivéssemos que escolher o que há de mais característico num ideal brasileiro de associação humana, talvez pudéssemos localizá-lo no vínculo

obscuro entre duas tendências que, à primeira vista, parecem contrapor-se. Uma dessas tendências é o compromisso para com a delicadeza e a doçura no trato pessoal. É a convicção de que a solidariedade imediata vale mais do que dogmas abstratos. Ao lado dessa devoção à amabilidade, nossa cultura persegue um ideal de grandeza, não no sentido do poderio político ou econômico, mas nas formas boas e ruins do grandioso, do excessivo, dos impulsos que fogem às previsões e às rotinas e que repetem, no plano das realidades humanas, a superabundância e a indisciplina da própria natureza. Só não o vemos mais claramente porque tantas das maiores figuras da nossa alta cultura literária opuseram a esse fascínio pela vitalidade gratuita e desordenada a sóbria ironia do declínio, dos limites e das frustrações.

O cerne mais original da civilização brasileira está na convicção de que há um modo de auto-afirmação que reforça a ternura e a solidariedade em vez de subvertê-las. Há uma maneira de ser doce e grande. Eis uma ambição singular nessa tradição ocidental, em que os caminhos cristãos da caridade tantas vezes pareceram incompatíveis com idéias pagãs de grandeza.

Mas essa visão original vive degradada por forças que, juntas, compõem o purgatório da vida cotidiana no Brasil. Ao contrário do ideal que elas viciam, essas forças nada têm de especificamente brasileiras. São, pelo contrário, o fardo carregado por muitos dos povos que permanecem subjugados a mandões e mandarins.

A sentimentalização do poder. As relações de troca e trabalho no Brasil costumam também ser relações de domínio e dependência. Essas ligações, ao mesmo tempo contratuais e hierárquicas, tornam-se toleráveis pelos sentimentos de fidelidade mútua que aderem ao que de outra forma seriam apenas as exigências frias do mercado. Sentimentaliza-se o poder. Junta-se ao medo e ao interesse, nas mesmas relações, a lealdade e até o afeto. Nessa situação, qualquer demonstração de ternura fica ameaçada de virar servilismo. E toda rebelião parece trair lealdades veneráveis. As mulheres, que são as maiores portadoras das aspirações distintivas da nossa cultura, são ao mesmo tempo, as maiores vítimas dessa confusão entre poder e sentimento. Por isso, a causa feminista no Brasil confunde-se com a tentativa de dessentimentalizar o poder.

A alternância entre a rigidez e o apadrinhamento. A onipresença do paternalismo leva à imposição de normas rígidas para evitar que tudo se decida na base do apadrinhamento. Daí o recurso obsessivo às exigências burocráticas, à papelada interminável, à fiscalização centralizada e, de modo geral, à desconfiança militante. Mas o resultado é que as coisas não andam. Para fazê-las andar é preciso lançar mão dos macetes e dos jeitos, que reintroduzem o favorecimento. Como o regime czarista, que foi descrito como o despotismo abrandado pelo assassinato, a prática das relações pessoais no Brasil acaba sen-

do a burocracia suavizada pelo apadrinhamento. Para os que não têm padrinhos ou não querem tê-los, a solução é lutar por um estilo de relacionamento que seja ao mesmo tempo mais informal e mais pessoal. Mas, fora da circunstância do domínio paternalista, o informalismo exige confiança. E a confiança requer um mínimo de autonomia e de igualdade.

A brutalidade para com os estranhos. Entre pessoas que não se conhecem e que, portanto, não se vinculam por relações predeterminadas, predomina uma indiferença que desemboca facilmente na brutalidade. Basta dirigir um automóvel em qualquer grande cidade brasileira para comprová-lo. Para ter a civilidade que falta é preciso poder imaginar as outras pessoas como reais e respeitáveis. É preciso desvalorizar e diminuir as hierarquias e as exclusões que tornaram o estranho literalmente inimaginável. É preciso cultivar com outros fora daqueles contextos densos em que poder, troca e sentimento se sobrepõem.

Para mudar tudo isso, temos que transformar as instituições que perpetuam o cunho hierárquico e excludente da sociedade brasileira. Mas temos que praticar, também, uma política extra-institucional de contestação à qualidade das relações pessoais nos lugares em que as pessoas moram e trabalham: nas famílias e nas escolas, nas fábricas e nas repartições. Pela confrontação e pela experimentação em pequena escala, temos que exigir outro trato e outra vida, baseados no informalismo e na confiança, no hábito do questionamento e na rejeição das hierarquias arraigadas e das divisões permanentes. Temos que subverter quotidianamente as realidades cotidianas. Assim, poderemos começar a ser ternos e grandes, como quer o coração brasileiro.



PARTE

V

A PROPOSTA DA SEGUNDA VIA

## O SALVAMENTO DA ECONOMIA BRASILEIRA PELOS BRASILEIROS\*

Crises revelam verdades e impõem escolhas. Para serem aproveitadas, exigem o que é mais difícil, que mudemos a nós mesmos. A crise financeira internacional obriga o Brasil a escolher entre o auto-salvamento e a auto-sangria. O problema não é apenas prático e político. É também de idéias: o pensamento disponível no mundo não serve para enfrentar a crise. O problema não é só nosso. O mundo está de olho no Brasil, não apenas para ver se a crise pára antes de sugar as economias do Atlântico Norte, mas também porque há, hoje, em toda parte, fome de alternativas. Cada Rússia, cada Brasil, abre nova oportunidade para que, afinal, surjam. O significado essencial da crise é que teremos de andar com nossas próprias pernas mais do que esperávamos. A dificuldade toda está em mobilizar os recursos nacionais sem nos esconder, atrás de barreiras protecionistas, nem nos render aos “lobbies”.

Três projetos apresentam-se hoje no país como soluções para a crise. Embora cada um tenha justificativas, nenhum deles resolve. A linha de menor resistência é dar um pouco a cada um. Três projetos ruins não ficam bons por serem combinados.

### *A reeleição e o futuro*

Em 4 de outubro de 1998, Fernando Henrique Cardoso foi reeleito presidente da República após campanha eleitoral caracterizada pelo medo, pela desesperança e pela desinformação. Havia grande descontentamento no país. E grande desconfiança na capacidade do PT e de seu candidato para oferecer alternativa consistente. A plutocracia e o povão juntaram-se para reeleger o presidente.

A solução mais forte para a oposição teria sido o apoio unido dos partidos de esquerda e dos dissidentes da situação a um candidato de fora dos quadros da esquerda. O homem que reunia as melhores condições, como pessoa

---

\* Publicado na revista *Carta Capital* em 14 de outubro de 1998.

e como proposta, era, no meu entender, **Ciro Gomes**. A segunda solução seria marchar com duas candidaturas: uma da esquerda, em volta de **Tarso Genro**, e outra de fora da esquerda tradicional, de **Ciro**. Teria a dupla vantagem de facilitar a renovação do PT e da esquerda, e de abrir espaço para a candidatura alternativa de oposição. Acabou prevalecendo, por conta das dificuldades internas do PT, a insistência na candidatura **Lula**. Os partidos de esquerda e o Palácio isolaram **Ciro**.

Tudo foi discutido exaustivamente entre nós todos da oposição, sobretudo nas reuniões periódicas que há três anos **Jorge Castañeda** e eu organizamos, primeiro no México e depois no Chile, para formular uma alternativa latino-americana ao neoliberalismo e a aliança entre centro e esquerda que teria de viabilizá-la. Apelei, pessoal e pateticamente, a cada um. Fiquei horrorizado ao ver os pequenos estrategemas triunfarem, pouco a pouco, sobre os grandes imperativos. Meu pensamento é todo ele uma luta contra a idéia do destino, da falsa necessidade. Não consegui, porém, quando mais queria, mudar o rumo e a estratégia das oposições. Exceto nisso: que ajudei a persuadir **Ciro Gomes** a atravessar o Rubicão quase sozinho, na esperança, temerária e indispensável, de encontrar suas tropas na outra margem do rio.

O resto, as circunstâncias completaram. O instituto da reeleição suprimiu as divisões dentro do situacionismo. Os interesses dos magnatas da mídia os levaram a acumpliciar-se no sufocamento do debate eleitoral. E a legislação eleitoral tratou a campanha como uma quermesse, vigiada e curta. Sonogou-se ao país o debate de que, desesperadamente, precisava.

O que não fizemos por um caminho teremos, agora, de fazer por outro, mais longo e árduo. A opção, amordaçada na campanha, terá de falar no curso do segundo mandato. Por um pacto nacional que, aliando os empresários aos trabalhadores e juntando elementos de todo o espectro político, ofereça ao presidente reeleito base para mudar de rumo diante da crise. Base para redefinir-se na história do país como o **Roosevelt brasileiro**. Ou por uma oposição renovada que consiga, tardiamente, difundir no país uma proposta que, na próxima campanha, não poderá mais ser escondida do povo brasileiro.

### *O primeiro projeto: a paleortodoxia*

O governo, dizem os defensores do primeiro projeto, hoje representados pela equipe econômica atual e pelos seus interlocutores estrangeiros, gasta demais. O déficit primário – o que o governo gasta antes de pagar os juros de sua dívida – seria a causa dos nossos males. Precisamos de ajuda externa para defender o real e ganhar tempo para disciplinar as contas do governo. Não podemos continuar vivendo além dos nossos meios.

A lógica dessa posição completa-se com a idéia da dolarização da economia, embora nosso governo relute em levar aquela lógica a esse limite. Um *currency board* à Argentina, lastreando reais com dólares, obrigaria o governo a disciplinar-se, asseguraria a estabilidade da moeda e ajudaria a manter a confiança dos investidores estrangeiros. Afinal, só há dois regimes cambiais que funcionam bem numa economia aberta, sujeita a grandes movimentos de capital: o câmbio flutuante e o câmbio lastreado em moeda forte. A libertação do câmbio, segundo esta concepção, não serve para economias fracas. Potencializa a instabilidade e deixa a política monetária sujeita a pressões inflacionárias.

Mas que ortodoxia é essa? Não é, por exemplo, a ortodoxia de Milton Friedman, que atacou o banco central americano por haver ajudado a transformar, em 1930, pânico em depressão por uma política monetária restritiva. É a ortodoxia de Oliveira Salazar, em Portugal, como foi a de Campos Salles e Joaquim Murinho, no Brasil ou, até, a do Tesouro inglês dos anos 30. Não é a ortodoxia dos fortes nem dos fracos que querem se fortalecer. Já foi a ortodoxia dos fortes e confusos. Hoje é apenas a ortodoxia dos fracos que se resignaram com a sua fraqueza.

O estopim de nossa crise atual foi um déficit em nossas contas externas, seguido por uma baixa catastrófica de nossas reservas. Antes dessa crise, já vivíamos crise não declarada. Recebíamos como financiamento externo o equivalente a cerca de 4% de nosso PIB e mal estávamos crescendo. O dinheiro sumiu na defesa da ilusão cambial e no serviço de uma dívida descontrolada.

A idéia de que o problema todo esteja nos gastos perdulários do governo e se resolva pela frugalidade pública parece incompreensível até que se explicita sua lógica oculta. De 1871 a 1913, atingiu o auge o regime pelo qual as economias centrais lastreavam seu dinheiro em ouro. Na periferia, não se conseguia fazer o regime do padrão-ouro funcionar direito. Países como o Brasil viviam de uma crise a outra. Agora, o padrão-ouro não existe mais nas economias centrais. Querem restabelecer seu equivalente nas economias periféricas. Por quê? Para disciplinar a irresponsabilidade dos governos e manter a confiança dos governos e investidores estrangeiros. A dependência dos governos da confiança estrangeira seria menos o problema do que a solução.

Somos fracos. Não podemos gastar dinheiro que não temos e esperar que o resultado seja crescimento em vez de caos. Não podemos desvalorizar o câmbio em situação como a nossa e imaginar que as conseqüências sejam fáceis de controlar. Uma coisa, contudo, é sermos fracos. Outra é seguirmos caminho que nos condena a ficarmos fracos.

O que há de perverso na paleortodoxia é a facilidade com que aceita o empobrecimento do Brasil. Corta as pernas do país para cortar os braços do governo. Reequilibra as contas externas organizando recessão violenta e du-

radoura. A lógica implícita da falsa ortodoxia tem outra premissa. Amputemos as pernas porque é o que os americanos – governo e investidores – querem, e eles nos salvarão.

Não nos salvarão. Primeiro, porque a posição do Treasury e de Wall Street, de impor o equivalente ao padrão-ouro às economias da periferia, em troca de ajuda ocasional, está sob suspeição crescente nos Estados Unidos, contestada por aliança de progressistas e conservadores. Segundo, porque, passados alguns meses, a tendência dos juros nos Estados Unidos será subir e não descer. O crescimento dos agregados monetários, apesar de toda a conversa sobre deflação, prenuncia aperto monetário. O resto do mundo que se dane. A subida dos juros americanos anulará qualquer ajuda. Terceiro, porque a confusão financeira ameaça os próprios Estados Unidos. Chegará o dia em que os funcionários do Treasury deixarão de atender os telefonemas de seus clientes brasileiros.

Em vez de nos salvarem, darão, nas próximas semanas, uma cesta do Exército da Salvação para nos convencer a seguir a paleortodoxia. Pouca isca. Anzol grande. Muita dor.

A Rússia é governada hoje por parceiros de bandidos. Quando, porém, o FMI e os americanos foram lá recomendar algo parecido com o mesmo calvário que nos estão propondo, os russos disseram não, obrigado. Não precisamos, insistiram, de Camdessus tanto quanto de Roosevelt e do New Deal. E nós brasileiros vamos fazer por menos?

A China é o país que recebe mais capital estrangeiro, inclusive mais capital americano, no mundo. E faz tudo ao contrário da falsa ortodoxia. A superstição é menos poderosa do que a realidade.

### *O segundo projeto: a locomotiva das exportações*

Uma segunda proposta quer salvar a economia brasileira pelo caminho da exportação. O crescimento das exportações será a locomotiva do avanço. Para levantar as exportações, reivindica, em favor de nossos exportadores, condições iguais para competir. Corrigir, no primeiro momento de relativa tranquilidade, a sobrevalorização cambial, de preferência pela adoção do câmbio flutuante, precedida de período em que se amplie a banda de variação cambial tolerada. Conter o ônus tributário sobre a produção e manter a abertura das importações, já que não há exportação crescente sem importação ampla.

Qualquer projeto econômico para o Brasil tem o aumento das exportações como elemento indispensável. Quase tudo nesse projeto exportador está certo. O problema é o que ele não diz. Precisamos exportar porque precisamos também importar para renovar nosso parque produtivo. Mas a teoria da locomotiva transforma, pelo exagero, uma verdade em meia verdade.

Não seremos os únicos a procurar o caminho das exportações. Muitos outros países estarão pensando a mesma coisa. Num quadro de recessão mundial haverá limites severos à tentativa de cada um aumentar sua fatia do bolo.

O outro defeito, mais fundamental, da estratégia exportadora é confiar demais nos vínculos entre a vanguarda exportadora de nossa economia e o resto do nosso sistema produtivo. Veja o caso do México. O setor exportador da economia mexicana, sediado no norte do país, viraria, por meio do Nafta, parte integrante da economia dos Estados Unidos. O resto do México viria atrás. Não veio.

Os vínculos entre a vanguarda exportadora e a retaguarda doméstica são mais fortes no Brasil do que no México: nossa indústria não está ainda reduzida ao papel de contribuir com componentes intermediários, ou montagem de bens já prontos, aos processos produtivos das economias centrais. Mas se são mais fortes esses vínculos, continuam, também, limitados.

Não há solução para nós que não levante, junto com as exportações, a produção e o consumo internos. Como fazê-lo sem recair num protecionismo clientelista e empobrecedor?

### *O terceiro projeto: o novo protecionismo*

Aí vem – em nome do mercado interno – o discurso das importações predatórias, compartilhado pelo PT com os empresários que produzem para o mercado interno e competem com as importações. Há razões para resistir ao dogma do livre comércio absoluto e instantâneo. Nenhum país na história moderna enriqueceu obedecendo a ele. Entre os resistentes, sobressaiu, até recentemente, nosso modelo predileto, os Estados Unidos. E há margem, em nossos compromissos internacionais assumidos, para política seletiva e seqüenciada de defesa.

Há, porém, problema a resolver para assegurar que a defesa ajude a levantar o país em vez de apenas promover, à custa dele, um “lobby”. Proteção sem concorrência não vira aumento de produtividade e riqueza. Vira aumento de preço. Vira estagnação econômica e tecnológica. Por isso, uma política de defesa seletiva só é aceitável no quadro de iniciativas que radicalizem a competição interna dos produtores domésticos.

Para isso, não basta o negativo: impor legislação antitruste vigorosa. É preciso, também e sobretudo, o positivo: assegurar a número muito maior de empresas e empreendedores, existentes e potenciais, o acesso ao crédito, à tecnologia, ao saber e aos mercados. Democratizar a economia de mercado no Brasil. Enquanto não o fizermos, estaremos condenados a optar entre um

livre comércio de terra arrasada e um protecionismo interesseiro e custoso. Faltar-nos-ão as condições sociais para abertura criteriosa.

O desfecho mais provável da situação atual é que o governo reeleito dá um pouquinho a cada um desses projetos. É o estilo de governar que temos visto no Brasil. Comportar-se bem diante das potências e dos financistas estrangeiros sem afrontar nenhum grande interesse interno.

Significa quebrar o estrangulamento das contas externas sem resolver, de forma decisiva, o problema do refinanciamento do Estado e da reorganização da economia brasileira. E deixar o governo sem recursos nem confiança para investir no social e induzir o desenvolvimento. Não é futuro catastrófico. É apenas futuro medíocre. Deixa o país dividido, pobre e vulnerável. Onde está a alternativa?

### *Poupança e produção*

Repensar a crise no mundo ajuda a construir a alternativa brasileira. Nenhum aspecto desta crise é mais surpreendente do que a superficialidade com que tem sido discutida. A crise dos anos 30 encontrou um mundo com muito maior pluralismo intelectual do que o mundo de hoje. Por isso, conseguiu aproveitar a crise para repensar as instituições e a economia real. Hoje discutem truques, como o controle dos fluxos de câmbio ou capital, ou banalidades, como a ampliação do diálogo internacional e o fortalecimento da regulação financeira. A crise, porém, é uma grande oportunidade, no Brasil como em todo o mundo, para refazer a economia de mercado, reconciliando-a com a democracia e radicalizando seu experimentalismo prático. Ela coloca quatro grandes temas na ordem do dia.

O primeiro é a relação entre poupança e produção, finanças e indústria, dinheiro e economia real. Mesmo nas economias de mercado mais ricas, a maior parte do dinheiro mobilizado nos bancos e nas bolsas de valores guarda relação tênue com o financiamento da produção. O sistema produtivo financia-se, sobretudo internamente, pelos lucros retidos. Grande parte do potencial produtivo da poupança desperdiça-se no que John Maynard Keynes chamou de cassino financeiro. O que deveria ser responsabilidade central do sistema financeiro – o “venture capital”, o investimento em empreendimentos emergentes –, ocupa parte minúscula de seus recursos e energias. O capital financeiro, relativamente desligado da economia real, passeia numa montanha-russa de manias e pânicos, expansões e contrações, impondo prejuízos reais à economia real.

A tarefa é estreitar os vínculos entre a poupança e a produção, acumpliciando o dinheiro mais intimamente com a economia real. Para isso, temos de refor-

mar os sistemas financeiros, impedindo que governos e populações banquem os erros dos que sentam à mesa do pano verde. Sobretudo, temos de construir, fora do conjunto tradicional de bancos e Bolsas, novas pontes entre a poupança e a produção. O “venture capital”, privado e social, tem de estar no centro do sistema.

### *Vanguardas e retaguardas produtivas*

O segundo tema é a relação entre vanguardas e retaguardas produtivas. Há uma revolução econômica em curso no mundo. O cerne do novo vanguardismo econômico é, mais do que grande capital ou alta tecnologia, a transformação da produção em aprendizagem e inovação permanentes. Esse experimentalismo produtivo prospera, porém, apenas em ilhas produtivas, como o Silicon Valley, na Califórnia, ou a região de Emília Romagna, na Itália. A maioria da população fica fora.

A economia mundial está sendo reorganizada como rede internacional de vanguardas produtivas que se comunicam diretamente entre si, trocando não só dinheiro, bens e serviços, mas também pessoas, idéias e métodos. Temos também a nossa. As emoções suscitadas pelo vaivém do capital financeiro escondem o avanço constante dessa força poderosa e fecunda.

Da divisão entre vanguardas e retaguardas produtivas nascem as grandes desigualdades. O vanguardismo produtivo pouco precisa do Estado para prosperar em suas ilhas. O apoio público é necessário para difundi-lo. Como dar esse apoio sem cair no dirigismo ou no clientelismo? Só criando entre o Estado e as empresas um nível intermediário de organizações de fomento e de apoio, descentralizado, responsável e independente. Só organizando os instrumentos de nova parceria descentralizada entre o Estado e os produtores privados. Foi assim que se organizou em grande parte do mundo a agricultura de padrão familiar. Falta, porém, forjar os instrumentos para fazer o mesmo pela economia como um todo. É tarefa que converge com a outra, de estreitar os vínculos entre a poupança e a produção. É de importância central numa economia como a nossa, marcada por forma extrema de dualismo desigualizador.

Dai nasce nova concepção da política social e trabalhista. Em vez da defesa dos direitos adquiridos de uma minoria de trabalhadores relativamente privilegiados lotados nos setores avançados, uma democratização radical do acesso às oportunidades e aos instrumentos produtivos em proveito de todos. E uma formação constante de capacidades, ao longo da vida, para que o cidadão-trabalhador possa prosperar em meio à mudança.



### *Mobilidade do capital e mobilidade do trabalho*

O terceiro tema é a relação que deve existir entre a liberdade de que gozem o trabalho e o capital para atravessar fronteiras. Aquilo que se chama de economia mundial livre é um regime em que o capital adquire logo todo o direito de correr mundo, enquanto o trabalho fica preso no Estado-nação ou em blocos de países relativamente homogêneos como a Comunidade Européia. A teoria é que a movimentação do capital fará convergir os salários em todo o mundo. A realidade, contudo, é o que a crise está mostrando. Há alternativa: que capital e trabalho ganhem juntos, porém em pequenos passos gradualistas, o direito de atravessar fronteiras. O resultado seria liberdade econômica mais segura porque mais social.

O quarto tema é o desenho das organizações econômicas multilaterais. As organizações do sistema de Bretton Woods, como o FMI e o Banco Mundial, confundem sua tarefa de manter a economia mundial aberta como tentativa de impor em toda parte o ideário neoliberal e o respeito aos interesses dos credores. Só se respeitará o pluralismo nas organizações Bretton Woods quando a rebeldia e a divergência se estabelecerem em alguns dos grandes países continentais periféricos: China, Rússia, Índia, Indonésia e Brasil. A rebeldia deles ajudará a reabrir o debate dos futuros alternativos da sociedade nos países ricos. A história recomeçará.

A última grande heresia em economia política foi a doutrina de Keynes. Agora precisamos – o mundo e o Brasil – de outra heresia, informada por aquilo que mais falta ao keynesianismo, como a toda tradição inglesa do pensamento econômico, a imaginação institucional.

No Brasil, ouve-se com sofreguidão cada palavra dos economistas americanos sobre o país e a crise. Em Cambridge, Massachusetts, porém, encontro, entre os economistas práticos, exaustão e perplexidade. Reconhecem, muitos, haver chegado aos limites de seu entendimento.

Acreditam que há mais chance de visão renovadora aparecer nos países em desenvolvimento do que nas economias centrais. Se um ideário alternativo forte surgisse num país como o Brasil, sua propagação pelo mundo seria hoje rápida e sensacional. Viajaria nos ventos da crise.

### *Uma alternativa nacional e produtivista*

No bojo da crise, os brasileiros precisam conspirar contra uma recessão que ameaça ser destruidora de riquezas, gente e esperanças. A mobilização dos recursos nacionais contra a recessão é a verdadeira defesa do real. Cinco diretrizes devem nortear um projeto alternativo que todo o país possa apoiar.

A primeira diretriz é desvincular a taxa de juros interna das condições para a manutenção de equilíbrio nas contas externas. Para isso, temos de caminhar em direção a um regime de câmbio flutuante, precedido por um período de transição em que se amplie a banda de variação tolerada. Dois regimes cambiais funcionam num mundo de economias abertas e grandes movimentos de capital: o câmbio flutuante e o franco atrelamento de moedas fracas ao equivalente em ouro, o dólar, como no regime do *currency board* e o câmbio flutuante. A dolarização, porém, só faz sentido no contexto da paleoortodoxia, com sua amputação dos braços do governo e das pernas da produção. O que não funciona é o que temos tido: um câmbio mais ou menos tabelado, combinado com uma abertura relativamente grande aos movimentos de capital. Flutuar o câmbio não é solução; é retirada de obstáculo a qualquer solução.

Se a reforma do regime cambial vier antes de uma demonstração de força econômica e política não será reforma. Será debandada. A ajuda externa, por pequena e comprometedora, não basta. Precisa vir respaldada pelo começo da adoção das outras diretrizes e pelo apoio popular.

Portanto, tem de ocorrer não no começo, mas perto do começo, e se não na calmaria, pelo menos não durante a tempestade. Se possível.

Até lá, o que importa é defender as reservas e transformar essa defesa em marco regulatório dos fluxos de capital. Tributemos o capital de curto prazo na entrada. Coibamos, na saída, a fuga pelo mercado flutuante e o gasto ilimitado de divisas em consumo e diversão. E tratemos de desenvolver, em defesa dos pequenos exportadores e importadores, e com o dinheiro deles, por analogia ao seguro do depósito bancário, um sistema de hedges (ou seguros) contra a volatilidade cambial. Combinar o câmbio flexível com o reforço de limitações à conversibilidade da moeda na conta de capital até que novo ordenamento internacional imponha limites ao cassino.

A segunda diretriz é recuperar a capacidade de investimento público, reconciliando o real com as condições do crescimento. O governo precisa ser refinanciado por impostos que incidam sobre o consumo, aliviando a produção e o salário. Podemos até isentar as exportações de um IVA de alíquota alta, na medida em que nossos compromissos internacionais o permitam. Tributação injusta? Claro que é. O que importa, porém, a curto prazo, mesmo para a causa da igualdade maior, é assegurar ao governo recursos para investir no social, minimizando o efeito debilitante da tributação sobre os incentivos para trabalhar, poupar e investir. Depois podemos tratar de tornar também igualizadora a tributação do consumo, fazendo-a incidir, em escala progressiva, sobre a diferença entre a renda e a poupança investida de cada contribuinte.

A tributação do consumo deve vir acompanhada de guerra contra a sonegação. Nenhum sonegador está na cadeia no Brasil. Muitos precisam estar,

começando pelos mais graúdos, para que se estabeleça a mais importante confiança: não a confiança dos investidores estrangeiros em nossa economia, mas a confiança dos cidadãos brasileiros em seu governo. O refinanciamento do governo e a reforma do regime cambial permitem, por sua vez, reorganizar a dívida pública interna, aumentando os prazos, baixando os juros, e libertando tanto governos quanto empresas de um ônus que transforma a inanição em fatalidade.

A terceira diretriz é forçar a elevação da poupança interna, tanto privada quanto pública, para substituir o financiamento externo enquanto se estreitam os vínculos entre poupança e produção. Nem a idéia pré-keynesiana de que poupança é sempre solução em vez de ser também problema. Nem o keynesianismo bastardo, segundo o qual basta crescer de qualquer jeito que o dinheiro vem depois. Se for com o dinheiro dos outros, pode dar no que deu. O princípio é que o capital estrangeiro é tão mais importante quanto menos se precisa dele.

Devemos instituir poupança compulsória, proporcional à renda dos cidadãos.

E construir novos vínculos entre poupança e produção. Não basta fortalecer a proteção dos acionistas minoritários. Temos também de estabelecer, fora das Bolsas, fundos previdenciários que recebam o dinheiro da poupança compulsória e o invistam em empreendimentos emergentes, fazendo o grande trabalho do "venture capital".

A quarta diretriz é usar esse esforço para enfrentar a divisão entre vanguardas e retaguardas produtivas. Ajuda para muitos no lugar de subsídios para poucos. Democratizar o mercado em vez de simplesmente regulá-lo. Temos de descentralizar o acesso ao crédito, à tecnologia e ao saber em favor de todos que continuam excluídos da vanguarda internacionalizada de nossa economia.

A terceira e a quarta diretrizes juntas compõem o cerne da alternativa. São elas que lhe dão seu caráter ao mesmo tempo democratizante e produtivista. Das inovações institucionais que inaugurariam, resultariam no futuro regimes alternativos de propriedade, privada e social, coexistindo na mesma economia e aprofundando o experimentalismo descentralizador que é o gênio dos mercados.

Para os economistas e ideólogos de hoje, tudo que não seja a alocação de recursos pelo mercado, tal como organizado hoje, é subsídio supressor do mercado. Mas o que de uma perspectiva pode parecer subsídio, de outra pode representar um passo na reorganização do mercado pelo alargamento do acesso aos recursos e às oportunidades. A experiência é que determina se é subsídio ou democratização. Aí reside a diferença entre rendição aos "lobbies" – dos produtores domésticos ou dos grandes exportadores – e rebeldia nacional contra a paleoortodoxia.

A quinta diretriz é assegurar a demanda que sustente esse ímpeto produtivista. E assegurá-la por meios que não dissipem, por novo surto inflacionário, ganhos em ilusões e frustrações. Generalizando a participação dos trabalhadores nos lucros das empresas. E lançando, em favor dos trabalhadores pobres e dos desempregados, programa maciço de obras públicas, para reconstruir a base física da vida popular no Brasil e elevar o nível de atividade e emprego na periferia da nossa vida econômica. Se há dogma que ocupa hoje na ciência econômica o lugar que o lastreamento da moeda em ouro ocupava em 1920, é a idéia de que a participação do salário na renda nacional não pode aumentar mais rapidamente do que os ganhos de produtividade. Do contrário, perde-se o ganho real, supostamente, em inflação. Essa idéia, quase universalmente aceita, é falsa. Países em níveis semelhantes de desenvolvimento diferem radicalmente na parte da renda nacional que atribuem ao trabalho. Características naturais e demográficas explicam parte da diferença, mas nem toda. A política e as instituições explicam o resto. Não se pode assegurar salário real maior por decreto. O que se pode fazer é adotar soluções, como a participação nos lucros, que fortaleçam os trabalhadores sem deprimir a produção e o emprego.

As circunstâncias ditarão a seqüência das iniciativas que compõem esta alternativa. As linhas gerais, porém, são claras. Primeiro, defender as reservas e negociar as bases do refinanciamento do Estado e da reorganização da poupança. Depois, reformar o regime cambial enquanto se começa a mobilizar os recursos nacionais. Por fim, ampliar o acesso às oportunidades e aos recursos do projeto mobilizador para reconciliar o produtivismo com a democracia, e a abertura dos mercados com o soerguimento do país. Nada disso pode acontecer como presente de uma tecnocracia iluminada a uma população passiva. Algumas dessas medidas exigem sacrifício. Muitas requerem engajamento amplo da sociedade. O projeto produtivista precisa vir acompanhado de inovações que sinalizem a seriedade do compromisso social, criemos instrumentos de uma política inovadora e coloquem o Estado sob a vigilância da sociedade civil. Não é possível salvar a economia brasileira sem colocar o trabalhador e o cidadão de pé.

Temos de resgatar o núcleo de prestação social do Estado, em educação e saúde, que, pelo tamanho e pela qualidade, incorpore a classe média. Educação pública e saúde pública só vão prestar – prestar para todos – quando a classe média estiver dentro delas. E só quando estiver dentro delas é que a classe média sairá do sufoco e levantará a cabeça para mudar o Brasil, como já fez tantas vezes na história do país.

E temos de criar as bases para uma política democrática de alta energia, que tire a política do controle das minorias organizadas e desfaça a cultura da desilusão política. Para isso, é preciso sanear a relação entre dinheiro e política por intermédio do financiamento público das campanhas eleitorais. Quebrar os oligopólios da mídia, que negam à democracia brasileira o espaço

coletivo para a discussão dos problemas coletivos. Criar as condições para ter partidos fortes, aproximando-os tanto quanto o possível do sistema em que o eleitor vote em partido, não em candidato. Dotar o regime presidencial de mecanismos para a pronta resolução de impasses, por plebiscitos programáticos ou eleições antecipadas, sem perder o potencial mudancista do presidencialismo. E administrar ao país um choque libertário, fortalecendo os instrumentos práticos com que possam os brasileiros comuns conhecer e reivindicar seus direitos.

O tipo de democracia desmobilizada que existe hoje no Atlântico Norte não serve a um país como o nosso, que precisa forjar suas instituições, sua estratégia e sua identidade. A democratização do mercado tem como contrapartida o aprofundamento da democracia.

### *O que falta*

A construção de uma alternativa prática e produtivista, social e democratizante exige grande pacto nacional. Do governo, que deve aproveitar a crise para mudar de rumo e rejeitar a tentação de apenas conceder um pouquinho a cada um dos projetos elitistas. Do presidente reeleito, que se recuse a usar o vocabulário da união nacional para cobrar apoio a uma política já malograda em todos os países vitimados pela crise e que se transforme para ter o direito de pedir transformação ao Brasil. Dos empresários, que não atuem como aglomerado de "lobbies" e busquem a defesa dos próprios interesses e que ela seja duradoura porque isso deixa o país todo crescer. Dos controladores da mídia, que permitam a discussão nacional que calaram na campanha. Dos partidos da base governista, que se insurjam contra uma recessão destruidora que lhes será debitada. Das oposições, que superem a desconfiança e o preconceito, na certeza de que, se malograrem na proposta do pacto, ter-se-ão credenciado perante o país como agentes da alternativa necessária. Das lideranças sindicais e sociais, que vejam na crise oportunidade para dar impulso ao que todo o Brasil quer: um surto de desenvolvimento, dinamismo e esperança, com base social mais abrangente do que os ciclos de crescimento que já vivemos.

O subjetivo atrapalha mais do que o objetivo. Sempre há duas maneiras de definir e defender o interesse de qualquer grupo: um, que aceita o sistema existente e procura resguardar o nicho do grupo contra os rivais; outro, que busca alianças e aceita, por isso, mudanças. A primeira abordagem costuma parecer mais prudente porque os interesses costumam ser míopes. Crises, porém, incitam a ver mais longe: aumentam o custo da miopia.

Faltam idéias. E falta acreditar na grandeza do Brasil, em sua capacidade de se levantar e de se refazer. Talvez sejam agora os únicos recursos indispensáveis que nos faltem.

## A SEGUNDA VIA: PRESENTE E FUTURO DO BRASIL\*

*“Se o tolo persistisse em sua tolice, ficaria sábio.”*

Blake

### A CHAMADA

#### *Uma visita: rejuvenescimento instantâneo*

No final de 1998, antes de deixar por algum tempo o Brasil, visitei, no Rio de Janeiro, um velho economista responsável por um dos últimos e únicos esforços de originalidade e independência demonstrados pelo pensamento brasileiro na segunda metade do século vinte. Fui à busca da compreensão produzida por longa vivência de engajamento. Encontrei o que buscara e mais alguma coisa. Ele tratou de ministrar-me a lição penosa dos fatos, encaixando minhas aspirações exorbitantes nas realidades impiedosas do país.

O Brasil, explicou-me ele, foi, desde o início, apenas um acampamento, levantado e engrossado por gente sem compromisso duradouro uns com os outros: uns, à busca de ganho fácil; outros, transportados para aqui em correntes ou subjugados, a ferro e fogo, no litoral e nas selvas do país. Depois, um pequeno grupo colocou sobre o acampamento um Estado mais ou menos independente.

Montados nesse palanque, homens como José Bonifácio apareciam de vez em quando, formulando idéias práticas e progressistas para dar ordem e direção ao acampamento. Para isso, sempre tiveram que manobrar, precariamente, entre um povo despreparado, desinformado, dependente e desorga-

---

\* Publicado como encarte especial na revista *Carta Capital* em 1<sup>a</sup> de setembro de 1999.

nizado, e elites que, embora míopes e entreguistas, haviam afiado, durante gerações, o instinto de sobrevivência. Estas elites nunca se deixaram impressionar com o palavrorio ideológico do momento. Sabiam usá-lo e desusá-lo de acordo com as conveniências.

O país avançou aos trancos e barrancos. Aos poucos, aumentou o número de pessoas e grupos menos dependentes e, portanto, mais capazes de apoiar os Josés Bonifácios contra o monstro de duas cabeças: pasmaceira popular, mesquinharía oligárquica. Estávamos prestes a virar país e deixar de ser acampamento.

Sobreveio, então, desastre inesperado. O palanque em que era possível subir para orientar o acampamento começou a ruir. O Estado, instrumento indispensável de mudança numa sociedade desigual, dividida e, sobretudo, pouco organizada, começou a ir para o brejo econômico, administrativo e espiritual, sob uma onda irresistível de forças e idéias, vindas de fora e chamadas por nomes toscos como “globalização” e “neoliberalismo”. Para piorar, tudo ocorre numa época em que uma só potência – os Estados Unidos – controla cada vez mais o mundo, impondo preço alto a quem, em palanques locais, insista em idéias contrárias à nova visão de convergência modernizante e mundial.

Ficaremos só com a velha vida do acampamento, agora sem o contrapeso da orientação ocasional que vinha de cima? Ou haverá, do outro lado desse túnel, a luz da resistência social e a disposição de construir novo Estado e novo projeto nacional? Por enquanto só há túnel. O resto é fantasia. Boa sorte, disse-me, com um sorriso triste, meio entre benevolente e exasperado comigo, o velho militante de idéias e reformas.

Se te parecer, leitor, que o retrato traçado por meu interlocutor é peculiar, estás enganado. Ele é compartilhado, em maior ou menor grau, pelos homens e pelas mulheres mais preparados e conscientes do país, no governo e na oposição, desde o atual presidente da República até alguns de seus adversários mais ferrenhos; pelos seus pares no empresariado, na mídia, nas artes e nas academias; e por todos que se orgulham de resistir às ilusões da época sem negar as imposições da realidade.

E eu? Eu sei que aquela história conta parte verdadeira e importante de nossa história e descreve muito do Brasil atual. Era preciso reconhecê-lo sem medo, vendo, cara a cara, o que somos. Falta-lhe, porém, um elemento essencial: a imaginação dos futuros alternativos que convivem dentro do presente brasileiro, a intuição da excitação subterrânea que corre no país, a certeza de que a história, tanto no Brasil quanto em todo o mundo, está apenas começando um grande momento de inflexão. Por conta desta inflexão, a rebeldia nacional e democrática parecerá, outra vez, não apenas justa, mas também sensata e sábia. É o que procuro mostrar, para o Brasil de hoje, neste artigo não jornalístico de jornal.

Sai da visita possuído por uma alegria que reconheço haver sido temerária e provocadora, como se meu interlocutor, sem querer nem saber, houvesse colocado em minha mão uma tocha. Era tudo o que eu queria: a promessa de uma luta de muitos anos, num vasto e desordenado país, que anda às tontas, mas conta com o predicado mais importante, a vitalidade. (Quem pensa mais profundamente, escreveu o poeta Hoelderlin, ama o que tem mais vida.) Uma luta contra forças que parecem todo-poderosas, mas que são, no fundo, fracas, porque organizadas para uma retirada e uma rendição.

E meus correligionários? Não diria, como os marxistas, que eles estavam predestinados a sair desta ou daquela classe social. Sairiam de toda a parte, ou de nenhuma. Encontrá-los-ia no caminho.

## A SITUAÇÃO

### *Endinheirados confiantes*

"Happy days are here again." Grande parte da elite de dinheiro e poder no Brasil festeja uma suposta superação da crise financeira que se abateu sobre o país na seqüela dos baques sofridos por algumas economias da Ásia e pela Rússia. A previsão é de inflação sob controle, câmbio contido em patamar adequado de desvalorização e, depois de alguns meses de sofrimento inevitável (já abreviados pelo desempenho espetacular da agricultura), recuperação do crescimento.

Tudo parece demonstrar aos detentores do poder o acerto da submissão à Nova Roma (os Estados Unidos, representados pelo Departamento do Tesouro, por Wall Street e pelo biombo chamado FMI). O caminho, dizem, é único e estreito. Escaldados pelas heterodoxias custosas de um passado ainda recente e confiantes em gente que pensa e atua de acordo com as idéias da Nova Roma, prevêm a lenta reconciliação do país com o realismo: realismo fiscal, realismo previdenciário, realismo salarial, realismo sobre o que o Estado é e não é capaz de fazer pelo Brasil.

Os juros baixarão lentamente e, com eles, a dimensão do problema do endividamento do Estado. À queda das importações, seguir-se-á, pouco a pouco, o fortalecimento das exportações. A reorganização da indústria e da agricultura, já em curso antes do colapso do câmbio, recomeçará sem o ônus de um regime cambial insustentável. Antes que o governo possa investir pesado no social, os brasileiros mais dinâmicos, em todas as classes, começarão novamente a enriquecer. Depois da riqueza, virá a decência social.

Vêm o povo brasileiro ainda como horda de gente semibárbara, desqualificada para as exigências da vida contemporânea e mal emergindo das mazelas de um passado de ignorância e subjugação, porém já sob a batuta de homens afinados com o que há de mais moderno e racional no mundo.



A recessão que teremos (ou tivemos) de enfrentar será, pensam, parte do preço a pagar pela destruição dos obstáculos que nos desviaram do caminho único e estreito. Não seremos em futuro previsível um país de Primeiro Mundo, embora já contemos, sobretudo em São Paulo, com uma elite de Primeiro Mundo. Não vegetaremos, porém, em condições africanas ou nicaragüenses. Quem sabe se um dia o Brasil não será um Estados Unidos menor, dinâmico e desigual como o modelo, menos poderoso e inspirado do que ele, porém também menos envenenado por animosidades e obsessões?

### *O "lobby" da alegria*

Nem tudo na nova tranquilidade dos abastados é aposta e psicologia; algo é dinheiro no bolso agora. O "lobby" mais poderoso no Brasil hoje é o dos interesses financeiros, constituído pelos credores do Estado. Compõem-no não apenas os bancos que operam no Brasil senão também todas as pessoas que mantêm, nos bancos, as contas remuneradas, o que quer dizer todo o mundo que tenha dinheiro. É a elas que o Estado paga juros, supostamente exigidos pelos "mercados", que transformam cada endinheirado em "rentier".

Antes do real, este grupo se beneficiava da indexação diferenciada e das contas do "overnight". Agora, sob o regime da moeda estável, eles se beneficiam, sob a forma das contas especiais, do mesmo milagre da multiplicação os pães, só que sem os sobressaltos da inflação. Havia dois dinheiros naquela época. E há dois dinheiros agora. Alguns poucos lucraram fábulas, especulando, com ou sem informação privilegiada, contra o real. Muitos outros simplesmente continuam a embolsar os lucros constantes e seguros que servem, ao mesmo tempo, como expressão e garantia da prostração financeira e política do Estado. É uma história que lembra o lamento do presidente Hoover: "o único problema com o capitalismo são os capitalistas; são avarentos demais." (No país de Hoover, a resposta veio com Roosevelt. Nós ainda aguardamos.)

Idéias interesseiras e prestigiadas potencializam os interesses desse "lobby" plutocrático. Não haveria, segundo a visão formulada pelo Tesouro americano e por Wall Street, aprovada na imprensa internacional de negócios, representada no Brasil pelos professores banqueiros que cercam o poder e repetida todos os dias na mídia brasileira, nenhuma outra maneira de prevenir a falência e o descrédito do Estado, e a conseqüente ruína do real. O "lobby" não teria êxito se não contasse com a justificativa intelectual de seus interesses.

### *Classe média azedada*

E a classe média, sempre o centro de gravidade da política brasileira? Crescem os indícios de que ficou fora da festa. Parece, pelo contrário, estar azedando. Basta olhar em volta e conversar em qualquer cidade brasileira. O emprego sob ameaça, o crédito inviável, a viagem à Disneylândia fora de cogitação. O pequeno problema cotidiano – como reconciliar o que quero comprar com o que minha mulher e meu filho querem comprar? – tornou-se ainda menos solucionável do que antes.

A escola particular e o plano de saúde continuam indispensáveis à classe média. Pagá-los é um suplício que coloca cada família de classe média no fio de uma navalha social. O Estado parece cada vez mais longe da disposição e da capacidade de construir um sistema público de educação e saúde capaz de servir a classe média e, portanto, de ser reformada por ela.

Sobre as privações imediatas, pairam as humilhações impalpáveis. Revelou-se mentirosa a promessa de que o Brasil estava num atalho em direção ao Primeiro Mundo. A intuição predominante é que o Brasil se recuperará sem deixar de ser mais ou menos o mesmo Brasil de sempre: um país no qual uma minoria tem como imitar e reproduzir os padrões mais prestigiosos e lucrativos da modernidade americana e europeia enquanto o resto da população segue à distância.

Em toda parte, os grandes interesses privados continuam a monopolizar os favores do Estado. O nepotismo permanece a regra nos negócios privados.

Há certos caminhos de fuga. Um jovem de classe média de grande ambição e energia pode conseguir bolsa para estudar numa faculdade de economia nos Estados Unidos e integrar-se ao mercado financeiro quando voltar. Enriquecendo, pode passar a ser voz respeitada, dado que nada no Brasil confere tanta respeitabilidade quanto a combinação de credenciamento estrangeiro com êxito mundano. Tais escapes, porém, além de serem poucos e estreitos, são praticamente incompatíveis com qualquer desvio de originalidade de pensamento ou independência de atitude. É escravidão, e sua doçura não consegue obscurecer, para seus próprios beneficiários, seu aspecto corruptor e humilhante.

No dia-a-dia, continua a prevalecer o sentimento da impotência, sobretudo na capacidade de reivindicar tanto contra patrões quanto também e sobretudo contra o Estado os direitos que seriam as armas da dignidade individual. A intimidação é ainda hoje no Brasil o estilo dos poderosos.

O contraste crescente entre as respostas dos endinheirados e da classe média à situação do país representa agouro de mudança. As transformações mais importantes na história do Brasil sempre foram precedidas pelo distanciamento político e espiritual entre as elites proprietárias e a classe média. Foi assim com a Abolição da Escravatura, a Proclamação da República, o movimento liberal contra a Velha República, o desenvolvimentismo dos anos 50 e a campanha das diretas.

### *A classe média e o povão*

O povão – a massa popular brasileira – nunca deixou de seguir a classe média nos momentos em que ela produziu lideranças que, ao se distanciarem dos interesses e acertos plutocráticos, se colocaram à frente de uma visão renovada e generosa do caminho brasileiro. A idéia de um socialismo definido pela concentração pública dos meios de produção entrou e saiu da história do mundo e do Brasil sem que se desse forma viável e atual ao que continua sendo a aspiração de dezenas de milhões de famílias operárias: ascender à condição de maior independência econômica e respeitabilidade pessoal que elas identificam com a vida de classe média.

Dar conteúdo a esta aspiração, compartilhada tanto pela classe média quanto pelo povão, através de um Estado que democratize a economia de mercado e levante o brasileiro ajoelhado, é a chave para a solução de nossos problemas. É por isso que espera a grande maioria do país, ainda desalentada e desorientada. Continua, por enquanto, a ser uma espera no silêncio e na escuridão. Coexiste, tanto no operariado quanto na classe média, com o florescimento de mil formas de auto-ajuda, desde os cursos noturnos até os cultos evangélicos, praticada por gente que reconhece que a auto-ajuda não basta, mas que não sabe mais o que fazer.

Falta dar a essa frustração voz política: estratégias, forças, organizações e agentes políticos confiáveis. A frustração não será por si só capacitadora se não vier acompanhada de soluções. Falta partido. Falta abertura e independência nos meios de comunicação. Mas, contrariamente, ao que se insinua todo dia na mídia, já não faltam idéias, como já não faltam no mundo as condições necessárias à aceitação de um rumo diferente tomado por países como o Brasil.

### *A fantasia desfeita*

Entre o contentamento dos endinheirados e o azedume da classe média, qual é a realidade do país? As oposições erraram em supor que a desorganização cambial e financeira asseguraria a ruína do situacionismo. Bastou mudar o regime cambial para tirar o país do sufoco imediato. A economia não fará o trabalho da política: sem dar vazão construtiva à indignação da classe média, vinculando-a a veículo e projeto políticos, não há saída para o Brasil.

Nenhum dos problemas centrais da economia brasileira foi equacionado com a mudança, melhor tardia do que nunca, do regime cambial insensato que o governo teimava em impor ao país. O lugar de uma solução realista continua ocupado por um fiscalismo financeiro que representa o triunfo do dogma sobre a aritmética.

A aritmética orçamentária mostra que o grosso do dinheiro do Estado vai para pagar os juros da dívida interna. O que o Estado gasta no social, embora repartido com injustiça e usado com ineficiência, é sobretudo pouco. Nenhum grau de aperto no gasto social e nos salários e nas pensões dos servidores públicos resolverá o problema.

### *A dívida pública interna*

A dívida pública interna continua a crescer e a comprometer, com o pagamento de seus juros, perto da metade da receita federal. Pesou o impacto da desvalorização sobre a parte dolarizada da dívida. O que mata mesmo, porém, é a simples lógica dos juros compostos e de sua capitalização. É verdade que os juros poderiam continuar a baixar a ponto de não apenas estancar senão também reverter o crescimento do estoque da dívida, libertando o Estado do jugo financeiro que o está asfixiando.

Para que isso de fato aconteça, porém, não basta o bom comportamento. É preciso crescer mais e exportar mais. Apesar da mudança cambial, o caminho continua bloqueado.

### *O bloqueio das exportações*

As importações cairiam, com a desvalorização do real, sem que as exportações subissem. Atribuem parte do atraso a uma defasagem natural e parte ao ônus de direitos adquiridos e onerosos (o "custo Brasil"). Bastaria aguardar e persistir no programa liberalizante.

É uma meia verdade equivalente a uma mentira. Desconhece dois aspectos do problema: um, no plano da conjuntura; outro, no plano da realidade subjacente. O dado conjuntural é um depoimento eloqüente de que, neste vale de lágrimas que é o mundo, o bom comportamento não compensa.

No auge da crise cortaram as linhas de crédito comercial do Brasil. É medida extrema, reservada a países considerados mendigos (como certos países africanos) ou mafiosos (como a Rússia de hoje). Até hoje, com toda a demonstração de confiabilidade que o governo e a economia brasileira já deram, esses créditos só foram parcialmente restituídos e, mesmo assim, sob prazos e condições. Sem crédito comercial não há campanha exportadora que funcione, num país como o nosso em que tomar dinheiro de banco equivale a confissão de desespero.

O que multiplica o significado deste constrangimento conjuntural é que, por todas as razões que lembro em seguida, não conseguimos ainda preen-

cher nenhuma das condições necessárias a um surto duradouro de crescimento econômico, a não ser a indispensável e preliminar, de nos haver desvencilhado de uma moeda sobrevalorizada. E nos apresentamos para exportar mais num momento em que muitos países, menos bem comportados porém mais bem aparelhados do que o Brasil, precisam fazer o mesmo.

### *O crescimento ausente*

Parte da euforia do momento resulta da convicção de que o Brasil voltará a crescer depois de sofrer recessão menos violenta do que se antecipara no momento pior da crise. Às vésperas do colapso cambial de janeiro, o Brasil já vivia, há algum tempo, crise não declarada: a economia crescia a ritmo medíocre. A capacidade ociosa da indústria já era enorme. O desemprego declarado camuflava o alastramento do subemprego.

Digamos que a economia perca 2% do PIB em vez de perder 4% ou 6% e que em seguida recupere, lentamente, o que perdera e ganhe mais um pouco. Isso, em cima de situação antecedente de estagnação e subemprego, não é progresso. É tragédia. Só não é tratada assim, primeiro, porque representa o alívio de desastre ainda mais dramático e, segundo, porque o esfomeamento da produção continua a coincidir com a premiação do capital financeiro por um governo rendido a ele.

Estamos orientados para o crescimento, elevando a renda per capita do país a um ritmo de pelo menos 4% ou 5% ao ano, após haver recuperado o que continuamos, nesses dias de euforia iludida, a perder? Não estamos, e não estaremos sem uma grande reorientação das idéias, dos interesses e das forças que comandam o país.

## O CAMINHO

### *Por que não cresce a economia brasileira?*

O que causa o crescimento econômico? A ciência econômica de hoje meteu-se num beco sem saída que lhe deixa pouco de útil a dizer sobre um tema que até recentemente lhe servira de preocupação norteadora. Uma resposta simplificada, porém, é a seguinte. A curto prazo, o que causa o crescimento econômico é o nível de juros em relação às oportunidades de ganho. A médio prazo, é o nível de cooperação. A longo prazo, é o nível de saber.

Sabemos bastante sobre o primeiro fator: o nível de juros em relação às oportunidades de ganho; um pouco sobre o terceiro fator: o nível de saber; e quase nada sobre o segundo fator: o nível de cooperação. Este, porém, é

decisivo: cooperação entre trabalhadores, entre empresas (ainda que concorrentes), entre empresas e governos, entre o governo central e governos locais e sobretudo entre cidadãos no meio social em que se insere a atividade produtiva. Sem cooperação, os outros dois fatores ou não ocorrem ou deixam de produzir seus efeitos benéficos sobre o crescimento. Instituições – não só econômicas mas também políticas e sociais fazem o esqueleto da cooperação. Idéias, atitudes e disposições são seu sangue. É justamente neste campo que a tradição dominante, inglesa e americana, do pensamento econômico, pobre como é de imaginação institucional, revela suas limitações mais onerosas.

Os economistas costumam representar as práticas cooperativas como resposta a falhas de mercado: as pessoas cooperam quando não podem comerciar. O inverso é mais verdadeiro: o mercado é uma forma simplificada de cooperação entre estranhos. Só floresce num contexto hospitaleiro a práticas cooperativas e atitudes de confiança. Confiança e cooperação não misturam bem com desigualdade. Com isso, chegamos ao Brasil.

Quanto mais desigual a sociedade e mais dividida a economia, maiores os obstáculos à organização abrangente da cooperação. A defesa dos privilégios, o aperfeiçoamento do controle sobre os subordinados e a resistência destes, tipicamente passiva, contra o mandonismo ocupam o lugar que deveria ser tomado pelo experimentalismo cooperativo. A cooperação tem de ser organizada. A necessidade de organizá-la se traduz, numa sociedade tão desigual quanto a nossa, num imperativo de inovação institucional. Precisamos de instituições econômicas que democratizem a economia de mercado, descentralizando o acesso às oportunidades e aos recursos.

À luz de tais critérios, o Brasil está mal posicionado para iniciar um período duradouro de crescimento econômico. O ideário dominante do momento é o fiscalismo financeiro, uma regressão às idéias pré-keynesianas e às ilusões da época do padrão ouro. Ele identifica, nos sinais de austeridade fiscal dados pelo governo, razões suficientes para acreditar na volta do crescimento depois de duas décadas de mediocridade. A realidade, porém, diz o contrário.

### *A mobilização dos recursos nacionais: a tributação*

Não vamos nunca botar o Brasil para trabalhar, depois de duas décadas de mediocridade e estagnação, se ficarmos parados, aguardando entrar de novo na moda dos capitais internacionais. A idéia de fazer tudo para agradar a eles, ainda que para fazê-lo tenhamos de sacrificar a aritmética ao dogma e substituir a estratégia pelo espontaneísmo, representa ilusão ruinosa. Só sobrevive porque um sentimento de impotência (da parte do governo, diante de idéias que ele associa com o poderio dos Estados Unidos) passou a con-

vergir com uma experiência de locupletamento (por parte da classe numerosa que, como credora do Estado, lucra com as abdições da política oficial.)

Para dar início a um novo modelo de desenvolvimento democratizante, temos de obter receita pública alta ao mesmo tempo que desoneramos ao máximo a produção; assegurar, sobretudo pela reorganização da previdência, um nível mais alto de poupança do que temos; criar novos canais entre a poupança mobilizada e o financiamento da produção; e garantir, no início de novo surto desenvolvimentista, o nível de poder aquisitivo difundido que possa sustentá-lo.

A baixa dos juros é condição necessária porém não suficiente para fazer a travessia da estagnação ao crescimento sustentável e democratizante. Não basta para o crescimento sustentável porque não assegura a reconciliação do crescimento com o realismo fiscal e portanto com a estabilidade da moeda, nem com a poupança interna e portanto com a diminuição da vulnerabilidade a quedas de financiamento externo. Não basta para o crescimento democratizante – e só um crescimento democratizante poderá ser, a longo prazo, sustentável – porque não garante que o crescimento amplie sua base social à medida que acelere seu ritmo.

Depois de encurralar o “lobby” dos credores internos super-remunerados, o Estado precisa conseguir muito dinheiro com um mínimo de trauma para a produção. Só há, a curto prazo, um modo de fazê-lo: organizar um sistema tributário que incida sobre o consumo enquanto vá à caça dos sonegadores e comece a encarcerar os mais graúdos. A única maneira de produzir rapidamente muito dinheiro é a tributação indireta do consumo (via imposto sobre o valor agregado) com alíquota alta. A esquerda não gosta porque é tributo regressivo. A esquerda, contudo, está enganada: o que conta, a curto prazo, é o nível da receita e a maneira de gastá-la. A redistribuição se faz do lado do gasto.

### *A mobilização dos recursos nacionais: poupança, previdência e investimento*

O Brasil precisa de um nível de poupança que seja intermediária entre os menos de 20% que tem agora e os mais de 35% de que gozam algumas economias asiáticas. Acumulam-se os indícios de que poupança é muito mais resultado do que causa do crescimento. Esta tese, inatacável no abstrato, representa guia traiçoeiro em situação como a nossa porque não leva em conta a relação da economia nacional com o financiamento externo.

Quem não conta com poupança interna depende de capital estrangeiro. Quanto mais se depende do capital estrangeiro, mais perigoso, e menos útil, ele é. Mais dependente se torna o país do capital financeiro de curto prazo e, com toda a confusão resultante dessa dependência, menos atraente ao capi-

tal paciente e produtivo. A necessidade de mobilizar poupança não é imperativo eterno; é apenas condição para iniciar uma estratégia rebelde e forte de desenvolvimento nacional.

A tributação do consumo ajuda. Mas o que garante mesmo o resultado é a organização de poupança privada compulsória, progressivamente proporcional à renda das pessoas. Os princípios de progressividade, temporariamente sacrificados (por amor a resultados progressistas) no desenho da tributação, reaparecem no desenho da previdência.

Não temos por que escolher entre a previdência como contrato privado de poupança e a previdência como pensão pública desligada da obrigação de poupar. Reduzir a previdência pública a um mínimo para pobres e transformar a previdência privada na poupança dos mais abastados, a ser investida na bolsa, é perder duas oportunidades ao mesmo tempo: a de diminuir as desigualdades e a de estreitar o vínculo entre poupança e produção. Há de haver critérios para usar parte das contas mais ricas tanto para ampliar as mais pobres quanto para subsidiar ou complementar, por programas de renda mínima garantida, os salários mais baixos.

Não basta, entretanto, mobilizar a poupança sem reorganizar ao mesmo tempo a relação entre poupança e produção. Para que parte do dinheiro possa ser investida no mercado de capitais, as bolsas têm de ser reformadas, pela proteção agressiva dos acionistas minoritários, a profissionalização e despolitização dos investidores institucionais (como fundos de pensão) e a destruição de tudo o que impeça o mercado acionário de funcionar como verdadeiro mercado de controle das empresas. Para que essa massa de dinheiro poupado realize mais plenamente seu potencial produtivo, temos de construir, fora dos bancos privados e das bolsas de valores, uma segunda ponte entre finança e indústria: o "venture capital" público, porém descentralizado e competitivo, que descrevo adiante.

### *A mobilização dos recursos nacionais: salário e emprego*

A mobilização dos recursos nacionais exige, por fim, dinheiro no bolso do trabalhador. Num país como o Brasil, a política social redistribuidora mais importante é o salário. E salário significa também poder aquisitivo para sustentar o ímpeto de crescimento.

Os agentes do situacionismo alegam há anos estar preparando a substituição da âncora cambial da moeda por uma âncora fiscal. Agora que a política do subsídio cambial (o populismo dos abastados) ruiu, depois de roubar tanto trabalho e riqueza ao país, o dinheiro do que seria a âncora fiscal vai, em massa, para pagar os juros da dívida interna. Os cortes no social, insig-



nificantes na contabilidade ainda que cruéis nos efeitos, representam apenas uma genuflexão diante do altar dos mercados financeiros. A campanha justificada contra alguns absurdos na previdência e nos salários públicos serviu para dar cobertura ao injustificável.

A verdadeira âncora do real virou o salário rebaixado e o desemprego crescente do trabalhador brasileiro. Não seria nem preciso contestar o dogma da impossibilidade de sustentar ganhos salariais acima de ganhos de produtividade: evoluiu o salário abaixo da trajetória de ganhos de produtividade e seu declínio passou a coexistir perversamente com o aumento do desemprego.

Como, na esteira da baixa dos juros, ajudar a detonar o crescimento de uma maneira que simultaneamente amplie sua base? A solução é procurar as formas de aumentar o salário e o poder aquisitivo que, por suas características especiais, maximizem o efeito multiplicador sobre a atividade econômica e minimizem os efeitos de inflação e desincentivo ao emprego. Cinco medidas teriam, combinadas, o resultado desejado.

A primeira medida é decompor o discurso da "flexibilização" do mercado de trabalho em dois elementos. Há uma parte boa, a ser adotada prontamente: a abolição de todos os tributos e encargos que onerem a folha de pagamento e sua substituição pela tributação geral e indireta do consumo. E há uma parte ruim, a ser também prontamente repudiada e revertida: a flexibilização como eufemismo para descrever o enfraquecimento dos direitos trabalhistas, sobretudo os direitos de organização e resistência. Em vez de enfraquecê-los, temos de descobrir como estendê-los ao campo dos serviços e do trabalho temporário.

A segunda medida, aplicável do meio da hierarquia salarial para cima, é a regulamentação legal do princípio, previsto na Constituição de 88, de participação dos empregados nos lucros das empresas.

A terceira medida é a duplicação do salário mínimo, a ser precedida pela desvinculação do salário mínimo de qualquer multiplicador aplicado tanto no setor público (inclusive previdenciário) quanto, acima de três salários mínimos, no privado.

A quarta medida é o uso seletivo de subsídios públicos ao emprego dos trabalhadores de baixa renda, inclusive na forma de deduções do tributo principal, de alíquota alta, sobre o valor agregado.

A quinta medida é um conjunto maciço de projetos públicos em todo o país destinados à reconstrução do cenário físico da vida popular – sobretudo, saneamento, casas, creches, escolas e centros de adestramento – e o engajamento das comunidades organizadas nos projetos, através de frentes de trabalho. Trariam emprego, treinamento e recuperação dos instrumentos materiais de coesão e auto-ajuda comunitárias. Dariam, sobretudo, esperança aos desesperançados.

### *Entre o "laissez-faire" e o conluio*

Crescimento sustentável é crescimento pelo aumento de produtividade, não apenas pelo aumento do montante dos recursos físicos, financeiros e humanos investidos na produção. Aumento de produtividade, porém, continua a ser, como observou seu mais influente teórico contemporâneo, "a medida de nossa ignorância". Ninguém sabe explicá-la.

Tecnologia conta. Mas para usar tecnologia cada vez mais avançada não basta ter dinheiro, é preciso ter capacidade: não só capacidade técnica mas também capacidade organizadora e associativa. É preciso transformar a atividade produtiva, pouco a pouco, numa forma de aprendizagem, de experimentalismo prático.

Dentro de cada empresa, de cada setor da economia, de cada comunidade e do país como um todo, é preciso cooperar. É preciso não ficar paralisado pela desconfiança e pelo conflito. As pessoas têm de cooperar dentro de empresas e as empresas têm de cooperar entre si enquanto também competem. As empresas têm de cooperar com os governos. E toda a atividade produtiva tem de prosperar em ambiente de cooperação social.

No Brasil, hoje, a cooperação econômica não vai para frente porque toda a cooperação entre os endinheirados e os poderosos vira um conluio contra o interesse da maioria. Em cada setor da política econômica parece necessário escolher entre o "laissez-faire" e o conluio. Para acabar com o conluio parece inevitável acabar com a cooperação.

Basta lembrar um dos escândalos focalizados agora nos jornais, não porque seja excepcional mas justamente porque é típico. A desvalorização cambial encontrou muitas das maiores empresas brasileiras com um perfil oneroso de endividamento em dólar, e sem condições de exercer as opções que reorganizariam, de maneira proveitosa para elas, esta dívida. Interessaram o Banco do Brasil e o BNDES em participar, junto com um banco de investimentos estrangeiro, na securitização de seus "eurobonds". Dívidas em dólares virariam para elas dívidas em reais e dívidas de prazo mais longo passariam a ser dívidas de prazo mais longo. De quebra, bancos públicos forneceriam um "credit enhancement" (uma valorização dos créditos securitizados) na forma de garantias públicas contra a inadimplência por certo período.

A objeção é que se a intermediação financeira e o "credit enhancement" estão sendo devidamente pagos pelos vendedores e compradores privados, não precisam do Estado. Se não estão, há algo errado e intolerável. Um pequeno grupo de grandes empresas está apenas continuando o antigo jogo de capitalizar os lucros e socializar os prejuízos, anulando erros empresariais com favores políticos. Dir-se-á que o interesse público está empenhado no saneamento financeiro do setor privado. Quer também o governo ver seu

próprio acesso ao mercado internacional de capitais livre das sombras lançadas por devedores privados brasileiros em aperto.

Como, porém, permitir que em nome desse interesse indireto e controverso se mobilizem energias e recursos públicos para livrar a cara de um pequeno círculo de poderosos e apaniguados? Se a aposta deles no endividamento dolarizado tivesse dado certo, teriam compartilhado o lucro com o Estado, sob o argumento de que o Estado os estava assegurando, implicitamente, contra o malogro?

A impropriedade da intervenção favorecedora aumenta quando se descobrem no topo da lista de favorecidos os grandes oligopólios de mídia no país. (Levantada a celeuma, o maior bateu em retirada.) Já é subversivo da democracia que se haja tolerado a consolidação desses oligopólios. Permitir agora que se associem, como parceiros, ao Estado é desmontar os últimos tijolos da muralha que deve separar o Estado e os meios de comunicação. O pior Proer é o Proer da mídia.

### *Como distinguir coordenação estratégica de rendição aos "lobbies"*

O fundo do problema é sempre e em toda a parte o mesmo. A coordenação estratégica entre governos e empresas representa uma das formas básicas da cooperação de que vive o progresso prático. Empobrece o país ter de optar entre o *laissez-faire* e a rendição aos "lobbies", como forma degenerada da coordenação. O resultado prático será um pouco de *laissez-faire* aqui e um pouco de clientelismo ali. Mesmo os que nunca se deixaram seduzir pelo *laissez-faire* terão razões para preferi-lo à alternativa corruptora. Pois dessa corrupção nasce a desconfiança e da desconfiança, a incapacidade de cooperar.

O mesmo dilema se repete em escala maior quando se tenta formular alternativa desenvolvimentista ao fiscalismo financeiro. O país suspeita que desenvolvimentismo significa proteções tarifárias casuísticas e fila especial no BNDES e no Banco do Brasil. E não quer escolher entre a turma da fila especial e os preceptores americanos da submissão do Brasil e da passividade de seu Estado.

Para quebrar esse dilema estrangulador, não basta mudar de atitude. É preciso mudar de idéia, de governo e de instituições. A desprivatização do Estado e a democratização da economia de mercado são tarefas paralelas. Quatro iniciativas podem convergir para começar a executá-las.

A primeira iniciativa é uma organização descentralizada de apoio técnico, creditício e comercial aos pequenos e médios empresários, sob supervisão técnica independente, que faça para toda a economia aquilo que no século dezenove países tão diferentes quanto os Estados Unidos e a Dinamarca fizeram para a agricultura de porte familiar.

A segunda iniciativa é um reforço dramático dos poderes de vigilância investidos tanto no Ministério Público e no Judiciário quanto na cidadania.

A terceira iniciativa é uma revitalização da política, a começar pelo financiamento público das campanhas eleitorais e pelo desmonte dos oligopólios da mídia.

A quarta iniciativa é o desenvolvimento de carreiras públicas atraentes a jovens de classe média para libertar o Estado da tentação de recrutar, para dirigir seu aparato econômico, gente ligada por formação e perspectiva, de idéias e carreira, aos grandes interesses privados.

### *A renovação produtiva ilhada*

Uma das mudanças mais importantes vividas pela economia brasileira nas últimas duas décadas do século vinte foi uma elevação de padrão produtivo por algumas de nossas empresas. Nessas empresas começaram a despontar as características do produtivismo mais avançado: a atenuação de divisões entre tarefas de formulação e de execução, a mistura fluida de práticas de concorrência e cooperação, a busca do experimentalismo inovador como rotina contra as rotinas.

Quem estuda de perto tais mudanças descobre que elas se firmaram em empresas brasileiras, muitas ainda tidas como negócios de família, reféns da loteria hereditária. Já as multinacionais, embora mais meritocráticas, continuam, no Brasil, presas a um "fordismo" tardio: reproduzem aqui, para nosso mercado e com nossa mão-de-obra mais barata, práticas atrasadas, de hierarquia e padronização, que suas matrizes vêm abandonando.

A renovação produtiva no Brasil continua ilhada. Só uma parceria descentralizada entre governos e empresas, articulada por um nível intermediário de fundos e centros de apoio, descentralizados e independentes, pode generalizá-la. E só assim deixaremos de encenar o papel modesto e pobre que o roteiro de evolução econômica escrito pelos arquitetos e teóricos da nova ordem mundial nos reserva.

### *O saber desassistido*

Uma economia cresce a curto prazo movida por uma relação favorável entre o nível de juros e as oportunidades de ganho. A médio prazo, cresce por causa do nível de cooperação que seus trabalhadores e cidadãos consigam atingir. A longo prazo, porém, o que pesa mais no crescimento econômico não é ganho nem cooperação. É o saber difundido entre toda a população e encarnado em capacidades tanto teóricas quanto práticas. Saber para as-

similar, aproveitar, reinventar e reconstruir as idéias, as tecnologias e as práticas disponíveis no mundo.

É ilusão supor que podemos fazê-lo, num país tão dividido e hierárquico quanto o Brasil, por uma política de boas intenções e de pequenas injeções de recursos. Tal é, porém, a única política educacional que temos. Ela nos condenaria, por si só, a um futuro de mediocridade nacional se os outros fatores descritos já não barrassem o caminho de um crescimento sólido e duradouro.

De que precisamos para equipar os brasileiros com saber? Um Estado com muito mais dinheiro disponível (portanto, muito menos comprometido com o serviço da dívida interna); uma estrutura federal fluida que associe os três níveis da federação em colegiados com poder e capacidade para intervir nos municípios que não atinjam mínimos tanto de investimento por aluno quanto de desempenho educacional; uma carreira nacional de professores primários e secundários, com graus de compensação condicionados a níveis de qualificação e reavaliados no decurso de toda sua vida profissional; um método de ajuda à criança pobre em sua comunidade, com a participação das famílias e das associações comunitárias; um recrutamento ativo dos alunos mais talentosos e aplicados para programas intensivos de educação acelerada; um enfoque sistemático dos currículos na formação de capacidades de análise, crítica e inovação, abolindo o decoreba e antecipando, nos primeiros degraus do ensino, os traços de experimentalismo e cooperação que associamos com os melhores exemplos dos últimos degraus; e um investimento em centros de pesquisa científica e especulação teórica para formar quadros capazes de redirecionar o pensamento brasileiro, libertando-o do triste destino da cópia.

Só assim teremos uma educação pública que seja boa bastante para incorporar a classe média. E só quando a classe média estiver dentro da escola pública e do hospital público é que a escola e o hospital servirão para todos. Por ser beneficiária da prestação social do Estado, será fiadora de sua qualidade em proveito de todo o povo.

### *A família operária à busca do Estado*

Há dois grandes mundos sociais hoje que abrangem a maioria dos brasileiros: o mundo da família operária e o mundo dos emergentes sem padrinho. Ambos permanecem mais do que incompreendidos, quase invisíveis. Ambos precisam de um Estado capaz, livre da inanição financeira e do compromisso com as camarilhas de privilegiados e sanguessugas.

Quem visitar a periferia de qualquer grande cidade brasileira encontrará o mundo da família operária. Descobrirá uma sociedade dissolvida, cheia de energia e sem rumo.

A característica mais importante desta sociedade é o desmantelamento das famílias que a constituem. A família operária precisa de um Estado que chegue até ela e que não aguarde o êxito do novo modelo de desenvolvimento para começar chegando. Fundemos em torno da escola associações de mães, pais e professores que co-formulem e co-executem os programas sociais, inclusive os programas de apoio à criança em sua família e, quando necessário, de colocação da criança em família substituta. Financiemos agentes públicos comunitários incumbidos de identificar as crianças e famílias que esse trabalho associativo não alcance e de integrá-las nas redes públicas de educação e saúde. Disseminemos o crédito popular, com garantia solidária dos pequenos grupos empreendedores. Lancemos projeto maciço de construção de moradias populares para produzir rebuliço econômico, oportunidades de colaboração e o palco de vida comunitária.

Esta atuação multiforme é incompatível com a forma de federalismo que herdamos, com sua distribuição estanque de recursos e responsabilidades entre governos federal, estadual e municipal. As responsabilidades básicas de execução devem estar investidas nos governos municipais. Precisamos, porém, de uma estrutura transfederal, operada por colegiados de que participem os três níveis de governo. Cabe a essa estrutura transfederal velar por mínimos de investimento *per capita* e de resultado efetivo em cada área da política social. Quando o município deixar de atingir qualquer um dos mínimos a estrutura federal precisa intervir para consertar o problema, seja de financiamento ou gestão. É quando a própria estrutura transfederal malogra, os cidadãos precisam de recurso eficaz ao Judiciário. Este interviria, nomeando administradores profissionais e seqüestrando receitas públicas necessárias ao pagamento das intervenções corretoras.

### *Os emergentes à busca do Estado*

Há um segundo mundo que forma hoje, junto com a família operária, a maioria brasileira. É um mundo de pequenos empreendedores e semiprofissionais, de "self-made men and women", que, sem padrinho nem pistolão, conseguiram se levantar. Transformaram à sua imagem muitas das cidades pequenas e médias do país e criaram, dentro das grandes cidades, bairros desconhecidos da burguesia tradicional. Construíram, com pouca ajuda, zonas agrícolas inteiras que parecem haver escapado, misteriosamente, das desgraças brasileiras.

A política e a religião deles é a auto-ajuda. Odeiam os acertos entre interesses corporativistas que continuam a sufocar o país. Insurgem-se contra o nepotismo extremado que transformou nosso pseudoliberalismo, liberalismo sem gente livre, numa espécie de monetização da doutrina do "karma". Sabem que o Estado não lhes pertence e desistiram de tê-lo a seu lado.

Estão, contudo, enganados: eles também precisam de um Estado que possa investir nas capacidades das pessoas e descentralizar o acesso aos recursos e às oportunidades da produção. Serão eles os primeiros beneficiários do êxito que se conseguir na superação da escolha entre o *laissez-faire* e o conluio e na criação de escolas e hospitais públicos aceitáveis à classe média. Um movimento desenvolvimentista e democratizante no Brasil de hoje tem de conquistá-los para ganhar o poder e realizar sua obra.

Para isso, basta começar pelo mais tangível: a punição ostensiva de traficantes de influência e sonegadores de impostos, a reorientação, em favor dos emergentes, da ajuda do Estado destinada ao fomento da produção, sob administração profissionalizada e critérios objetivos, e o resgate do núcleo público de educação e saúde.

O que a Carteira Agrícola do Banco do Brasil representou para o agricultor independente quando se libertou do clientelismo político e da influência dos grandes fazendeiros é o que teria, num primeiro momento, de ser feito para todos os setores da produção, com apoio tecnológico e comercial, não apenas creditício. O objetivo não é substituir mercados por subsídios. É democratizar mercados, multiplicando o número de agentes com acesso efetivo aos instrumentos de trabalho e enriquecimento e diversificando as formas de concorrência e cooperação entre eles.

Dá a necessidade de criar entre os governos e as empresas – sobretudo as pequenas e médias empresas – um nível intermediário de fundos e centros de apoio, com independência profissional, disciplina, tanto do mercado quanto do direito, e participação dos interessados. Mobilize-se parte do dinheiro da poupança previdenciária compulsória para dotar de recursos iniciais esse trabalho de “venture capital” – de investimento em novos empreendimentos emergentes – a ser ressarcido tanto com repagamentos de empréstimos quanto com participação na propriedade e nos ganhos. Será um “venture capital” público porém não estatal, público porém feito para competir e para fomentar competição. O Estado estará ao lado dos emergentes quando aprender a trabalhar como democratizador, não apenas como regulador ou substituto, do mercado.

### *Do tráfico de influência ao império do direito*

Há em todo o país, e sobretudo na classe média politizada, o desejo intenso de libertar o Estado do abraço asfíxiante dos grandes interesses privados e de substituir o tráfico de influência pelo império do direito. A entrega do cerne do Estado a um grupo de financistas cosmopolitas, com passado e futuro na intermediação da jogatina, e alheios à cultura jurídica que anima as democracias modernas, agravou a frustração nacional.

O ponto crucial em que a busca do império do direito cruza com a organização do crescimento econômico é a necessidade de elevar o nível de cooperação no país, escapando da escolha empobrecedora entre o *laissez-faire* e o conluio. O ponto decisivo em que cruza com a democracia é a garantia de um espaço público, de debate e decisão, desatrelado do dinheiro.

Só que, em nossa democracia tosca, de país desorientado, desigual e desesperançado, a campanha pelo império do direito e pela desprivatização do Estado só surtirá o efeito desejado se avançar no bojo de inovações institucionais que ponham a maioria pobre e ignorante do país de pé, dando-lhe os instrumentos econômicos e culturais de que precisam o trabalhador e o cidadão.

Não há salvação sem o direito, desfechado contra a privatização do poder: contra o mundo crepuscular dos financistas enriquecidos pelas informações privilegiadas sobre os pormenores e o "timing" da falência do Estado, contra os empresários politikeiros bafejados pelos favores do governo privatizador, contra os fundos de pensão manejados como armas de pilhagem pelos agentes dos principais homens da corte, contra o Banco Central, administrado como instrumento de socialização dos prejuízos dos graúdos e garantia da capitalização de seus lucros. O direito, porém, é apenas condição. Não é caminho.

### *Do império do direito à inovação institucional*

O caminho é a reconstrução, gradualista porém cumulativa, das instituições brasileiras. Um projeto desenvolvimentista e democratizante no Brasil hoje há de conter quatro ordens de compromisso.

O primeiro compromisso é libertar o Estado do jugo financeiro, assegurando receita pública alta porém poupadora da produção, porque incidente sobre o consumo, e assegurando, inclusive pela poupança privada compulsória, a mobilização dos recursos nacionais.

O segundo compromisso é o resgate de um núcleo público de educação e saúde, grande e boa bastante para incorporar, como beneficiária e fiadora, a classe média.

O terceiro compromisso é a democratização da economia de mercado no Brasil. Democratizar o mercado não significa apenas regulá-lo. Significa reinventar sua forma institucional para radicalizar o experimentalismo descentralizador, a anarquia organizada e fecunda, que é seu coração.

Não podemos crescer como democracia, como economia, ou como nação, se crescermos apenas através de uma ilha exportadora, relativamente desvinculada do resto do país e integrada na rede internacional de vanguardas produtivas que se vai tornando o motor da economia mundial. Só com uma



parceria descentralizada, experimentalista e participativa entre os governos e os pequenos e médios produtores é que se começará a superar o fosso entre setores produtivos de vanguarda e retaguarda.

Para isso, não basta multiplicar as filas de dinheiro barato no BNDES e no Banco do Brasil. É preciso multiplicar as formas de fomento e apoio aos pequenos, criando entre os governos e as empresas todo um conjunto de centros de fomento e assistência tanto para levantar a retaguarda produtiva e multiplicar seus vínculos com a vanguarda quanto para difundir as experiências locais mais bem-sucedidas. Esta é a tradução, para as condições contemporâneas e para a economia como um todo, daquilo que tantas democracias do século dezenove fizeram na organização da agricultura de escala familiar por meio da parceria entre governos e lavradores.

O quarto compromisso é o aprofundamento da democracia como contrapartida da democratização da economia de mercado. O aprofundamento da democracia comporta, por sua vez, quatro séries de medidas.

O primeiro grupo de iniciativas destina-se a elevar o nível de engajamento cívico por medidas como o financiamento público das campanhas eleitorais e a disciplina ou o desmonte dos maiores oligopólios da mídia. E quanto mais caminhar-mos em direção ao sistema de listas, que obriga o eleitor a votar em partido e permite ao partido definir a hierarquia de candidatos em suas chapas, melhor.

O segundo conjunto de reformas é a adoção de regras constitucionais que equipem o regime presidencialista de mecanismos para a resolução pronta de impasses entre os poderes políticos do Estado, ora por plebiscitos e referendos, ora por eleições antecipadas e simultâneas para o Congresso e a presidência. O futuro pode ser o parlamentarismo. Por equanto, porém, precisamos do potencial plebiscitário e mudancista do presidencialismo. Sem as reviravoltas que ele propicia, teremos a consolidação do poder numa classe política preocupada com a reprodução do poder local em vez de termos um sistema de partidos fortes e nacionais. O que não podemos tolerar é o antimudancismo de um regime que foi desenhado nos Estados Unidos para desacelerar a transformação da sociedade pela política.

O terceiro elemento no aprofundamento da democracia é a formação de carreiras públicas de elite, altamente qualificadas e bem pagas. Sem burocracia de qualidade, não há democracia, porque não há capacidade de traduzir projeto em ação.

A quarta parte é um choque libertário, que dê aos brasileiros comuns os meios práticos para conhecerem e reivindicarem seus direitos nos lugares em que moram e trabalham. É o clima reivindicatório propício a um momento de rebeldia e reconstrução. É a arma do homem comum contra a humilhação e o medo.

Um Estado enriquecido e atuante, livre da chantagem de seus credores,

montado sobre a tributação agressiva do consumo, a elevação compulsória da poupança e a valorização institucionalizada dos salários, e capaz de colocar gente de terno e gravata na cadeia; educação e saúde públicas que, prestando para a classe média, prestem para todos; um mercado democratizado pela descentralização radical do acesso às oportunidades e aos recursos produtivos; e uma democracia de alta energia, organizada para propiciar um experimentalismo permanente, sem precisar de crise para forçar inovação: esse é o caminho para substituir a cópia pela rebeldia e transformar o acampamento em nação.

Como exemplo no mundo e para o mundo, é a radicalização do experimentalismo democrático, pela renovação de suas formas institucionais, sob a inspiração da demofilia, o carinho pelo homem comum. É o rompimento com o conservadorismo institucional das democracias ricas do pós-guerra, que pararam de avançar na zona em que se cruzam as condições do progresso econômico e da libertação individual. É a redenção daquilo que continua a ser progressista no liberalismo contemporâneo – seu compromisso com o fortalecimento do indivíduo, sua confiança na fecundidade da anarquia organizada – daquilo que é nele mumificante – sua complacência para com instituições que não merecem representar a forma definitiva da liberdade política e econômica.

Como solução brasileira para o Brasil, é o abandono da ilusão de que ficaremos ricos e livres copiando as instituições que, em outras circunstâncias ou épocas, produziram riqueza e liberdade para outras nações. É o reconhecimento, decisivo para uma sociedade tão desigual quanto a nossa, de que o mercado não cria seus próprios pressupostos; de que entre estes pressupostos está o equipamento cultural e econômico dos cidadãos; de que os brasileiros precisam de um Estado que lhes dê este equipamento; e de que só vão tê-lo quando estabelecerem instituições desenhadas para facilitar experiências e reformas e descentralizar recursos e oportunidades.

## A LUTA

### *Um falso obstáculo: a Nova Roma e os Estados Unidos*

Os Estados Unidos são a Nova Roma – um poder na posse do mundo. Temos de persistir no caminho ruinoso do fiscalismo financeiro porque é isso o que quer a Nova Roma. Um governo que procure resistir a ela, fiado no apoio frágil do empresariado nacional verá a resistência acabar rapidamente em desastre. Primeiro, desastre econômico, pelo preço que os mercados financeiros internacionais, secundados pelo FMI e pela imprensa internacional

de negócios, cobrará ao país em troca de sua apostasia. Depois, desastre político, pela desintegração dos apoios que sucedará à perda do dinheiro.

Tudo isso parece realismo, mas é apenas alibi, alimentado pela desorientação, pelo medo e pela ignorância. A Nova Roma a que se rende o atual governo não são os Estados Unidos. É um grupinho, uma aliança menos de organizações do que de indivíduos, encastelados no Departamento de Tesouro dos Estados Unidos, na direção do FMI e em alguns grandes bancos comerciais e de investimento. Meia dúzia de pessoas formulam a política recomendada a países como a Rússia e o Brasil e, em toda a nação, menos de uma centena a compreende. Não é tema de alta política nos Estados Unidos.

A essência da proposta do grupinho é a fixação, para economias vistas como carentes de autofinanciamento e autodireção e para governos tidos como suscetíveis a recaídas populistas, de um equivalente funcional ao “padrão ouro”. O resultado, num país como o Brasil, foi a ressurreição da economia política de Salazar sem a honestidade de Salazar.

O padrão ouro era o sistema de lastreamento da moeda em espécie metálica que vigia nas economias ricas em finais do século dezenove e inícios do século vinte. Seu verdadeiro objetivo era criar um mecanismo que automaticamente fizesse o nível de atividade econômica depender do nível de confiança exibida pelos controladores do capital, cerceando, portanto, o poder dos governos de redirecionar a economia. A democracia e a catástrofe, de depressão e guerra, juntaram-se para quebrar o regime do padrão ouro.

Mas a antiga ortodoxia dos fortes está virando, por obra do grupinho e de seus aliados nos países obedientes e marginalizados, a nova ortodoxia dos fracos. O futuro dos países de Segundo e Terceiro Mundo seria o passado dos países de Primeiro Mundo. O fim desse caminho é a dolarização.

Já aparecem as divisões mesmo dentro do grupinho. Diante da experiência de vulnerabilidade financeira, estagnação econômica e regressão social que a nova ortodoxia dos fracos ajudou a produzir, algumas das figuras mais identificadas com sua disseminação andam dizendo: não é comigo. A preponderância da opinião acadêmica prestigiosa já se posicionou contra ela, junto com a maioria tanto de progressistas quanto de conservadores no Congresso americano.

Persiste, porém, como recomendação do grupinho, em nome do governo americano, pela conjugação de três fatores. O primeiro é a influência conquistada dentro do partido democrata pelos grandes interesses financeiros, em contraste com a relativa passividade política dos interesses industriais. O país que recebe mais investimento estrangeiro, inclusive mais investimento americano, é, de longe, a China comunista. Nunca levou a sério a nova ortodoxia dos fracos. Estabelece, com desenvoltura, alianças com os interesses industriais americanos, enquanto manda às favas os interesses financeiros.

O segundo fator é o cinismo e o descaso do presidente dos Estados Unidos, que aceita delegar ao grupinho, como concessão ao mercado financeiro americano, poder sobre assuntos que, embora importantes para os financistas, são desconhecidos no país.

O terceiro fator é a confusão dentro do pensamento econômico, que não conseguiu formular uma concepção simples e forte das condições do desenvolvimento democratizante para substituir a nova ortodoxia dos fracos. O apelo à psicologia da confiança e às meias verdades do fiscalismo financeiro ocupou o lugar deixado vazio pela falta de um entendimento das economias reais e de suas possibilidades de transformação.

Não é preciso que se altere nenhum dos três fatores que a sustentam para que a política do grupinho e de seus clientes nas economias periféricas venha abaixo. Basta que o "Federal Reserve" (o Banco Central dos Estados Unidos) eleve decisivamente os juros e que a bolsa americana caia das alturas. Isso é mais do que probabilidade. É só questão de tempo.

O capital estrangeiro é tanto mais útil quanto menos se precisa dele. Nenhum país fica rico com o dinheiro dos outros se não soube mobilizar seus próprios recursos de capital e gente. Na hora do aperto, quem não aprendeu a andar com as próprias pernas vira tapete em vez de virar tigre. Tais são as verdades comezinhas que a derrocada do grupinho, na hora do acerto de contas em Washington e Nova Iorque, nos farão lembrar. O exemplo dos Estados Unidos, que ascenderam desafiando os dogmas e os interesses em que se embrulhava a hegemonia inglesa no século dezenove, deve falar mais alto do que as receitas soporíferas que alguns de seus burocratas e banqueiros gostam de aviar.

### *Um obstáculo verdadeiro: os descaminhos do pensamento econômico*

Mais onerosas do que as exigências da Nova Roma são as conseqüências da desorientação intelectual. Assistimos a um colapso na capacidade do pensamento econômico de explicar realidades e formular alternativas. A crise financeira internacional evidenciou para muitos os limites do saber dominante e sugeriu a alguns a necessidade de buscar novamente no keynesismo uma arma contra as idéias e políticas reinantes.

Vejam, porém, qual o Keynes que esses quase rebeldes reconhecem. É o Keynes americanizado que estudaram na tradição deixada pela geração de Samuelson: o Keynes dos estímulos à demanda como antídotos à queda do nível de atividade econômica. Pode ter algo a dizer hoje ao Japão. Mas o que tem a dizer aos brasileiros e aos russos, aos chineses e aos indianos?

Falta-nos o outro Keynes, o que compartilhou com toda sua geração o fascínio pelas colisões entre economia monetária e economia real e tratou a

organização da economia, sempre condenada a conflitos e desequilíbrios, como algo que a política faz, desfaz e refaz. Sem esse terceiro olho, o pensamento econômico está condenado a oscilar, como oscila agora, entre banalidades e expedientes. Banalidades enganosas como as do fiscalismo financeiro: gaste menos, pague aos credores e confie no juízo dos mercados! Expedientes como o controle das saídas de dinheiro, que não representam soluções, ainda quando ajudem a possibilitá-las.

Precisamos não só do outro Keynes senão também daquilo que ele e seus contemporâneos e herdeiros se mostraram incapazes de criar: um pensamento econômico, social e político equipado com a imaginação de alternativas institucionais. Alternativas àquilo que, em nome da liberdade, se está organizando em todo o mundo: um arquipélago de ilhas de produção e saber avançados, perdidas no oceano de multidões condenadas a rotinas estúpidas e empobrecedoras, uma massa de dinheiro flutuante que dissipa num jogo de apostas seu potencial produtivo e uma vida política e cultural que se presta mais a gritos de dor do que a experiências de reconstrução.

Aí está desenhada a obra do pensamento brasileiro. Há uma maneira de pensar sobre a mudança das estruturas que continua presa no cadáver putrefato das grandes narrativas fatalistas como o marxismo. Há também uma ciência social e econômica positiva, assentada na universidade americana, que faz a apologia das instituições estabelecidas, como expressões do racional e do necessário. Ainda não existe, traduzida em entendimento e proposta, uma maneira de pensar criticamente sobre as estruturas institucionais e sua reinvenção. Construí-la é nossa tarefa, a tarefa do pensamento brasileiro.

### *Falta partido*

O soerguimento do país passa pela política. Só pela prática da política pode vingar o projeto rebelde que descrevi. Já está criada a condição essencial para uma reviravolta no Brasil, que é a orientação oposicionista da classe média. Sem a classe média, é possível ganhar a maioria pobre e desinformada do país, mas não é possível ganhá-la em nome da idéia de um rumo diferente. Não é possível ganhá-la em condições que permitam reconstruir as instituições brasileiras.

A nova idéia da esquerda foi que a nação política estaria na parte organizada do Brasil: os sindicatos, as associações empresariais, as associações de bairro e os grupos religiosos. Os organizados, em todas as classes, seriam a vanguarda dos desorganizados. Pouco a pouco, os desorganizados se organizariam. Os governos desenvolveriam seus projetos engajando em sua formulação e execução as minorias organizadas, como representantes virtuais da maioria desorganizada. O engajamento aceleraria a organização.

É tudo mentira. A maioria, tanto da classe média quanto dos trabalhadores, identifica nas minorias organizadas, de todas as classes, os beneficiários de privilégios e acordos que sacrificam o interesse das maiorias. Sabem que a retórica da participação dos grupos organizados na definição de políticas públicas acaba significando a abdicação de parcelas de poder em favor de pequenos aparelhos de ativistas, que falam em nome de organizações, que por sua vez falam em nome de maiorias omissas e descrentes. O cunho efêmero e parcial das organizações e sua incapacidade de incorporar a maioria da população são traços compartilhados por todas as democracias contemporâneas.

A verdadeira nação política no Brasil continua a ser a classe média, organizada ou não: toda a parte da população que possui um pouco de informação e independência, sem estar presa por interesses avassaladores à defesa da máquina quase monolítica de poder, dinheiro e mídia que se montou no país. Quem quiser mudar o Brasil tem, ainda, que começar por conquistá-la para, por meio dela, chegar à grande massa popular. Sem isso, a chegada ou não se faz ou se faz em nome de uma metáfora em vez de fazer-se em nome de uma idéia. Metáforas podem até ganhar eleições. Mas não governam nem mudam países.

Falta a esta nação política, já majoritariamente oposicionista, trajetória política e partido. Os dois grandes partidos de centro-esquerda que se formaram na última geração no Brasil – o PMDB e o PSDB – tiveram o mesmo destino: reduzidos a sindicatos de políticos profissionais, incharam-se, desfiguraram-se e quebraram-se à medida que se aproximaram do poder.

Precisamos de um partido de centro-esquerda que sustente a proposta: primeiro para a classe média e depois para a maioria popular. Só podemos construí-lo de fato, dadas as regras do jogo na política brasileira, no caminho ao poder presidencial. Sem a perspectiva do poder, os políticos não se movem. Com a perspectiva do poder, eles se movem demais. O importante é que a movimentação ocorra em volta de uma concepção que a nação política possa entender e transmitir ao resto do povo brasileiro. A base política não pode, em nossas circunstâncias, anteceder a base social. Tem de ser inventada e construída junto com ela.

### *Nem dessa vez vamos: o PT*

Não temos no PT uma oposição capaz de desempenhar este papel. Por isso, o Brasil, que já deixou de ter governo, ainda não tem oposição.

O PT não consegue libertar-se da candidatura de Lula: é o cimento que impede a junção de seitas de espedaçar-se. É a única marca conhecida pelo eleitorado de massa. É, porém, ao mesmo tempo um ardid e uma ilusão. Lula não pode, salvo em condições extremas, que incluem a crise do sistema

e a falta de qualquer alternativa mais aceitável, ser eleito presidente da República. Inspirada por pesquisas de opinião que traduzem tanto o repúdio do situacionismo pelo país quanto o desconhecimento de outros nomes, reaparece sempre, entre os petistas e seu líder, a miragem do poder: “dessa vez vamos”. Que nada: nem dessa vez.

No veto que a maioria discontente do país impõe à candidatura Lula juntam-se preconceito e intuição. Preconceito contra o antigo operário sem letras. Intuição da falta de um projeto consistente de reconstrução nacional e de vontades fortes capazes de sustentá-lo. Intuição de que nem o PT nem o seu único líder nacionalmente conhecido conseguiram distanciar-se dos interesses minoritários e corporativistas que, tangidos por uma pequena burguesia radicalizada, constituem sua base histórica.

Daí a combinação de acertos corporativistas, como as câmaras setoriais, e gestos de ajuda aos pobres, como o apoio às pequenas cooperativas, que marcam a pregação econômica do PT. Daí a falta de qualquer visão realista de como refinar e reorganizar o Estado brasileiro. Daí a perigosa justaposição de uma retórica ameaçadora, com a ansiedade, nos momentos eleitorais, de demonstrar confiabilidade aos grandes empresários, como se a tarefa não fosse justamente a inversa, de combinar moderação nas palavras com arrojo nos atos.

Entre Fernando Henrique Cardoso e Lula há como que um acordo tácito. O presidente parece pensar entre seus botões: se eu malograr completamente, batido por onda avassaladora de empobrecimento do país e escândalo no governo, vem o Lula. Seria, para o atual presidente, uma boa solução. Primeiro, pela empatia que claramente une os dois, produtos de classes diferentes mas de temperamentos semelhantes, nutridos no mesmo período histórico e em meios políticos comunicantes. Segundo, por mero “Schadenfreude”: que bela vingança contra a elite ingrata seria a eleição do metalúrgico. Terceiro, pela segurança antecipada do fracasso do pPetista, que ajudaria a recuperar a reputação do predecessor.

Os dois, porém, se esqueceram de acertar o combinado com o eleitorado, que persistirá na busca de uma alternativa de poder mais séria do que a faca no peito da burguesia brasileira. Nesta busca, intervém outro elemento, crucial e ignorado, a interromper o caminho entre intenções e resultados na política brasileira.

### *São Paulo se desentende com o Brasil*

São Paulo separou-se do Brasil, menos nas circunstâncias do que nas atitudes. Hoje, há três culturas políticas no Brasil: a das grandes cidades, a do interior e a de São Paulo, principalmente a cidade de São Paulo e, em menor grau, o resto do Estado. Cidades como Porto Alegre e Fortaleza já se asseme-

lham na cultura política. Nelas predomina, avassaladoramente, o sentimento oposicionista. Todas as capitais do Nordeste libertaram-se tanto do coronelismo quanto da despolitização. Há desconfiança contra o governo e a plutocracia e predisposição para ouvir mensagens de rebeldia nacional. Há descrença nos partidos existentes e busca ansiosa dos instrumentos políticos para uma reviravolta na país. Há fé na política e descrédito de seus agentes atuais.

São Paulo não é objetivamente diferente do resto do país. Tudo o que existe no Brasil está também dentro da cidade e do Estado de São Paulo. Mas a cultura política de São Paulo se americanizou, acolhendo o ideal da gestão eficiente e empreendedora, o ceticismo para com as idéias e os estilos não identificáveis com as experiências de Primeiro Mundo (isto é, com a cópia dos Estados Unidos e da Europa) e o fascínio pela celebridade de mídia, no vazio deixado por lideranças associadas com propostas contrastantes. O Brasil precisa do oposto de tudo isso para forjar um nova interpretação da rebeldia e afirmação nacionais, traduzidas no esforço de construir instituições próprias.

Foi São Paulo, a maior vítima da política situacionista, que reconduziu o atual presidente ao poder no primeiro turno das eleições de 1998, anulando, com o peso de seu voto, o oposicionismo que crescia nos outros Estados populosos da federação. E é São Paulo hoje que está mais associada, aos olhos de grande parte do Brasil, a uma política que ela julga ruinosa. Ou São Paulo se reorienta, ou a saída política e programática terá de articular-se fora de São Paulo, para depois acordar os paulistas.

A cidade de São Paulo é o centro do enigma, a esfinge brasileira, revestida de cimento e carente de doçura. Caldeirão de energias e agora sorvedouro de esperanças, era, até há pouco tempo, o próprio Brasil – acampamento, um lugar para onde se vinha de toda parte do país e do mundo, sem compromisso com os que já estavam lá ou chegariam depois. Agora, porém, descobrem que precisam uns dos outros, assim como precisam de um Estado que os ajude a levantar-se. Que têm de acabar com a vida de acampamento e construir uma vida de cidade e de país, isto é, uma civilização. Por isso, eles que teriam sido os últimos a aderir a uma alternativa como esta da segunda via, podem vir a figurar entre os primeiros.

### *A traição da democracia brasileira pelo jornalismo brasileiro*

Há dois obstáculos hoje à formação de uma alternativa ao situacionismo que coloque o país no rumo da democratização e do desenvolvimento: a fundação de um partido de centro-esquerda que cumpra o papel que nem o PMDB nem o PSDB conseguiram desempenhar e a quebra do bloqueio imposto pela mídia ao surgimento de nomes e propostas. O segundo obstáculo pesa ainda mais do que o primeiro.



Para formar partido precisa de políticos e ativistas. Uns e outros respondem a um sinal de movimentação em direção ao poder. A movimentação mais importante é hoje a da grande maioria desorganizada, inclusive a maioria de classe média, não a movimentação das minorias organizadas em associações e sindicatos. Os instrumentos tradicionais de mobilização política – comícios e marchas – tornaram-se, salvo em situações-limite, arcaísmos irrelevantes.

Para começar a movimentação, é preciso aparecer. Palestras e reuniões funcionam, mas não resolvem o problema de escala. Daí a importância da mídia. O bloqueio que ela impõe hoje à mudança nacional é o resultado de dois fatores, ligados porém distintos: o interesse dos donos, no contexto do regime atual de relações entre a mídia e o poder, e a cultura dos jornalistas.

O Brasil ocupa lugar extremo no desacerto universal entre mídia e democracia. Os males que ocorrem em toda parte, resultados do contra-senso de tratar a propriedade nos meios de comunicação como se fosse propriedade em fábricas de espaguete, aqui chegam à caricatura da criminalidade legalizada. O regime quase discricionário de concessões de televisão e rádio, a falta de regras antitruste que impeçam a concentração, nos mesmos mercados, de propriedade em diferentes meios de comunicação, a participação das “holdings” de mídia em negócios com as empresas públicas privatizadas e, até mesmo, o uso de dinheiro, público e privado, para obter a benevolência de jornalistas e veículos de mídia deixam a democracia brasileira desfalcada de seu aliado mais importante, um jornalismo independente.

As soluções não são misteriosas. Bastam decência e bom senso para encontrá-las. Tornar o regime de licenças e concessões completamente independente do poder político. Proibir a combinação de propriedade em diferentes meios de comunicação, escritos e eletrônicos, nos mesmos mercados regionais. Limitar o número de horas que um oligopólio dominante, como a TV Globo, pode estar no ar. Impedir a participação de conglomerados que abranjam empresas de mídia em qualquer negócio, direto ou indireto, com o Estado. Vedar igualmente qualquer propaganda do governo ou de entidades públicas nos meios de comunicação. Transformar em crimes inafiançáveis, sob a mira de quadros especializados do Ministério Público, o financiamento de empresas de mídia ou jornalistas por interesses privados que, estranhos ao jornalismo, não ousam deixar suas atividades corruptoras transparecer. E, no futuro, promover uma grande diversificação das formas de propriedade nos meios de comunicação em massa, para incluir o estímulo às fundações independentes e às cooperativas de jornalistas e de produtores de programas, com a ajuda de fundações, criadas com dinheiro público e administradas por grupos de curadores independentes que representem as diferentes facções da vida e da opinião nacionais.

O interesse dos donos é, contudo, apenas a metade do problema. A outra metade é uma cultura de cinismo que define, em toda a parte, a doença profissional dos jornalistas.

Três fatores independentes se juntam para produzir o resultado. Primeiro, a relativa passividade a que está condenado o jornalista. Assim como a esperança resulta da ação, a postura de observador acalenta o distanciamento irônico, que só a imaginação e a generosidade podem corrigir. O segundo fator é também intrínseco à situação do jornalista: vindo de perto os defeitos das pessoas, só vê de longe os resultados transformadores de seus atos. Daí a facilidade com que cai na idéia de serem aproveitadores todos os que manejam o sistema estabelecido e inconseqüentes os que de fora o criticam. Estes dois fatores encontram, no Brasil, terreno fértil no terceiro: o afã do jornalista de classe média de encontrar visão de mundo que não o leve a uma colisão suicida com os preconceitos e interesses do patrão.

Uma das tarefas mais importantes do jornalismo numa democracia é aprofundar o entendimento coletivo da realidade ampliando a imaginação coletiva do possível. A escola tem de falar pelo futuro. O jornalismo, pelo possível. A cultura jornalística do cinismo é a traição desta tarefa.

O problema dos donos só tem solução na mudança do regime de conúbio mafioso entre seus donos e o poder. Temos, equanto isso, de aproveitar a rivalidade que opõem aos dois grandes oligopólios – a Globo e a Abril – todas as outras empresas de mídia. Já o cinismo dos jornalistas tem de ser enfrentado como exemplo da consciência de uma classe média que importou a cultura da desilusão política sem haver antes importado as garantias do direito e as condições da liberdade. Enfrentá-lo faz parte da mesma tarefa de levar a classe média a passar, pessoa por pessoa, e menos por vergonha do que por esperança, pela desilusão da desilusão.

### *Como encontrar esperança*

De tanto serem rebaixados e enganados, os brasileiros passaram, em grande número, a desesperar. Esperança, na história de um povo, é tudo: sócia da imaginação, mãe da mudança e, felizmente, filha da ação. Começa pequena, na descoberta de que a inação nos condena ao medo e ao fatalismo enquanto a resistência descobre seus próprios caminhos. Hoje, o início e fim de todo trabalho fecundo de levantamento nacional é reestabelecer entre os brasileiros a idéia da grandeza do Brasil.

Advertiu o poeta Blake: se o tolo persistisse em sua tolice, ficaria sábio. Precisamos de um pequeno número de homens e mulheres que persistam na idéia tola do engrandecimento do Brasil e dos brasileiros. Da propagação desta idéia, dentro de um corpo de exemplos, práticas e políticas, virá, pou-

co a pouco, a libertação do gênio brasileiro, que é o casamento da ternura com a vitalidade, a pujança, o fervor.

Durante os últimos dois anos, andei dias a fio nas periferias das grandes cidades brasileiras para falar com as pessoas e entender o que sentem e querem. Situação característica é a seguinte. Um jovem com formação secundária incompleta está colocado precariamente entre o mundo dos emergentes, em que se deseja firmar, e o mundo da família operária, em que ameaça recair. É ambicioso e trabalhador, mas não encontra emprego estável nem conta com adestramento valorizado. Quer abrir pequeno negócio e não consegue. Vive de um emprego temporário a outro. Lê à noite. Vai de vez em quando à igreja evangélica. Procura formas de auto-ajuda física, espiritual e educativa. Sua experiência central é de humilhação, constrangimento, bloqueio.

Esse homem é o Brasil. Não há mistério em ganhá-lo. Não é preciso usar truques; basta ter força interior. Eu mesmo falo com ele, apesar de todo meu sotaque e desajeitamento. Ele responde com vigor e desassombro. Com ele sinto uma aproximação, uma fraternidade, que nunca consegui sentir com meus colegas de Harvard. E eu, que dediquei minha vida ao triunfo do entendimento, não sei entender por quê.

### *Um juramento*

Se eu fosse romano do terceiro século a.C., iria, nas caladas da noite, ao altar onde se cultivava a memória dos maiores, e lá juraria não descansar até ver derrotados os homens que amesquinham meu país, e destruída a ordem que, em nome do destino, eles lhe impuseram. Como sou um brasileiro, na virada do século vinte, escrevi estas palavras em vez de ir ao altar. Sirvam elas como outra maneira de prestar, perante meus concidadãos, o mesmo juramento.

## POLÍTICA NÃO BASTA

Por mais importante que seja o compromisso programático, ele é também insuficiente. Os sentimentos coletivos em que a parte mais organizada e consciente do país se deixou afundar exigem uma reação simultânea em outro plano – o da convicção e da conduta pessoais. Milhões de brasileiros que guardam a capacidade de refletir sobre sua experiência cotidiana estão entregues a um mesmo complexo paralisante de atitudes: um sentimento de inferioridade coletiva e inibição individual, de raiva surda e indignação impotente, de desesperança, cinismo e frustração. A profanação dos sonhos faz coro à prostituição da inteligência.

Mas o potencial de inconformidade, rebeldia e idealismo persiste. A centelha que pode fazê-lo arder é existencial e ética antes de ser coletiva e política. É a determinação necessária de alguns indivíduos, em cada um dos nossos meios sociais, de resistir ao sistema dos poderosos e aos sentimentos dos sem-poder, por formas de protesto e risco pessoal – inclusive risco de expor-se ao desastrado e ao ridículo – que sejam exemplares e inspiradores, em parte porque implausíveis, imprevisíveis e inassimiláveis pelos padrões amesquinçados do falso pragmatismo que corrompem, confundem e condenam o Brasil. Tais homens e mulheres precisam levantar-se e dizer não – seja pelo engajamento eleitoral e partidário, seja mais comumente, pela militância sindical, comunitária e religiosa. Trocando a rotina pelo risco, o respeito pelo vexame e a couraça pela vulnerabilidade, cada um de nós abre um espaço em que as transformações encontram os agentes inesperados e a imaginação se pode juntar ao sentido das palavras bíblicas: usarei as coisas pequenas para quebrar as coisas grandes.

Seremos uma República de cidadãos quando formos uma nação de profetas.

PARTE

VI

DO NACIONAL AO LOCAL

## POR QUE SOU CANDIDATO A PREFEITO DE SÃO PAULO?\*

Meter-se na sujeira da política? E logo agora no caos de São Paulo? Um brasileiro que fala esquisito, anda por todo o mundo estudando e debatendo problemas e soluções sociais e tem uma cátedra vitalícia na mais famosa universidade do planeta?

Sou pré-candidato a prefeito de São Paulo por quatro razões.

A primeira razão é que eu sei, porque estudei, que São Paulo tem jeito. Em todas as áreas – desemprego e segurança, educação e saúde, transporte e habitação – é possível conseguir mais resultado com menos recursos. Basta adaptar a São Paulo as soluções que funcionam melhor nas outras grandes cidades do mundo. Eu conheço estas soluções, porque as estudo há anos. E posso executá-las, porque tenho autoridade sem ser autoritário.

Soluções que beneficiem milhões de pessoas em vez de beneficiar milhares. Que comecem a surtir efeito já em vez de ficar para um futuro distante e duvidoso. E que respeitem a realidade orçamentária de uma cidade quebrada pela alternância entre fazedores criminosos e honestos incompetentes e entregue, agora, à mistura da criminalidade com a incompetência.

Exemplos de solução? Cobrar – o selo do rico – de quem quer andar de automóvel na cidade, congestionando e poluindo, e usar o dinheiro para melhorar radicalmente o transporte coletivo. Organizar, treinar e equipar (com aparelhos de comunicação) os paulistanos para vigiar suas ruas e seus bairros, em contato permanente com a polícia – o verdadeiro policiamento comunitário. Fabricar uma cesta básica de remédios tanto para vender diretamente à população quanto para municiar os hospitais públicos e os postos de saúde. E ampliar o atendimento nos postos, aliviando as emergências dos hospitais e designando para cada família um médico de família no posto de seu bairro. Regularizar a posse da terra na periferia, nas favelas e nos cortiços e instalar postos de habitação popular que vendam, barato, material de construção e orientem as comunidades sobre como construir ou melhorar suas

---

\* Publicado no *Diário Popular* em 24 de abril de 2000.

casas. Dar aos paulistanos os centros, os espaços públicos e as casas de espetáculo de que precisam para não ter de matar o tempo de lazer olhando vitrine em *shopping* ou mudando de canal na TV.

A segunda razão é que eu quero fazer da reforma da educação a prioridade de São Paulo.

Não é o que mais aflige a população. É, porém, onde um prefeito pode fazer mais diferença para o futuro da cidade e do país. Como? Transportando crianças, em ônibus escolares, de onde faltam vagas para onde sobram; organizando a participação das famílias na vida das escolas; abrindo caminho em direção à escola de dia inteiro, ao permitir que as crianças fiquem na escola, em espaços recreativos, algumas horas antes ou depois da aula, sob os cuidados de supervisores recrutados na comunidade; construindo escolas tanto nos bairros tradicionais quanto na periferia da cidade; substituindo o ensino vidrado no decoreba por um ensino capacitador, que respeite a primazia da análise e da imaginação sobre a informação e a memória; e retreinando os professores para esta educação do século vinte e um, condicionando seus ganhos salariais a avanços de qualificação.

Só esta agenda pode dar nova vida a São Paulo e ao Brasil, mudando as pessoas de dentro delas e no momento de sua formação.

A única garantia de êxito na reforma da educação é criar uma escola pública que, por ser melhor do que a escola particular, atraia a classe média. Enquanto a escola pública, o hospital público e o transporte público forem para pobres, não prestarão para ninguém. Beneficiária do serviço público, a classe média passará a ser fiadora e vigilante de sua qualidade.

A terceira razão é que a situação eleitoral em São Paulo continua muito mais sujeita a reviravoltas do que aparenta estar. A população, resignada, procura o mal menor entre os candidatos conhecidos. Basta furar o bloqueio do desconhecimento para substituir a busca do mal menor pelo encontro do melhor.

Dizem que não posso porque sou desconhecido. Então tratarei de me fazer conhecido. Protestam que passei grande parte de minha vida fora do país. De fato, passei: estudando o mundo e descobrindo as melhores soluções para os problemas brasileiros. E gozam meu jeito de falar, marcado por uma infância no estrangeiro. Ao que respondo, sempre, que apenas falo com sotaque. Ao contrário dos homens que governam o Brasil, não penso com sotaque.

A quarta razão é que um homem não pode se respeitar se prefere ficar em seus cômodos a lutar pela sua idéia.

## SÃO PAULO: UMA SAÍDA\*

Mais com menos. Um pequeno número de iniciativas, inspiradas em experiências que deram certo em grandes cidades do mundo. Cada iniciativa deve tocar numa aflição cotidiana dos paulistanos, surtir efeito rápido e respeitar a realidade orçamentária.

Com isso, o novo prefeito de São Paulo demonstrará, desde o primeiro dia do seu governo, clareza, competência e autoridade. Ganhará poder e credibilidade para continuar cumprindo o que prometeu. Derrotará a idéia, destruidora para São Paulo e para o Brasil, de que a política não adianta. Avançará na cunha aberta pela grande contradição de São Paulo o conflito entre o dinamismo de sua cultura empreendedora e o bloqueio produzido por seu ceticismo a respeito da política.

Segurança: policiamento comunitário. A prefeitura não tem, nem deverá ter, toda a sua guarda armada. Pode, contudo, revolucionar as condições de segurança na cidade, organizando o policiamento comunitário. Não é a polícia operando nas comunidades. É a comunidade atuando como polícia: organizada, desarmada, aparelhada com equipamentos de comunicação e em contato permanente com a polícia oficial. As pessoas que trabalham mais na vigilância recebem compensação modesta, como prestadores de serviço. A experiência internacional comprova: a criminalidade é mais um efeito da desordem do que uma consequência de pobreza e desigualdade. Desaba quando se vê que há gente, de olho aberto, tomando conta.

Transporte: o selo do rico. Dois desvarios ligados estão na raiz dos problemas de transporte e trânsito em São Paulo. O número de viagens por automóvel particular equivale ao número de viagens por coletivos. E o transporte coletivo está completamente desordenado. A solução vem em duas partes. É preciso cercar o automóvel particular, que torna a cidade intransitável e irrespirável. Negociar com as empresas o escalonamento dos horários de trabalho e entregas. Organizar bolsões de estacionamento

---

\* Publicado na *Folha de S. Paulo* em 16 de março de 2000.



gratuito em toda a volta do centro expandido, de onde as pessoas ingressariam na rede reconstruída de transporte coletivo. Cobrar um "selo" de valor alto das pessoas que quiserem andar de automóvel na cidade. E investir a receita na segunda parte da solução: a rede de transporte coletivo. Esta rede será constituída de três elementos: o metrô de superfície para as grandes linhas radiais, ônibus modernos para as linhas secundárias, e micro-ônibus seguros e confortáveis para as complementações na periferia e nos vazios do sistema. O metrô subterrâneo custa muito e demora demais para servir de solução.

Saúde: remédio popular, serviço ambulatorial, médico de família. Três iniciativas de impacto mudariam o quadro da saúde em São Paulo, abrindo caminho para radicalizar a municipalização do sistema. A primeira iniciativa é fundar uma entidade destinada a fabricar uma cesta básica de medicamentos em grande escala, tanto para fornecer aos hospitais e postos de saúde quanto para vender diretamente à população, a preços reduzidos. A segunda iniciativa é ampliar os postos de saúde e os seus horários de funcionamento, para que, fortalecendo a versatilidade do seu atendimento médico e odontológico, aliviem as emergências dos hospitais. A terceira iniciativa é começar a implantar o sistema de médicos de família e agentes comunitários de saúde. Cada família deve ter um médico designado no posto do seu bairro. O agente comunitário de saúde desenvolve o trabalho pró-ativo, de vincular a população carente ao sistema e difundir as práticas de higiene e prevenção. Um dos objetivos da reforma é incorporar a classe média. Só quando a classe média estiver dentro da saúde pública e da educação pública é que o sistema vai prestar. Beneficiária do seu trabalho, será fiadora e vigilante de sua qualidade.

Educação: vagas, turnos, conteúdo. Há três etapas a percorrer em rápida seqüência. A primeira etapa é resolver o problema emergencial das vagas, organizando um transporte público em ônibus escolares seguros, das áreas onde as vagas são escassas para as áreas onde sobram vagas. Por falta desta medida elementar, dezenas de milhares de crianças continuam fora da escola em São Paulo. Aproveita-se para construir a relação entre a família e a escola, que é um grande motor de progresso em educação. A segunda etapa é desenvolver o elo entre o turno reduzido de quatro horas e o turno integral. As crianças podem ficar na escola após as aulas ou antes delas, em espaços recreativos, sob supervisão. Os supervisores, treinados e pagos, são recrutados entre as famílias da comunidade. A criança sai da rua e a mãe ganha mais condição de trabalhar. A terceira etapa é começar em São Paulo a virada no conteúdo do ensino brasileiro. Acabar com o decoreba e consolidar o ensino analítico. Retreinar os professores e condicionar seus avanços salariais a avanços de qualificação.

Habitação: terreno regularizado, construção acessível. A primeira medida não tem nada a ver com construção. É regularizar a posse da terra. Produzir

uma enxurrada espontânea de benfeitorias, conseguidas pelas próprias populações carentes nas áreas em que moram. Em seguida, usar a técnica nova dos materiais simples e módulos pré-fabricados para a construção de habitações populares em piso único. O custo da construção representa uma fração dos custos das técnicas tradicionais, e o efeito sobre o emprego e a atividade econômica se multiplica. Gente da comunidade compra as habitações a prazo, com o aval de grupos de famílias e amigos.

Espaço urbano: falsos centros, centros reais. Um dos problemas básicos de São Paulo como cidade é haver afundado num pluricentrismo bastardo. O centro histórico se esvaziou. Os novos centros que surgiram são pouco mais do que avenidas comerciais. Os *shoppings* viraram o resíduo e o rebotalho do espaço público que sumiu. A solução é refundar os espaços públicos, dotando os pseudocentros de características de centros verdadeiros. Para isto, é preciso rever as normas de zoneamento, ampliar os pontos de encontro e de embarque, as praças e os parques, colocando em todos eles guichês de orientação sobre os serviços públicos, e multiplicando as festas, as feiras e as casas de espetáculo.

A segunda fase: instrumentalizar a cultura da auto-ajuda. Trazendo a política para o cotidiano, e mostrando que sabe cortar nós górdios, o prefeito ganha autoridade para começar a cumprir a tarefa mais importante do poder público em São Paulo: dar meios e caminhos à cultura da auto-ajuda, que é a força e o futuro da cidade. Milhões de paulistanos querem virar pequenos empreendedores e subir de nível: econômico, educacional e até físico. Não têm esperanças com a política. Precisam ter no governo, sobretudo no governo local, o aliado que lhes falta. Pode, por exemplo, a prefeitura, ajudar os empreendedores emergentes a conseguir acesso ao crédito (pré-avaliando suas condições de tomar dinheiro emprestado), às tecnologias, ao adestramento e aos mutirões de recursos tecnológicos e comerciais.

Tudo isso é possível tecnicamente. Ainda não é possível politicamente. Tratemos de tornar o necessário possível. A tarefa é acender uma centelha na opinião pública.

## A PRIORIDADE DE SÃO PAULO\*

Desemprego? Segurança? A educação é a verdadeira prioridade de São Paulo e o setor em que a prefeitura pode fazer mais diferença para o futuro da cidade e do país. A falta de educação adequada está na raiz de muitos outros problemas, inclusive os de segurança e desemprego. A transformação do ensino é o meio mais eficaz para dar um futuro melhor a São Paulo e ao Brasil. Há um caminho prático para começar em São Paulo a reforma do país pela educação, mudando os brasileiros de dentro deles e no momento de sua formação.

Não é incompatível com outras respostas aos demais problemas da cidade: para todos eles, há, como já mostrei, iniciativas que conseguiriam mais com menos e melhorariam em pouco tempo a vida de milhões de pessoas. Para fazer da educação prioridade, São Paulo terá, porém, de sacrificar. Quem diz o contrário, agrada e mente.

A educação em São Paulo, como em todo o Brasil, já obteve avanços surpreendentes. A repetência e a evasão baixaram. O número de escolas secundárias disparou. Milhões de jovens matricularam-se, a duras penas, em cursos universitários noturnos.

Três defeitos continuam, porém, a fazer do sistema educacional, em São Paulo e em todo o país, nossa limitação mais onerosa: o baixo número de anos de escolaridade da maioria, a reduzida capacidade da escola, no turno de quatro horas, de resgatar o jovem das mazelas do meio de que emerge, e a mediocridade no conteúdo do ensino. Cada um desses problemas tem solução.

Cada solução tem de servir à classe média para servir, também, aos trabalhadores. Enquanto a escola pública, o hospital público e o transporte público forem para pobres, não prestarão para ninguém. Beneficiária do serviço público, a classe média será, também, fiadora e vigilante de sua qualidade. A escola pública precisa e pode ser melhor do que a escola particular.

---

\* Publicado na *Folha de S. Paulo* em 25 de abril de 2000.

Sim, temos de ampliar e construir escolas, tanto secundárias quanto primárias, em São Paulo. E se for para atrair a classe média, as novas escolas têm de ser sediadas tanto em bairros tradicionais quanto na periferia.

Entretanto, a medida mais urgente para assegurar a presença da criança na escola dispensa construções. É simples e barata: transportar as crianças, em ônibus escolares, dos lugares onde faltam vagas para os lugares, muitas vezes vizinhos, onde sobram. Hoje em São Paulo a principal razão da exclusão de dezenas de milhares de crianças da escola é a falta de vagas, não o descomprometimento das famílias. A principal razão da falta de vagas é a falta de transporte.

O cadastramento de famílias para este transporte abre oportunidade para estreitar o vínculo entre a família e a escola. A experiência internacional comprova que todo bom sistema educacional depende da participação das famílias na escola, por meio das associações de pais. Grande parte de nossas famílias operárias está desestruturada: a mãe mora com as crianças enquanto os homens se revezam como companheiros instáveis. As organizações comunitárias têm de assumir algumas das responsabilidades das famílias enfraquecidas, inclusive o engajamento na vida da escola e na manutenção escolar da criança.

Para ajudar a criança a sobrepor-se a sua circunstância, a escola precisa caminhar na direção do turno de dia inteiro. Não temos, porém, em São Paulo recursos financeiros ou humanos suficientes para instituímos, já, a escola em tempo integral. Se tentarmos, acabaremos beneficiando milhares em vez de beneficiar milhões.

Há, porém, uma etapa intermediária entre o turno de quatro horas e o turno integral. A solução é permitir à criança ficar na escola por algumas horas antes ou depois da aula, supervisionada, em espaços recreativos e com uma merenda adicional. Recrutam-se e treinam-se, na comunidade, os supervisores, que seriam pagos. Com isso, tira-se a criança da rua. Aumenta-se a condição da mãe para trabalhar. Abre-se o caminho em direção à escola de dia inteiro.

Resolvido o problema emergencial das vagas e ampliada a presença da escola na vida da criança, podemos tratar do assunto crucial: o conteúdo do ensino brasileiro. Nosso ensino continua vidrado no decoreba; sua premissa é que o melhor aluno seria aquele que memorizasse a enciclopédia. A consequência é deixar o país desprovido de uma educação capacitadora.

Só ela nos pode equipar para uma realidade que faz da inovação permanente o preço do êxito de um indivíduo e de uma nação. Só ela pode revelar os talentos ocultos em nosso povo. Nossos Newtons e Darwins, nossos Pascals e Hegels morreram sem saber quem eram ou poderiam ter sido, desconhecidos e calados pelas escolas que tiveram de frequentar e pela ordem social a que se tiveram de submeter.

Numa democracia, a escola conspira contra as determinações do meio e da época. Sua tarefa suprema é reconhecer em cada criança um pequeno profeta tartamudo.

Construamos um ensino que privilegie, em todos os campos, a decomposição analítica e a reconstrução imaginativa. E introduza, mesmo no ciclo fundamental, as práticas de crítica, experimentalismo, cooperação e dialética que caracterizam os estágios mais avançados da aprendizagem e da pesquisa, nos países mais adiantados do mundo.

A informação se torna mais seletiva. Repudiado o enfoque enciclopédico, o objetivo passa a ser dotar todos de um repertório de capacidades conceituais e práticas. A primazia da análise e da imaginação sobre a memória não afrouxa o rigor; fecunda-o.

Possível no Brasil? Sim. Basta ter uma idéia clara da agenda de reforma pedagógica e segui-la com persistência. Chamaríamos os professores ao retreinamento, subordinando seus ganhos salariais a avanços de qualificação. Daríamos aos alunos mais aplicados e talentosos estímulos e oportunidades especiais, inclusive bolsas-prêmio. Avaliaríamos sistematicamente o desempenho de cada escola. Tornaríamos a escola pública melhor do que a particular, provocando a entrada da classe média. É a única garantia de que sua qualidade se manterá.

O melhor lugar para introduzir no Brasil esta educação do século vinte e um é a cidade de São Paulo. Primeiro, porque tem mais de tudo, sobretudo mais energia. Segundo, porque em São Paulo a idéia da grandeza soa natural. Aqui, nessa cidade sacudida pela cultura da auto-ajuda, a ambição de engrandecer o homem e a mulher comuns já representa a ideologia secreta das ruas. Para torná-la pública e realizá-la, temos de sair de nossos cômodos e fazer política.

## UMA EXPERIÊNCIA DE POLÍTICA\*

Por que um homem tão mal preparado quanto eu para o jogo duro e sujo da política brasileira se lançou na aventura de ser pré-candidato a prefeito de São Paulo? Que revela minha experiência sobre as oportunidades e as dificuldades da ação política no Brasil? Acompanhe, leitor, as etapas de meu aprendizado.

Primeiro momento. Sinto-me frustrado com a dificuldade de ver discutida a alternativa democratizante e desenvolvimentista que venho há anos formulando junto com *Ciro Gomes*.

A preliminar desta proposta é a construção de um Estado que possa contar com quadros burocráticos de elite, com um alto nível de receita, garantido por tributos que incidam sobre o consumo e desonerem a produção, e com a poupança suficiente para nos libertar dos vetos do capital financeiro.

O rumo da alternativa é capacitar os brasileiros, criando um ensino que fortaleça a capacidade do aluno para analisar o existente e imaginar o possível. Democratizar o mercado, descentralizando, radicalmente, o acesso às oportunidades e aos recursos da produção. E aprofundar a democracia, introduzindo um regime de partidos fortes, de engajamento cívico mais amplo e fervoroso e de maior facilidade para a prática freqüente das reformas de fundo.

Este projeto reafirma os compromissos com a estabilidade monetária, o realismo fiscal e a abertura econômica. Reconcilia-os, entretanto, com uma forma de desenvolvimento que aproveite melhor a energia de todos.

É tudo de que o Brasil precisa. Enfrenta, porém, não só interesses poderosos mas também sentimentos paralisantes. Os brasileiros vivem oprimidos pela ansiedade econômica e deprimidos pela descrença a respeito da política. Entregaram-se à desilusão antes de haver conquistado a liberdade. Nosso projeto só falará ao povo brasileiro quando for traduzido em soluções práticas para os problemas do dia-a-dia nas grandes cidades.

Tenho, também, outra motivação. Se um governo *Ciro Gomes* tiver uma vertente mais conservadora, sustentada por boa parte da estrutura organizada do país, e uma vertente mais progressista, apoiada nas aspirações do

---

\* Publicado na *Folha de S.Paulo* em 16 de julho de 2000.

eleitorado, nas intenções do presidente e nas convicções de meia dúzia de homens isolados, o desfecho estará decidido antes que as definições comecem. Daí a importância de ampliar, lá embaixo, bases de entendimento e apoio da nossa proposta.

Segundo momento. Constatamos um grande vazio na pré-campanha em São Paulo. Reina a embromação.

Descubro que há saídas para São Paulo que conseguiriam mais resultados com menos recursos, melhorando, em pouco tempo, a vida de milhões de pessoas. A administração da escassez pela inteligência vira meu lema. E concluo que o setor prioritário é a educação: São Paulo pode iniciar uma revolução no conteúdo do ensino.

Dois diretrizes norteiam minhas propostas para São Paulo. A primeira diretriz é construir uma escola pública, uma saúde pública e um transporte coletivo que atraíam a classe média. Beneficiária do serviço, a classe média passará a ser fiadora e vigilante de sua qualidade, em proveito de todos. A segunda diretriz é fazer da prefeitura a parceira dos milhões de empreendedores emergentes que, com sua cultura de auto-ajuda, estão sacudindo a cidade. É o caminho do dinamismo econômico e da criação de empregos.

Terceiro momento. Começo a andar em São Paulo sete dias por semana, tanto nos bairros de classe média quanto na periferia pobre. Ouço, proponho e discuto. As reuniões, pequenas de início, vão aumentando de tamanho. Sem os meios de século vinte ou vinte e um – a mídia de massa, valho-me da técnica do século dezenove – as reuniões constantes. Espero acender uma centelha. A imprensa zomba de mim como de um Quixote.

Aparecem dezenas de voluntários para trabalhar comigo. Seu engajamento demonstra que o país se dividiu entre o salve-se-quem-puder e o idealismo inconformado.

Como furar, com tais meios e em pouco tempo, o bloqueio do desconhecimento? Sou, porém, recebido, calorosamente por uma população ansiosa por seriedade. Esta experiência destrói em mim os últimos resquícios do preconceito que os brasileiros de minha classe costumam ter sobre a disposição e a capacidade da massa operária para participar no encaminhamento de soluções aos problemas brasileiros.

Um homem sem charme num país de charmosos, um homem que acredita no futuro num país que acredita no presente, com poucos sorrisos e muito sotaque, sinto, da parte de meus interlocutores, nas casas e ruas de São Paulo, um enorme e inexplicável estímulo.

Quarto momento. Para dar realidade à minha pequena cruzada, tenho de atravessar o pântano partidário. Preciso formar um conjunto de filiados para ganhar a convenção do partido e de militantes para disputar a eleição. O método é simples. As lideranças comunitárias, sindicais e religiosas que se juntaram a mim convocam seus liderados para o partido e para a campanha. Promovo, com cada grupo, reuniões politizantes, sobre a cidade e o país.

Participar destes encontros, que se estendem horas a fio, é o único atrativo que ofereço aos novos filiados.

Quinto momento. Os dirigentes nacionais e locais de meu partido entendem de maneira diferente. Tenho de aceitar o resultado que querem e impõem, por lealdade a nosso projeto maior.

Sexto momento. Começo a recolher as lições desta experiência, que me deixa resoluto e esperançoso.

Faltam no Brasil quase todos os instrumentos da ação pública: meios de chegar à maioria desinformada e discutir com ela o futuro de sua cidade e de seu país.

Entre as entidades que nos faltam estão partidos mais abertos ao conflito regrado. E mais capazes de recrutar, fora da classe política, uma militância comprometida com um caminho.

Ao desvendar obstáculos, descubro, porém, oportunidades. O país quer outra vida pública. Está disposto a extremos de paciência e generosidade na tentativa de encontrá-la.

A maior tragédia do Brasil é o sentimento da pequenez enrustido no coração brasileiro. Reconciliar os brasileiros com a idéia da grandeza — o engrandecimento da pessoa comum como promessa essencial da democracia, o engrandecimento do Brasil como nação rebelde — é a obra política mais importante a realizar entre nós.

Para que vingue esta campanha para estabelecer no Brasil a idéia da grandeza, não basta acordar os brasileiros para o imperativo da política. É preciso que muitos homens e mulheres saiam de seus cômodos e se exponham ao trauma e ao vexame. É preciso que compreendam que, para cada um de nós, a essência da sabedoria moral consiste em desproteger-se.

Sei o que devo fazer agora. Tentarei ajudar a qualificar o debate em São Paulo, marcando o contraste entre as soluções de que a cidade precisa e as evasivas que lhe são oferecidas pelos candidatos.

Persistirei, com meus companheiros, no trabalho de formação e conscientização de militantes partidários.

Trabalharei, fora do PPS, junto com pessoas de muitos lados da vida brasileira, para ajudar a fundar um movimento nacional pela reconstrução das nossas instituições. Apoiará a candidatura presidencial de Ciro Gomes. E se oferecerá como veículo aos milhões de brasileiros que aspiram a entrar na vida pública mas rejeitam os vínculos partidários.

Continuarei a desenvolver e discutir, a proposta da alternativa nacional, agora bem mais confiante na possibilidade de desdobrá-la em soluções práticas para os problemas imediatos do brasileiro.

Depois de tanta luta em São Paulo e num momento de absurda alegria, vendo nossos quatro filhos pequenos dormindo, juntos, no chão de nossa casa, antevejo o Brasil restituído à posse de si mesmo: vasto, anárquico, tosco, inculto, quase cego, misteriosamente predestinado ao casamento da pujança com a ternura e, finalmente, pronto.